

Antonio Euzébios Filho

**SUJEITO E CONSCIÊNCIA: ENTRE A
ALIENAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

PUC-CAMPINAS

2010

Antonio Euzébios Filho

**SUJEITO E CONSCIÊNCIA: ENTRE A
ALIENAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC-CAMPINAS

2010

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.94 Euzébios Filho, Antonio.

E91s Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação / Antonio

Euzébios Filho. - Campinas: PUC-Campinas, 2010.

382p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas,

Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexo e bibliografia.

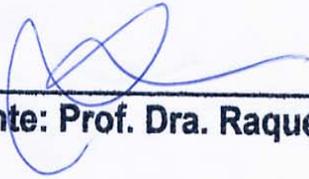
1. Psicologia comunitária. 2. Associações, instituições, etc. 3. Desenvolvimento social. 4. Programa Bolsa Família (Brasil). 5. Problemas sociais. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22.ed. CDD – t155.94

Antonio Euzébios Filho

**SUJEITO E CONSCIÊNCIA: ENTRE A
ALIENAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

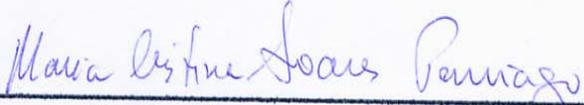
Banca Examinadora



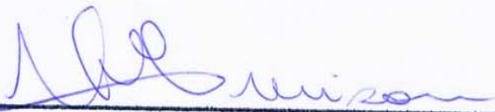
Presidente: Prof. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva



Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago



Profa. Dra. Vera Lúcia Trevisan de Souza



Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo

PUC - Campinas
2010

*Todas as noites quando acordo olho o telhado do barraco
E junto as orações que faço
Imagina se o futuro fosse hoje... seria complicado
Muito complicado
Minha mulher na beira do fogão só cansaço
Meu filho um muleque sem espaço
Eu a um passo do fracasso
Com um salário que se colocado no papel, ladrão
Mal daria a cesta básica e o aluguel
Causa arrepios
Tudo isto é uma cadeia, uma grande teia prepara a fuga
Sou meu próprio carcereiro e a chave minha conduta
Caneta e papel na mão sai o rascunho
O raciocínio comanda meu punho
Cenas fortes sem cortes sou testemunho
A matemática na prática é sádica
Reduziu meu povo a um zero a esquerda mais nada
Uma equação complicada
Onde a igualdade é desprezada*

"a seguir cenas que nada tem haver com conto de fadas"

*Seu pai faxineiro lava banheiros
Salário mais gorjeta de terceiros
De quebra faz um bico revendendo jogos
Feito numa lotérica
Sua mãe com mais de sessenta
Ainda trabalha de doméstica
E assim se completa a renda da família
Dois salários mais gorjeta bico aposentadoria
Somando tudo dá a certeza de lutar por melhores dias
É sua velha anda cansada
A perna inchada cheia de varizes
Que dificultam a circulação sanguínea
Um braço forte lava, passa
A mais de quinze anos sem carteira assinada
Alegria da criançada
Cozinha que é uma maravilha
Na casa do patrão ela é a dona Maria
Até hoje esquecem o nome dela
E Maria é como eles chamam a maioria
Uma velha que traz no coração duas feridas
Um filho apronta e uma filha trabalhando
Em um puteiro de quinta categoria
Periferia é periferia
Relatos dramáticos desejos trágicos
Meios violentos os mais usados
E o sonhado 100 por cento longe de se atingido
Traduzindo... eu disse traduzindo
Ontem pipocaram seu vizinho, roubaram sua mãe
Cena digna de cinema desafia a lógica
O corpo ali, ham
Sua velha sem poder reagir
Parecia querer desistir mas filhos netos
A fizeram prosseguir já disse vou repetir
Cara acorda olha nosso povo aqui
Nessa UTI...
G.O.G - matemática na prática.*

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para minha companheira Daniela, pelo amor exigente, pelo carinho, pela dedicação, por seu companheirismo, compreensão, por me agüentar todos os dias, por me aceitar do que jeito que sou... Estarei sempre junto contigo!

Às participantes desta pesquisa... mulheres de luta!

Para aqueles que não lerão esse trabalho... Para aqueles que não têm acesso aos textos científicos, teses e dissertações, mas que estão lado a lado na luta cotidiana!

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho passei por momentos felizes e por momentos difíceis da minha vida. Os obstáculos serviram para serem ultrapassados. Cai, levantei, levantei e cai... Mas sempre trabalhando dia após dia (e, muitas vezes, madrugada após madrugada...) na construção dessa tese. Afinal, se não existissem desafios nada disso teria graça. Foram muitas pessoas que me apoiaram e me ajudaram nesta caminhada.

Agradeço a todos da minha família. Meus pais, Magali e Antonio, pois sem eles nada disso seria possível. Meus irmãos Amilcar, Anibal e Arthur. Minhas cunhadas Alessandra e Alexandra, minhas lindas sobrinhas: Catarina e Isabela. Ah, não poderia esquecer ela, Léa, minha tia querida!

À Daniela, minha companheira. Aos seus olhos que brilham...

À minha amiga e orientadora, Raquel, pela paciência de todos estes anos, pela dedicação, pela cumplicidade, pela parceria. Por acreditar em mim! Quem tanto suou para corrigir meus textos sofridos da iniciação científica... Raquel, eu sei que você não gosta de confete, mas esse agradecimento é verdadeiro!

Agradeço também aos membros do grupo pesquisa, em especial, minhas amigas Adinete, Ana Paula e Raquel Tizei. Ao Lau e Walter, que também estiveram lado a lado. Michele, Fabiano, Daniel, Filipe, Ed e Edílson. Agradeço também à Cris, que conheço há tão pouco tempo, mas de quem gosto muito!

Um agradecimento para quem passou pelo grupo de pesquisa, mas a amizade ficou: Izabella, Mara, Carmem Senra e Luiz. Ei, Luiz, você é um cara especial...

Agradeço também à Thais e Nando Penteadado, Thaís Dourado e Mônica.

Aos meus amigos, que me ajudam de uma maneira ou de outra: Diego, Carol Góis, Carol Cruz, Caruso, Pinha, Paulão, Neto, Flávio. Thiago, Eduardo, Gú, Bianca, Milena e Alexandre.

Um agradecimento à Débora que me apoiou nos momentos de nervosismo...

Agradeço também ao Flávio, militante e estudante de serviço social pelos debates que fizemos sobre política e assistência social.

Sem esquecer as secretárias do programa de pós-graduação, pelas conversas no balcão da secretaria... pela paciência, dedicação e pelo profissionalismo! Muito obrigado à Eliana, Elaine e Maria Amélia. Obrigado também à Dareide.

Aos membros da banca de qualificação pelas sugestões de leitura, pelo olhar atento a cada detalhe. Agradeço ao professor Eduardo Pinto e Silva pelas dicas de leitura e à professora Vera Trevisan pelas orientações. Valeu muito as aulas de Wallon!

Obrigado aos professores que compuseram a banca de defesa. Obrigado à Cristina Paniago por transmitir seu rigor científico. Obrigado à Márcia Hespanhol pelas dicas.

Um agradecimento ao professor Fernando González Rey pela sua atenção, amizade e pelos textos que me passou, que me ajudaram muito...

Às participantes dessa pesquisa. Às profissionais do CRAS e da escola com quem convivi por anos e anos... Ao DAS Leste que permitiu a realização desta pesquisa no CRAS.

À CAPES pelo financiamento.

Resumo

Euzébios Filho, A. (2010). *Sujeito e Consciência: entre a alienação e a emancipação*.

Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUC-Campinas.

Este trabalho buscou analisar aspectos da consciência de classe de beneficiários e cadastrados em programas de transferência de renda. Esta pesquisa foi desenvolvida em uma região de Campinas, marcada pela desigualdade social. Nesse cenário, tomamos contato com as participantes, por meio de um projeto de extensão universitária, que desenvolve atividades em instituições públicas. Nossa pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, construtivo-interpretativa, com base no materialismo histórico e dialético. Foram realizadas entrevistas com oito mulheres entre 22 e 58 anos, sendo uma beneficiária do Renda Cidadã, duas cadastradas no Bolsa Família e cinco que recebem este último benefício. Pela interpretação das entrevistas, pudemos constatar que o sentimento de indignação está presente na consciência das participantes. É consenso que a vida não está fácil e que é preciso melhorá-la. Mas o grande desafio é transformar as ideias em ação. Para alcançarem melhores condições de vida - um emprego, uma casa, um salário melhor - as participantes tendem a priorizar a ação individual à ação coletiva. Envolveram-se em movimentos políticos, movidas pela afetividade. Em alguns momentos, as participantes são protagonistas, propõem e realizam ações políticas em suas comunidades. Em outros momentos aguardam, passivamente, o Estado garantir seus direitos. Esse movimento contraditório, entre o fatalismo e a reivindicação, é reforçado por uma confusão ideológica entre o que é considerado direito e favor. Assim, as participantes veem seus direitos serem retirados pelo Estado, mas entendem os benefícios como uma ajuda do governo.

Palavras-chave: sujeito, consciência, alienação, fatalismo, emancipação.

Abstract

Euzébios Filho, A. (2010). *Subject and Consciousness: Between alienation and emancipation*. Doctoral thesis. Post-graduation Program in Psychology, PUC-Campinas.

This work aimed at examining aspects of class consciousness of people who are either beneficiary or are registered in programs of cash transfer. This study was conducted in a region of Campinas, which is marked by social inequality. In this scenario, we made contact with the participants through a university extension project, which develops activities in public institutions. Our research approach was a qualitative, constructive-interpretative methodology, based on dialectical and historical materialism. Interviews were conducted with eight women between 22 and 58 years. One is a "Renda Cidadã," beneficiary, five are "Bolsa Família" beneficiaries and two are registered in the last program. Through the interpretation of interviews, we found that the sense of outrage is present in the consciousness of the participants. It is common knowledge that life is not easy and that we must improve it. But the challenge is to transform ideas into action. To achieve a better life - a job, a house, a better salary - the participants tend to prioritize the individual action to the collective ones. In some moments of their lives the participants were engaged in political movements, driven by affectivity. There are moments when the participants play a leading role, propose and carry out political actions in their community. At other times they passively expect the State to guarantee their rights. This contradictory movement between fatalism and claim is strengthened by an ideological confusion between what is considered right and what is considered a favor. The participants see their rights denied by the State, but consider the benefits as a government help.

Keywords: subject, consciousness, alienation, fatalism, emancipation.

Resumen

Euzébios Filho, A. (2010). *Sujeto y Conciencia: Entre la alienación y la emancipación* Tesis de doctorado. Programa de Posgrado en Psicología, PUC-Campinas.

Este estudio tuvo como objetivo examinar aspectos de la conciencia de clase de beneficiarios e inscriptos en los programas de transferencia de renta. Este estudio se llevó a cabo en una región de Campinas, marcada por la desigualdad social. En este escenario, nos pusimos en contacto con los participantes a través de un proyecto de extensión, que desarrolla actividades en instituciones públicas. Nuestra investigación ha adoptado una metodología constructivo-interpretativa, basada en el materialismo dialéctico e histórico. Se realizaron entrevistas con ocho mujeres entre 22 y 58 años, una de ellas beneficiaria del “Renda Cidadã”, dos inscriptas en la "Bolsa Família" y cinco que reciben este beneficio. Por la interpretación de las entrevistas, se encontró que el sentimiento de indignación está presente en la conciencia. Es consenso que la vida no es fácil y que hay que mejorarla. Pero el gran desafío es transformar las ideas en acciones. Para lograr una vida mejor - un trabajo, una casa, un mejor sueldo - las participantes tienden a priorizar la acción individual a la acción colectiva. Se involucraron en movimientos políticos, movidas por el afecto. En algunos momentos, las participantes proponen y llevan a cabo acciones políticas. En otras ocasiones, esperan pasivamente que el Estado garantice sus derechos. Este movimiento contradictorio, entre el fatalismo y la reivindicación, se ve reforzado por una confusión ideológica entre lo que se considera derecho y lo que se considera favor. Las participantes ven sus derechos retirados por el Estado, pero consideran los beneficios una ayuda gubernamental. Palabras clave: sujeto, conciencia, alienación, fatalismo, emancipación.

SUMÁRIO

Resumo.....	p. xi
Abstract.....	p. xii
Resumen.....	p. xiii
Índice de anexos.....	p. xvi
Apresentação.....	p.17
Justificativa.....	p. 23
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	p. 32
I – Primórdios da consciência: a consciência “em si” e “para si”.....	33
1 - Produção e reprodução da realidade: a consciência “em si” e “para si”.....	p. 35
2 - O caráter ativo da consciência: a constituição de uma consciência “para si” da realidade.....	p. 43
II - Consciência em movimento: do genérico ao singular e do singular ao genérico.....	p.51
1 – Do plano genérico ao singular: a constituição das individualidades.....	p. 54
2 - Do singular ao genérico: a constituição da consciência de classe “para si”.....	p. 63
III – Alienação e fatalismo: o impacto da desigualdade social sobre a consciência de si e dos outros.....	p. 81
IV - Consciência de classe, ideologia e pobreza: processos psicossociais contra alienação e fatalismo.....	p. 94
1 - Limpando as arestas: desmistificando o conceito de cidadania.....	p. 96
2 – Características históricas do Estado brasileiro: uma breve análise acerca do contexto psicossocial de dominação.....	p.101
3 - Política de transferência de renda e seu significado atual para a luta de classes no Brasil.....	p. 105
4 – Para uma reflexão acerca dos processos psicossociais contra alienação e fatalismo.....	p. 113
V. OBJETIVOS.....	p. 117
Objetivos gerais.....	p. 118
Objetivos específicos.....	p. 118

MÉTODO.....	p. 119
1. O movimento da consciência como questão teórico-metodológica.....	p. 120
2. Metodologia de pesquisa.....	p. 122
3. Contexto de pesquisa.....	p. 126
4. Cenário de pesquisa.....	p. 128
5. Participantes.....	p. 129
6. Material.....	p. 134
7. Procedimentos éticos.....	p. 134
8. Fontes de informação.....	p. 136
9. Procedimento da coleta das informações.....	p. 136
10. O instrumento e a construção das informações.....	p.140
11. Construção das informações.....	p.143
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	p. 150
Apresentação.....	p. 151
Análise das entrevistas.....	p. 151
Síntese dos resultados.....	p. 243
Retomando a tese.....	p. 273
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 278
Pesquisa participante: a pesquisa em movimento.....	p. 278
O psicólogo em contextos não tradicionais: limites e possibilidades na construção da pesquisa participante.....	p. 280
Horizontes de pesquisa.....	p. 284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 287

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexos.....	p. 302
Anexo 1 - Memorial: Compartilhando minhas experiências, conhecendo minha trajetória.....	p. 303
Anexo 2 - Roteiro/Questionário para entrevista.....	p. 318
Anexo 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	p. 324
Anexo 4 – Unidades de sentido/categorias de análise das entrevistas.....	p. 325
Anexo 5 – Tese/objetivos/categorias de análise.....	p. 368

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretendeu dar continuidade ao estudo realizado em minha dissertação de mestrado (Euzébios Filho, 2007), quando emergiram questionamentos, a partir da prática profissional como psicólogo em uma escola municipal, na relação com outros equipamentos públicos, em um contexto marcado pela desigualdade social.

Na ocasião do mestrado, procuramos analisar alguns aspectos da consciência de profissionais e famílias envolvidas em um programa de transferência de renda (Bolsa Família) para saber como avaliavam as diferentes condições sociais e econômicas impostas pelo capitalismo. Os resultados desse estudo indicaram uma noção vaga dos participantes a respeito da desigualdade social, expressa em uma visão naturalizante e impressionista acerca das condições contrastantes de vida e de trabalho, observadas por dois beneficiários de um programa assistencial e dois profissionais responsáveis pela operacionalização desse programa (uma psicóloga e uma assistente social do centro de referência da assistência social de uma região de Campinas) (Euzébios Filho, 2007).

Os resultados do mestrado mostraram, ainda, que a maneira como os participantes explicaram as causas e as origens da desigualdade social, em nada ou muito pouco difere do senso comum que atribui aos indivíduos isolados a responsabilidade pela produção da riqueza e da pobreza em nossa sociedade (Euzébios Filho, 2007). Com isso, tornou-se imperativa a necessidade de aprofundar um estudo sobre as origens objetivas e subjetivas de uma análise imediata e individualizante da realidade, e, principalmente, sobre as formas que as pessoas encontram para combatê-la e superá-la. Sendo assim, buscamos compreender, na tese de doutorado, os movimentos da consciência política de beneficiários dos programas de transferência de renda, suas avaliações sobre suas condições de vida e suas expectativas para o futuro.

Para chegar lá, dedicamo-nos a analisar, antes de qualquer coisa, aspectos teóricos fundamentais para a compreensão do nosso objeto de estudo: a consciência, ou mais especificamente, a consciência de classe.

A fundamentação teórica está dividida em quatro eixos, que constituem o capítulo 1 desta tese. No primeiro eixo teórico, procuramos clarificar o que entendemos por consciência; quais as propriedades que, para nós, caracterizam essa categoria. Nesse sentido, os conceitos de consciência “em si” e “para si”, tomados pelo marxismo, exercem um papel fundamental na nossa compreensão posterior sobre alguns aspectos referentes à constituição de uma consciência de classe. Eles dizem respeito ao movimento da consciência diante de uma realidade concreta - como produtora e reprodutora do meio que a constitui.

Mas a consciência só pode se apropriar de uma realidade de classe, tomando como base as condições materiais e objetivas da vida, a partir das suas próprias especificidades. O aparecimento de uma consciência “para si” da realidade, em termos ontológicos, revela o surgimento de qualidades intrinsecamente humanas: o pensar, o sentir e o agir. Tais qualidades diferenciam o ser social de qualquer outro animal, uma vez que ele toma consciência “para si” da realidade e estabelece, assim, mediações concretas, guiadas por seus próprios interesses e intencionalidades.

Como dissemos, ainda no primeiro eixo do capítulo 1, buscamos demonstrar que a ideia do “em si” e do “para si” foi central na análise de Marx e Engels (Marx, 1847/2004; 1852/2003; Marx & Engels, 1845/2005) sobre uma consciência que é capaz de se apropriar da realidade que a circunda. Não é possível, todavia, compreender como se constitui uma consciência de classe, sem antes compreender em quais condições objetivas esse fenômeno pode vir a se tornar realidade.

Em termos genéricos, como nos lembra Lessa (2002) e Meszáros (2006), o ser de classe é, antes de qualquer coisa, um ser social e, para se constituir como tal, precisa tomar consciência de si mesmo, da sua base orgânica e biológica, das suas potencialidades e debilidades humanas. Precisa se desenvolver e se apropriar das suas próprias habilidades, ler o mundo à sua volta, saber quem é, de onde vem, em que contexto atua, com o que se identifica, etc. Esse movimento representa a tomada da consciência de si - de uma consciência ainda imersa ao contexto em que surge, limitada a responder aos estímulos do meio, para uma consciência que se apropria do contexto e se constitui a si própria, a partir das suas particularidades. Esse movimento, segundo Wallon (1979a), diz respeito à constituição das individualidades. Por isso, a tomada de consciência de si representa uma ruptura com a forma primitiva de consciência. É a partir da práxis social, quando o sujeito olha para a realidade, que ele se torna capaz de elaborar uma consciência de si próprio e construir um sentido para sua existência.

Sobre esse movimento inicial da consciência, no segundo eixo do capítulo 1, buscamos compreender como a consciência humana se constitui do plano genérico ao singular e do singular ao genérico. A maneira como as condições materiais e objetivas atuam sobre a consciência, constitui o primeiro foco da nossa análise.

Passados os primeiros anos de vida, quando é esperado que o sujeito consiga conquistar certo grau de autonomia frente à realidade, a consciência passa a fazer outro movimento predominante, que vai do plano singular ao genérico. O indivíduo quer se apropriar da realidade à sua maneira, não mais como resposta aos seus anseios imediatos e não apenas a partir do que os outros dizem, do que os outros acham certo ou errado. A partir de um determinado grau do desenvolvimento humano, as escolhas começam a ganhar, gradativamente, um caráter consciente, embora nunca totalmente

consciente, pois elas esbarram em limitações e possibilidades concretas advindas do próprio meio em que elas são constituídas.

Analisaremos esse segundo movimento da consciência, do plano singular ao genérico, como um pressuposto para o surgimento de uma consciência de classe, por mais contraditória que ela seja. Só é possível conceber uma consciência de classe, se estivermos lidando com um sujeito capaz de se apropriar, de uma maneira ou de outra, com seus desejos e intencionalidades, da realidade que o permeia. Sendo assim, ainda no segundo eixo, procuramos compreender o que chamamos por consciência de classe e alguns caminhos para ela se constituir como tal e como possibilidade histórica.

Já no terceiro eixo do capítulo 1, buscamos refletir sobre quais as possibilidades e dificuldades que a consciência encontra nessa apropriação do genérico, da classe. Segundo Meszáros (2006), as dificuldades de uma apropriação genérica esbarram em uma realidade alienada, demarcada por limites objetivos impostos concretamente por uma organização política e econômica, que propaga o individualismo, a competitividade e a hostilidade entre as pessoas. Por outro lado, a possibilidade de romper com essa lógica que o capitalismo nos impõe é dada, justamente, pela realidade de classes. É como a picada da cobra, que pode nos matar, mas ela mesma contém, em sua substância, a cura do seu próprio veneno. O capitalismo é como uma cobra: suga as pessoas, enfraquece-as, faz de tudo para que se perca o sentido de coletividade, do genérico. Mas é nele mesmo, nas contradições de classe que ele produz, que está a cura para os males sociais. É verdade que o capital joga a classe trabalhadora contra ela mesma. Faz ocultar o verdadeiro inimigo. Mas é quando o sentimento de classe aflora, que o indivíduo comum torna-se um ser de classe, quando ele reconhece, nos outros ao seu redor, problemas e soluções em comum; quando se identifica, pela sua própria condição de vida, com o outro que vive ao seu lado ou em outro lugar qualquer do

mundo. Aqui, estamos diante de uma ruptura com o fatalismo, a ruptura com um estado inanimado da consciência política, a aproximação com o genérico, a apropriação do sentimento e sofrimento alheios, a transformação da consciência de classe “em si”, sob um sentimento de incômodo e indignação, que abre espaço para a emergência de uma consciência de classe “para si”.

A consciência de classe “para si”, para o marxismo, pode se constituir em diferentes graus de intensidade e radicalidade. Todas elas dizem respeito a algum grau de consciência acerca dos antagonismos de classe.

Esse antagonismo de classe se reflete de forma particular no Brasil e é disso que tratamos no quarto tópico do capítulo 1. Procuramos analisar quais os principais dilemas vividos por uma consciência de classe em um contexto marcado pela desigualdade social e os contornos específicos desse fenômeno no nosso país, e não apenas analisar uma realidade material, mas psicossocial, permeada de ideologias e ações políticas resultantes de uma História e culturas particulares. Nesse sentido, buscamos teorizar sobre a política de transferência de renda, como uma das características contemporâneas que caracterizam a dominação de uma classe sobre a outra. Procuramos analisar qual o significado atual dessa política para a luta de classes no Brasil, no âmbito de uma perspectiva crítica em relação ao conceito de cidadania.

A tomada de consciência política (entendida aqui como consciência de classe), por mais débil que seja (no limiar de uma consciência cidadã), não é um atributo do indivíduo isolado, mas do sujeito histórico. Nesse sentido é que as condições degradantes de vida podem contribuir para um rebaixamento da consciência política de um segmento da população que vive na luta pela sobrevivência. Sob esse aspecto, procuramos realizar uma análise crítica sobre os programas assistenciais e a função que exercem no conjunto da sociedade, como agente de manutenção da desigualdade social,

que distribui migalhas para os pobres e miseráveis e contribui, assim, para desmobilizar a população e para apaziguar os conflitos sociais. Essa análise nos leva a compreender alguns mecanismos do capitalismo e suas consequências para a vida cotidiana do sujeito concreto.

Por fim, diante de uma realidade específica, concluímos o capítulo 1 buscando analisar alguns processos psicossociais contra a alienação e o fatalismo. Como, apesar dos obstáculos que a vida concreta coloca para a maioria da população brasileira, é possível forjar um sentimento de classe e quais aspectos sociais, racionais e emocionais podem estar envolvidos nesse processo.

Tendo em vista a complexidade do tema que abordamos, o capítulo 2 procurou refletir, em um primeiro momento, quais as implicações teórico-metodológicas de uma análise sobre a consciência em movimento, levantando aspectos da subjetividade e objetividade como duas dimensões que compõem uma unidade dialética dos contrários, constituída em um determinado contexto histórico.

Também no capítulo 2, preocupamo-nos em apresentar o contexto desta pesquisa, quem foram as participantes, quais materiais utilizamos, a maneira como inserimos o tema de nossa investigação no cenário em que foram coletadas as informações, como estas foram coletadas e quais procedimentos éticos cercaram este estudo.

Por fim, no capítulo 3, dos resultados e discussões, demonstramos como os dados de pesquisa foram apropriados com base no materialismo histórico e dialético, em uma análise construtivo-interpretativa. Interpretamos as informações de que dispusemos, o que nos permitiu levantar hipóteses e chegar a algumas conclusões. Finalmente, as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas e dos anexos.

JUSTIFICATIVA

A tese de doutorado revela uma determinada trajetória científica, revela também aspectos da vida pessoal, profissional e política do pesquisador, que se entrecruzam na relação que ele estabelece com o contexto do qual emerge sua pesquisa. A tese reflete um acúmulo teórico e prático de um sujeito que, supostamente, reúne condições para se manifestar de maneira autônoma sobre aquilo que se dedicou a investigar em um determinado período de tempo, sem que, porém, deixe de lado o compromisso com a produção coletiva, junto ao seu grupo de pesquisa¹.

Para compreender como foi pensada a presente tese, e para deixar claro aos leitores porque escrevo e reflito a respeito de um determinado tema, é fundamental fazer menções aos resultados obtidos e às hipóteses levantadas em minha dissertação de mestrado. Mas, para que possa ser compreendido como esta pesquisa foi realizada, é importante destacar o contexto onde ela foi empreendida.

O contato com os participantes do mestrado ocorreu por intermédio da nossa atuação em uma escola de Educação infantil², situada em uma região de Campinas. Lá, pude intensificar contato com famílias que vivem em diversos bairros populares e que sofrem com os maus tratos da luta pela sobrevivência. Por meio da intervenção escolar, foi também possível tomar contato com alguns profissionais que trabalham na rede municipal da assistência social (Euzébios Filho, 2007).

É também esse o contexto de atuação profissional que serve como pano de fundo, atualmente, para as reflexões teóricas que busco desenvolver em minha tese de doutorado.

Partimos de uma proposta de intervenção preventiva, denominada “Do Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade”, projeto financiado pelo CNPq e

¹ Consultar o anexo 1 no final deste trabalho, quando conto um pouco da minha trajetória como estudante, pesquisador e psicólogo inserido em um mesmo grupo de pesquisa.

² Para detalhamento da proposta de atuação nas escolas, consultar Costa (2005) Guzzo (2007b).

desenvolvido por estudantes e profissionais de psicologia, sob coordenação da professora Raquel Souza Lobo Guzzo (Guzzo, 2004). Trata-se de um projeto de extensão, que busca vincular pesquisa à prática de graduandos e pós-graduandos em psicologia.

Nessa condição, o projeto desenvolveu atividades em duas escolas públicas de uma determinada região de Campinas e também em um bairro popular, próximo a essas instituições. Realizávamos acompanhamentos individuais e coletivos por meio de conversas, observações e interações com alunos de ambas as instituições (Ensino infantil e fundamental) e suas famílias. Atualmente, atuamos somente na instituição de Educação infantil. Acompanhamos os alunos dessa escola e fomentamos espaços coletivos de aproximação entre a instituição e a comunidade. Como parte desse acompanhamento, atuamos junto aos equipamentos públicos de assistência social, debatendo coletivamente casos específicos e políticas públicas para a região (Guzzo, 2004; Euzébios Filho, 2007).

Por meio dessa ação da equipe de psicologia, tomamos contato com as pessoas que se tornaram os participantes da dissertação de mestrado - duas profissionais de um centro de referência de assistência social (CRAS), dois beneficiários do Bolsa Família (programa federal de transferência de renda), e também pais de alunos da escola onde atuamos. Foram realizadas entrevistas com eles, tendo a preocupação em analisar como uma psicóloga, uma assistente social e dois usuários dessa rede, compreendiam a realidade política e econômica em que eles viviam e que lhes afetava diretamente.

Este estudo buscou investigar a consciência sobre a desigualdade social, em um contexto em que esse fenômeno se apresenta como um dado empírico, uma realidade observada e vivida cotidianamente (Euzébios Filho, 2007).

Na visão dos participantes do mestrado, a desigualdade social apareceu como um fenômeno evidente, mas foi compreendido limitado à sua manifestação fenomênica, à sua forma mais imediata. Assim, eles diferiram, empiricamente, os ricos dos pobres, mas não exploraram, necessariamente, o conteúdo dessas desigualdades: a luta de classe. Por isso, a desigualdade de renda compreendida em si mesma (o fenômeno) pareceu ser o argumento mais contundente dos participantes que buscavam explicar quais fatores geram a desigualdade social, deixando de lado uma reflexão sobre como funcionam as relações sociais capitalistas (a essência do fenômeno). É o que Kosik (1961) chama de pseudoconcreticidade, isto é, uma consciência que toma a aparência como essência e se desenvolve “à superfície dos fenômenos realmente essenciais” (p.11).

De qualquer forma, analisa Kosik, o concreto é a fonte e a síntese de múltiplas abstrações. Para este autor, a tarefa da consciência em busca de uma abstração que apreenda o real, é identificar as determinações objetivas de um fenômeno, isto é, sua essência, para alcançar os fundamentos da sua concreticidade. Mas, como observamos anteriormente, isso não foi o que aconteceu com os participantes da pesquisa de mestrado, quando buscaram explicar as causas e as origens da desigualdade social.

É verdade, como identificou Marx, que o capitalismo toma como base o intercâmbio de capital e dinheiro, no entanto, o que aqueles participantes não compreenderam naquele momento, é que esse intercâmbio não reflete uma relação estritamente econômica, uma vez que ela revela um modo de organização em sociedade, um conjunto de relações sociais. Por isso, dizia Marx, o dinheiro é a consequência de uma organização social e não o inverso (Marx, 1844/2004).

Os participantes da pesquisa de mestrado não relacionaram, diretamente, o fato de ter ou não dinheiro, como resultado de uma condição de classe; veem-se como parte

de um segmento assalariado, de um grupo, mas não de uma classe. Assim, observamos uma compreensão que ofusca a essência do objeto da reflexão (a desigualdade social) e toma a realidade imediata como essência (desigualdade de renda) (Euzébios Filho, 2007).

Pois bem, analisando o fenômeno da desigualdade social sem reconhecer suas determinações objetivas essenciais, a ruptura com o capitalismo não esteve presente no horizonte dos entrevistados na ocasião do mestrado. Evidente que isso não decorre de um aspecto meramente psicológico, mas, principalmente, pela falta de uma alternativa política concreta que fizesse apelo à consciência dessas pessoas. Observamos que a falta de perspectivas de luta se agrava à medida que as pessoas aderem ao vasto acervo de análises individualizantes e justificativas ideológicas que o sistema produz para “explicar” a desigualdade social, como resultado de uma suposta debilidade cultural do pobre, como consequência de uma “insuficiência” individual ou de algumas famílias que não conseguem, por questões objetivas, alcançarem melhores condições de vida (Euzébios Filho, 2007). Nota-se aí a ausência de um recorte de classe na análise de um fenômeno que tem como origem, justamente, a existência das próprias classes sociais.

Existiram, no entanto, na visão dos participantes do mestrado, críticas implícitas ao sistema social e também às políticas concretas que regem dimensões de suas vidas cotidianas. Subsiste aqui uma potencialidade crítica, ainda tímida, que se limita às reivindicações imediatas (comer, beber, morar, ter assistência à saúde e à educação, não importa como, se pelo governo ou pela via do terceiro setor). Os participantes fizeram menção a um governo inoperante, mas acima de tudo, um governo abstrato, em que não está dada a possibilidade de se intervir sobre ele, o que revela um distanciamento entre Estado e população e, mais ainda, um vazio causado pelo refluxo dos movimentos

sociais, que torna o governo ainda mais distante de lhes assegurarem os mínimos direitos sociais (Euzébios Filho, 2007).

No decorrer do mestrado, desenvolvendo a temática da desigualdade social, ouvimos dos participantes da pesquisa como eles percebiam suas condições de vida e porque achavam que viviam da maneira como viviam. Tomamos como objeto dessa reflexão os programas de transferência de renda. As duas profissionais responsáveis pela distribuição desses programas refletiram sobre suas condições de vida, identificaram-se como assalariadas e como pessoas que viviam com dificuldades financeiras. Sobre a desigualdade social, afirmaram ser um fenômeno evidente, algo que vivenciavam cotidianamente. Os dois beneficiários do Bolsa Família classificaram a si mesmos como pobres e achavam, assim como a psicóloga e a assistente social, que necessitavam do benefício em razão da falta de estudo, de planejamento familiar e de empenho individual (Euzébios Filho, 2007).

As dificuldades para alcançar melhores condições de vida parecem confirmar a visão dominante, o senso comum, resultado da ideologia burguesa, de que a pobreza é fruto de uma suposta debilidade imanente do pobre. Isso se encaixaria em um argumento utilizado pelos participantes, que justificaram a desigualdade social no referencial de um indivíduo isolado e a-histórico.

Partindo de uma consciência permeada pela pseudoconcreticidade - que toma o fenomênico como essência (Kosik, 1961) - não seria surpresa pensar que os participantes da pesquisa de mestrado compreenderam a desigualdade social como um fenômeno gerado por ações isoladas de indivíduos que não conseguem alcançar uma condição melhor de vida. Por isso, esses participantes encontraram dificuldades de vislumbrar alternativas coletivas para sua superação, o que conduziu à elaboração de perspectivas limitadas e focais em relação ao futuro, restando aspirações

individualizantes que tomam como um sonho a possibilidade de melhorar suas condições de vida e da população em geral (Euzébios Filho, 2007).

Partindo dessa reflexão, com os resultados obtidos no mestrado, sentimos a necessidade de aprofundar nosso estudo em alguns fenômenos, a partir de determinadas questões, por exemplo: Quais aspectos objetivos e subjetivos contribuíram para que os participantes não compreendessem, no momento da pesquisa, as origens concretas da desigualdade social? Porque ficaram limitados aos aspectos mais imediatos desse fenômeno? Porque os participantes do mestrado compreenderam a si mesmos como os principais responsáveis pelas condições objetivas em que se encontravam? Seriam esses questionamentos sanados com o trabalho de doutorado? Os participantes do doutorado apresentariam uma visão parcialmente diferente acerca da desigualdade social? Contrapor-se-iam radicalmente aos participantes do mestrado, ou reforçariam as análises limitadas e focais em torno da realidade de classes?

Essas questões se encaixaram em algumas problemáticas do grupo de pesquisa em que nosso trabalho de doutorado esteve inserido: O que move as pessoas a superarem o imediatismo e a se organizarem em torno de melhores condições de vida? Quais possibilidades e desafios que a consciência se depara, para que ela desperte para um sentimento de indignação? Quais aspectos psicológicos se entrecruzam com o social e o político, na constituição de uma consciência de classe?

Essas reflexões constituem o escopo das atuais problematizações do nosso grupo de pesquisa, que busca somar esforços para uma análise em torno dos processos psicossociais contra a alienação e o fatalismo, compreendidos no marco do envolvimento em ações populares, movimentos sociais, reivindicatórios, etc. (Guzzo, 2007c; 2009).

Com base nessas questões de pesquisa, buscamos dar continuidade aos nossos estudos com a presente tese de doutorado, que parte do mesmo cenário relatado anteriormente, para investigar o que pensavam os beneficiários ou cadastrados nos programas de transferência de renda (Bolsa Família ou o programa estadual Renda Cidadã), acerca das suas condições atuais e futuras de vida. Pelo convívio com estas pessoas, por meio do projeto de extensão “Risco à Proteção”, quisemos analisar como elas avaliavam o momento imediato e o que esperavam para o futuro.

Com isso, buscamos conhecer a trajetória desses sujeitos, alvos das políticas assistenciais, e as dificuldades que se instalavam em seus cotidianos, a começar por um fato concreto: que recebiam ou aguardavam um benefício do governo, justamente porque conseguiram comprovar sua situação de pobreza ou formalizar sua condição de miséria. Ao analisar as próprias condições de vida, as participantes puderam nos dar informações sobre como se posicionavam em relação à desigualdade social, se suas compreensões ficavam presas às manifestações imediatas desse fenômeno, ou se avançavam para desvendar sua essência social e histórica - entendendo esse processo dialeticamente, nunca de maneira absoluta, para captar o movimento das consciências entre os avanços e os retrocessos.

Nosso desafio foi refletir sobre os limites e as possibilidades de a consciência combater a pseudoconcreticidade, em direção a uma análise cada vez mais concreta sobre a desigualdade social e o sistema capitalista. Esse processo, como lembra Kosik (1961), não se realiza por meio de uma mera contemplação teórica. A contemplação é importante porque a essência de um fenômeno não se manifesta imediatamente. No entanto, o movimento de uma consciência de classe - que é nosso objeto de estudo - só pode emergir a partir da práxis reflexiva que se apropria ativamente das questões políticas subjacentes a uma realidade de classes.

Com isso, à medida que as participantes refletiam sobre a desigualdade social, tomando a realidade vivida como ponto de partida, este estudo buscou conhecer quais aspectos e dimensões de suas vidas se entrecruzaram para dotar a ação cotidiana de um sentido político. Quais elementos contribuem ou não para gerar uma práxis reflexiva que seja capaz de combater, ainda que parcialmente, uma análise superficial sobre a desigualdade social.

Essa é uma preocupação para a psicologia, uma vez que essas reflexões revelam modos de o sujeito se posicionar no mundo. Trata-se de subjetividades envolvidas em processos psicossociais que se instalam em uma realidade material, em que a política é uma das suas dimensões concretas. O sujeito estabelece uma determinada relação com a política, consciente ou inconscientemente, quando compartilha experiências geradas por uma sociedade dividida em classes. Nesse sentido, Frederico (1979) reconhece que toda consciência política caracteriza-se como uma determinada consciência de classe.

A política interfere nas relações humanas de modo a produzir um impacto na consciência que as pessoas fazem de si mesmas e dos outros, situadas em um contexto histórico e genérico; as lentes da política traduzem, portanto, certas relações de poder que interferem na maneira como as pessoas organizam seus pensamentos, expressam suas motivações e processam suas individualidades.

Queremos lembrar que essas e outras questões que esta pesquisa de doutorado perseguiu não se satisfizeram com esquemas teóricos que buscam resolver, de maneira simplificada, um dilema complexo vivido por uma consciência de classe em movimento, que, como pontuou Iasi (2006), se move entre a negação e o consentimento da ordem.

Dessa maneira, para tentar dar conta da complexidade do nosso objeto estudo, o primeiro caminho traçado foi tomar como base uma formulação teórica que refletisse os

temas e os objetivos dessa investigação. Vejamos a seguir como foi elaborada a fundamentação teórica deste trabalho.

Capítulo 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

I – PRIMÓRDIOS DA CONSCIÊNCIA: A CONSCIÊNCIA “EM SI” E “PARA SI”

Nossa preocupação inicial é apresentar os fundamentos ontológicos que embasam nossa compreensão sobre a consciência. Procuramos demonstrar, no primeiro tópico deste primeiro eixo de fundamentação teórica, que a ideia do “em si” e “para si” é central para a análise marxiana (Marx, 1847/2004; 1852/2003; Marx & Engels, 1845/2005) sobre uma consciência que, por sua própria natureza dialética, produz e reproduz aspectos da realidade.

Para Marx e Engels (1845/2005), uma análise acerca dos pressupostos ontológicos da consciência, suas características centrais e suas propriedades específicas, refletem as seguintes premissas: (a) de que a consciência é constituída em um processo social e histórico; (b) de que ela se processa dialeticamente, conformando uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade; (c) de que a consciência é o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e que age intencionalmente para modificá-la. Partindo dessas premissas Marx e Engels apontam para as diferenças qualitativas entre ser natural e ser social, para uma análise acerca da especificidade da consciência humana.

Para uma análise marxiana sobre a consciência é importante compreender qual é a semelhança entre o ser social e o ser natural, que reside nas determinações específicas do trabalho humano, não apenas como intercâmbio orgânico com a natureza, mas como produtora de uma realidade genérica. Mais fundamental para compreender a amplitude do ser social é saber o que move a atividade humana, diferentemente da atividade animal.

O que, para Marx e Engels, difere o ser social do ser natural é, primordialmente, a capacidade humana de se apropriar conscientemente de uma realidade, criando-a por

seu próprio modo, processo este que caracteriza a passagem, analisada do ponto de vista ontológico, de uma consciência “em si” da realidade para uma consciência “para si” da realidade (Engels, 1876/2004; Marx, 1847/2004; 1852/2003; Marx & Engels, 1845/2005). Com tudo isso, o segundo tópico deste primeiro eixo da fundamentação teórica, serve para demonstrar que a consciência assume um papel ativo na construção de uma realidade social.

Procuramos, neste eixo de fundamentação teórica, discutir três questões básicas: (a) o que é a consciência? (b) em qual condição ela emerge para a constituição do ser social? (c) quais qualidades desse ser social são fundamentais para que ele possa interagir com a natureza, com os outros e consigo mesmo de forma consciente?

Para compreender a especificidade da consciência humana, suas propriedades e qualidades intrínsecas, é preciso entender, minimamente, quais as condições primordiais, necessárias à constituição de uma consciência “para si” da realidade, compreendida como um processo que marca o aparecimento do ser social, capaz de planejar e orientar conscientemente sua realidade concreta.

Para Marx e Engels, somente quando os sujeitos se apropriam “para si” da realidade, está dada a possibilidade de eles a construírem conscientemente e, a partir daí, desenvolverem suas individualidades, expandirem as singularidades, produzirem sentido para aquilo que vivem, para a natureza e para as próprias relações sociais (Engels, 1876/2004; Marx, 1847/2004; 1852/2003; Marx & Engels, 1845/2005). A tomada da consciência de si, no plano da individualidade, é concomitante ao aparecimento de uma realidade genérica, que passa, então, a ser orientada pela ação dos indivíduos reais e não pelas forças da natureza. Trata-se do aparecimento do ser social, que, diferente de qualquer outro animal, não vive preso aos caprichos da natureza e do seu próprio instinto.

1 – Produção e reprodução da realidade: consciência “em si” e “para si”

Realizaremos uma reflexão teórica sobre a consciência, embora saibamos que se trata de uma ampla categoria, que abarca uma série de questões e interpretações, levando a caminhos diversos de investigação. Por isso, nossa preocupação inicial é delimitar nosso objeto de estudo diante da amplitude do tema que nos cerca.

Se nosso objetivo é refletir, ao longo deste trabalho, sobre o significado, os desafios e as possibilidades de uma consciência de classe, é preciso entender que essas questões dizem respeito, em primeiro lugar, à problemática da consciência.

De acordo com Lessa e Tonet, para o materialismo histórico e dialético, a unidade dialética entre subjetividade e objetividade é o pressuposto filosófico para a compreensão da consciência. Tal pressuposto revela a grande contribuição de Marx, que foi compreender o ser social em uma análise que supera a dicotomia entre sujeito e objeto, tomando, como base teórica fundamental, a ideia de determinação reflexiva entre as duas dimensões da vida humana (Lessa, 2002; Lessa e Tonet, 2008; Tonet, 2005a).

Partindo dessa premissa, o sistema teórico marxiano deixa evidente a necessidade de se adotar uma perspectiva da totalidade, com a qual, segundo Kosik (1961), é impossível compreender o sujeito sem a sociedade, a sociedade sem o sujeito e ambos sem a natureza. Lukács também demonstrou a impossibilidade de compreender a consciência como um fenômeno vago, alheio à sua base material, sendo essa consciência também um elemento da objetividade, que é concreta sem ser palpável, porque é responsável por produzir coisas a partir do que está posto, gerar o novo, transformar a natureza e interferir diretamente sobre a realidade (Lukács, 1968/s/d).

A consciência pressupõe, todavia, um ponto de partida. Esse ponto de partida é a realidade concreta, as forças da natureza, o grau de organização social, a qualidade das

relações humanas, as condições materiais da vida (Kosik, 1961; Lessa, 2002; Lessa e Tonet, 2008; Lukács, 1968/s/d; Tonet, 2005a).

Marx e Engels (1845/2005) reconhecem que o objeto real conserva sua independência fora da consciência, mas a consciência, em um primeiro momento, não é independente do objeto real. Sendo assim, o que vem antes da consciência caracteriza-se como algo “em si”, um objeto que existe independentemente dela, independentemente da sua existência particular. É o que Lukács (1968/s/d) chama de “ser-em-si”, ou de “ser precisamente assim” (Lessa, 2002).

A partir de então, o que é produzido ou apropriado pelo sujeito é algo que foi tomado “para si”³, um elemento novo na realidade, resultado da ação consciente, mas criado a partir de elementos anteriores. Essa ideia, que revela a condição da consciência como reprodutora e produtora da realidade, parece estar resumida na clássica frase proferida por Marx (1852/2003) de que os homens fazem a História, mas não nas condições em que desejam.

Essa afirmação nos é preciosa porque revela, ao fundo, a base de uma compreensão dialética sobre a consciência. Nela podemos identificar a consciência como uma consciência histórica, o ser consciente como um ser histórico; e sua essência, não previamente determinada, mas demarcada historicamente pelos próprios sujeitos⁴.

Essa condição histórica do ser, essa historicidade imanente do ser que Marx e Engels enfatizam, dá a noção de um sujeito, ao mesmo tempo, reprodutor e produtor da

³ É importante ressaltar que a ideia do “em si” e do “para si” é tomada de Hegel por Marx e Engels. Não é o caso de nos aprofundarmos na questão, mas é crucial entender que o marxismo abstrai de Hegel a noção de processualidade, quer dizer, o “para si” representa um avanço em relação ao “em si”. Trata-se de um movimento operado pela consciência, uma apropriação daquilo que estava posto para transformar a realidade concreta. Mas, diferentemente de Hegel, Marx e Engels veem um ilimitado movimento da consciência, que não esbarra em uma racionalidade imanente, como queria Hegel (Para aprofundar essa questão, ver Marx, 1844/2005; 1844/1987; Marx & Engels, 1845/2005).

⁴ Esse caráter dinâmico da História decorre, para Marx e Engels, da capacidade de os sujeitos se apropriarem e planejarem seus meios de vida, porque se trata da História dos homens, não de deuses iluminados pela razão, como queria Hegel (ver Hegel, s/d/1969; s/d/2004), ou de instituições desubjetivadas de mercado, como queria Smith e Ricardo (ver Smith, s/d/1978; Ricardo, s/d/1978).

realidade. A realidade concreta existe independentemente da consciência dos sujeitos particulares (a consciência “em si” da realidade), mas a ideia do “para si” representa, nesses termos, uma apropriação consciente a partir do que está posto (a consciência “para si” da realidade).

Marx e Engels admitem, assim, que a realidade foi alterada substancialmente algumas vezes no curso da História da humanidade, porque ela é uma realidade passível de ser tomada “para si” pela consciência - uma consciência “para si”, que se apropriou de uma realidade para se tornar uma realidade em si já existente, no sentido de que ela passa a ser, agora, uma realidade socialmente posta. É um processo que Lessa (2002) caracteriza, a partir de Lukács, de “identidade da identidade da não identidade” (p.200), isto é, uma categoria que dá origem a novas categorias que são, ao mesmo tempo, emergentes e qualitativamente distintas da anterior. Nesse sentido que a negação da negação⁵, como um método que explica a processualidade da História, serve para analisar as transformações qualitativas operadas pela humanidade e a produção de novas existências que negam a si mesmas na constituição de novas realidades.

Uma nova realidade histórica, todavia, não é construída de imediato pela consciência “para si” da realidade. É importante destacar, como faz Lessa (2002), que as transformações históricas carregam, em certa medida, um grau de continuidade, uma substância que agrega novos e velhos elementos, pois se trata de uma síntese, mas uma síntese em que o novo vai predominando sobre o velho, em que a superação de uma realidade anterior gera novas características, configurando uma nova realidade

⁵ Segundo Iasi, (2006), a ideia da negação da negação foi tomada de Hegel por Marx, mas embasada, evidentemente, em uma compreensão distinta, até antagônica, de como se dá a relação entre subjetividade e objetividade. Para Hegel, a negação da negação, além de se configurar como um processo ideal, confirma um movimento previamente estabelecido pela razão, compreendido como afirmação absoluta da ordem burguesa, da realização plena de um Estado soberano. Para Marx, a negação da negação representa um movimento da realidade, que se move pela ação do sujeito real e não se limita a nenhum fim da História. A ação do sujeito, por ser social e histórica, é, em certo sentido, limitada e previsível. Mas também por ser histórica, é dinâmica, subjetivada, imprevisível. A negação da negação não confirma nenhum pressuposto teórico. Ela nos permite analisar tendências, mas pode confirmar aquilo que se nega, ou negar aquilo que se confirma.

existente. Esse processo caracteriza o caráter inacabado dos fenômenos históricos, isto é, uma realidade em si é uma realidade que foi tomada “para si” pela consciência, que se tornou uma realidade socialmente posta, que é passível, evidentemente, de sofrer transformações⁶ (Lessa, 2002).

Com isso, queremos demonstrar, em termos genéricos, que um pressuposto para efetuar qualquer transformação na realidade é a capacidade de o sujeito se apropriar de um objeto e tomá-lo “para si”, processo que revela uma qualidade humana fundamental: a tomada de consciência.

O processo de apropriação consciente apresenta algumas características elementares, a começar pelo fato de que, para se apropriar de algo, é preciso ter conhecimento do objeto que se deseja apropriar, das suas propriedades específicas, do “ser-em-si” (Lukács, 1968/s/d), isto é, das suas determinações objetivas (Kosik, 1961). Nesse sentido preciso, a consciência é a emanção direta da vida social e material, na busca dos meios para alcançar a “legalidade do em si” (Lessa, 2002; p. 87).

Na busca dos meios para a consciência se apropriar do real, o reflexo assume um papel preponderante. O reflexo, segundo Lessa (2002), é um momento estrito da objetivação⁷, em que o sujeito começa a conhecer as características objetivas de um objeto, para exercer um domínio sobre ele. Assim, o autor adverte para uma possível compreensão equivocada do reflexo como cópia da realidade, uma vez que ele se

⁶ Nesse sentido é que Meszáros (2006) afirma que o sistema teórico marxiano é um sistema em aberto, pois consegue captar o movimento processual e inacabado da História, em que a categoria do “para si” representa, dessa maneira, uma possibilidade infinita de transformação e negação de uma realidade em si. Paradoxalmente, esta compreensão é analisada por muitos teóricos do campo marxista ou fora dele, como uma concepção teleológica da História (Lessa, 2002). Daí a importância da formulação ontológica marxiana, a qual Lukács (1968/s/d) chama atenção sobre a historicidade do ser. “A ontologia marxiana - diz Lukács - afasta (...) no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico” (Lukács, 1968/s/d; p. 2).

⁷ A objetivação “articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que, por essa articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas” (Lessa 2002; p.75). Para esclarecimento: causalidade é compreendida pelo autor, a partir de Lukács, como “um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo” (p.71) e a teleologia como uma categoria posta pela consciência, com uma finalidade dirigida ao processo de trabalho.

caracteriza como o princípio de uma apropriação ativa acerca do “ser precisamente assim”. Neste sentido, Lukács (1968/s/d) afirma que:

Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre esta base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não (...) que ela é carente de força (p.3).

Segundo Lessa (2002), a categoria do reflexo serve para demonstrar que a consciência busca, primeiramente, captar as propriedades específicas de um objeto, busca antes de qualquer coisa, apoiar-se em dados reais, apropriar-se dos meios concretos para transformar e manipular a realidade.

Isso significa, portanto, que o reflexo não apenas reproduz uma forma aproximativa do real na consciência, mas também desencadeia uma forma especificamente social da ativa apropriação do real pela consciência, no contexto da busca dos meios, para se apropriar “para si” do objeto (Lessa, 2002).

Em outros termos, a crescente aproximação do reflexo ao real implica, também, o desenvolvimento da consciência sobre a distinção entre sujeito e objeto e o desdobramento de formas crescentemente evoluídas do para-si dessa relação (Lessa, 2002; p.98).

A crescente aproximação do reflexo ao real, do ponto de vista ontológico, embora seja um fator essencial que impulsiona o desenvolvimento da consciência, não traduz a amplitude desse fenômeno. Para Lukács (1923/2003), a consciência começa a se desprender do reflexo, à medida que a mediação entre sujeito e objeto se transforma em uma “alavanca metódica para a superação do simples imediatismo da experiência” (p.30). Assim, a tomada de consciência não se limita à apreensão sensível de um objeto (o imediatismo da experiência), uma vez que a apropriação consciente é realizada,

fundamentalmente, a partir de uma série de mediações sociais, por exemplo, os significados que os sujeitos constroem para si mesmos, na interlocução com a realidade que os circundam e que transcendem as características objetivas dessa mesma realidade.

Muito próximo dessa análise, Vigotski (1999; 2003) enfatiza o papel central da mediação social no processo de tomada de consciência⁸. Para o psicólogo russo, esse processo não se restringe a um ato isolado da psique (exemplo: conhecimento ou percepção), uma vez que todas as funções psicológicas integram-se em um determinado momento e devem ser compreendidas a partir da função mediadora que estabelecem com o contexto social em que atuam. A consciência, dessa maneira, toma forma a partir das mediações que o sujeito estabelece com o mundo social e material e vice e versa⁹. Essas mediações revelam interações complexas em que sujeito busca, não apenas captar as propriedades específicas de um objeto, mas, essencialmente, gerar um sentido próprio para suas experiências sociais. Com isso, Vigotski afirma que toda mediação se desenvolve no marco de uma intencionalidade não homogênea, não linear, mas dinâmica, singular e, ao mesmo tempo, social e relacional.

Nessa mesma direção, Kosik (1961) considera a intencionalidade como a característica de qualquer mediação que o sujeito estabelece com o objeto, uma vez que a consciência assume, desde o princípio, um caráter ativo e também porque a

⁸ “Existe no homem um grupo de reflexos facilmente identificados cuja denominação correta seria a de reversíveis: são reflexos excitantes que podem, por sua vez, ser criados pelo homem. A palavra é excitante, a pronunciada, um reflexo que cria esse mesmo excitante (...) Esses reflexos reversíveis, que criam a base do comportamento social, servem de coordenação coletiva do comportamento. Dentro de toda massa de excitantes há um grupo que, a meu ver, se destaca com clareza: a dos excitantes sociais, que provêm das pessoas” (Vigotski, 1999; p. 81)

⁹ Em relação às mediações que o sujeito estabelece com o mundo social e material, é importante destacar que se trata de uma via de mão dupla, ou seja, o sujeito objetiva suas ideias, pensamentos e intenções, mas tal objetivação logo exerce influência sobre ele. É nesse sentido que Vigotski fala de reflexos reversíveis. Com isso, compreendemos a importância do conceito marxiano de exteriorização, compreendido sempre em relação ao conceito de objetivação. Nas palavras de Lessa (2002): “A objetivação corresponde ao momento de transformação teleologicamente orientada do real, e a exteriorização ao momento da ação de retorno da objetivação e do objetivado sobre o indivíduo agente” (Lessa, 2002; p. 141).

consciência não se origina de um mero exercício de contemplação, já que o conhecimento é resultado de uma práxis social, sendo ela uma atividade refletida, que é modificada e que modifica a realidade. Sendo assim, Kosik (1961) conclui que “a práxis funde a causalidade com a finalidade” (p.114). Em seguida, o autor complementa: “a consciência é ao mesmo tempo registradora e projetadora, verificadora e planificadora: é simultaneamente reflexo e projeto” (p.114).

Para Lessa, o desenvolvimento da consciência pressupõe sua imersão em uma realidade concreta, mas, a partir do momento em que essa realidade é refletida, quanto mais ela é conhecida e apropriada conscientemente, mais o objeto começa a ser pensado, não apenas sobre aquilo que ele é, mas sobre aquilo que ele pode vir a ser (Lessa, 2002). A partir daí, há um notável descolamento entre subjetividade e objetividade, um descolamento relativo, uma autonomia relativa da subjetividade frente à objetividade, em face da capacidade criativa dos sujeitos (Kosik, 1961; Lessa, 2002). É por isso que Lessa (2002) admite que o processo gnosiológico ganha contornos complexos, dinâmicos e dotados de movimento - o conhecimento não é mero reflexo do meio, como enfatiza Lukács (1968/s/d). Desse modo, Lukács fala de uma heterogeneidade ontológica entre subjetividade e objetividade, ou seja, a capacidade de a consciência se descolar relativamente da objetividade. Ao conhecer as qualidades objetivas de um objeto e delas se apropriar, é capaz de produzir alternativas em torno desse mesmo objeto para transformá-lo ou negá-lo, agindo sobre seus próprios interesses e motivações, que diferem a cada sujeito particular, dando vida aos fenômenos sociais e históricos (Lessa, 2002; Lukács, 1968/s/d).

Sendo assim, torna-se evidente que a relação entre subjetividade e objetividade é permeada de contradições e tensões. Para entender melhor a tensão entre consciência e realidade concreta, recorreremos a duas categorias importantes no seio do marxismo: a

noção do “em si” e do “para si”. Essas duas categorias reforçam a ideia de que a realidade se configura a partir de uma determinação reflexiva entre dois pólos contraditórios, mas não antagônicos, que é a objetividade e a subjetividade (Marx, 1844/2004; 1844/1987; 1852/2003).

Com isso, podemos observar, a partir das análises de Heller, que Marx pensou as categorias do “em si” e “para si” como fenômenos relativos, quer dizer, relacionados a alguma coisa. São também tendenciais, no sentido de que expressam tendências e não estados puros (Heller, 1987). Nesse sentido, Vigostski (s/d/1999), em seus estudos sobre a consciência, ajuda-nos a enriquecer essa análise, para compreender que este movimento (“em si” / “para si”) revela processos de desenvolvimentos contínuos, inacabados e dialéticos. Esses processos da consciência, sobretudo, são acompanhados por saltos, pelo aparecimento de novas qualidades, de avanços e retrocessos. Por conseguinte, a passagem de uma consciência “em si” da realidade, para uma consciência “para si” da realidade não pode ser comparada a uma simples passagem de consciência para consciência, como se fosse subir degrau a degrau em uma escada, para alcançar o topo de um lugar almejado (Duarte, 1993).

Entre a consciência “em si” e a consciência “para si” da realidade, existem situações complexas que não nos permitem medir ou aferir graus de consciência, uma vez que a tensão entre objetividade e subjetividade é permanente e é o que gera o movimento da consciência, a partir de um predomínio dinâmico de uma das dimensões sobre a outra (o momento predominante, como aponta Lessa, 2002), caracterizando uma situação que varia entre a capacidade de o sujeito modificar aspectos da sua realidade e o impacto dessa mesma realidade na configuração de quem é esse sujeito histórico (Lessa e Tonet, 2008).

Lembremos que a consciência é também produto da realidade, está permanentemente impregnada de aspectos da realidade concreta. Mas, sua característica principal revela-se na capacidade de o sujeito tencionar essa realidade, tomar as coisas “para si”, apropriar-se da realidade já existente para produzir novos contextos e significados, para impor uma intencionalidade, a partir de suas próprias necessidades e anseios. Estamos diante de um ser histórico, nunca totalmente liberto das demandas de uma realidade concreta, mas aberto à possibilidade de se apropriar “para si” dessa mesma realidade e transformá-la.

2 – O caráter ativo da consciência: a constituição de uma consciência “para si” da realidade

A consciência não é um fenômeno descolado da realidade social, ela é integrante dessa mesma realidade. O que existe, todavia, são momentos em que a consciência e a realidade concreta predominam uma sobre a outra (Lessa, 2002; Lessa & Tonet, 2008).

Segundo Lessa (2002) e Tonet (2005a), na fase mais primitiva do ser social, quando este ainda era guiado pelas leis da natureza e só sabia fazer suprir suas necessidades mais elementares para sobrevivência, poderíamos afirmar que existia uma supremacia da objetividade sobre a subjetividade. Mas como observam os autores, essa sobreposição não anulou a dimensão sobreposta. Tanto que o ser social se libertou, em termos, da sua condição natural e criou uma realidade própria, uma realidade social, em que um dos elementos fundantes foi a apropriação consciente sobre a natureza, casada com a construção de uma vida em sociedade.

Meszáros (2006), ao resgatar os pressupostos ontológicos da teoria marxiana, reconhece que o ser social é, antes de qualquer coisa, um ser natural, isto é, uma espécie que precisa alimentar-se e proteger-se, por exemplo, do frio para sobreviver, mas também um sujeito potencialmente capaz de pensar e refletir sobre sua realidade. Daí

derivam duas constatações empíricas: (1) da necessidade de um desenvolvimento da espécie humana (decorrente, primordialmente, do processo de trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza e como fenômeno social e coletivo) para aparecimento das funções psicológicas superiores, que caracterizam as qualidades potenciais desse ser social; (2) de que esse ser humano desenvolve suas potencialidades quando afloram, a partir do contato com o meio social, essas funções psicológicas, por meio de um processo contínuo de apropriação “para si” de diferentes aspectos da realidade (Meszáros, 2006).

Procuramos demonstrar, neste tópico, que a realidade social e genérica é um pressuposto ontológico para a constituição de uma consciência “para si” da realidade, que não mais totalmente dependente da objetividade (Lessa, 2002; Meszáros, 2006). Para Lessa (2002) e Tonet (2005a), a gênese do ser social representa um momento predominante da subjetividade sobre a objetividade, um salto ontológico do ser natural para o ser social, em que a ação consciente e articulada dos sujeitos entre si foi capaz de conquistar uma autonomia relativa frente à natureza, o que resultou na construção de uma realidade guiada pelos interesses e pelas perspectivas dos próprios sujeitos.

Conforme enfatiza Meszáros (2006), o ser social reúne em si características para criar uma realidade guiada por ele, mas isso só se concretizou quando ele não se limitou a registrar os fatos necessários para sua sobrevivência imediata, mas, sim, a produzir os fatos, observar sua conduta e modificá-la, articular suas ações ao conjunto da sociedade, etc. Por isso, Marx dizia que a História é a História da humanidade, ou mais precisamente, como ele afirmou em *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, o homem torna-se o ser supremo do homem (Marx, 1843/2005).

Nesse viés, como afirmam Duarte e Leontiev, qualquer objetivação como a comunicação entre as pessoas, as convenções sociais, os instrumentos de trabalho, o

processo de trabalho, etc. são construções humanas que foram adquirindo uma existência objetiva por meio de um processo de apropriação consciente sobre a realidade, isto é, a atividade física ou mental dos seres humanos transferiu-se para os produtos dessa atividade, que ganhou, então, um caráter eminentemente social (Duarte, 1993; 2004; Leontiev, 1978).

Assim, o ser social distanciou-se da sua condição natural e isso só ocorreu no momento em que a consciência passou a operar sobre todas as esferas da vida humana. A partir de então, o ponto de referência para a elaboração das ideias, das ações e dos comportamentos não era mais as propriedades da natureza, e sim, principalmente, as propriedades dinâmicas da sociedade, os outros seres humanos – a realidade tomada “para si” pela consciência, compreendida em seu marco ontológico. Com isso, Duarte (2004) conclui que “o processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura (material e não material), produção e reprodução da vida em sociedade” (p. 50).

Isso só foi possível, segundo Lessa, quando a humanidade começou a suprir, de maneira mais ou menos efetiva, a necessidade de produção e reprodução de sua espécie, quando desenvolveu técnicas e instrumentos capazes de estabelecer mediações conscientes entre o ponto de chegada e de partida para a satisfação das suas necessidades, quando desenvolveu formas de supressão das necessidades mais básicas que lhe permitam o tempo livre para contemplação, para desenvolver a arte, a cultura, etc. (Lessa, 2002).

Engels aponta que o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o trabalho cada vez mais articulado e produtivo, gerou um tempo ocioso para que o sujeito pudesse despertar uma consciência que fosse capaz de representar uma realidade não imediata. Isso ocorreu, senão, pelo fato de que o trabalho passou a assumir um caráter

eminentemente social, isto é, planejado coletivamente. Em uma só palavra: consciente (Engels, 1876/2004; 1884/s/d).

Para Leontiev, o que confere à atividade social a qualidade de produtora e não apenas reprodutora da realidade concreta, é o fato de que o motivo da ação humana não corresponde, necessariamente, ao objeto dessa ação (Leontiev, 1978). Com base em Leontiev, Duarte (2004) argumenta que, quando a necessidade de um sujeito se alimentar faz com que ele desenvolva um instrumento como a flecha para matar um animal, por exemplo, então o objeto da sua ação tem ligação direta com a satisfação das suas necessidades. Mas o fato é que esse instrumento serviu a outras intenções, que não apenas à função imediatamente pensada para o próprio instrumento. É o que Lukács (1968/s/d) denominou de nexos causais. Ou seja, o instrumento criado inicialmente com uma finalidade torna-se patrimônio social, autonomiza-se, sofre transformações, podendo se aperfeiçoar e se modificar¹⁰. Assim, à medida que as necessidades sociais foram se complexificando e se tornando cada vez mais articuladas entre si, a flecha serviu, inclusive, como instrumento para dominação dos homens sobre outros homens.

A madeira, para dar mais um exemplo, poderia ser inicialmente utilizada para aquecer, com o fogo, os indivíduos e seus alimentos. Mas a queima desse material produziu o carvão e dele se extraiu a energia.

Isso significa que o ser social é capaz de produzir e reconfigurar suas necessidades. Por essa razão afirma Duarte (2004) que, quando se produzem os instrumentos, não apenas se produzem instrumentos, mas relações sociais, produzem-se fatos, dá-se sequência a um trabalho, cria-se um novo objeto de mediação social, produzem-se significados e sentidos subjetivos. Um instrumento, nesse sentido, para

¹⁰ Com isso, Lukács (1968/s/d) afasta-se de qualquer compreensão teleológica da História. “O processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades. Mesmo quando alguns homens ou grupos de homens conseguem realizar suas finalidades, os resultados produzem, via de regra, algo que é inteiramente diverso daquilo que se havia pretendido” (p.12)

González Rey, é um meio para realização de um fim, não um fim em si mesmo. Ele estabelece a mediação entre o motivo e o objeto da ação, sem que essa mediação esteja limitada ao produto da atividade humana, mas estreitamente ligada ao sentido psicológico que ela gera (González Rey, 2009a; 2009b).

A apropriação processual acerca do objeto e dos conhecimentos produzidos pela humanidade difere da atividade animal, justamente porque a atividade humana é mediada socialmente. Como afirma Duarte:

A estrutura da atividade animal se caracteriza por uma relação **imediate** entre o objeto da atividade e a necessidade que leva o animal a agir sobre aquele objeto. Isso significa que há uma coincidência entre o objeto e o motivo da atividade. O resultado imediato da atividade do animal gera a satisfação, quando a atividade for bem sucedida, da necessidade que gerou. (...) A atividade humana, que em seus primórdios era uma atividade imediatamente coletiva, atividade de um bando, foi gradativamente se dividindo em unidades denominadas de **ações** (...) Quando essa atividade se decompõe em ações, deixa de haver uma coincidência entre o objeto sobre qual o homem age e o motivo pelo qual está agindo (Duarte, 1993, p. 84. Negritos do autor).

Nota-se, a partir dessa passagem, que as ações humanas, diferente dos animais, não se voltam simplesmente para satisfação de necessidades imediatas, elas desencadeiam novas necessidades sociais influenciadas pelos motivos. As atividades se decompõem em ações que se autonomizam em relação à sua função original. Assim, podemos entender que a atividade humana não opera no limítrofe da sobrevivência e do instinto, mas ela é dotada de um poder gerador, portanto, processual e dinâmica (Duarte, 1993; 2004; Leontiev, 1978).

Para Duarte e Leontiev, a diferença fundamental entre o ser social e o ser natural reside no fato de que o motivo da atividade humana não coincide necessariamente com o objeto da ação (retomamos aí o exemplo da flecha e da madeira queimada), mas existem mediações complexas, contraditórias, sociais e históricas, entre a ação e o pensamento (Duarte, 2004; Leontiev, 1978). Por isso é que a atividade humana não tem fim e tampouco se encerra em um ciclo mecânico necessidade-atividade-necessidade. Ao contrário, ela é articulada, consciente e assume um ponto de partida: a coletividade em constante movimento (Duarte, 2004; Séve, 1979).

O fato é que o instinto de sobrevivência humana fez com que o ser social tivesse de conhecer melhor a natureza que o cerca, para que pudesse dela extrair os produtos necessários à reprodução da espécie. Mas como a atividade humana é coletiva por excelência, refletem Duarte e Leontiev, foi necessário desenvolver novas habilidades para transformar objetos naturais em objetos sociais, o que exigiu a interferência da consciência nesse processo, que marcou a construção de uma realidade socialmente orientada, a partir de uma realidade já existente, em que a natureza exercia domínio sobre as funções humanas (Duarte, 2004; Leontiev, 1978).

Segundo Lessa (2002) e Tonet (2005a), à medida que o ser social criou uma realidade própria, que não mais totalmente dependente das forças da natureza, a qual ele passou a controlar, as relações entre os sujeitos tornaram-se cada vez mais sociais e menos naturais, uma vez que a consciência permitiu aos homens tomarem distância dos objetos, olharem para si mesmos e para a realidade que os cerca, modificando ou preservando seus comportamentos e a própria natureza de acordo com seus interesses.

Não diferente dos animais, o ser social age em grupo. Mas a ação humana grupal não se caracteriza como uma ação, simplesmente, voltada para a sobrevivência física da espécie. A ação humana foi capaz de se expandir e criar a moral, a ciência, a arte, a

política, signos e significados próprios da convivência social, conformando com tudo isso, aquilo que Duarte chama de sociabilidade “para si” (Duarte, 1993).

Para Duarte, assim como para Lessa e Tonet, a História humana toma corpo e se movimenta a partir das diferentes formas de apropriação consciente do gênero humano efetuada pelo próprio gênero humano. Uma consciência “para si” da realidade, elaborada no marco de uma relação fundada entre a causalidade (o que está posto) e a intencionalidade (a ação consciente que se gera a partir do que está posto, podendo, a partir daí, reconfigurar e transcender a realidade posta) (Duarte, 1993; 2004; Lessa, 2002; Lessa & Tonet, 2008).

Se considerarmos, então, do ponto de vista ontológico, o ser natural como uma espécie animal e o ser humano como uma espécie que efetivou seu potencial social, que dispõe daquilo que Vigotski (1999; 2001; 2003) denominou de funções psicológicas superiores - no sentido de que reúne condições para se apropriar conscientemente de um objeto, da sua própria ação e pensamento, para constituição de uma consciência “para si” da realidade - então entendemos que a consciência “em si” da realidade versa sobre uma consciência animalizada, quando a função psicológica não se sobrepõe ao objeto. E isso não representa apenas um fato necessário ao aparecimento do ser social, como tal qual veremos a seguir, mas revela o patamar mais elementar do desenvolvimento humano, quando o indivíduo, propriamente dito, ainda está em gestação.

A consciência “para si” da realidade, a partir do desenvolvimento das qualidades inerentes ao ser social, é fundante para a composição de uma realidade socialmente orientada, assim como esta última é pressuposto para o desenvolvimento da consciência. A forma de se apropriar dos objetos, dos instrumentos de trabalho, da natureza e das relações sociais, em outras palavras, a forma como os sujeitos tomam a realidade “para si” nos fala de diferentes tipos de sociabilidade. De toda forma, qual seja o modo de

organização social, a construção de uma realidade socialmente orientada pressupõe um sujeito consciente de si mesmo, consciente de seu poder gerador, capaz de criar uma realidade passível de ser planejada e modificada. Aqui, não se trata de uma consciência pura, absoluta, mas que é capaz de se apropriar, minimamente, das propriedades objetivas de um determinado objeto, para que, assim, possa agir intencionalmente sobre este mesmo objeto para fortalecê-lo ou modificá-lo. Este, ao que nos parece, é o sentido filosófico que Marx (1843/2005; 1852/2003) confere às categorias do “em si” e do “para si”, respectivamente, quando se debruça sobre a problemática da consciência, especificamente sobre a consciência de classe, fenômeno que estudaremos mais detalhadamente no segundo tópico do próximo eixo teórico.

No momento, o que nos interessa reafirmar é que, sendo a consciência uma síntese da unidade dialética entre subjetividade e objetividade, seu campo de interferência, interação e avanço não é outro senão o da práxis humana (Kosik, 1961). A práxis, segundo Kosik, pressupõe uma capacidade humana fundamental: interação entre ação e reflexão; por isso, é um pressuposto para o aparecimento da consciência, mesmo a mais primitiva ou imediata. A práxis confere à consciência condições históricas para sua reprodução e desenvolvimento. A práxis é que permite à consciência movimentar-se em direção à realidade e transformá-la.

Dessa maneira, analisamos a seguir como essa práxis se processa na sua forma mais elementar, como a consciência movimenta-se do plano genérico ao singular e do singular ao genérico.

II – CONSCIÊNCIA EM MOVIMENTO: DO GENÉRICO AO SINGULAR E DO SINGULAR AO GENÉRICO.

Nosso foco de análise é a consciência de classe, mas como ela se desenvolve sem que antes o sujeito tenha consciência de si próprio?

A conquista da individualidade é pressuposto para o desenrolar de uma consciência de classe, que diz respeito, principalmente, a uma apropriação consciente em relação ao gênero humano (Iasi, 2006; 2007; Wallon, 1979a).

Tratamos, neste segundo eixo da fundamentação teórica, de analisar dois movimentos possíveis que podem ser operados pela consciência. O primeiro, mais elementar, representa a constituição das individualidades (que vai do plano genérico ao singular). O segundo, compreendido como possibilidade histórica, refere-se a uma apropriação de classe, à consciência de classe (do plano singular ao genérico).

No primeiro tópico desse segundo eixo teórico, olhamos para os aspectos mais elementares da constituição de uma consciência que começa a se apropriar da realidade objetiva, mas ainda não se diferencia dela; um sujeito que ainda não possui uma consciência de si, porque ainda não é capaz de apreender quem ele realmente é, ou sequer poderia ser - seu desenvolvimento ainda é limitado e movido pelo instinto da sobrevivência.

A partir das análises, principalmente de Wallon (1971, 1979a; 1979b), Vigotski (1999; 2001; 2003) e Leontiev (1978), notamos que a constituição da individualidade se dá, inicialmente, por uma imersão da criança, nos seus primeiros anos de vida, no meio que a circunda (a similaridade entre o plano genérico e o singular). É o que Wallon denomina, assim como poderemos notar mais adiante, de consciência sincrética: a consciência primitiva que se confunde com o meio, que se constitui a partir das necessidades mais imediatas da criança como comer, receber cuidado e afeto. É com o

desenvolvimento de habilidades, como a linguagem, que as emoções - que é, para Wallon (1979a), a forma primária de o sujeito se manifestar socialmente - articulam-se com a razão na elaboração dos sentimentos, na estruturação de um pensamento que vai abrir caminho para a constituição efetiva das individualidades.

Somente quando o sujeito começa a desenvolver suas capacidades criativas, a articular seus pensamentos às suas emoções, a apropriar-se conscientemente da realidade que o circunda e da sua singularidade, é que podemos observar a constituição de uma consciência de si (a partir de uma realidade social, independente do indivíduo, que exerce impacto sobre a consciência de si, à medida que ela toma a realidade concreta como referência), isto é, o aparecimento de um sujeito que elabora seus devaneios interiores, pensa e age conscientemente com base no que é produzido no plano genérico (Duarte, 1993; Wallon, 1971).

Tratamos, portanto, ainda no primeiro tópico, de realizar uma análise sobre um movimento elementar da consciência, que vai do plano genérico (apropriação primitiva da realidade concreta) ao plano singular (da apropriação do concreto para a apropriação das individualidades). A apropriação da sua própria individualidade arma o sujeito para seguir adiante, representa um novo patamar de sua existência, um novo ciclo de escolhas, tomadas de decisões não mais orientadas simplesmente pelo reflexo da realidade que o cerca, mas pela representação consciente.

A constituição de uma consciência de si é um fenômeno complexo, cujo caminho vai da apropriação do plano genérico ao alcance das singularidades, mas isso não exclui de forma alguma a influência perene do meio social, que é parte constituinte da própria individualidade. Também não exclui, evidentemente, o papel ativo do sujeito na leitura que faz do mundo ao seu redor e, a partir daí, na elaboração subjetiva de suas experiências e das suas relações sociais.

A apropriação do genérico pode tomar diferentes rumos, em que o sujeito não mais se confunde, por inteiro, com o contexto ao seu redor e, por isso, expande seu campo de possibilidades. Esse movimento de apropriação genérica orientada, desta vez pela própria individualidade, pela consciência de si, é uma condição básica para o surgimento de uma consciência de classe, fenômeno que tratamos no segundo tópico deste eixo.

A passagem do singular ao genérico que nos referimos no segundo tópico, diz respeito a uma apropriação consciente do sujeito acerca de uma classe, dos seus costumes, da moral, dos valores éticos de um grupo social. Nesse caso, não se trata de uma apropriação qualquer, uma apropriação parcial da arte, da ciência ou de outras formas de expressão do gênero humano. Trata-se de uma apropriação genérica de classe, da passagem de uma consciência de classe “em si” para uma consciência de classe “para si”.

Segundo Martín-Baró (1997), a consciência de classe “para si” não se caracteriza por uma simples mudança de opinião sobre a realidade, pois se trata de um processo de mudança na forma de se relacionar com o mundo, uma mudança na forma de se relacionar com o gênero humano. Nesse sentido, buscaremos traçar alguns parâmetros acerca da consciência de classe em movimento, entendendo que uma consciência de classe “para si” é capaz de reconhecer sua condição concreta como imperativo que identifica e separa classes sociais antagônicas, o que pressupõe o engajamento em tarefas políticas que estão colocadas para superação da realidade social e econômica empreendida pelo capitalismo.

1 – Do plano genérico ao singular: a constituição das individualidades.

O desenvolvimento da consciência de si é resultado, em primeiro plano, de um processo histórico de desenvolvimento da ontogênese, quer seja, do desenvolvimento de um aparato psicofisiológico capaz de moldar e expandir as capacidades intrinsecamente humanas¹¹. Isso só foi possível devido a um processo crescente de generalização da vida social, como pontuou Lessa (2002):

Tanto a vida material das sociedades, as relações que articulam a totalidade social enquanto tal, como o processo de constituição de cada subjetividade, da personalidade peculiar a cada indivíduo, adquirem ao longo do tempo um conteúdo crescentemente genérico (p. 134)

Com o aparecimento de uma realidade humana genérica, o desenvolvimento da espécie humana tornou-se, primordialmente, um fato social, histórico. Trata-se de uma constatação ontológica que revela um desenvolvimento progressivo de humanização do ser social, em que a socialização é compreendida como um dado necessário à individualização. Isso é fundamental para nos fazer compreender que, antes de atingir certo grau de desenvolvimento autônomo, a consciência encontra nos estímulos sociais sua base de sustentação. Se pensarmos do ponto de vista das etapas iniciais do desenvolvimento humano, isso também fica evidente quando analisamos a vida de um bebê, por exemplo, que, nos primeiros meses de vida, nada mais faz do que reproduzir sua realidade imediata, imitar os adultos mais próximos e interagir com o meio a partir da sua utilidade prática de sobrevivência. Trata-se, nesse caso, de uma consciência

¹¹ Nosso objetivo não é nos aprofundarmos sobre a questão do desenvolvimento da ontogênese e sua relação com o desenvolvimento do psiquismo e da própria consciência. Sobre esse assunto, é interessante consultar Engels (1876/2004) em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Igualmente interessante é a obra de Wallon (1979a) para entender, por exemplo, como o desenvolvimento motor coadunou com o desenvolvimento do psiquismo. Consultar também Leontiev (1978), que demonstra em seus estudos como a anatomia do cérebro humano difere de qualquer outro animal e isso se deve, basicamente, à evolução dos processos psíquicos superiores - que só foi possível por meio da socialização promovida pelo trabalho humano.

primitiva, uma consciência sincrética em que o indivíduo não se diferencia do meio social em que está inserido¹² (Wallon, 1979a).

Nessa fase, o bebê tem uma limitada noção de si, além do que, estabelece uma relação imediata com o meio em que vive, com a finalidade de suprir suas necessidades fisiológicas e, para tanto, lança mãos de artifícios básicos de comunicação - as emoções (Wallon, 1979a). Estas não apenas correspondem a uma primeira via de acesso ao mundo concreto, mas também são importantes para constituição das individualidades. Como diz o autor, a emoção:

Responde a uma fase psíquica mais primitiva do que a tomada de consciência pela qual a pessoa afirma sua autonomia. É em arrebatamentos passionais em que cada um se distingue mal dos outros e da cena total à qual se misturam os seus apetites, os seus desejos ou o seu terror que o indivíduo em primeiro lugar se compreende (Wallon, 1979a, p.152).

Quando as emoções imperam sobre a consciência, ou melhor, quando não se tem uma consciência capaz de codificar as emoções mais básicas, a criança não dispõe ainda de recursos psicológicos claros para se apropriar da sua individualidade, para se diferenciar do meio que predomina sobre o indivíduo (novamente estamos diante daquilo que Wallon denominou de consciência sincrética).

O que ocorre nesse período, pela estrutura psicológica ainda débil da criança, é que a relação social é assimilada antes como carga afetiva, não pelo seu conteúdo racional. Por isso é que Iasi (2006) comenta que “um valor pode ser assimilado antes de

¹² “O período inicial do psiquismo parece, portanto, ter sido contrariamente á concepção tradicional, um estado de indivisão entre aquilo que deriva da situação exterior ou do próprio sujeito. Tudo o que tem acesso à sua consciência permanece aí confuso ou, pelo menos, as delimitações que se podem aí fazer não são a princípio as do eu e de outrem, as do acto pessoal e do objecto exterior. A união da situação ou da ambiência e do sujeito começa por ser global e indiscernível” (Wallon, 1979a; p. 152).

assumir uma forma sistematizada de idéia, ou conceito, muito longe, portanto, de um valor moral ou saber científico” (p.140)¹³.

Nesse sentido, González Rey (2009a) se apóia em Vigotski para afirmar que as emoções constituem uma forma particular de registro da realidade. Além disso, é a fonte primária de comunicação entre o bebê e o mundo social. E é reconhecendo seu protagonismo que Vigotski (2003) observa que as emoções ativam outras funções psicológicas como o pensamento e a fala, e , mais do que isso, são responsáveis por integrar tais funções que englobam o sistema psicológico.

Nota-se, assim, que as emoções, mais do que um caráter funcional e prático, tem um caráter gerador (González Rey, 2009a). Essa é a razão pela qual a consciência da criança, ainda fortemente marcada pela baixa capacidade de representação simbólica da realidade, encontra possibilidades de desenvolver a fala, o pensamento categorial e representacional, especialmente na fase lúdica da criança que vai se afluando¹⁴ (Vigotski, 2003; Wallon, 1979a).

A partir de então, Vigotski (1999; 2001; 2003) e Wallon (1979a) consideram que a linguagem cumpre um papel cada vez mais central na constituição das individualidades e da própria consciência de si. O desenvolvimento da linguagem, dizem os autores, culmina com um nível complexo de estruturação do pensamento, quando as representações começam a tomar corpo e transcender o nível da realidade imediata.

A linguagem reflete a capacidade humana de expressar, a partir de conceitos e símbolos, aquilo que se pensa no âmbito privado (Wallon, 1971; 1979a; 1979b). De

¹³ Aqui Iasi não está se referindo somente aos primeiros anos de vida, uma vez que a afetividade exerce influência sobre o pensamento em todas as idades. De todo modo, a citação do autor se aplica a uma compreensão que busca enfatizar o caráter primordial das emoções no desenvolvimento humano.

¹⁴ Não será o caso de nos aprofundarmos em uma análise sobre a fase lúdica da criança e, por consequência, sobre o papel da imaginação e da fantasia no desenvolvimento psicológico, especialmente na infância. Mas é bom lembrar que se trata de um assunto de fundamental importância para se compreender o caráter gerador das emoções no marco da conquista de uma autonomia relativa da consciência frente à realidade. Para tanto, ver Vigotski (2003) e González Rey (2009b).

todo modo, para constituir sua individualidade, o sujeito se apóia, primeiramente, nos pensamentos partilhados socialmente. Nesse sentido, Vigotski (1999) reconhece que o processo de constituição da consciência de si, toma como ponto de partida o plano genérico para alcançar o plano da singularidade. Para demonstrar esse movimento primário da consciência, o autor se utiliza do conceito de significado.

O significado é (...) a estrutura interna da operação do signo. Isso é o que se encontra entre o pensamento e a palavra. O significado não é igual à palavra, nem é igual ao pensamento (Vigotski, 1999; p 179-180)

Para Vigotski (2001), o processo de generalização do pensamento só é possível com o desenvolvimento do significado da palavra. É, por isso, que o autor afirma que a palavra é o microcosmo da consciência humana. O pensamento, nesse sentido, “não apenas se expressa na palavra mas nela se realiza” (Vigotski, 1999; p.182). E, assim, o autor conclui:

Em geral, não existe signo sem significado. A formação da palavra é a principal função do signo. Há significado ali onde há signo. Esta é a faceta interna do signo. Mas na consciência há também algo que não tem significado (Vigotski, 1999; p. 182).

Para identificar o que há na consciência além do significado, Vigotski se debruça, desta vez, sobre o conceito de sentido. O psicólogo russo reconhece que, em primeiro lugar, “é preciso encontrar uma determinada construção de significados para expressar o pensamento” (Vigotski, 1999; p.184). Mas, como se chega a uma determinada construção de significados? Como eles se relacionam entre si na consciência do indivíduo para formar um sentido?

A criança, diz Vigotski (2001), conhece, primeiramente, somente as palavras que aprende na relação com as outras pessoas, mas à medida que o pensamento

simbólico vai tomando corpo, “a situação muda radicalmente: ao ver o objeto, a criança pergunta: Como isso se chama?” (Vigotski, 2001; p. 131).

Essa pergunta que busca nomear os objetos, significá-los, é o primeiro passo para a constituição de um sentido. A formação do sentido corresponde ao produto do significado, mas o primeiro é mais amplo do que o segundo. O sentido, diferente do significado, não é fixado pelo signo (Vigotski, 1999; 2001). O sentido se apoia no significado e isso fica evidente na pergunta efetuada pela criança: “Como isto se chama?”. Isso mostra que o significado representa zonas estáveis de sentido, mas este último agrega todos os elementos psicológicos que aparecem na consciência, inclusive, o significado (González Rey, 2009a; 2009b). O sentido é compreendido, portanto, como elemento que aglutina o significado, o signo, o pensamento e a palavra, mas, além disso, é o que gera dinamicidade ao sistema psicológico, o que ativa e integra seus diferentes elementos pela via das emoções e da afetividade (González Rey, 2009a).

A diferença entre significado e sentido é sempre relativa e tendencial e é importante ressaltar que, essas duas dimensões compõem uma unidade dialética entre duas facetas de uma mesma realidade. Mas, a diferença entre esses dois conceitos torna clara a capacidade de a consciência operar de maneira relativamente autônoma sobre a realidade social – isto é, o sentido pressupõe o significado, embora se desenvolva de maneira relativamente autônoma em relação a ele. É por isso que não existe correspondência necessária entre o significado e o sentido, entre fala e o pensamento; é por isso que nem tudo o que se fala é o que se sente e muitas vezes, os sujeitos não conseguem verbalizar ou escrever aquilo que pensam (Vigotski, 1999). Isso porque

existe uma diferença entre a substância dos conteúdos psicológicos e suas formas de expressão, que cumpre uma função social¹⁵. Vejamos o que Iasi (2006) diz a respeito:

Uma certa visão de mundo, uma consciência social, expressa-se numa linguagem (...) mas aquilo que está expresso encontra sua substância em algo que dela se diferencia e que a ela não pode ser reduzida. Isto significa que podemos estar confundindo a forma de expressão com a substância (p. 141).

Essas considerações de Iasi (2006) são importantes para que possamos diferenciar o mundo objetivo do mundo subjetivo, apesar de eles comporem sínteses permanentes representadas nas existências singulares constituídas dialeticamente.

Para Vigotski e Leontiev, o pensamento, antes de tudo, é um processo de apropriação consciente da realidade nas suas propriedades, ligações e relações objetivas. Entretanto, a forma como o pensamento se desenvolve e se estrutura é um dado que revela o caráter gerador da consciência, a partir da elaboração de sentidos particulares para cada experiência vivenciada (Leontiev, 1978; Vigotski, 1999).

Assim, mesmo sendo responsável pela generalização do conhecimento, a linguagem se desenvolveu de forma distinta nas mais variadas culturas¹⁶ e se manifesta de diferentes maneiras, variando de pessoa para pessoa.

Dessa forma, Vigotski e Leontiev consideram a linguagem a fonte mais rica de apropriação da História e da diversidade da cultura humana. Ela não só cumpre um papel de comunicar os pensamentos, mas também é responsável por internalizar a vida social, por personalizar a sociedade e socializar a personalidade - a linguagem dinamiza

¹⁵ A distinção que Vigotski (1999) faz entre fala interna e externa é importante para compreendermos como se processam as diferenças entre a função psicológica e social da linguagem. Para aprofundar sobre essa questão, consultar a obra citada.

¹⁶ O impacto da cultura para o desenvolvimento da individualidade e da consciência não pode ser, de modo algum, negligenciado. De todo modo, trata-se de um tema tão complexo que, se fôssemos nos debruçar sobre ele, perderíamos o foco do nosso estudo. O que podemos indicar, neste momento, é que Vigotski e Wallon se preocuparam em analisar essa questão. Para além das obras citadas desses autores, a esse respeito, ver também Freire (1989; 2001) e Martín-Baró (1980).

o processo consciente que vai do plano genérico ao singular e vice e versa (Leontiev, 1978; Vigotski, 1999).

A linguagem também é um elemento fundamental na mediação que os sujeitos estabelecem entre si e com os objetos, para conhecer melhor as relações que os circundam, as fraquezas, as potencialidades, os gostos e interesses humanos. As emoções, antes uma manifestação psicofisiológica, por meio da linguagem pode ser representada pela via dos sentimentos, isto é, uma estruturação racional e consciente daquilo que subjetivamos, quando tomamos contato com os outros ou com determinados objetos ao nosso redor. A partir de então, está dada a possibilidade de exprimir aquilo que se pensa e que se sente, de maneira articulada e complexa, sobre algo ou sobre um relacionamento (Vigotski, 1999; Wallon, 1971).

O indivíduo passa a estruturar seu campo de ação com base no que os outros dizem, pela maneira como se expressam e reagem diante de situações das mais diversas, e não simplesmente apenas pelo contato físico, imediato, com a sociedade e com a natureza. Com isso, abre-se também a possibilidade de argumentação racional estabelecida com base nos valores morais fixados em uma dada sociedade (Wallon, 1979a).

Não é preciso lembrar que a racionalização representa um conjunto de percepções afetivas e racionais que se entrecruzam no pensamento e na linguagem. Por isso é que Vigotski reconhece que a linguagem da criança, por exemplo, é caracterizada por um conteúdo marcadamente afetivo e volitivo (Vigotski, 1999). A maneira como o sujeito se apropria da razão, dos conceitos e da fala não caracteriza um fenômeno estritamente cognitivo, porque nelas se encontram funções de ordenamento emocional, na busca por se situar no mundo social e conquistar sua individualidade, como observam Galvão, 1995, Mahoney, Almeida e Almeida, 2005.

Por isso, não há desenvolvimento humano que não integre a dimensão do afeto e da razão. A partir do momento em que a mediação sujeito-meio-sujeito (Vigotski, 2001) torna-se consciente, articulando os significados aos sentidos e vice-versa, a consciência não se limita mais a apreender a realidade palpável e imediata. Sua percepção tem agora um sentido categorial, representacional, emotivo e racional (a emergência da consciência de si) (Duarte, 2004; González Rey, 2009a; Vigotski, 2001; 2003; Wallon, 1979a).

Os significados se sobrepõem sobre a percepção sensível, os sentidos emergem das experiências e a consciência passa a diferenciar objetos, qualificar relações e categorizar tudo aquilo que vive. A categorização acentua-se à medida que o sujeito começa a perceber a contradição dos fatos - a consciência quer conhecer o objeto e seu oposto. É o primado da contradição sobre a identidade que incomoda, que emociona e que desafia os sujeitos. No entanto, são as sínteses realizadas a partir dessas contradições que eles estabelecem que os situam e que geram o conhecimento racional.

A consciência se movimenta a partir da análise das contradições que se colocam acessíveis, em um primeiro momento, para a percepção sensível como: entender que a água, por suas propriedades, amolece a argila. E as contradições avançam e ganham espaço no campo da significação cultural, social e afetiva - a diferença entre o “nós” e os “outros” de que trata Wallon, por exemplo.

Os “outros”, aliás, têm uma função elementar para o desenvolvimento das singularidades. Lembremos que a sociabilidade é um pressuposto para a individualidade. Nesses termos, Wallon (1979a) observa a importância do outro no desenvolvimento da consciência de si. O outro não é simplesmente aquele com quem o sujeito estabelece relações de proximidade física, mas é aquele com quem ele estabelece uma relação de proximidade afetiva. Aquele com quem o indivíduo se aproxima

afetivamente é aquele cujos valores são internalizados pela criança, é o que Wallon (1979a) chama de “socius” (p.156).

“O socius ou o outro - diz o autor - é um parceiro perpétuo do eu na vida psíquica (...) qualquer deliberação, qualquer indecisão é um diálogo por vezes mais ou menos explícito entre o eu e o objector” (p.156)

E sobre isso Wallon completa: “Estas conversas com os outros lembram os diálogos da criança com ela mesma que desaparecem por volta dos três anos quando o eu começa a afirmar-se” (p.157).

Notamos, então, que o “outro” cumpre um papel fundamental para a afirmação da individualidade, pois ele atua, primeiramente, no plano afetivo (o outro de que eu gosto ou de que não gosto, que me faz sentir bem ou mal, de que vou me aproximar ou me afastar).

O “outro”, inicialmente, confunde-se com o “eu”, mas o indivíduo, em um dado momento, passa a reconhecer uma diferença substancial entre ele e as outras pessoas. Mas essa diferenciação não para por aí. Pela diferenciação, o sujeito capta determinadas contradições que emergem em seu contexto de vida. Assim, acumula conhecimentos para objetivação de uma síntese das ações anteriores (por exemplo, o sujeito aprende que se deve colocar pouca água na argila, para que ela amoleça, mas não se desfaz como na vez anterior).

Quanto mais se desenvolve o pensamento e a linguagem, tanto mais o sujeito toma consciência das propriedades de um objeto, fundamenta suas emoções e seus comportamentos, entende a funcionalidade das suas ações, gera sentido para elas, analisa as interações objetivas que se estabelecem no meio natural e social. Trata-se de uma ruptura parcial com o nível sincrético, que permite o sujeito elaborar escolhas a

partir de suas próprias avaliações (Wallon, 1979a). Nessa fase, o sujeito passa a representar sua realidade pela via da categorização. A criança identifica a noção de “nós” e de “outros”, categoriza seus pensamentos, suas emoções e sua realidade - eis o ponto de partida para constituição da individualidade, eis que se inicia uma relação cada vez mais consciente do indivíduo com a realidade genérica. (Vigotski, 1999; Wallon, 1979a).

2 – Do singular ao genérico: a constituição de uma consciência de classe “para si”

Quando estão dadas as possibilidades para se apropriar de um conteúdo afetivo-racional, de uma forma de relacionamento, estão dadas as condições para uma tomada de consciência, mesmo que implícita, acerca do gênero humano. Segundo Wallon, o sujeito se vê como membro de um grupo que, por sua vez, diferencia-se de outros grupos pelos seus valores e objetivos, pelas suas motivações e finalidades práticas. Ele reconhece que um grupo nasce sempre em relação ou em oposição a outros grupos, que lhes dão um parâmetro de ação, do certo e do errado (Wallon, 1979a). É aquilo que Wallon (1979a) chama de grupos de referência. Esses grupos tornam-se referência a partir da imersão do sujeito no meio em que ele vive. Em um primeiro momento, a criança é dependente dos outros, mas de todo modo, as relações desde o início vão se constituindo a partir de vínculos afetivos. Como Iasi (2007) diz:

Antes mesmo que a criança venha a receber qualquer informação sistematizada, já possui um conjunto de valores interiorizados que para ele são verdadeiros e naturais, pois estabelece com eles profundos vínculos afetivos e percebe uma correspondência com as relações concretas em que está inserida (p.22).

Os grupos de referência emergem em meios sociais nos quais vivem um conjunto de pessoas que se identificam não apenas pelas especificidades da vida material, mas, especialmente, pelos valores que partilham. A esse respeito, Wallon (1979a) afirma:

O **Nós** pode aliás ter duas orientações distintas, uma positiva e outra negativa, uma extensiva e outra restritiva, uma que reúne e a outra que exclui (...) O primeiro sentido origina a solidariedade e o segundo a desconfiança, por vezes a hostilidade (...) (p. 174. Negrito do autor).

Sem deixar de reconhecer o papel da singularidade na constituição da própria individualidade, o que Wallon quer chamar atenção é que a adesão a valores como a solidariedade ou, por outro lado, como a hostilidade e a desconfiança, não depende simplesmente de livres escolhas dos indivíduos diante de um grupo ou de outro, frente a um determinado conjunto de valores que cada um representa. Depende, em grande medida, do contexto real em que a pessoa vai se desenvolvendo, com quem se relaciona concretamente, de quem é dependente em um primeiro momento, quais elementos da realidade social e material proporcionam ou não o desenvolvimento de determinados valores. É por isso que compreendemos, assim como Costa (2005), que as escolhas são tomadas sempre em relação a um campo de possibilidades histórico-concreto e tendem a se tornar cada vez mais complexas ao longo da vida.

Dentro de um determinado contexto, a criança inicialmente se vê diante de escolhas que vão demarcar, fundamentalmente, aspectos da sua personalidade: escolhe, por exemplo, a partir de um campo histórico-concreto de possibilidades, com que brinquedo quer brincar, com quem vai se relacionar, de que tipo de roupa mais gosta, qual cor mais lhe atrai mais, etc. E a partir do momento em que o sujeito se insere no

mundo do trabalho no capital (compreendendo que sua escolarização inaugura esse processo e que o trabalho e a exploração infantil é uma realidade cada vez mais presente, especialmente, nas classes populares), quando ele é cada vez mais envolvido pela política e pela economia, que ele se vê diante de escolhas mais complexas que vão determinar, de maneira decisiva, sua relação com o genérico, o que pode alterar, inclusive, os rumos da sua vida e da sua coletividade.

Sobre essa apropriação que vai, predominantemente, do singular para o genérico, procuramos demonstrar, neste tópico, que o impacto das classes sociais sobre a consciência varia de sujeito para sujeito, de grupo para grupo. De todo modo, tal como afirma Iasi, ele é evidenciado pelos fatos objetivos, sociais, políticos e econômicos com os quais a consciência, obrigatoriamente, terá de fazer a mediação, desde seu nível mais primitivo, no âmbito mais imediato das suas relações - no caso da família, por exemplo - independentemente da sua boa ou má vontade (Iasi, 2006; 2007).

Diante de uma situação de exploração e opressão que a maioria da população está submetida, o sujeito que vive da sua força de trabalho pode optar por caminhos distintos. Pode se submeter, sem problema nenhum, ao assalariamento, acreditando que “as coisas são assim mesmo”. Ou, então, trabalha porque sabe que o salário é sua fonte de sobrevivência, mas tem, de uma forma ou de outra, consciência de que é explorado. Se tiver consciência disso, pode agir para tentar mudar essa situação, ou pode ficar indignado, revoltado, mas sem buscar alternativas concretas para mudar esse quadro (Frederico, 1979a; 1979b; Iasi, 2006; 2007)

Com essa análise não pretendemos, todavia, tocar em todas as mediações que refletem as idas e vindas de uma consciência de classe. Não pretendemos também

enquadrar pessoas em determinado grau de consciência de classe¹⁷. O que queremos é compreender o movimento que o sujeito opera sobre a realidade e o da realidade sobre o sujeito.

A problemática da consciência de classe torna-se mais complexa quando notamos não existir identidade mecânica entre a origem de classe, uma determinação real, e sua consciência acerca dessa determinação.

A consciência parece vagar acima dessas determinações permitindo combinações improváveis, como pequenos burgueses com consciência proletária, proletários com consciência pequeno-burguesa, camponeses mais convictos do projeto proletário que o próprio proletário, capitalistas com convicções socialistas e socialistas com fortes convicções burguesas. O fato é que a consciência é ela mesma uma das determinações do ser de classe (...) (Iasi, 2006 p. 337).

Com isso, não podemos concluir que a classe trabalhadora seja ontologicamente reformista ou, então, em outro extremo, ontologicamente revolucionária (Frederico, 1979a; 1979b; Iasi, 2006; 2007). Consideramos, ao contrário, que existam diferentes graus de envolvimento político, demarcados, historicamente, pela ação dos sujeitos reais. Esses graus se expressam pelas escolhas, pelas decisões tomadas, pelas formas de

¹⁷ Embora não utilizemos a terminologia *grau*, uma vez que tratamos da consciência de classe em movimento, sabemos que *grau de consciência* é comumente usado no campo do marxismo. Mas é importante destacar que a utilização desse termo não implica, necessariamente, em uma compreensão mecânica sobre a problemática em questão. O próprio Lukács (1923/2003), que utilizou o termo “grau de consciência”, afirma que: “não se pode dar uma tipologia histórica e sistemática dos possíveis graus de consciência de classe” (p. 147). Veremos na próxima nota de rodapé, que o próprio autor de *História e consciência de classe*, trabalho no qual extraímos a presente citação, reconheceu que algumas passagens dessa obra depõem contra sua tentativa de não demarcar graus rígidos de consciência de classe. Devemos reconhecer que se trata de uma obra contraditória, mas seremos justos ao reconhecer, também, que o próprio autor foi capaz de enxergar os problemas contidos nessa obra.

se posicionar diante de determinadas dimensões de sua vida no vasto campo da economia e da política.

Como vimos, a origem de classe de um indivíduo ou de um grupo social não determina suas posições políticas. As escolhas não são feitas, simplesmente, de maneira racional, pela análise fria de uma realidade concreta, ou apenas por uma compreensão lógica acerca de como as coisas funcionam no capitalismo (o que é uma das condições para a tomada de uma consciência de classe, mas é o produto de um processo de reflexão política e não necessariamente seu ponto de partida). O sujeito pode despertar para a desigualdade social, por exemplo, não porque trabalha muito e ganha pouco, mas porque se emociona quando vê um sujeito em condições mais precárias que a sua como um mendigo na rua, ou quando uma criança vem ao seu carro pedir esmola. Para despertar a racionalidade, entender objetivamente como operam algumas leis do capitalismo, o indivíduo tem de se sensibilizar sobre esse fenômeno. Tem de viver emocionalmente uma situação antes de racionalizá-la (Iasi, 2006).

Emocionado diante das mazelas do capitalismo, pode ou não representar sua emoção em forma de sentimento e racionalizar a experiência vivida. Pode ou não progredir para um ciclo progressivo de contestação e negação da ordem. Pode também reelaborar seus pensamentos e achar, por exemplo, que o mendigo que bateu à sua porta não passa de um vagabundo, mas, ao mesmo tempo, acredita que ele é vítima de um sistema que ainda não entendeu bem como funciona.

A consciência está aberta a todas as possibilidades, está exposta às mais vastas contradições. Por isso, velhos valores podem conviver muito bem com novos valores (Iasi, 2006). O sujeito acredita agora que o mendigo é vítima do sistema, mas continua a se prender no plano da superficialidade em sua antiga visão de que o indivíduo é

culpado pela sua própria condição de pobreza. É o que, para Kosik (1961), seria uma análise ainda calcada na pseudoconcreticidade, limitada ao fenomênico, embora sua visão de mundo esteja sendo abalada pela convivência de valores contraditórios.

Para Iasi (2006), a consciência se movimenta diante da negação e do consentimento da ordem. Pode alternar períodos de maior adaptação e submissão, com períodos de maior indignação e ativismo. O sujeito avança ou retrocede em relação à consciência de classe a partir da análise das contradições sociais, políticas e econômicas, mas também a partir das contradições na forma como ele passa a enxergar a si mesmo e o grupo social, com o qual ele, até então, se identifica. Quando vive uma “crise marcada pela não correspondência entre os antigos valores e certa vivência objetiva” (Iasi, 2006, p. 244), a consciência se vê obrigada a rever suas representações atuais. Quando, por exemplo, passa a enxergar contradições entre a riqueza produzida e a miséria da população e, a partir daí, passa a refletir criticamente sobre a lógica do sistema capitalista perguntando-se como pode um sujeito que vive na pobreza, que não goza da riqueza e das possibilidades que o capitalismo engendra, alcançar uma melhor condição de vida?

Digamos que esse questionamento, que um sujeito hipotético faz a si mesmo, seja um primeiro passo para ele entender a essência da problemática em questão (as classes sociais), a partir da análise de um fenômeno dela decorrente: a desigualdade social. Seria, portanto, nas palavras de Kosik (1961), o início para a superação da pseudoconcreticidade, que pode ocorrer a partir de uma crise gerada pelo choque entre os antigos valores e uma vivência objetiva, que sensibilizou o sujeito diante do quadro social e econômico em que vivemos. Esse processo, que reflete a emergência de uma consciência de classe “para si”, caracterizado por idas e vindas, marca também

mudanças de atitude: o sujeito torna-se mais solidário para com os pobres ou diante dos problemas enfrentados pela sua classe, ou pelos seus vizinhos, por exemplo. Ele poderá atuar de alguma maneira para transformar a realidade em que vive. Isso representaria uma transformação - ainda que seja parcial e nunca absoluta - de uma práxis fetichizada e utilitária para uma práxis refletida (Kosik, 1961).

Em uma situação inversa, o caso de um sujeito que generaliza uma situação particular se apega ao exemplo de alguém que “veio de baixo” e “subiu na vida”, tomando a exceção como regra ao culpabilizar os indivíduos das classes menos favorecidas pela suas próprias condições de miséria e pobreza (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Considerando que o exemplo desse indivíduo que “venceu na vida” apareceu na consciência como objeto de reflexão política, como um elemento novo a ser considerado na leitura que se faz da realidade, o fato de ele ter sido pobre e se tornado um sujeito bem sucedido, alguém poderia questionar: por que os outros que estão na mesma condição de pobreza não podem também melhorar de vida? Seria por falta de vontade desses indivíduos, já que o sistema dá oportunidade para quem se empenha e tem vontade de vencer?

Os diferentes questionamentos gerados a partir das contradições do próprio capitalismo, ora negando, ora reforçando a lógica capitalista, servem-nos para demonstrar que as representações da consciência não são bem delimitadas, tampouco absolutas. Elas se caracterizam por um determinado patamar de coerência - ou pela falta de coerência - entre o sentir, pensar e agir.

O que está em jogo é o movimento da consciência entre a negação e o consentimento da ordem, um movimento que, para Kosik, oscila entre a práxis fetichizada e a práxis refletida, entre aquilo que Kosik (1967) e Heller (1987; 2000)

denominam de cotidianidade e seu contraposto, a elevação ao plano da genericidade (Heller, 1987).

Podemos observar que Kosik chama de práxis refletida tudo aquilo que transcende e que “irrompe na vida de cada dia” (p. 71), ao passo que a cotidianidade é compreendida como a “consciência ingênua” (p.71) em que todos os fenômenos sociais são automatizados e naturalizados - é a “religião do dia útil” (p72). Pois bem, assim como Kosik, Heller (1987; 2000) reconhece o relacionamento recíproco entre essas duas esferas, que podemos entender como sendo a consciência de classe “em si” (cotidianidade) e a consciência de classe “para si” (elevação ao plano da genericidade, desnaturalizando o individualismo e a hostilidade que permeiam as relações sociais).

Entre a consciência de classe “em si” e a consciência de classe “para si” existem mediações complexas, uma reciprocidade contraditória, predomínio momentâneo de uma esfera sobre a outra que nem sempre é fácil de ser identificado. Essa problemática diz respeito às mediações estabelecidas entre os indivíduos, uma vez que elas envolvem a dimensão do afeto, dos costumes, hábitos, valores, inclusive, aqueles passados de geração para geração, a relação familiar, etc. Mas a problemática da consciência de classe opera, fundamentalmente, nas relações estabelecidas entre indivíduos e as classes. Nas palavras de Frederico (1979a)

No modo de produção capitalista a propriedade privada, que mantém “unidas” as classes sociais, produz efeitos assimétricos na burguesia e no proletariado. Na burguesia, produz auto-satisfação, tendência à conservação e a ilusão de que ela é o sujeito que promove a produção do mundo. Para o proletariado, porém, a propriedade representa instabilidade intrínseca na medida em que as suas necessidades mais elementares dependem das vicissitudes do processo de produção capitalista (p. 24).

Dessa colocação, o autor extrai duas reflexões. A primeira é que a consciência de classe encontra barreiras concretas para se desenvolver como tal. Ela, todavia, não depende de esperar uma melhoria das condições de vida. Ela depende de uma ideologia de classe. Assim continua o autor:

No plano da ideologia, a propriedade privada envolve as duas classes no mesmo processo de reificação. Mas, enquanto a burguesia, prisioneira privilegiada dos seus interesses de classe, procura conservar e ampliar a situação reificante em que se encontra, o proletariado permanece dilacerado entre a ideologia dominante e a vivência de sua situação de classe. Por isso a reificação em que se encontra é contraditória. Na consciência operária coexistem conflitivamente esses dois estados: a apatia gerada pela reificação e a inquietude decorrente de sua situação de classe (Frederico, 1979a, p. 24).

A propriedade privada é o que une e o que separa as classes sociais no capitalismo (Frederico, 1979a; 1979b). Tanto mais une, quanto mais a classe trabalhadora se faz dispersa, quanto mais ela está imersa na cotidianidade, isto é, quanto mais ela fica presa ao fenomênico sem compreender a propriedade privada como elemento fundante (essencial) da exploração e dominação. Tanto mais separa, quanto mais as classes oprimidas identificam o entrave em comum, superam a pseudoconcreticidade e fazem História (Kosik, 1961). Por isso é que a arma da classe trabalhadora é a crítica à propriedade privada e não cabe a ela primar pela sua conservação, justamente por que, caso contrário, prima pela própria reificação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, pela sua dilaceração. Enquanto isso, a consciência de classe burguesa está condenada a viver as limitações objetivas da produção capitalista e

a burguesia como classe, ao contrário dos trabalhadores, não é capaz de transformar sua práxis fetichizada em uma práxis refletida¹⁸.

A progressiva negação da ordem, que depende de uma condição concreta, inclusive, para que possa emergir como ideologia, corresponde a uma consciência de classe “para si” em franca ascensão, que pode sofrer, por inúmeras razões, progressos ou retrocessos. Esses progressos ou retrocessos indicam contradições presentes na constituição de uma consciência de classe.

Para refletir sobre a constituição de uma consciência de classe é inevitável analisar a dimensão político-ideológica que constitui esse processo. Para Martín-Baró (2000), a tarefa da consciência de classe “para si” é desideologizar as relações sociais e de produção. Particularmente, achamos a definição de Lênin sobre ideologia ampla e mais adequada. Em sua obra clássica *Estado e revolução*, Lênin (1917/2007) fala da ideologia do proletariado, isto é, de uma ideologia que se contrapõe à ideologia burguesa. E considera a ideologia como um conjunto de valores morais e políticos voltados para a dominação de uma classe sobre a outra (lembrando que o socialismo não põe fim à luta de classes, senão representa a sua fase mais aguda. Nesse caso, tratar-se-ia da dominação da maioria sobre uma minoria e o comunismo, nesse sentido, eliminando as classes, eliminaria também a ideologia). Em resumo, a ideologia do proletariado é uma ideologia que nega a si mesma, para negar a sociedade de classes. Mas, então, por que usar o termo ideologia do proletariado se ela tem um caráter

¹⁸ As limitações concretas que a burguesia encontra para alcançar uma práxis refletida são analisadas por Lukács (1923/2003) em *História e Consciência de classe*. Nessa obra, Lukács fala da oposição contraditória entre os interesses e a consciência de classe, focalizando, em realidade, a burguesia e a pequena burguesia. Trata-se de uma compreensão importante, mas como o próprio autor reconhece no prefácio de 1967 (Lukács, 1923/2003), essa noção por si só ignora o movimento da consciência de classe, que pode ser realizado a despeito da origem de classe. Ainda sobre *História e Consciência de classe*, vale a pena ressaltar que o filósofo húngaro faz uma distinção entre uma consciência psicológica (por assim dizer, uma “falsa” consciência) e uma consciência adjudicada, esta compreendida como uma consciência de classe “para si”. Compreensão que também não nos parece a mais adequada, uma vez que, como temos defendido até o momento, a consciência de classe nunca é absoluta e, portanto, não anula o que o autor denominou de consciência psicológica, embora aquela seja mais ampla do que esta.

desmistificador, diferente da ideologia burguesa, que quer a manutenção da sociedade de classe, ao passo que o proletariado quer seu fim? Essa questão faz Iasi (2007), quando este autor se contrapõe (não no essencial, mas conceitualmente) ao conceito de ideologia preconizado por Lênin. Ainda sim, mesmo existindo uma diferença substancial entre a política do proletariado e da burguesia, optamos pela utilização do termo ideologia, pois ele denota um contexto de luta de classes. Seja mistificadora ou desmistificadora, a respeito da ideologia, Meszáros afirma:

“O problema prático relevante permanece o mesmo, isto é, como resolver “através da luta” o conflito fundamental relativo ao interesse estrutural de controle do metabolismo social como um todo. Assim imaginar que a teoria socialista poderia ser “ideologicamente neutra”, e pretender que ela definisse sua posição nesses termos (...) na realidade, é uma estratégia autodesarmante” (Meszáros, 2008; p. 12. Aspas do autor).

Por isso, a partir de agora, trataremos da ideologia burguesa não simplesmente como ideologia, mas como ideologia dominante, ideologia da classe dominante. A partir daí, é importante ressaltar que a ideologia dominante não tem apenas um caráter falseador da realidade, já que, também por meio dela, é possível observar as motivações reais de uma consciência implicada no mundo concreto, no próprio sistema social vigente (Eagleton, 1997).

Assim sendo, podemos considerar que a consciência de classe “para si”, como ideologia das classes subalternas, teria como tarefa fundamental a desmitificação da realidade. Para tanto, vai reconhecendo a política subordinada à economia e não o inverso, como ocorre no capitalismo, em que os interesses políticos de uma classe sufocam os interesses econômicos de uma ampla coletividade. Dessa forma, na consciência de classe “para si”, a vida ganha prioridade sobre o lucro, o meio ambiente

ganha prioridade sobre o poder de consumo, os anseios da massa ganham prioridade em relação aos anseios de uma minoria. Trata-se de valores que só são passíveis de serem tomados “para si”, a partir da apropriação prática de uma realidade política que também deve ser tomada “para si”.

As ações, atitudes e comportamentos correspondentes a uma consciência de classe “para si” estão acompanhados de uma negação dos valores ético-políticos preconizados pelo capitalismo, que difunde, com sua ideologia individualista, uma realidade predatória sufocante. A consciência de classe “para si” é, na visão de Kosik (1961) e Heller (1987; 2000), uma consciência que desnatura as relações sociais, que faz a História predominar diante da cotidianidade, é uma consciência que desmistifica aquilo que é vivido no dia a dia como algo banal, mas que, na realidade, é tão absurdo que coloca em risco a vida da própria humanidade - para Kosik a consciência de classe “para si” é uma “consciência absurda” (p76) que supera (ao menos parcialmente) o automatismo da vida cotidiana.

Da reflexão sobre o sentido da cotidianidade nasce a consciência absurda, a qual não se encontra sentido algum na cotidianidade (...) Não se procura o sentido da cotidianidade – com o seu automatismo e a sua imutabilidade – porque ela se tornou um problema mas porque no seu problematismo se reflete o problematismo da realidade: originariamente não se procura o sentido da cotidianidade mas o da realidade. O sentido do absurdo não surge da reflexão sobre o automatismo da cotidianidade, mas a reflexão sobre o cotidianidade é uma *conseqüência* da absurdidade em que a realidade histórica colocou o indivíduo (Kosik, 1961, p. 76).

Em face do exposto, Kosik reconhece a possibilidade histórica de a realidade em que vivemos ser superada pela “consciência absurda”, que toma consciência das mazelas sociais diante de tanta riqueza produzida socialmente. Mas isso não significa ter encontrado uma fórmula revolucionária para superação da cotidianidade e para emergência de uma consciência de classe “para si”. Assim como Mandel (2001) e Novack (2001) apontam, aprendemos com as experiências da classe trabalhadora e delas extraímos algumas conclusões a respeito do melhor caminho para se alcançar um patamar de sociabilidade “para si”, uma sociabilidade livre das classes sociais. Trata-se, em última instância, de um conjunto de valores que as classes oprimidas possam aderir, conscientemente, para por fim às condições concretas que lhes foram impostas. Valores estes baseados em uma factibilidade revolucionária, na possibilidade concreta de construção de uma sociedade socialista. Valores que pretendem fundar uma nova cultura impulsionada pela práxis no campo da economia e da política, mas uma práxis voltada também para a preocupação em estabelecer uma nova forma de nos relacionarmos uns com os outros, entre homens e mulheres, a relação da sociedade com ela mesma, para apreender a totalidade do gênero humano e do meio ambiente como duas dimensões de uma mesma realidade.

Todavia, justamente por ser um processo e não um estado da consciência, é importante ressaltar que a passagem da consciência de classe “em si” para uma consciência de classe “para si” pode ocorrer de maneira lenta e gradual, mas também essa passagem pode ocorrer por saltos, que representam avanços bruscos da consciência política. Nas palavras de Frederico (1979a): “O *salto* esvazia qualquer interpretação que procure dar à consciência operária um caráter progressivo e linear” (p. 34).

Sendo por saltos ou não, Frederico (1979a), em seu estudo sobre a consciência de classe de operários de uma empresa de médio porte, deparou-se com quatro momentos da consciência de classe, que podem existir concomitantemente, exceto a última que é uma negação das anteriores.

O momento mais elementar da consciência de classe, aponta Frederico (1979a), é aquele que se refere a uma subordinação menos “brutal” nas relações de trabalho, que se caracteriza por uma simpatia com o bom patrão que respeita os funcionários. Existe também aquela consciência que aceita a dominação patronal, mas clama por melhores condições de trabalho e aí se operaram greves, lutas por melhoria da qualificação, desmotivação para produzir. Um terceiro momento está representado quando o trabalhador sente necessidade de trabalhar por conta própria, o que esconde uma vontade de se livrar da subordinação ao patrão, mas não do capitalismo. Por último, a consciência de classe “para si” revela-se com maior agudeza por meio daquela consciência que nega a própria dualidade trabalhador/patrão e que reivindica a supressão dos dois contrários.

Já Iasi (2006; 2007) reconhece três momentos simultâneos (ou não) que expressam o movimento de uma consciência de classe “em si” para uma consciência de classe “para si”. São eles: (1) aquela consciência subordinada ao capital; (2) aquela consciência que rompe de certa forma com a ordem vigente, mas que não leva até as últimas consequências, ou seja, que não rompe com o juridicismo que permeia as relações de classe (aqui estamos diante de uma consciência cidadã, não de uma consciência de classe “para si” nos termos marxianos); (3) aquela consciência que entende que o Estado serve a uma classe e que, por isso, é necessário romper com o aparato jurídico-estatal burguês, tomando o poder político para pôr fim, posteriormente,

ao Estado e, com isso, pôr fim à reificação e a todas as formas de exploração de uma classe sobre a outra, pela via do trabalho livremente associado (Iasi, 2006; Meszáros, 2006; 2008).

Esses momentos da consciência de classe caracterizam um movimento que vai do grupo à classe (Iasi, 2006; 2007; Wallon, 1979a). Para Wallon, um conjunto de trabalhadores reunidos em uma fábrica, por exemplo, se constitui como um simples grupo de trabalho. Um grupo de trabalhadores que se reúne por força do trabalho, ou que se organiza pontualmente para obter, por exemplo, uma condição de salário mais digna, é diferente de um grupo que se identifica como classe (Wallon, 1979a).

Como indivíduo, o sujeito busca alternativas individuais, centradas na sua própria necessidade, no imediatismo das suas relações. Como grupo, age focalmente diante de uma situação problemática, para resolver os problemas pontuais, referentes ao salário, aos cortes na empresa, entre outros exemplos. Como classe, age por melhorias salariais, contra os cortes da empresa, mas faz isso dentro de um projeto estratégico que não para por aí. A classe não quer um salário melhor apenas, quer sua redenção, quer lutar contra as amarras do capital. Enxerga na luta transitória um meio para avançar na lutas da sua classe, busca, assim, aliar as reivindicações particulares às genéricas (Iasi, 2006; 2007).

Analisando o movimento que vai do grupo à constituição de uma classe, não podemos deixar de citar a clássica frase de Marx (1847/2001) em *Miséria da Filosofia*, quando ele trata exatamente dessa questão: da identidade de classe. Vejamos o que nosso filósofo diz a esse respeito:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta (...) essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defendem tornam-se interesses de classes. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (...) (p. 151).

Semelhante análise Marx (1852/2003) realiza quando descreve a condição material do campesinato francês, no período napoleônico, destacando que, além de uma situação econômica comum, para a constituição de uma consciência de classe “para si” é necessária uma identidade que extrapole qualquer distância geográfica de vida e de trabalho, elaborada nas lutas sociais, por meio da construção de uma comunidade política gerada, especialmente, pela organização de organismos políticos da classe.

Marx considera uma situação econômica comum, um pressuposto para o aparecimento de uma consciência de classe “para si”, mas em nenhum momento ele afirma que uma situação em comum basta para o desenvolvimento “para si” dessa consciência. É preciso associar uma situação econômica comum com elementos políticos e ideológicos para a constituição de uma identidade de classe que possibilite a construção de organismos políticos.

Nessa perspectiva, o problema central para a psicologia seria, então, compreender como se processa essa identidade de classe, o que nos obriga a levar em conta uma dimensão desse fenômeno, negligenciada, muitas vezes, pelo marxismo: a afetividade.

Em nossa opinião, o marxismo tende a racionalizar em demasiado o processo de tomada de consciência de classe “para si” – referimo-nos, especialmente, ao marxismo mecanicista, que, segundo Séve (1979), trata o psicológico como mero artifício da realidade.

Acreditamos que, para uma análise dialética sobre a consciência política, não podemos ignorar os avanços da ciência psicológica em seus estudos sobre as emoções e os afetos. Compreender a consciência de classe sem refletir sobre a tomada de consciência de classe é reduzir a questão a uma só esfera: a da objetividade. Do mesmo modo, substituir a tomada de consciência pela consciência de classe é cindir a subjetividade da objetividade.

Defendemos, nesse sentido, que a afetividade cumpre um papel fundamental para englobar, como diz Meszáros (2008), “uma multiplicidade de grupos sociais” (Meszáros, 2008, p. 89). Segundo Iasi (2006; 2007), Vigotski (1999; 2001) e Wallon (1979a; 1979b), o afeto é parte integrante da consciência e exerce influência, inclusive, na constituição de uma consciência política, pois o afeto impulsiona o conhecimento lógico e racional.

Para Vigotski (2001), a linguagem cumpre uma função primária que é expressiva-emocional. Isso não é só válido para os primeiros anos de vida. Esse fenômeno demonstra, para o autor, o protagonismo das emoções na constituição do sistema psicológico, dos significados e dos sentidos que estão envolvidos, inclusive, na construção de uma identidade política. Os sentidos gerados pelas experiências são constituídos com base naquilo que afeta os sujeitos. Aquilo que afeta é aquilo que emociona, que sensibiliza e mobiliza o indivíduo.

Todavia, seria limitado de nossa parte acreditar que só a afetividade basta para a constituição de uma consciência de classe. O afeto sem a razão é pura emoção. Para

Wallon (1979a), a razão é responsável pela transformação da emoção - uma manifestação corporal e psicofisiológica - em sentimentos, isto é, a tradução daquilo que o corpo sente para a dimensão da consciência. Os sentimentos são comunicados socialmente, geram significados e produzem sentidos, assim, constituem a base para a constituição dos valores.

Sem querer fugir da discussão que nos propomos neste momento, o que vale a pena ressaltar é que não há a possibilidade de pensar um processo racional sem levar em conta a dimensão emocional e vice-versa (caso contrário, estaremos lidando, de acordo com Vigotski (2001; 2003), com um estado patológico). Por isso é que, para englobar uma multiplicidade de grupos em torno de uma ação política comum, contra o capital, esses grupos devem estar convencidos da negatividade do capitalismo, tendo uma compreensão lógica sobre como funciona o sistema. Mas, as questões que levantamos para reflexão são: como as pessoas chegam a essa compreensão lógica? Como elas se sensibilizam sobre a temática da desigualdade social, sobre as mazelas do sistema, mais ainda: sobre a necessidade de se organizar para reverter esse quadro? Em nossa opinião, as relações vinculares, que afetam os sujeitos, baseadas na solidariedade, no respeito mútuo e outros valores que geram sentimentos que aproximam as pessoas umas das outras, despertam-nas para uma realidade genérica, sensibilizam-nos sobre o ponto de vista dos outros. Com isso, não estamos propondo uma conciliação entre trabalhadores e burgueses. Tampouco podemos imaginar, por outro lado, que um grupo político possa ser constituído, simplesmente, por vínculos afetivos - nesse caso, estaremos lidando com um grupo de amigos. O que queremos demonstrar é que a política e a afetividade não são duas dimensões antagônicas e podem ser complementares.

Para não alongar mais esta reflexão, mas continuando a desenvolver a temática da consciência de classe, buscamos, no próximo tópico, situar esse fenômeno no

contexto da luta de classes, no contexto psicossocial de dominação e exploração empreendido pelo capitalismo em um dado momento histórico, analisar quais os principais entraves e as possibilidades da emergência de uma consciência de classe capaz de romper com as amarras do capital. Buscaremos refletir, no próximo eixo desta fundamentação teórica, sobre a alienação e o fatalismo como componentes de uma realidade em curso, como travas para o desenvolvimento de uma consciência de classe “para si”.

III – ALIENAÇÃO E FATALISMO: O IMPACTO DA DESIGUALDADE SOCIAL SOBRE A CONSCIÊNCIA DE SI E DOS OUTROS

“Viver muito pouco como um rei, ou então muito como um Zé?” (Mano Brown, Racionais Mc’s).

Essa frase de um famoso rapper brasileiro reflete sobre o ingresso no mundo do crime, que, aparentemente, tem uma motivação evidente: a ascensão social. Com a ascensão social se ganha respeito e reconhecimento dos pares. Para que se alcance notoriedade, muitas vezes, as pessoas não medem as consequências, mesmo que se pague pela vida, que se viva pouco, mas que se viva como um “rei”. De toda forma, a frase ilustra um dilema cotidiano de uma consciência implicada em uma sociedade capitalista e que se instaura a partir da tensão existente entre a necessidade de sobrevivência, a melhoria das condições de vida e o fetiche da mercadoria¹⁹.

¹⁹ Para Iasi (2007), o fetiche da mercadoria e a reificação das relações humanas caminham lado a lado. A reificação ocorre à medida que se atribui características humanas às coisas. Essas coisas, no caso das mercadorias, são consumidas desenfreadamente e tomadas como objetos essenciais que medeiam as relações entre os sujeitos, substituindo por relação entre as coisas.

O mundo em que vivemos não reflete um consenso construído pela maioria da população. Ele não se movimenta pela simples ação dos indivíduos isolados, mas por sujeitos implicados na ordem social vigente, cujas motivações e interesses se consubstanciam a uma realidade concreta, estando eles vulneráveis às pressões da vida cotidiana, à necessidade de alcançar algum tipo de “ascensão social”. Com efeito, a alienação e o fatalismo não são “privilégios” das classes subalternas, embora esses dois fenômenos possam assumir diferentes contornos, de acordo com a posição de um sujeito ou de um grupo na divisão social do trabalho. Trata-se, por conseguinte, de dois elementos que melhor caracterizam os impactos negativos da desigualdade social, quer seja, do sistema social vigente sobre a constituição de uma consciência de classe “para si”.

Isso posto, para entender como a consciência se processa diante das dificuldades cotidianas que injetam nos sujeitos uma dinâmica de sobrevivência ou de reprodução da ordem social vigente (uma realidade “em si”), formulamos as seguintes questões para darmos início às reflexões deste tópico: O que leva os sujeitos a assumirem a ascensão social como projeto de vida? Seria esse projeto reflexo de uma essência humana egoísta e individualista por natureza? Vejamos como Meszáros (2006) responde a esses questionamentos:

O homem que não é contrapartida animal de uma série de ideais morais abstratos não é, por natureza, nem bom, nem mau, nem benevolente, nem malevolente; nem altruísta nem egoísta; nem sublime nem bestial, etc., mas simplesmente um ser natural cujo atributo é: a “automediação”. Isso significa que ele pode *fazer* com que ele mesmo se torne o que é em qualquer momento dado – de acordo

com as circunstâncias predominantes – seja isto egoísta ou o contrário (p. 151, itálico do autor).

A opção por ascender socialmente é, antes de qualquer coisa, uma escolha circunstancial, dirigida, por um lado, pela necessidade de melhoria das condições de vida e por outro lado, pelo fetiche voltado para o consumo e para o *status quo*. Eagleton e Freire preocupam-se em diferenciar os motivos que levam um sujeito a querer ascender socialmente, se a intenção é se livrar das carências materiais que o sufoca, viver com dignidade e gozando de lazer e tempo livre, ou se a intenção é melhorar suas condições de vida porque assume como referência o estilo de vida burguês, isto é, daquele que explora e oprime (Eagleton, 1997; Freire 1989).

Segundo Eagleton, o sujeito histórico é um ser que age de acordo com as circunstâncias, pode modificá-las, mas também corre o risco de reforçá-las ou mesmo de se adaptar por completo à ordem social vigente. Essa decisão não decorre simplesmente da vontade individual dos sujeitos abstratos (Eagleton, 1997).

Estamos aqui lidando com os limites e as possibilidades concretas da liberdade humana (ou então, lidando com os limites de uma apropriação “para si”) (Costa, 2005; Lessa, 2002). Ela, para Meszáros (2006), assume uma tríplice relação: (1) liberdade em relação à natureza; (2) liberdade em relação ao poder de interferência dos outros homens; (3) liberdade para desenvolver a plenitude dos poderes essencialmente humanos, que se inscrevem, grosso modo, na capacidade de sentir, pensar e agir de maneira desprendida de qualquer poder alheio sobre a realidade.

Segundo Meszáros (2006), o desenvolvimento das forças produtivas colocou para a humanidade a possibilidade concreta de sermos livres em relação à natureza. No

capitalismo, mais do que o afastamento das barreiras naturais, o ser social alcançou um patamar elevado de controle e manipulação sobre a natureza. É claro que se trata de uma liberdade relativa, pois somos (e sempre seremos, pois, segundo Lessa e Tonet, trata-se de um dado ontológico) dependentes do intercâmbio orgânico com a natureza (Lessa, 2002; Tonet, 2005a). Mas o desenvolvimento das técnicas, da ciência e da tecnologia possibilitou modos de vidas cada vez mais autônomos em relação ao mundo natural. Além disso, podemos hoje produzir em grande escala e em enorme proporção - trata-se do grande legado do capitalismo.

O que o capitalismo não lega à humanidade é livrar-se do poder negativo de interferência dos homens sobre os outros homens. Esse sistema social também nos impossibilita, por sua estrutura, desenvolver a plenitude daquilo que Meszáros chama de poderes essencialmente humanos.

A alienação, nesse sentido, não é primeiramente psicológica, moral ou ética. Ela se refere ao sistema produtivo, é resultado de uma realidade “em si”, mais especificamente, da apropriação privada dos meios de produção, da vida material como um todo, da própria natureza, da arte, da ciência, em suma, da própria atividade humana no capitalismo (Meszáros, 2006).

Segundo Meszáros (2006), a alienação é resultado da divisão social do trabalho que, com diferentes nuances, acompanha o ciclo da história humana até os dias atuais²⁰. Nessa perspectiva, Duarte considera que o combate à alienação começa quando o

²⁰ A alienação esteve presente na História desde o surgimento da propriedade privada, perpassou o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, evidentemente que de maneiras qualitativamente distintas nos diferentes períodos históricos. Para ver as diversas manifestações da alienação nos modos de produção até a atualidade, consultar Meszáros (2006). Na obra citada também se discute que, dada a complexidade produtiva e organizativa alcançada pelo capitalismo, o socialismo não pode se furtrar de certo grau de organização social do trabalho. A principal batalha do socialismo não é contra a especialidade, mas contra a especialização. Esse sistema político-econômico deve buscar eliminar a propriedade privada e a consequente expropriação nas relações sociais de produção, que perpetua a cisão entre trabalho manual e intelectual, pautada pelo antagonismo de classes.

“indivíduo faz das objetivações genéricas para si, os “órgãos” de sua própria individualidade” (Duarte, 1993. P. 132. Aspas do autor). Em outras palavras, quando faz do seu trabalho uma atividade consciente, ou ainda, quando faz da atividade genérica uma extensão de si mesmo. Evidente que, para que isso ocorra, são necessárias condições sociais e históricas favoráveis, isto é, quando a divisão social do trabalho não estiver mais associada à propriedade privada.

Tratamos, neste momento, da divisão social do trabalho no capitalismo e suas consequências nocivas para o sujeito. Nesse sentido, como aponta Iasi (2006), no sistema social vigente:

Enquanto indivíduo, o ser humano é uma manifestação atomizada, em concorrência uns contra os outros. Ele somente se torna social, apenas se converte em ser social, como parte de um processo de trabalho comandado pelo capital, pela mediação do capital. Sob o comando do capital a cooperação não é apenas potencialização do trabalho das partes que a constituem, mas controle hierárquico da força de trabalho, que a subordina e impõe a atividade, a forma de realizar e os fins esperados (p. 110-111).

A constituição de uma realidade genérica, de uma totalidade que se coloca independente das intenções individuais é um fato ontológico, que diz respeito, inclusive, à gênese do ser social (Lessa, 2002). Para Iasi e Meszáros, baseados na teoria marxiana, o problema da alienação reside no fato de que o todo, ou seja, a totalidade da vida social se autonomiza e se torna um produto estranho e hostil ao seu próprio criador - o sujeito histórico (Iasi, 2006; Meszáros, 2006).

Existe um poder estranho aos trabalhadores que lhes impedem de se apropriarem dos produtos que eles mesmos produzem, da cultura, dos bens naturais, em suma, do patrimônio social como um todo. Nesse sentido, vale questionar: O que significa a compra e venda do trabalho, o trabalho assalariado, por um lado; e o dono da riqueza desse trabalho, por outro? Em uma palavra, significa alienação.

Para Meszáros, Lessa e Tonet, a alienação corresponde a um poder de interferência dos homens sobre os outros homens, poder este que foge ao controle desses mesmos homens, tanto aqueles que são dominados quanto aqueles que dominam (Lessa & Tonet, 2008; Meszáros, 2006). É evidente que os dominados - da classe trabalhadora - veem o fenômeno da alienação intensificado, até porque o Estado burguês lhes dificulta atuar diretamente sobre os rumos da sociedade (aqui observamos que a alienação também se manifesta pela força estranhada do Estado²¹).

Mas a alienação não é um fenômeno limitado às classes subalternas. Aqueles que dominam - a burguesia - também sofrem com a competitividade, são atormentados pelas suas próprias exigências, desumanizam as relações e, por consequência, desumanizam a si mesmos.

O que ocorre, segundo Kosik, é que no capitalismo as relações sociais são caracterizadas por uma práxis fetichizada, irrefletida, degradante e compulsiva, que atinge negativamente a consciência de todas as classes sociais (Kosik, 1961).

Meszáros (2006) também reconhece que os poderes inerentemente humanos são tolhidos pelo capital, seja um trabalhador ou um burguês. A criatividade e a

²¹ “Seria precisamente a contradição entre os interesses particulares e os interesses coletivos (agora objetiva de forma estranhada) que faz com que este ‘interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma força independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de uma comunidade ilusória’ ” (Iasi, 2006, p. 115).

intencionalidade do trabalhador inscrevem-se em sua posição concreta na divisão social do trabalho. Esse trabalhador não escolhe com que se trabalha, o que se produz, o que quer para sua vida, o que quer criar ou construir. Seu campo de possibilidades limita-se à venda da sua força de trabalho (Costa, 2005). A burguesia, por outro lado, compra a força de trabalho, mas são raras às vezes em que ela sabe operar sobre aquilo que o trabalhador produz. Ela é atormentada pela dependência perante o trabalhador, que é quem conhece os processos produtivos melhor do que ninguém (Frederico, 1979a).

No entanto, a dependência daqueles que detém os meios de produção em relação àqueles que produzem a riqueza é invertida por meio da dominação política e econômica da burguesia sobre as classes subalternas. Essa dependência acaba sendo invertida: a importância dos trabalhadores é minimizada, sendo que são eles que produzem a riqueza e conhecem todo o processo produtivo. A figura que contrata e fornece os salários acaba assumindo um papel central, uma figura soberana que controla, naturalmente, o processo produtivo. Desse modo, diante da “inquestionável” soberania do patrão, a competitividade, muitas vezes, acaba sendo realizada no interior da própria classe trabalhadora, ou seja, as relações de trabalho, permeadas de ideologias, geram hostilidade intraclasse, mais do que entre as classes antagônicas envolvidas na produção e reprodução do capital.

O fator supremo dessa hostilidade (intraclasse e também entre as classes) é a mercantilização da vida, uma vez que o ser humano torna-se mercadoria, um objeto, as relações se coisificam, se reificam, se tornam instrumentais e utilitárias. Eis aí o cerne da alienação, que tem sua origem no sistema de compra e venda da força de trabalho. Como afirmou Marx, em *Crítica à filosofia do direito*, no capitalismo “a vontade se torna propriedade da propriedade” (Marx, 1843/2005, p. 122).

E, ainda, como apontou o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a supremacia da propriedade privada nos leva a estranhar o outro, assim como as pessoas estranham a si mesmas como alguém cuja ação e comportamento fogem às nossas próprias vontades e motivações mais íntimas e a consciência já não mais nos pertence (Marx, 1844/2004).

O egoísmo e a competitividade são circunstâncias, mas são dados concretos verificados empiricamente pela lógica da propriedade privada. Inserir-se nessa lógica para alguns é uma questão de sobrevivência, para outros, é uma questão de acumulação de capital, algo que se estabelece sob a ordem que rege as relações sociais do sistema político-econômico vigente (Meszáros, 2006).

Para Marx (1844/2004), o trabalho no capitalismo torna-se um fardo, algo que não diz respeito às intenções do sujeito, aos seus desejos. O trabalhador torna-se livre para realizar aquilo de que gosta e que lhe satisfaz quando sai da fábrica ou do seu emprego. Quando está trabalhando, o limite de interferência sobre o trabalho é a ordem do patrão. Este, por sua vez, também vê o trabalho (abstrato, intelectual) como um fardo, uma necessidade, uma força maior, estranha a si mesmo, que lhe conduz a acumular mais e mais capital. Não se questiona, nesse caso, a ordem do seu superior: o capital.

No caso daqueles que vivem à margem da pobreza e da miséria, o poder de interferência dos homens sobre os outros homens não apenas limita suas potencialidades, limita sua capacidade criativa, como também o faz retornar à forma mais elementar de alienação: a alienação frente ao poder da natureza sobre os homens. Isso porque trabalham para sobreviver. O trabalho é um instrumento que serve à manutenção física do trabalhador. Na maioria dos casos, o assalariado recebe em

dinheiro, pela venda da sua força de trabalho, o estrito necessário para sobreviver, para se alimentar e proteger do frio e, mesmo assim, de maneira rudimentar e insuficiente (Marx, 1844/2004). Esse trabalhador continua a viver como viviam os homens primitivos, ou como viviam os escravos: despende toda sua energia para ganhar um subsídio material que lhes permite suprir suas necessidades mais básicas e viver como um animal enjaulado pelo capital - é o retorno às formas mais elementares da alienação. O resultado desse processo é que a consciência torna-se coisificada ao mesmo tempo em que animalizada, retorna à sua forma primitiva de ver o mundo e as pessoas que a cercam (Marx, 1844/2004).

A partir dessa análise, novas questões surgem como objeto de nossa reflexão: o que faz com que se mantenha esse círculo vicioso do trabalho para sobrevivência? Em outros termos: qual a manifestação psicossocial da alienação? O que faz o sujeito se submeter sistematicamente à lógica do capital?

Em primeiro lugar, como Meszáros (2006) enfatizou, esse círculo vicioso não é resultado apenas da vontade individual dos sujeitos, mas de um sistema político-econômico que produz circunstâncias concretas de vida. Mas existe, todavia, uma dimensão psicossocial e ideológica necessária para a reprodução desse sistema. Para Martín-Baró (1998), essa dimensão é o fatalismo.

O fatalismo é compreendido pelo autor como uma barreira psicossocial responsável por dificultar a apropriação consciente do sujeito, no sentido de ele tomar a realidade “para si” para, então, poder transformá-la. Para Martín-Baró (1998) o fatalismo é um correlato psíquico das estruturas sociais de dominação e, como tal, insere-se no campo da ideologia dominante.

A ideologia, para Eagleton, é compreendida não simplesmente como um conjunto de ideias, ou como um simples código de princípios e valores teóricos, uma vez que ela cumpre uma finalidade prática: manter ou alterar o *status quo* e a ordem social vigente (a realidade capitalista “em si”) (Eagleton, 1997; 1999). Mais do que uma cosmovisão filosófica, a ideologia é um sistema de valoração por meio do qual e através dela os sujeitos de uma sociedade concreta, em um contexto marcado pela luta de classes, estabelecem suas relações com o mundo. Assim, para esse autor, a ideologia tem como objetivo promover determinados tipos de relacionamentos, ações e comportamentos sociais, políticos e econômicos. No caso da ideologia da classe dominante, afirma Eagleton (1999), sua função é esconder e promover a injustiça, naturalizando a realidade histórica, forjando indivíduos conformados com a ordem capitalista e passivos diante de qualquer possibilidade de alteração no quadro social e econômico. Por isso, conclui o autor, a ideologia dominante tem uma função política relacionada à exploração e à dominação (Eagleton, 1997; 1999).

Segundo Martín-Baró (1998; 2000), a ideologia dominante nos fornece princípios axiológicos que compõem uma totalidade materializada em relações concretas. Eles contribuem para forjar esquemas preferenciais, nas palavras do autor. Para Martín-Baró (2000), esses esquemas preferenciais são responsáveis por inculcar nas pessoas modelos de análise sobre a realidade, estando as noções do “eu”, “nós” e “outros” aí comprometidas com o modo de vida hegemônico. Esses modelos pautam-se pela naturalização das relações de produção e da própria desigualdade social. Trata-se de relações valorativas que se estabelecem entre o sujeito e a sociedade. Esquemas preferenciais de valoração contribuem para a constituição de valores e de uma moral atreladas aos objetivos práticos, tais como: a dominação e a exploração. É por meio da ideologia que a docilidade e a passividade são convertidas em virtudes.

O fatalismo corresponde a uma assimilação desses esquemas preferenciais que versam sobre um sujeito ideal para o capital, um sujeito que se omite diante das suas próprias intencionalidades e das suas vontades e seus interesses particulares não se sobrepõem aos interesses que lhe são externos.

O fatalismo caracteriza-se por um predomínio assimilativo frente ao externo e uma postura acomodatória frente ao interno. Nessas condições, o sujeito passa a acreditar que os problemas que enfrenta na vida cotidiana resultam de uma incapacidade imanente de um indivíduo, de um grupo ou de um sistema abstrato, dos quais nada se pode fazer para mudar, de um problema pelo qual ele é afetado, mas do qual aparentemente não faz parte, ou atribui as causas da desigualdade social a fatores místicos, como a religião (Eagleton, 1999; Martín-Baró, 1998; Woods, 2007). O fatalismo faz os sujeitos confiarem no poder supremo da autoridade, também como forma de se isentar das responsabilidades dos fatos. Ele pode se caracterizar como uma fuga ou como uma forma de manter a consciência “limpa”. De qualquer maneira, o fatalismo favorece a completa submissão ao capital, aos valores de troca, ao fetichismo da mercadoria. Por isso é que o fatalismo é entendido como uma resposta ideológica à dominação e à exploração. Trata-se de uma internalização e naturalização da desigualdade social, uma resposta psicológica que revela uma débil consciência política (Martín-Baró, 1980; 1998).

Não se trata de um fenômeno impossível de ser alterado substancialmente, mas o fato é que o fatalismo corresponde a uma forma de organização social que propicia e valoriza algumas atitudes em detrimento de outras. É uma resposta à uma sociedade que valoriza certos comportamentos em detrimento de outros. Para Martín-Baró (1998) o

fatalismo é uma expressão psicológica da alienação, é sua internalização, sua aceitação passiva.

Esse fenômeno psicossocial revela-se como um dado da consciência e, portanto, ele afeta a dimensão do sentir, do pensar e do agir. O impacto sobre cada uma dessas dimensões é analisado por Martín-Baró (1998). Para o autor, o pensamento de um sujeito acometido pelo fatalismo é caracterizado por uma idéia predefinida de vida, em que sua realidade é tomada como sina e não há nada que se possa fazer para mudá-la. O fatalista acredita que sua ação não pode alterar seu destino. Os sentimentos desse sujeito caracterizam-se, circunstancialmente, por uma resignação intensa, que não se deixa afetar nem emocionar pelos sucessos ou insucessos da vida ou da sua classe, aceita simplesmente o sofrimento causado por outros e pela sociedade. Sua ação é a ausência de ação. É conformista e submisso. A passividade é a marca momentânea da sua personalidade. É guiado pela imediatividade dos fatos, tem dificuldades para resgatar memórias do passado e mesmo a memória histórica do seu povo. Não planifica o futuro conscientemente e vive o dia a dia sem estabelecer relação entre o passado e o presente (Freire, 1989; 2001; Martín-Baró, 1998). A esse respeito, cabe registrar a reflexão de Iasi (2006) acerca do impacto da ideologia sobre essa consciência imediatizada:

Se a consciência imediata tende a viver o particular como universal, a ideologia é a expressão organizada e sistemática deste particular para permanecer como universalidade com fins de dominação política de uma classe sobre a outra (p. 223)

Para Martín-Baró (1998) e Iasi (2006), a ideologia dominante é o mecanismo que organiza e sistematiza as experiências imediatas para dar a elas um sentido universal-natural, criando um “ambiente” propício ao fatalismo, cuja função psicológica

é aprofundar e acelerar esse processo de naturalização da realidade histórica. O sujeito se apega, então, ao imediato como realidade absoluta, reforçando o modo de vida burguês como extensão da própria essência humana.

Analisando dessa maneira, podemos entender como a ideologia permeia a dimensão psicossocial freando o pensamento crítico, o sentimento de revolta, a indignação e a ação transformadora, gerando o fatalismo (Martín-Baró, 1998, Meszáros, 2006).

De acordo com Martín-Baró, o fatalismo se caracteriza por um rebaixamento da capacidade crítica e, com isso, a predominância da consciência de classe “em si” - que só existe “para si” em potencial, mas não em realidade - justamente por que tal consciência encontra dificuldades em encontrar as origens históricas da alienação e do fatalismo (Martín-Baró, 1998; 2000).

A origem da alienação e do fatalismo pode ser encontrada em algo tão concreto como a propriedade privada e a tensão entre trabalho e capital que ela gera. O fatalismo é um fator decorrente da alienação e corresponde a uma submissão (consciente ou inconsciente) frente à realidade posta, que se baseia na naturalização dos fenômenos sociais (Martín-Baró, 1998).

A questão colocada no início deste terceiro eixo de fundamentação teórica - do que vale mais a pena, viver pouco como um rei ou, então, viver muito como um Zé? -, inscreve-se no campo da ideologia dominante, pois incorpora aspectos da ideologia da “ascensão social”, que se limita ao campo do consumismo exacerbado, quando o consumo é pensado a partir de si mesmo, como única forma de se relacionar com as outras pessoas, de ser respeitado e valorizado como indivíduo. Revela-se aí, portanto,

uma consciência de classe amorfa, uma consciência de classe “em si”. Tal consciência, para Martín-Baró e Meszáros, guiada pelo fetiche da mercadoria, não encontra conexão com os interesses políticos de uma coletividade, mas se guia predominantemente por um interesse imediato, egoísta e individualista (Martín-Baró, 1980; 1998, 2000, Meszáros, 2006).

A partir dessas reflexões acerca da alienação e do fatalismo, buscamos compreender alguns contornos históricos de uma consciência que, muitas vezes, se constitui entre a ideologia do consumismo e a necessidade de sobrevivência. Buscamos, em seguida, continuar a problematizar o tema da consciência de classe, mas refletindo, sobretudo, sobre seus limites e possibilidades a partir do contexto atual da realidade brasileira.

IV – CONSCIÊNCIA DE CLASSE, IDEOLOGIA E POBREZA: PROCESSOS PSICOSSOCIAIS CONTRA A ALIENAÇÃO E O FATALISMO.

A alienação e o fatalismo estão longe de serem considerados fatores irrelevantes para a análise da consciência de classe na realidade brasileira. Segundo Boito Júnior, Euzébios Filho, Iasi e Welmowick, esses fenômenos ganham força, ainda mais se tratando de um período de intensa confusão ideológica, de refluxo dos movimentos sociais, de um descrédito dos sindicatos e centrais sindicais, de uma fragmentação da esquerda, de uma criminalização dos organismos políticos da classe trabalhadora, de uma ofensiva ideológica de culpabilização do pobre. (Boito Júnior, 1999; 2003; Euzébios Filho, 2007; Iasi, 2006; Welmowick, 2004).

Vivemos um refluxo da luta de classes no Brasil. A luta de classes no país apresenta especificidades em um contexto marcado por fortes traços do assistencialismo e do populismo. Nessa conjuntura, desfavorável para os trabalhadores, o conceito de

cidadania está em voga novamente. Todas as ações, sejam do Estado ou do terceiro setor, as quais, aparentemente, contribuem para melhorar a vida das pessoas, estão amparadas na idéia da cidadania. Mas o que representa, exatamente, a cidadania? Apresentamos, no primeiro tópico do último eixo de fundamentação teórica, uma análise marxista sobre o conceito de cidadania. Nosso objetivo, com isso, é limpar as arestas, mostrando que a cidadania nada mais representa, de uma maneira geral, que uma forma de manter as coisas como estão, embora elas não estejam bem, especialmente, para as classes oprimidas. O quadro da desigualdade social no país se agrava cada vez mais. Procuramos, no segundo tópico deste eixo teórico, levantar alguns aspectos que caracterizam a desigualdade social no Brasil, suas formas de manutenção e as maneiras encontradas para sua superação: o que contribui para manter ou combater a alienação e o fatalismo?

Como parte de um contexto de dominação de uma classe sobre a outra, realizamos, no terceiro tópico, uma análise crítica sobre os programas de transferência de renda. Procuramos demonstrar, teoricamente, que as condições materiais de vida exercem influência sobre a consciência de classe. Objetivamos com base em tal proposição teórica demonstrar que os programas de transferência de renda - que “beneficia” grande parcela da população brasileira - emergem em um contexto político de refluxo das lutas sociais e de grande ofensiva ideológica da burguesia.

Buscamos compreender ainda, para finalizar, alguns processos psicossociais contra a alienação e o fatalismo. Esses processos psicossociais representam rupturas ainda que parciais e tendenciais em relação à consciência de classe “em si”. Trata-se de um embrião da consciência de classe “para si”, que pode vir a conferir efetividade prática por meio de uma práxis revolucionária, em direção a construção de um projeto político classista e independente. Para concluir, procuramos analisar a quantas anda a

consciência de classe no Brasil e quais as dificuldades e possibilidades que os trabalhadores brasileiros e a população explorada encontram para elaborar um projeto político alternativo, classista e independente.

1 – Limpando as arestas: desmistificando o conceito de cidadania

Sabemos que existem sérias divergências no interior do marxismo quanto aos caminhos para se tomar o poder, ao momento de ruptura com o Estado burguês, ao papel da cidadania nesse processo, ao momento de eximir do Estado socialista, que são discutidos nas obras do próprio Marx (1875/2004), Lênin (1917/2007), Trotski (1932/1989; 1938/1996), Bettelheim (1979; 1983) e em produções nacionais como de Iasi, (2006), Paulino (2008), Tonet (2002a;2002b;2002c;2005a;2005b;s/d) e Welmowick (2004). No entanto, o que queremos discutir, neste momento, é o significado da cidadania na realidade contemporânea. Refletir sobre o conceito de cidadania é importante neste trabalho, pois, a partir dele, podemos entender como Marx compreende a consciência de classe “para si” ao mesmo tempo em que permite dialogar com a realidade atual. Esse é um conceito que permite estabelecer uma relação entre o âmago do pensamento político de Marx e as questões que o contexto político nos coloca na atualidade, como, por exemplo, o tema dos programas de transferência de renda, que é bem ilustrativo da visão neoliberal de cidadania.

Atualmente, tudo se faz em nome da cidadania. Basta utilizar essa palavra mágica para tornar o empreendimento humano uma realização tão nobre e louvável que os governos lançam pacotes que retiram o direito dos trabalhadores, mas dirimem a revolta da população, utilizando um discurso embasado na ideia da cidadania. Por outro lado, os governos constroem, por exemplo, moradias populares e dizem que estão levando cidadania para a população mais pobre. As pessoas também devem votar em nome da cidadania; os direitos básicos de uma população, a venda do solo e da sua

tecnologia é realizada também sob a retórica cidadã. Enfim, para o bem ou para o mal não se tem mais parâmetro para a cidadania a não ser o lucro e o poder político²².

Contudo, é de se reconhecer que a cidadania moderna²³ guarda uma dimensão progressiva, que remete à conquista de liberdades democráticas (Welmowicki, 2004). No capitalismo, a economia não está necessariamente subordinada à política, porque *a priori* todos são considerados cidadãos. Assim, o capital permite uma margem de organização autônoma dos trabalhadores e da população menos abastada, podendo esta melhorar sua condição econômica, também porque esse regime político suporta o direito de uma liberdade de expressão, ainda subjugada ao capital, mas não necessariamente preso a ele. No capitalismo, as pessoas podem almejar transformações econômicas e políticas para suas vidas ou para a sociedade.

Mas o fato é que os princípios liberais fundamentais, como liberdade, igualdade e fraternidade apresentam clara limitação, encontram sua trava na propriedade privada. Nesse sentido que o conceito moderno de cidadania, apesar de representar um avanço histórico ao que estava posto, tem um caráter conservador, dada sua essência formal, político-jurídica.

Segundo Tonet, a cidadania moderna representa uma:

(...) Divisão da sociedade capitalista em uma dimensão privada e em uma dimensão pública, sendo a primeira matriz da segunda. O que significa que essa segunda esfera não é indefinitivamente aperfeiçoável, mas, pelo contrário,

²² A partir de Lênin, Trotski (1923/2009) revela duas formas de compreender a política: no sentido amplo filosófico, como aspecto fundamental para orientar uma coletividade; e no sentido restrito, relacionado à luta pelo poder. Para ele, os dois sentidos são válidos, “visto que legitimados pelo uso” (p 15). De todo modo, Trotski parece reconhecer a política como um fenômeno ordenado pela economia, independentemente das relações que ela revela por de trás. Notadamente, adotamos o sentido negativo do termo por considerar a política como fruto de relações de poder econômico e não, simplesmente, como capacidade ordenativa das atividades econômicas, mas como capacidade ordenativa de uma atividade econômica que uma classe impõe para outra classe. Fazemos isto sob a análise de Tonet (s/d) de que o sujeito não é um ser político por essência.

²³ Para uma análise sobre o conceito de cidadania moderna e os avanços que ele representa em relação à cidadania no escravismo e no feudalismo, consultar Meszáros (2006), Tonet (2005a; 2005b) e Welmowicki, (2004).

essencialmente limitada. Ser cidadão é ser participante dessa dimensão pública. Por tanto, ser cidadão não é ser definitivamente, mas apenas formalmente livre, igual e proprietário (Tonet, 2005b; p. 3).

De todo modo, acreditamos que a cidadania moderna, apesar de extremamente limitada - pois, como afirma Tonet, é reflexo da subjugação da esfera pública em relação à esfera privada - permitiu a classe trabalhadora criar uma identidade, fortalecer-se politicamente e garantir direitos no campo da disputa democrática (ainda que a democracia que estejamos nos referindo seja formal e esbarre nas questões econômicas). Representou, dessa maneira, em nossa concepção, um avanço social, cultural e político da sociedade como um todo. Na verdade, acreditamos que o reconhecimento da igualdade formal e jurídica foi uma conquista da humanidade.

O Estado de bem estar social, por exemplo, só poderia ser efetivado no âmbito da cidadania moderna. Esse fenômeno foi resultado de conquistas democráticas dos trabalhadores no âmbito da cidadania – esse período representou um ganho para as classes oprimidas, mas é evidente que não alterou a substancia do capitalismo como regime dominante. Mas as transformações que ocorreram no plano social e econômico foram significativas e ocorreram pelo nível de organização da classe trabalhadora, que reivindicava mais direitos e concessões do Estado (Welmowicki, 2004). Mas, dialeticamente, a burguesia saiu fortalecida desse processo devido ao retrocesso das lutas sociais e pela cooptação da via institucional sobre os trabalhadores. A classe dominante, então, encontrou espaços para atacar os direitos outrora conquistados pelas classes populares, a partir dos anos 80, quando assistimos a uma plena ascensão do neoliberalismo, juntamente com um retrocesso das lutas sociais. Foi assim que a cidadania do bem estar social cedeu lugar a uma cidadania marcada pelo pragmatismo financista, cada vez mais predatório e desumano.

Segundo Boito Júnior (1999; 2003), à medida que o neoliberalismo se aprofunda, os interesses econômicos de uma estreita camada da população (cada vez mais estreita) se impõem, de maneira progressiva e intensiva, sobre as leis que regem a sociedade, sobre a política, sobre a moral e sobre as próprias relações sociais.

No neoliberalismo assistimos a um fortalecimento crescente do privado em detrimento do público. A privatização da produção, dos bens públicos e da própria vida cotidiana se mostra mais evidentes no neoliberalismo, e a competitividade entre os trabalhadores se acirra, cada vez mais, em tempos em que a exploração está em expansão absoluta. As consequências negativas desse processo para a sociedade e para o meio ambiente representam a lógica do capitalismo levada às suas últimas consequências (Boito Júnior, 1999; 2003; Welmowicki, 2004).

Não por acaso, analisando o avanço ideológico, político e econômico do capitalismo contemporâneo, Meszáros (2008) considera que não há, historicamente, mais espaço para reformas como aquelas a que assistimos no período do ascenso do Estado de bem estar social. O que pode ocorrer, segundo o autor, são reformas pontuais que estão, todavia, sujeitas a sofrerem um rápido retrocesso. Pela via da reforma, a classe trabalhadora pode (re) conquistar direitos, mas de forma alguma pode alcançar um patamar anterior de conquistas, tampouco, alterar o quadro econômico do capitalismo. Isso porque, dada a atual conjuntura, não haveria reformas possíveis que fossem capazes de reverter o atual estágio do neoliberalismo. O desmonte do Estado, o fluxo financista das transações econômicas, o ataque aos direitos trabalhistas, o metabolismo do capital na contemporaneidade levaram Meszáros a formular a tese do que ele chama de incontrolabilidade do capital. Para o autor não existe possibilidade - atualmente, mais do que nunca - de se pensar uma transformação radical da sociedade

pela via das reformas, mas somente por uma ação política que caminhe para a ruptura revolucionária com o capitalismo e a implantação do trabalho livremente associado.

Como podemos observar a partir da análise que faz Meszáros, o capitalismo sofreu alterações substanciais no último período, o que impossibilita um retorno a estágios anteriores da cidadania.

O caso brasileiro ilustra a impossibilidade de retorno a estágios anteriores da cidadania. Lembremos que a constituição cidadã de 1988 sequer chegou a ser implementada com o avanço do neoliberalismo, com a privatização e precarização dos serviços públicos. A burguesia nacional, justamente pela sua subordinação incondicional diante do imperialismo norte-americano, é incapaz de realizar as tarefas de sua competência e foi incapaz de instaurar um regime de Estado que garantisse condições mínimas de cidadania para a população brasileira (Boito Júnior, 1999). Por isso, a luta pela cidadania no Brasil, mesmo no contexto de avanço do neoliberalismo, é válida e progressiva, porém para os revolucionários assume um caráter transitório e não deve ser um fim em si mesma.

A História nos mostra que a reivindicação pela cidadania, sem que ela esteja articulada com uma estratégia política de tomada de poder pela classe trabalhadora, desfacela-se por si mesma. É sabido que as conquistas do Estado de bem estar social foram obtidas pela luta dos trabalhadores, ou seja, por concessões que a burguesia foi obrigada a fazer. Mas elas vêm se perdendo com o avanço do neoliberalismo, justamente porque as reivindicações cidadãs tinham um fim em si mesmo. Por isso é que Trotski (1938/1996) dizia, pensando uma política de emancipação da classe trabalhadora em o *Programa de transição*, que é preciso unir as reivindicações mais imediatas com as mediatas, isto é, unir as reivindicações reformistas com as revolucionárias. Em outras palavras, pensar as táticas de maneira estratégica. Todavia,

muitos autores marxistas, como ressalta Tonet (s/d), veem na cidadania um caminho progressivo para se chegar ao socialismo, como que as conquistas cidadãs, se levadas ao extremo, culminariam com uma ruptura inevitável com o capitalismo. Aqui estamos tratando, segundo os autores, do programa democrático-popular, aquele que foi adotado pelo PT e por outros partidos da social democracia européia que sofreram pressão da via institucional e hoje são eles os responsáveis diretos pela adoção do neoliberalismo em diferentes países.

Tomando como referência essa análise crítica em relação à cidadania, com base nas proposições políticas subjacentes à noção marxiana de consciência de classe “para si”, buscamos, a seguir, situar os leitores em uma realidade concreta, diante da qual uma consciência de classe pode ou não emergir.

2 – Características históricas do Estado brasileiro: uma breve análise acerca de um contexto psicossocial de dominação.

O objetivo deste eixo é refletir, brevemente, sobre algumas características históricas do Estado brasileiro, pois a partir daí poderemos compreender melhor o contexto psicossocial de dominação, que caracteriza as relações entre classes no país em que vivemos.

O Brasil é um dos países que apresenta um dos maiores indicadores de desigualdade social do mundo, onde algumas famílias ricas que compõe 0,001% da população, controlam mais de 40% da renda do país (Campos, Pochmann, Amorin e Silva, 2003). Esse é o legado que as classes dominantes construíram ao longo de uma história marcada pelo coronelismo, assistencialismo e paternalismo.

Segundo Antunes, a burguesia nacional tem origens latifundiárias e foi forçada, pela conjuntura mundial, a implantar um capitalismo hipertardio no país (Antunes, 1982). A instauração do capitalismo no Brasil foi lenta e gradual e nunca chegou a se

concretizar da maneira como ocorrera nos chamados países desenvolvidos. Fato que nunca vivenciamos um Estado de bem estar social, como observam Boito Júnior (1999) e Melo (2007).

Para Melo, desde a consolidação do capitalismo, a maioria da população brasileira sempre encontrou, por parte da elite local, sérias restrições para participação efetiva no campo da política nacional (Melo, 2007). As classes oprimidas sempre estiveram à margem da elaboração das políticas estatais e, quando puderam interferir nesse processo, fizeram sob a forma de lutas sociais.

De acordo com Antunes (1982), no primeiro período do século XIX, até aproximadamente 1930, o Brasil assistiu a um ascenso das lutas de uma nascente classe trabalhadora, especialmente daqueles que trabalhavam nas indústrias. Nesse contexto, observam Antunes e Melo, o período varguista foi inaugurado e materializado em um Estado populista, centralizador e intervencionista (Antunes, 1982; Melo, 2007).

Dado o grau de organização política da classe trabalhadora brasileira, que crescia com a expansão da industrialização, o Estado varguista foi obrigado a adotar uma política paternalista, que permeou a constituição dos sindicatos que se submetiam às imposições políticas e econômicas do Estado em questão (Antunes, 1982; Melo, 2007). Assim, o Ministério do Trabalho funcionava como o órgão regulador dos sindicatos - eles dependiam do aval do ministério para funcionar, ou seja, deveriam se submeter ideologicamente ao Estado varguista, na propagação de um discurso de colaboração entre as classes, típico do paternalismo. Por outro lado, como reconhece Antunes, ocorreram movimentos de resistência a essa política e à difusão de sindicatos não legalizados, além de conquistas importantes que se estendem até hoje, especialmente pela consolidação das leis do trabalho (CLT) (Antunes, 1982).

No auge dos movimentos contestatórios dos trabalhadores, a burguesia nacional se viu obrigada a se aliar com uma burguesia internacional (especialmente norte-americana), o que culminou com a ascensão da ditadura militar e com uma forte repressão sobre os movimentos sociais e os sindicatos (Antunes, 1982; Boito Júnior, 1999).

Os movimentos de esquerda foram obrigados a se organizarem na clandestinidade e foi assim que reuniram forças para o chamado processo de “redemocratização” do país, que culminou com a elaboração da constituição de 1988, marcada por forte participação social e caracterizada pelo ideal de um Estado de bem estar social (Boito Júnior, 1999; Melo, 2007).

Mas o neoliberalismo não esperou a constituição ser posta em prática. O contexto mundial não coincidia com os avanços políticos transcritos na chamada “constituição cidadã”. Era um período em que os países europeus e a burguesia internacional encontravam espaços para a retirada dos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Mais uma vez o Brasil estava atrasado em relação ao contexto político mundial.

Assim, a Constituição Brasileira mal fora formalizada quando assistimos à sua ruína com a implementação do neoliberalismo no país. E é evidente que a burguesia nacional não se opôs a esse processo. Segundo Melo (2007), o que se viu nesse período foi um esforço para encontrar, no interior da própria classe dominante do país, uma sustentação parlamentar que garantisse uma governabilidade para não deixar de acompanhar a tendência mundial de desmonte do Estado de bem estar social. A esse respeito, Melo (2007) afirma que: “o recurso a jogos de patronagem e cooptação visando à criação dessa base está na base do esvaziamento programático das políticas públicas” (p.23).

A unidade da burguesia nacional, por meio de jogos de patronagem, cooptações e acordos escusos, justificou-se uma vez que os movimentos da classe trabalhadora ainda encontravam força para se opor a essa nova etapa do capitalismo. O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores eram ponta de lança nesse processo contestatório, mas não tardaram a se enquadrar, não sem avanços e retrocessos, à chamada nova ordem mundial. Isso ficou evidenciado pelo sindicalismo de negócios e, mais adiante, de maneira evidente, com a eleição de Lula para presidente (Boito Júnior, 1999; Iasi, 2006; Welmowick, 2004).

Em vez de reverter a correlação de forças políticas instaurada no país desde o varguismo, o governo Lula acirrou o populismo, o assistencialismo e o paternalismo, características marcantes do contexto psicossocial de um capitalismo hipertadio e com fortes traços coronelistas, ao compor uma coalizão governista com setores da direita tradicional brasileira, representado, por exemplo, pela figura do ex-presidente da república José Sarney.

Nesse cenário, a criminalização dos movimentos sociais foi novamente evidenciada no país. Paradoxalmente, o Partido dos Trabalhadores encabeça uma repressão brutal a movimentos sociais pela reforma agrária, como os sem-terra. Assistimos a seguidas prisões de líderes de movimentos sociais, a intervenções constantes do exército nas periferias brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro, e também a entrada de tropas de choque em universidades para barrar o movimento estudantil que contestava contra a criação do REUNI (programa federal de expansão das universidades federais).

3 - Política de transferência de renda e seu significado atual para a luta de classes no Brasil.

A expansão das políticas assistenciais no país ocorreu com o avanço do neoliberalismo, que conformou uma noção rasa de cidadania (Macedo & de Brito, 2004). Isso ocorreu, principalmente, devido a um refluxo das lutas sociais. Com a falência do PT, instaurou-se um novo período no contexto da luta de classes no Brasil: a ausência de um horizonte político de contestação capaz de penetrar a consciência das massas e o descrédito naquela que seria, para muitos, a última alternativa política que representasse uma mudança efetiva na realidade de milhões de brasileiros fizeram emergir um sentimento de apartidarismo, abrindo espaço para o messianismo, para a crença na boa vontade de indivíduos isolados, deixando de lado o debate político programático.

Essa conjuntura política abre caminho para propagação de uma ideologia cada vez mais presente no cenário nacional, da individualização dos fenômenos sociais, ou seja, a ação individual passa a ser responsável pelos sucessos e insucessos de uma população alcançar melhores condições de vida. Com o rebaixamento da consciência política da população (ricos e pobres), a ideologia de culpabilização do pobre ganha centralidade, quando se pretende encontrar as causas da desigualdade social no país. O sentido de coletividade se perde e o indivíduo é o culpado pela situação de pobreza e miséria em que se encontra (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009).

Em um contexto em que o pobre é culpabilizado pela sua condição de pobreza, em que o sentido de direito confunde-se com favor de políticos supostamente bem intencionados, o assistencialismo e o paternalismo ganham fôlego e as políticas de transferência de renda assumem um papel cada vez mais central para frear a consciência da classe trabalhadora brasileira (Macedo & de Brito, 2004).

Os programas de transferência de renda ganharam espaço, e o que era antes programas temporários tornaram-se políticas permanentes de assistência social, sendo sua vigência agora indeterminada. Algumas medidas do atual governo federal foram tomadas nesse sentido. O programa Bolsa Família, por exemplo, passou a incorporar outros programas sociais, como o de erradicação do trabalho infantil e de segurança alimentar (Draibe, 2006). Hoje, o programa Bolsa Família vem se configurando como a porta de entrada aos serviços de assistência social, desvinculando-os cada vez mais da seguridade social e dando vazão a uma política meramente assistencialista (Sposati, 2006). Não é a toa que o Bolsa Família é o carro chefe das políticas sociais no país e, atualmente, atendem, segundo o próprio Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, mais de 11 milhões de famílias (MDS, 2010).

Com isso, os centros assistenciais espalhados em torno das grandes cidades brasileiras deixam de lado o trabalho preventivo de caráter emancipatório - por menor que fosse essa emancipação²⁴ - e muitos se limitam a distribuir os benefícios financeiros dos governos, tornando as ações profissionais cada vez mais demarcadas pela condicionalidade de ingresso nessas políticas (Draibe, 2006; Macedo & de Brito, 2004; Silva e Silva & Yazbek, 2008; Sposati, 2006).

A política da transferência de renda é uma ação intencional do Estado que indica um aprofundamento das conquistas políticas e ideológicas da classe dominante brasileira (Macedo & de Brito, 2004). Torná-la uma política estatal perene contribui para alterar o quadro de prioridades políticas, para confundir a maioria da população do país, para deixá-la estática, inoperante frente à desigualdade social. Como política, a

²⁴ É necessária uma rápida distinção entre o que Marx chamou de emancipação política e emancipação humana. Para Marx (1843/1987), em *A Questão Judaica*, emancipação política é aquela realizada pela burguesia nos limites da cidadania e emancipação humana refere-se à emancipação das formas de exploração do homem sobre o homem e, conseqüentemente, do Estado e da própria política. Quando falamos de emancipação por menor que seja, estamos nos referindo à emancipação política.

transferência de renda faz às vezes da expansão de direitos, da assistência de saúde, da Educação, da cultura, do lazer e da empregabilidade (Guilhon & Almada Lima, 2008; Silva e Silva & Yazbek, 2008).

Os programas de transferência de renda fazem com que (ou almejam que) a população se contente com as migalhas do setor público, enquanto os indicadores de concentração de renda no país ofuscam os números parcos da chamada redução da pobreza (Campos e cols, 2003; Macedo & de Brito, 2004; Silva e Silva & Yazbek, 2008).

Recentemente, os programas de transferência de renda ganharam espaço no país a partir do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy, em meados de 2001²⁵. Para formular sua proposta de Renda Mínima, Suplicy tomou como base dois argumentos: (a) que a gritante desigualdade social do país poderia ser, minimamente, combatida caso existisse um programa que garantisse a todos os cidadãos, uma renda mínima para suprir as necessidades vitais da maioria da população brasileira; (b) o exemplo do governo dos EUA na era Clinton, entendendo que, uma das causas da ascensão econômica daquele país fora resultado da implementação de um programa de renda mínima.

Suplicy (2002), ao se reportar ao modelo norte-americano, tinha em mente a ideia de que, caso fosse garantida uma renda mínima para toda a população que necessitasse desse benefício, mais consumo seria gerado e, naturalmente, haveria um

²⁵ É sabido que municípios como Campinas (SP) e Vitória (ES) instituíram, antes mesmo desse período, programas semelhantes ao elaborado por Suplicy (Fonseca, 2007). Além disso, o governo Fernando Henrique Cardoso já havia implementado programas dessa natureza, por exemplo, o Bolsa Escola. Mas o fato é que o projeto de lei de Suplicy abriu caminho para a expansão e propagação desses programas em uma escala nunca antes vista no país.

aumento da produtividade, o que movimentaria o capital, fazendo crescer o setor de serviços e os empregos²⁶.

Propostas semelhantes se propagaram em diferentes localidades do Brasil e o governo Federal passou a adotar a política de renda mínima como base de sua política social, ao mesmo tempo em que fortalecia programas da mesma natureza já existentes.

Segundo Draibe, mesmo depois do principal programa de transferência de renda do governo federal, na época de Fernando Henrique Cardoso, o Bolsa Escola, não ter atingido sua meta e ter sido comprovadamente um fiasco - já que não houve melhora significativa no desempenho escolar dos alunos beneficiários do programa, carecendo de procedimentos claros de focalização, reservando, ainda, certa margem ao clientelismo (Draibe, 2006) - ele foi bem avaliado por organismos internacionais como o Banco Mundial, que solicitou ao governo brasileiro sua continuidade. Foi então que tal programa serviu de base conceitual, operacional e tecnológica para implementação de outro mais robusto, o Bolsa Família, que se tornou a marca da política social do governo Lula (Draibe, 2006; Macedo & de Brito, 2004).

A consolidação e a expansão desenfreada do Bolsa Família colocam uma série de questões a serem debatidas, por exemplo: a pobreza se caracteriza apenas pela ausência ou insuficiência de renda? Esses programas de transferência de renda reforçam a pobreza ou emancipam a população de sua condição de pobreza e miséria?

Macedo e de Brito (2004) em seu livro *Transferência de renda: nova face da proteção social?* discutem justamente essas questões. Para as autoras, os programas de transferência de renda reforçam uma lógica mercantil, fazem dos beneficiários meros consumidores, enquanto as políticas sociais e os serviços públicos essenciais, como saúde e Educação, são precarizados e privatizados. Macedo e de Brito (2004) e

²⁶ Vimos com essa crise mundial recente, a consequência dessa lógica. O resultado da expansão de créditos associado a uma política econômica financeira, sem regulação estatal, colocou o neoliberalismo em xeque.

Maricato (2003) consideram que a pobreza, mais do que a ausência de renda, caracteriza-se pela condição de vida de uma classe, por um modo de existência. Nesse sentido, uma renda a mais no mês pode ajudar, mas de forma alguma emancipa a maioria da população e muito menos a retira da condição de pobreza e miséria. Pelo contrário, as autoras discutem como essas políticas de transferências de renda, no contexto atual do aviltamento progressivo dos direitos, surtem um efeito de manutenção do quadro social e econômico em que vivemos. Nessa direção, um dos efeitos dos programas de transferência de renda é reforçar a individualização dos fenômenos sociais, delegando às famílias as responsabilidades que seriam do Estado. Como afirmam Macedo e de Brito (2004):

O reconhecimento da importância da família, considerando que esse direcionamento no programa exprime, antes de tudo, um imperativo da intervenção estatal de caráter neoliberal, que focaliza suas ações nos grupos sociais mais atingidos pela pobreza, num forte apelo em suas estratégias de atuação à esfera privada (p.108)

Além de responsabilizar as famílias por todo tipo de insuficiência do Estado (e é sintomático que os resultados da pesquisa de Macedo e de Brito (2004) tenham mostrado que os gestores públicos tendiam a culpabilizar os beneficiários pela inoperância dos programas de transferência de renda), o Estado assume que o direito esteja sendo limitado a apenas algumas famílias. Isso fica expresso nos diversos critérios de focalização e seleção e nas condicionalidades para inclusão e permanência nesses programas assistenciais. Assim:

Procura-se cercar os sujeitos de um conjunto de regras, de garantias e de categorizações sociais onde a rubrica da tecnocracia faz desaparecer, ou

esquecer, as dimensões da realidade que precisa ser mudada (Macedo & de Brito, 2004, p. 119).

A inclusão se dá agora por meio do consumo - e de um consumo imediato - e não por meio do trabalho; o direito ao trabalho torna-se uma questão secundária. Enquanto isso, os programas assistenciais aumentam os índices de consumo e, nesse sentido, a economia atinge índices mais elevados. Mas o que importa analisar é que a economia vai bem e o povo vai mal. Retiram-se direitos conquistados historicamente e no lugar põem uma quantia irrisória de dinheiro na mão de parte da população pobre e miserável para elevar o consumo de gás, de produtos primários, de produtos de terceira linha.

Para Guilhon e Almada Lima (2008), foi na lógica dos números frios da economia, sem que se pensasse em uma política emancipatória, mesmo que uma emancipação econômica dentro dos moldes do capitalismo, que os programas de transferência de renda foram pensados no Brasil, a partir do que foi proposto no âmbito federal (Suplicy, 2002), estadual e municipal (Fonseca, 2007).

Enquanto isso, passados mais de quinze anos de sua implantação, a política de transferência de renda em nada fez alterar o quadro de desigualdade social e concentração de renda. Basta ver que nas últimas décadas, a desigualdade de renda ganhou proporções ainda maiores no país (Campos e cols, 2003).

Embora um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirme que o programa Bolsa Família tenha sido um dos principais responsáveis pela redução da pobreza (medida a partir do coeficiente GINI), especialmente, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o impacto desse programa para melhoria das condições de vida e de trabalho dos beneficiários é tímido e não revela um grande avanço no combate à desigualdade social, como revela o mesmo estudo do IPEA

(Sátyro & Soares, 2009) e outros (Draibe, 2006; PNDU, 2010). O referido estudo do IPEA, que buscou investigar a situação de trabalho de beneficiários do “Bolsa Família” desvelou um dado preocupante: 81% dos inscritos nesse programa têm emprego precário (Sátyro & Soares, 2009).

O estudo do IPEA revela, ainda, que dos beneficiários do Bolsa Família 22% trabalham na agricultura familiar; 15% são trabalhadores por conta própria e outros 15% foram classificados como desempregados ou com inserção marginal na economia. Além desses, 13% dos beneficiários são empregados urbanos sem carteira; 9% são trabalhadores domésticos (com ou sem carteira assinada) e 7% são trabalhadores agrícolas sem carteira. Cerca de 5,6 milhões de beneficiários estão empregados com carteira assinada. O número corresponde a 19% da População Economicamente Ativa (Sátyro & Soares, 2009).

Outro estudo, que buscou conhecer o perfil dos beneficiários do Bolsa Família, conclui que a inserção no programa não proporcionou uma melhoria nas condições de trabalho. A relação entre o benefício e a melhoria nas condições de trabalho é irrisória (PNUD, 2010). Segundo revela este estudo, o impacto na participação no mercado não é significativo nem para homens nem para mulheres. Os cadastrados no Bolsa Família trabalham um pouco menos do que as pessoas que estão em faixa de renda semelhante, mas não são ligadas ao programa. Em resumo, isso significa que os homens beneficiados trabalham 1,3% a menos que os não beneficiados, e as mulheres cadastradas trabalham 4,1% a menos que as não cadastradas (PNUD, 2010).

A conclusão do estudo é a de que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família não desencorajam as pessoas a trabalharem (PNDU, 2010), mas também não significa que exerçam um impacto positivo nesse aspecto.

Os programas de transferência de renda também não exercem impactos significativos sobre a vida da mulher. É sabido, conforme declara o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2010), que a política de transferência de renda foi pensada para incidir sobre a mulher, sendo ela considerada o eixo da estrutura familiar. Por isso é que 94% dos responsáveis pelo programa Bolsa Família são mulheres, segundo revela estudo realizado pelo Ibase (2008). Um dos argumentos utilizados é que, tornando-se consumidora e responsável por parte da renda familiar, os programas assistenciais contribuiriam para alterar as relações de gênero no interior das famílias. No entanto, acreditamos, assim como Mariano e Carloto (2009), que a política de transferência de renda, ao delegar à mulher a responsabilidade pelas tarefas familiares, reforça a condição histórica da mulher subordinada ao homem, fortalecendo a ideia de que ela seja meramente uma reprodutora, cuja função esteja limitada a cuidar dos filhos e da família, que exerce uma função restrita à esfera privada. Os cuidados do filho e as tarefas no âmbito privado são destinados às mulheres que, agora, além do marido e da sociedade, também são cobradas pelo governo. Mais uma vez, tudo recai sobre elas: a frequência das crianças na escola, a desnutrição dos filhos e outras funções ligadas à maternidade²⁷.

Embora haja contradições, não há nada de inovador nessa política, cujo foco é a mulher. É por isso que, como vimos, as mulheres cadastradas trabalham 4,1% a menos que as não cadastradas (PNDU, 2010). Considerando, ainda, que o desemprego continua a atingir mais mulheres que homens (de Faria, 2008), e mesmo que tenha aumentado a participação feminina no mercado de trabalho, como constata um estudo da fundação Dieese (Dieese, 2008), o rendimento médio das mulheres equivalia, em 2007, a 67% dos ganhos médios dos homens empregados, ou seja, a maior participação feminina no

²⁷ Ainda assim, de acordo com o instituto Ibase (2008), a maioria dos (as) titulares do PBF (64%) acha certo que as famílias que não cumprem com as condicionalidades sejam excluídas do programa.

mercado não significa igualdade de condições de trabalho e de salário, o que agrava ainda mais as condições de vida das mulheres que, beneficiadas ou não pelos programas de transferência de renda, continuam na condição de vítimas da divisão sexual do trabalho. E, se a maioria dos beneficiários encontra-se em condições precárias de trabalho (PNUD, 2010; Sátyro & Soares, 2009), vale ressaltar que 96,55% dos postos do setor doméstico do país, um dos mais precarizados, são ocupados por mulheres. (Dieese, 2008).

Não é nosso foco discutir a questão de gênero relacionada aos programas de transferência de renda, mas sobre isso é importante pontuar, para finalizar esta reflexão, que, em nossa opinião, estimular o papel da mulher na sociedade é dar a ela condições para disputar os rumos da política e para ocupar melhores postos de trabalho e não apenas nas casas e no cuidado dos filhos.

Por tudo isso que foi discutido e evidenciado pela literatura, concluímos que, por trás desses programas assistenciais, não encontramos alternativas sólidas para a redução da desigualdade de gênero, da própria desigualdade social e da pobreza. Os programas de transferência de renda como o Renda Cidadã e o Bolsa Família deixam evidente, mais do nunca, o caráter de classe do Estado burguês, como alertava Lênin (1917/2007) no início do século passado. E, como Marx (1844/1995) fez questão de enfatizar, os partidos da ordem têm um único interesse: administrar e não acabar com a pobreza.

4 - Para uma reflexão acerca de processos psicossociais contra alienação e fatalismo.

O cenário é de crise social e econômica, mas isso não significa que a crise permanente do capital não possa ser superada pela ação revolucionária, pois se trata de um fenômeno histórico, dinâmico e em movimento. Ainda mais considerando que a população não se limita a assistir passivamente a retirada de seus direitos. Aconteceram

nesses últimos anos diversas rebeliões contra as precárias condições de moradia, os movimentos que lutam por terra e por espaços para viver nas cidades, o esforço para criação de uma nova central sindical capaz de retomar a luta histórica da classe trabalhadora no país, a reorganização de partidos de esquerda, as greves realizadas em todo o Brasil, a resistência do funcionalismo federal, dos estudantes e trabalhadores, de uma maneira geral, contra os ataques aos seus direitos. Isso nos faz crer que a consciência resiste, ela é ativa, as pessoas estão pensando, refletindo, sentindo e se indignando. Veremos até que ponto as indignações e ações coletivas, ainda muito fragmentadas, são capazes de ceder espaço para um processo político que reverbera aspectos de uma consciência de classe “para si”.

O que torna esse cenário complexo é que estamos lidando com uma consciência em movimento, fortemente atrelada às condições históricas de sua existência, que é contraditória, racional e emotiva. Por isso, a elaboração de um programa político consequente de esquerda (que também não é tarefa fácil) não é o bastante para sensibilizar a massa. É preciso que se pense em um método que afete positivamente os sujeitos, que rompa com o individualismo, com o favorecimento pessoal, com a apatia, com a ausência de espaços democráticos e participativos das classes oprimidas.

Para tentar demonstrar o grau de complexidade da constituição de uma consciência de classe “para si”, é preciso, por exemplo, atentar para o fato de que a adesão a um projeto político envolve não apenas racionalidade, mas emocionalidade, diz respeito à forma como a desigualdade social toca as pessoas, a forma como um projeto político mobiliza um indivíduo, como seria para o sujeito se posicionar politicamente em um contexto psicossocial onde a *mídia* e a religião, por um lado, e a família, por outro, atuam na contramão de ações coletivas e reivindicatórias (Arbex Júnior, 2005; Iasi, 2006; 2007; Martín-Baró, 1998). É preciso saber quão difícil é para

um sujeito posicionar-se criticamente no seu contexto de vida cotidiana e diante do seu círculo de amizade, em qual grupo social o sujeito está concreta e emocionalmente implicado, sua história de vida individual, suas análises singulares entrecruzadas com o contexto concreto em que se vive.

Por isso é fundamental que se pense um processo de mudança social, na qual a consciência de classe “para si” apareça como fator preponderante, como um projeto capaz de associar as demandas concretas de uma população com as demandas de uma classe, o que não envolve apenas uma questão de racionalização política, mas envolve também uma nova forma de emocionalidade, uma nova forma de se pensar a sociedade, a emergência de uma nova cultura baseada na solidariedade de classe, uma nova forma de relacionamento, desde as relações cotidianas ao contexto mais amplo de organização da classe trabalhadora (Paulino, 2008). Pensando por aí, Martín-Baró (1998) ressalta a importância de um resgate da memória histórica, o que, possivelmente, ajudará a mobilizar as pessoas em torno de uma identidade comum construída a partir das origens, pelo compartilhamento de cultura, afeto, experiências e modos de vida similares. Para tanto, é preciso, afirma o autor, que se resgate uma prática de classe que leve em conta a vida cotidiana das pessoas e que esteja orientada para a construção de uma alternativa cujo horizonte histórico é a libertação das classes oprimidas.

Para se arriscar a desenvolver uma pesquisa em torno da consciência política de determinadas pessoas, tivemos que nos basear em outras experiências como de Martín-Baró (1980) em sua investigação acerca da consciência política dos salvadorenhos, quando o autor observou a amplitude de uma ideologia dominante e sua interferência na consciência de classe da pequena burguesia daquele país. O trabalho de Trotski (1923/2009) sobre como os operários soviéticos avaliavam o modo de vida pós-revolução russa, também contribuiu para enriquecer nossa análise, considerando-se

algumas dimensões importantes que constituem uma consciência de classe, que vão muito além de uma transformação econômica.

Existem trabalhos nacionais que também tratam diretamente da temática estudada, como a pesquisa de Welmowicki (2004) sobre a consciência de operários a respeito da luta política-sindical, e também a pesquisa de Celso Frederico (1979a; 1979 b) sobre a consciência política de operários brasileiros. A pesquisa realizada por de Faria (2008) com mulheres beneficiárias do programa estadual “leve leite”, sobre como elas avaliavam suas condições de vida, forneceu-nos dados importantes para uma compreensão sobre o sentido do trabalho na sociedade contemporânea. A análise de Sawaia (1987) sobre a relação de mulheres e os movimentos sociais de um bairro popular da cidade de São Paulo, também nos ajudou a entender os movimentos promovidos a partir da construção de ações populares reivindicatórias. Em resumo, todas essas pesquisas nos ajudaram a formular uma reflexão teórica a respeito da consciência política das pessoas, ou mais especificamente, sobre a consciência de classe.

V. OBJETIVOS

Apresentamos a seguir os objetivos gerais e específicos que norteiam o presente trabalho, com base na tese de que os programas de transferência de renda emergem em um contexto psicossocial de dominação política de uma classe sobre a outra e confundem a população acerca do que é favor e do que é direito, isentando o Estado de responsabilidade, culpabilizando as famílias pelas condições concretas a que estão submetidas e fomentando a disputa por migalhas. Tudo isso enfraquece laços de coletividade, gerando um sentimento de resignação e propagando o fatalismo. Assim sendo, os referidos programas configuram-se como um “freio” para a consciência de classe, ainda que esse processo seja marcado por idas e vindas, avanços e retrocessos da consciência.

Objetivos gerais

Compreender como pessoas beneficiárias ou cadastradas em programas governamentais de transferência de renda refletiram sobre suas condições de vida, sobre suas trajetórias de vida, como elas avaliaram o contexto social, econômico e político, o que esperavam para o futuro, quais potencialidades e barreiras encontraram para se apropriarem de uma práxis política reivindicatória.

Objetivos específicos

- (a) conhecer como as participantes compreenderam o fenômeno da desigualdade social, a partir da maneira como refletem sobre suas condições de vida;
- (b) compreender quais alternativas encontraram para conquistar uma condição social e econômica por eles almejada;
- (c) analisar se as experiências de vida das participantes contribuíram para gerar um sentido político às suas ações cotidianas;
- (d) refletir sobre quais aspectos e dimensões da vida das participantes contribuíram ou não para gerar uma práxis política reivindicatória que seja capaz de combater, de alguma maneira, o fatalismo.
- (e) compreender o movimento da consciência de classe em relação ao contexto de vida das participantes;

Capítulo 2 - MÉTODO

1. O movimento da consciência como questão teórico-metodológica

Segundo Lessa (2002), Lessa e Tonet (2008) e Tonet (2005a), o primeiro passo em direção à emergência do ser social foi dado pela intervenção do homem sobre a natureza, pela via do trabalho. Os autores afirmam, com base em Marx, que isso só foi possível porque o sujeito, para intervir sobre um objeto e, então, para se apropriar conscientemente dele, teve de conhecer as propriedades específicas do mesmo. Da mesma maneira, Frederico (1979a; 1979b) reconhece que um pesquisador deve conhecer a natureza do seu objeto de estudo, para que reúna condições concretas de analisá-lo em seu movimento.

Com isso, baseado nas premissas teóricas do materialismo histórico e dialético, buscamos estudar a consciência de classe de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda do governo estadual e federal. É evidente que essa proposta rejeita a possibilidade de identificar uma consciência de classe absoluta, uma vez que, como afirma Heller (1987), trata-se de um fenômeno de caráter relativo e tendencial, que não se manifesta em estados puros, mas processualmente. Assim, para Heller, somente compreendendo o processo em que nosso objeto de estudo se desenvolve é que podemos observar como ele se mostra em uma determinada realidade, isto é, somente compreendendo o movimento que ele processa em um determinado contexto, que poderemos analisá-lo em sua totalidade concreta. Nesse sentido, destacando o movimento da consciência como questão teórico-metodológica, damos destaque às palavras de Frederico (1979b), quando ele diz:

Quem quer pensar dialeticamente a realidade social não pode começar por “hipóteses de trabalho” e definições *a priori*, tal como costuma fazer a sociologia acadêmica ávida por aprisionar o objeto de estudo em pressupostos conceituais que, por lhe serem exteriores, forçosamente o violentam. O

pensamento, ao contrário, precisa respeitar seu objeto, acompanhando-o, com cuidado, em suas metamorfoses (p.15).

Essa lição metodológica que o autor toma de Hegel²⁸ implica na necessidade de acompanhar os desdobramento da consciência de classe e deixar que seu conteúdo se expresse por si mesmo. Por isso, não nos baseamos em uma análise apriorística sobre o movimento operado pela consciência em um determinado contexto, tampouco atribuímos um conteúdo rígido à consciência de classe “em si” e “para si”, até porque são duas dimensões relacionais que, para Iasi (2006), manifestam-se no campo da práxis, entre a negação e o consentimento da ordem, ou como quer Frederico (1979a; 1979b), entre saltos e momentos de estabilidade relativa.

Fundamentamos nossa opção teórico-metodológica, a partir do movimento contraditório operado pela consciência de classe, com base em premissas concretas, da vida dos indivíduos reais. Com efeito, em consonância com González Rey (1999), tomamos como referência um corpo teórico que contribuiu para enriquecer - e não limitar - nossa análise sobre o empírico.

Tratou-se, portanto, para desenvolvimento dessa investigação, de uma opção pela metodologia de base marxista, fundada em uma ontologia que reconhece a natureza dialética do movimento real operado pela consciência (Duarte, 1993; Frederico, 1979a; 1979b; Kosik, 1961; Lessa & Tonet, 2008; Zanella e cols, 2007).

²⁸ Segundo Frederico (1979b), Marx sofre grande influência da dialética hegeliana no sentido de que, para ambos os filósofos, a consciência opera um movimento quando aplica o conhecimento abstrato às propriedades reais do objeto, quando o sujeito articula as propriedades em “si” (o que ele é) com as possibilidades de tomá-lo “para si” (o que ele pode vir a ser). Análise semelhante faz Frederico (1979a), Iasi (2006), Konder (2003), Kosik (1961) e Lessa (2002). É claro que esses autores reconhecem uma distinção e até um antagonismo entre o que Marx e Hegel consideram por apropriação das propriedades reais de um objeto - os casos mais determinantes dessa divergência dizem respeito à noção de sujeito e História. Ainda em relação a essa questão, Konder (2003) comenta: “o conceito de práxis é decisivo para a distinção entre a dialética de Marx e a do seu mestre Hegel. É verdade que em ambos a dialética se funda como uma ontologia e não como uma teoria do conhecimento. O que conta, para os dois, é o movimento do ser, suas contradições. No entanto eles divergem na compreensão desse ser que se move e no entendimento de qual possa ser a sua relação com o conhecimento” (p 2).

2. Metodologia de pesquisa

As reflexões de González Rey (1999) sobre uma análise construtivo-interpretativa das informações serviram de base para que pudéssemos interpretar os dados que dispusemos e, então, identificar as unidades de sentido para formular as categorias de análise. Seguindo as orientações do autor, buscamos identificar um conjunto de temas que foram elencados pelas participantes. Esses temas - caracterizando aquilo que Jacques (1993) chama de determinações fundamentais e secundárias das informações - pela maneira como foram interpretados, agrupados ou separados, da relação entre eles, diante da totalidade das informações, conformaram unidades de sentido. As unidades de sentido vieram acompanhadas de indicadores, que revelaram um juízo de valor, uma motivação, indicando um sentido gerado por cada participante em relação a determinado tema. Esses indicadores, analisados teoricamente, possibilitaram a identificação das categorias de análise (González Rey, 1999).

Procuramos interpretar se um tema (exemplo: “condições de vida”), da forma como ele apareceu, poderia ou não ser englobado em outro mais amplo - identificar quais foram os temas fundamentais e os secundários para as participantes (Jacques, 1993) nos ajudou a compreender a maneira como as informações se articularam, para conformação das unidades de sentido. A partir de então, buscamos identificar os indicadores (por exemplo: “impossibilidade de melhorar as condições ruins de vida”) e daí, à luz da teoria, foram geradas as categorias de análise (segundo o exemplo, a participante acha que não consegue mudar suas condições ruins de vida, não enxerga possibilidades para melhorá-las e não vê alternativas. Então, nesse caso, essa visão representaria uma unidade de sentido, que seria interpretada por nós, gerando uma categoria de análise, nomeada como “fatalismo diante da possibilidade de mudar as condições ruins de vida”).

Segundo González Rey (1999), a elaboração das categorias de análise é um processo contínuo, que pode servir para ressignificar o conjunto das informações.

(...) Las categorias representan un momento en la construcción teórica de un fenómeno, y a través de ellas entramos en nuevas zonas de lo estudiado, las que conducirán a nuevas categorias que se integrarán a las anteriores, pero que no se hubiera podido construir sin aquellas (p. 122-123).

È por isso que se trata de uma análise construtivo-interpretativa das informações, um processo permanente em que, a cada momento, vão se abrindo novas possibilidades, configurando novas hipóteses, novos problemas que vão se tornando acessíveis na confrontação do teórico com o empírico. Dessa maneira, os indicadores que nos permitiram identificar as categorias de análise, não foram extraídos, portanto, de uma leitura imparcial dos dados, mas do diálogo processual e contínuo que pudemos estabelecer com as informações que dispusemos. Ademais, as categorias não puderam ser compreendidas isoladamente, mas no conjunto das informações em intersecção com a teoria (González Rey, 1999).

Acreditamos que essas orientações de González Rey, que nos ajudaram a identificar as categorias de análise, são complementares àquilo que Duarte (2000) considera como um método de análise empregado pelo materialismo histórico e dialético.

Apesar das diferenças entre a perspectiva qualitativa de González Rey (1999) e as concepções teórico-metodológicas calcadas, epistemologicamente, no marxismo, como as de Duarte (2000), encontramos semelhanças entre os procedimentos adotados pelos dois autores.

Duarte (2000) emprega o que ele chama de “método inverso” (p.84), que propõe se apropriar das informações mais desenvolvidas para alcançar as mais particulares. O

autor defende um método que parta da análise das formas mais desenvolvidas, para alcançar as formas menos desenvolvidas, partindo do pressuposto de que o corpo mais desenvolvido é mais fácil de estudar do que sua célula. Pois então, transpondo essa análise para a realidade da nossa pesquisa e relacionando-a com a perspectiva construtivo-interpretativa de González Rey, partimos das informações mais desenvolvidas (aquelas com um corpo mais definido, os temas, que revelaram significados, informações genéricas partilhadas socialmente), para alcançar informações mais particulares - mas nem por isso menos complexas - relacionadas ao sentido das falas das participantes, os indicadores, as categorias de análise, isto é, aquilo que expressou a particularidade com que as participantes construíram as informações a respeito de determinados temas, construindo o sentido a partir de significados (González Rey, 1999).

Para Zanella e cols (2007) o significado “goza de uma relativa estabilidade, provisória em razão de sua condição social e histórica” (p. 31). Dessa maneira, identificando as zonas de estabilidade provisórias, observadas nos temas, buscamos identificar as unidades de sentidos, que, para as autoras, baseadas em Vigotski, “referem-se a uma dimensão essencialmente idiossincrática”. (p. 31).

Mas o próprio Vigotski (2001) reconheceu, entretanto, que os significados e os sentidos, a exemplo da objetividade e subjetividade, só podem ser analisados separadamente do ponto de vista gnosiológico, uma vez que compõe uma unidade dialética. A singularidade (sentido) preserva traços da universalidade (significado) e as expressões genéricas são constituídas de particularidades. De todo modo, essa separação gnosiológica entre uma dimensão e outra nos ajudou na interpretação das unidades de sentido, para elaboração das categorias de análise, extraídas das informações de cada uma das entrevistas.

A elaboração de categorias de análise, interpretadas do conteúdo de cada entrevista, forneceu-nos subsídios para que pudéssemos identificar eixos comuns de análise, diferenças e semelhanças entre todas as informações, o que representou a síntese dos resultados desta investigação. Sendo assim, buscamos identificar eixos comuns que abarcaram, ou não, diferentes categorias de análise. Assim como Novack (1975), acreditamos que a caracterização de um sentido comum é fundamental na composição de uma análise científica, mas isso não significou, todavia, que deixamos de reconhecer a unidade entre uma diversidade de pensamentos contraditórios.

Nessa etapa, utilizamos o método de comparação sucessiva compreendendo que comparar não é apenas verificar as semelhanças entre as informações trazidas pelas participantes, mas também suas diferenças (Mahoney, Almeida & Almeida, 2005). Com isso, não quisemos cair na dualidade identidade x exclusão, uma vez que prezamos pela unidade dos contrários, para entender a identidade na contradição e a contradição na identidade (Martíns, 2008).

De modo semelhante, para identificar os eixos comuns de análise nos apoiamos em Meszáros (2008), que considera que, mais do que caracterizar o que é concordância e convergência dentre diferentes informações, é fundamental analisar a divergência na concordância e a concordância na divergência. O autor reconhece, assim, que a realização de sínteses não excluem a identificação de divergências.

Por isso é que, na síntese de todas as informações, diferentes categorias de análise, mesmo expressando conteúdos divergentes, puderam ser aglutinadas em um eixo comum, dependendo do sentido que geraram diante da totalidade dos dados que dispusemos. Para dar um exemplo hipotético: uma das categorias de análise, extraída de uma das entrevistas é interpretada, a partir do conteúdo das informações, como "estratégia individualista para mudar de vida". Outra categoria de análise, identificada

em outra entrevista, é interpretada, por exemplo, como “fatalismo diante da possibilidade de mudar de vida”. Nesses dois casos, o eixo comum foi uma análise sobre as condições de vida, mas a primeira participante acha que é preciso mudá-las por meio de ações individuais, e a segunda acha que não é possível mudar de maneira nenhuma. Apesar de terem gerado sentidos distintos, o tema permanece o mesmo. Assim, pudemos identificar alguns pontos de ligação entre as participantes, diante de temas partilhados por parte delas ou por todas elas.

Dessa maneira, para alcançar os resultados dessa investigação, nosso esforço coube ir do mais amplo ao mais específico e do mais específico, novamente, ao mais amplo, na elaboração de uma síntese das categorias de análise, extraídas das entrevistas.

3. Contexto de pesquisa

O contexto de pesquisa não é diferente do que vimos relatando no curso deste trabalho. Trata-se de uma realidade marcada pela desigualdade social. A configuração das grandes cidades brasileiras reflete as mazelas sociais, uma vez que, como lembram Maricato, Martín-Baró e Mello, o contexto urbano traz resquícios da divisão social do trabalho, em uma realidade em que convivem diferentes classes sociais (Maricato, 2003; Martín-Baró, 1990; Mello, 1994).

Apesar das tentativas de segregação entre ricos e pobres, as cidades brasileiras não conseguem esconder a pobreza e a miséria. Segundo uma pesquisa realizada por Matias, Barreto e Salvato (2010), a convivência entre diferentes segmentos econômicos da população tem se tornado cada vez mais comum, especialmente, nas metrópoles espalhadas pelo país. Como consequência desse processo, segundo Buoro, Schilling, Singer e Soares (1999) e Campos e cols (2003), a segurança privada e o número de condomínios de alto padrão têm crescido no Brasil. A sofisticação dos aparatos de segurança privados atende à demanda de uma elite em se esquivar da convivência com a

maioria da população, o que muitas vezes não é possível mesmo com a diminuição do número de pobres e miseráveis no país (Matias, Barreto e Salvato, 2010), que não foi o bastante para frear a calamitosa concentração de renda do Brasil (Hoffmann & Ney, 2008; Campos e cols, 2003).

A pesquisa realizada por Matias, Barreto e Salvato (2010), que buscou identificar as disparidades econômicas entre Estados e regiões do Brasil, conclui que, apesar de a economia do país ter crescido e a pobreza ter diminuído nos últimos anos, mesmo no Estado mais desenvolvido, São Paulo, a desigualdade social atinge níveis alarmantes, caracterizando-se como um dos Estados mais desiguais do país.

Nesse caso, a disposição geográfica da maior cidade do país - que tem sofrido alterações com as tentativas de a elite construir espaços próprios de convivência - não tem dado conta de apaziguar os efeitos devastadores da desigualdade social. Esse fenômeno penetra as favelas, medeia a vida da maioria da população, gera medo e hostilidade entre as pessoas e também invade a casa da chamada classe média, atolada nos impostos e na tarifação.

Nesse contexto, a configuração das grandes cidades, como é o caso de Campinas, local deste estudo, tem se caracterizado como um indicador que deflagra as mazelas do quadro social e econômico em que vivemos (PMC, 2004).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) afirmam que Campinas tem uma população estimada em mais de um milhão de pessoas e se caracteriza como um centro de desenvolvimento tecnológico e industrial, cujo Produto Interno Bruto (PIB) representa cerca de 3% do PIB nacional; uma cidade que é centro de uma região metropolitana, que agrega 19 municípios, com uma população estimada em um pouco mais de dois milhões habitantes.

Mas, apesar de Campinas figurar, nacionalmente, como uma cidade de imenso potencial econômico, a desigualdade social tem se caracterizado como a marca do município. De acordo com último levantamento sócio-econômico realizado pela prefeitura municipal, o mapa de inclusão/exclusão de Campinas (PMC, 2004, revela que, nem mesmo a região mais nobre da cidade está alheia a uma realidade em que a riqueza em abundância convive diariamente com a miséria e a pobreza. Trata-se de uma região que aglutina bairros com indicadores elevados de inclusão social, ao mesmo tempo, bairros com altos indicadores de exclusão (PMC, 2004).

4. Cenário da pesquisa

A região mais nobre de Campinas - também a mais desigual - foi o cenário da nossa pesquisa. Este trabalho esteve situado em uma unidade territorial caracterizada pela aglomeração de pobres e ricos, que convivem em um mesmo espaço geográfico - um espaço onde condomínios privados e bairros populares se espremem lado a lado.

Inserimo-nos nessa região, por meio de um projeto de extensão universitária, denominado “Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade” (Guzzo, 2004), com atividades que estudantes da graduação e pós-graduação em psicologia da PUC-Campinas vêm realizando no contexto escolar e comunitário.

O projeto “Risco à Proteção” vem sendo desenvolvido em uma escola municipal de Educação Infantil, localizada na referida região, com a proposta de um acompanhamento psicossocial de crianças, por meio da realização de atividades grupais em sala de aula com alunos, fomentando espaços coletivos de discussão com os pais e educadores, além de conversas individuais com crianças e seus familiares. E, em se tratando de uma proposta de intervenção preventiva, procuramos articular nossa atuação junto a diferentes equipamentos públicos que atuam na mesma localidade. Para tanto, buscamos contato com diferentes profissionais que trabalham na região, para fortalecer

uma rede de apoio às famílias que vivem nos bairros populares, em torno da escola em que atuamos.

Nosso maior aliado na tentativa de realizar um trabalho conjunto com as instituições públicas da região foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)²⁹, a partir da atuação intersetorial.

As reuniões intersetoriais (que reúnem profissionais que tentam atuar de maneira integrada na região: Educação, Assistência Social, Saúde e Moradia) serviram para estreitar a relação entre o projeto “Risco à Proteção” (representando a escola municipal nestas reuniões) e o CRAS.

Ações coordenadas entre a escola e o CRAS tomaram corpo a partir da constatação de um dado concreto: pudemos observar que uma parcela considerável da população que frequentava a escola, também frequentava o CRAS. Na maioria dos casos, tratava-se de beneficiários dos programas de transferência de renda, como o programa estadual Renda Cidadã ou o programa federal Bolsa Família. A partir de então, procuramos desenvolver atividades conjuntas. O CRAS chegou a participar de um encontro com os pais, promovido pelo “Risco à Proteção”, na escola em que atuamos. O projeto “Risco à Proteção”, particularmente, na figura do pesquisador, passou a acompanhar atividades de um grupo composto por beneficiários do programa assistencial Renda Cidadã. A nossa participação nesse grupo se justificou à medida que estavam presentes pais de alunos da escola municipal.

5. Participantes

No cenário desta pesquisa, ao redor dos condomínios de alto padrão, nos bairros populares pudemos identificar muitas famílias que estão cadastradas em programas

²⁹ Para compreender melhor como se estabeleceu a relação entre escola e CRAS, ver Euzébio Filho (2007). Sobre a relação entre o pesquisador e o cenário de pesquisa e para entender, de maneira mais detalhada, as propostas do projeto denominado “Risco à Proteção”, ver também Euzébio Filho (2007). Sobre todas essas questões, consultar, ainda, o anexo 1 da presente tese.

assistenciais de transferência de renda, Renda Cidadã e Bolsa Família por comprovarem rendas familiares insuficientes, que caracterizam uma situação de pobreza. Para se cadastrarem no Bolsa Família, as famílias devem atender ao requisito mínimo: renda mensal per capita de até R\$ 140,00. No caso desse programa do governo federal, o benefício varia entre R\$ 20,00 e R\$182,00 mensais (lei 10.839, 2004). As famílias beneficiárias do programa do governo do Estado de São Paulo (Renda Cidadã) recebem uma renda de R\$ 60,00 por mês e são aptas a receber esse benefício aquelas apresentarem uma renda per capita abaixo de R\$100,00 mensais (resolução SEADS 4, 2005, lei 10.839, 2004).

Participaram dessa pesquisa oito mulheres, entre 22 e 58 anos, cujas famílias são assistidas pelos programas de transferência de renda ou estão cadastradas nesses programas. Dentre as participantes, todas frequentam a escola e CRAS, além de outros espaços como o shopping, o posto de saúde e a associação de moradores. Algumas delas também frequentam igrejas evangélica e católica. Cinco participantes nasceram em Campinas e três nasceram em outras cidades: uma nasceu no interior de São Paulo, outra nasceu no interior de Minas Gerais e outra nasceu no interior do Paraná. Exceto uma das participantes, todas têm pelo menos um filho. Duas delas vivem somente com os filhos. A participante que não tem filho mora sozinha, o restante vive com o companheiro e com os filhos. Em alguns casos vivem com parentes.

O quadro I traz dados de caracterização sócio-demográfica dessas participantes, variando as informações de acordo com aquilo que pudemos obter em cada entrevista.

Quadro I. Dados demográficos das participantes

Participantes	Idade	Etnia	Estado Civil	Filhos	Locais que frequenta	Local de nascimento
Participante 1	44 anos	Branca	Viúva	2	Comissão de pais da escola. Escola, CRAS, Posto de Saúde, Shopping.	Campinas (SP)
Participante 2	58 anos	Parda	Separada	0	Igreja evangélica e o CRAS.	Pouso Alegre (MG)
Participante 3	39 anos	Branca	Amasiada	10	Igreja católica e CRAS.	Campinas (SP)
Participante 4	39 anos	Negra	Amasiada	2	Associação de moradores, escola, CRAS e Igreja católica	Campinas (SP)
Participante 5	34 anos	Parda	Separada	3	Igreja católica.	Campinas (SP)
Participante 6	30 anos	Negra	Amasiada	5	Igreja evangélica, e CRAS	Campinas (SP)
Participante 7	22 anos	Branca	Amasiada	1	Igreja Evangélica, escola e CRAS.	Paraná (não informou cidade)
Participante 8	33 anos	Parda	Amasiada	1	Não informado.	Presidente Bernardes (SP)

O grau de escolaridade das participantes varia, mas não muito. As duas participantes que mais estudaram não completaram o ensino médio. Três participantes completaram o ensino fundamental. As outras três não completaram o ensino fundamental. Uma participante está desempregada, outras quatro fazem “bicos”. Duas participantes são registradas: uma trabalha como faxineira e outra como cozinheira. Ambas trabalham em uma escola pública e são funcionárias terceirizadas da prefeitura. Somente uma trabalha em casa.

Todas as participantes tem uma renda familiar que varia entre 1 e 3 salários mínimos. Seis participantes são beneficiárias dos programas de transferência de renda, sendo uma das participantes, beneficiária do Renda Cidadã e cinco do Bolsa Família. As outras duas estão cadastradas no programa do governo federal, aguardando serem contempladas pelo benefício.

Abaixo, no quadro II, podemos visualizar os dados socioeconômico das participantes.

Quadro II. Dados sócio-econômicos das participantes

Participantes	Grau de escolaridade	Profissão	Vínculo empregatício	Benefício	Moradia
Participante 1	Ensino Fundamental completo	Bico	Não tem	Cadastrada Bolsa Família	Alvenaria. Casa própria.
Participante 2	Ensino Fundamental incompleto	Desempregada	Não tem	Recebe Renda Cidadã há um ano.	Maderite. Casa própria.
Participante 3	Ensino Fundamental incompleto	Bico	Não tem	Recebe Bolsa Família há dois anos.	Alvenaria. Casa própria.
Participante 4	Ensino Fundamental completo.	Bico	Não tem	Recebe Bolsa Família há dois anos.	Alvenaria. Casa própria.
Participante 5	Ensino Fundamental incompleto	Faxineira	Registro em carteira. Terceirizada pela prefeitura.	Recebe Bolsa Família há um ano.	Alvenaria. Casa própria.
Participante 6	Ensino Médio incompleto	Do Lar	Não tem	Recebe Bolsa Família há um ano e meio.	Alvenaria. Aluguel.
Participante 7	Ensino Médio incompleto	Bico	Não tem	Cadastrada Bolsa Família.	Alvenaria. Aluguel.
Participante 8	Ensino Fundamental completo	Cozinheira	Registro em carteira. Terceirizada pela prefeitura.	Recebe Bolsa Família há quatro anos.	Alvenaria. Casa própria.

6. Material

O roteiro de entrevista (anexo 2) foi inspirado em pesquisas realizadas por Martín-Baró (1980), Trotski (1923/2009), Welmowicki (2004), Frederico (1979a; 1979b), Iasi (2006; 2007) e de Faria (2008).

Esse roteiro pretendeu levantar cinco tipos de informações: (a) dados socio-demográficos; (b) dados socioeconômicos; (c) dados sobre o modo de vida; (d) questões abertas sobre o que pensavam as participantes a respeito da vida que levavam, sobre o contexto de trabalho, o que pensavam sobre a política, sobre os direitos e benefícios; (e) questões diretivas que exigiram um posicionamento a respeito de alguns temas, por exemplo, quando pedimos às participantes definirem o que é injustiça; ou situações de contraste que são apresentadas a partir de relatos hipotéticos.

Uma das entrevistas foi registrada em um gravador gravada e, nesse caso, utilizamos um gravador. No contato com as participantes respeitamos os procedimentos éticos de pesquisa com seres humanos e para tanto, utilizamos um termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 3).

7. Procedimentos éticos

Como psicólogos obedecemos à legislação em vigor, especialmente, a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996). As orientações dessa resolução direcionaram a formulação do Código de Ética, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2006).

Com base nas orientações éticas produzidas pelo CNS e CFP, procuramos, em primeiro lugar, esclarecer para as participantes os objetivos da pesquisa, o formato da entrevista e a razão dessa coleta de dados. O termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 3) foi lido junto com as participantes, antes da realização das entrevistas, quando foi entregue a elas uma cópia (uma cópia ficou com o pesquisador, outra com as

participantes) assinada pelos envolvidos. Esse termo serviu como mediação para firmar um contrato de pesquisa, que não apenas tornasse claros seus objetivos, mas que também assegurasse uma participação livre e esclarecida, alertando para os possíveis riscos e benefícios, resguardando o bem estar e a segurança dos envolvidos.

É importante lembrar que a pesquisa lidou com beneficiários dos programas de transferência de renda, conseqüentemente, com uma população vinculada a um programa governamental e economicamente desfavorecida. Por isso, para que não confundissem a participação na pesquisa com uma condicionalidade ao recebimento do benefício, foi preciso ressaltar que não havia qualquer vínculo com os programas assistenciais, que as informações colhidas serviriam tão somente para uma pesquisa, sendo resguardados dados de identificação, como nome e endereço. A finalidade das entrevistas foi captar aquilo que os beneficiários - como cidadãos - pensavam e sentiam a respeito da vida que levavam. Dessa forma, procuramos deixar claro que o objetivo da pesquisa não era fazer uma reflexão sobre a operacionalização desses programas, que não pretendíamos expor os usuários do CRAS a uma situação constrangedora, ou que ameaçasse o recebimento do benefício. Essas ponderações facilitaram as participantes compreenderem o sentido da pesquisa e, em um caso específico, serviu para quebrar certa desconfiança em relação aos seus objetivos.

Por último, cabe informar que essa pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da PUC-Campinas (protocolo no.795/09). Para autorização dessa pesquisa em campo, ela foi apresentada aos profissionais da assistência social (do Distrito da assistência social de uma região de Campinas e do referido CRAS), quando foram discutidos os objetivos com eles, favorecendo um rico debate sobre o objeto desse estudo. Ao fim dessa pesquisa, responsabilizamo-nos por apresentar e discutir os resultados com todos os envolvidos - instituições e beneficiários.

8. Fontes de informação

As fontes de informação deste trabalho foram as informações obtidas no momento das entrevistas e das respostas às questões do roteiro.

A escolha dessa fonte de informação se justifica pelo papel que a entrevista cumpriu nesta pesquisa. O roteiro de entrevista, resguardando os objetivos dessa pesquisa, serviu para instigar uma discussão acerca de determinados temas, entendendo, assim como González Rey (1999), que o instrumento, mais do que buscar respostas pontuais, deveria mediar um diálogo e facilitar a expressão dos sujeitos.

9. Procedimentos de coleta das informações

A pesquisa participante pressupõe a implicação do pesquisador em um campo de atuação. Para Freitas (1988, 1998) e Sawaia (1987), esse campo não se configura apenas como um espaço em que se realiza uma pesquisa, mas um espaço de construção de uma prática política e profissional.

Segundo Freitas, Góis, Montero e Sawaia, a pesquisa participante prima pelo diálogo e pela interação entre os envolvidos e, mais do que isso, deve contribuir para a construção coletiva do conhecimento. O pesquisador participante, inserido no contexto em que a pesquisa é realizada, assume um papel protagonista, propõe atividades, atua, interage, contribui para as pessoas pensarem juntas sobre um determinado tema (Freitas, 1998; Góis, 2005; Montero, 2004; Sawaia, 1987). Dessa maneira, o conhecimento foi produzido, intencionalmente, por quem forneceu as informações e por quem as analisou e as sistematizou.

Assumindo os princípios da pesquisa participante (Freitas, 1998; Góis, 2005; Sawaia, 1987), procuramos, em um primeiro momento, debater com profissionais da assistência social, sobre o sentido dos programas de transferência de renda, para conhecimento e aprovação da pesquisa no cenário descrito. Optamos pelo diálogo com

CRAS, pois nosso objeto de estudo - os beneficiários dos programas de transferência de renda - estavam relacionados à área da assistência social. Além disso, no período da realização das entrevistas, vínhamos encontrando dificuldades em nosso trabalho na escola, pois divergências entre a equipe de psicologia e a direção dessa instituição criaram obstáculos para conversarmos com as famílias. No entanto, no decorrer do trabalho, acabamos realizando entrevistas na escola e também no CRAS.

Todas as entrevistas ocorreram dentro de um contexto de atuação profissional e de interação cotidiana com os envolvidos nessa pesquisa. Três entrevistas ocorreram na escola, uma entrevista foi realizada na casa da participante e o restante no CRAS.

As participantes foram escolhidas espontaneamente, desde que atendessem aos critérios de inclusão (beneficiárias ou cadastradas nos programas assistenciais) e de acordo com o grau de proximidade estabelecido entre elas e o pesquisador.

No contato individual com sete participantes, foram colhidas as informações sem a utilização de um gravador, pois elas alegaram que, assim, sentiam-se mais à vontade - as participantes optaram pela não gravação, para que se perdesse o caráter formal de uma entrevista. Em um caso específico, observamos que uma participante não queria gravar por receio de que as informações fossem utilizadas para outra finalidade - a confusão foi esclarecida, posteriormente, quando se criou um laço de confiança entre o pesquisador e essa participante, que nos recebeu em sua casa, para a realização da entrevista. Portanto, somente uma entrevista foi gravada.

As entrevistas duraram cerca de uma hora e a qualidade e a intensidade dessas entrevistas, variaram de acordo com o grau de proximidade e de abertura das participantes.

Como foi dito, o contrato de pesquisa - para realização das entrevistas - foi firmado pelo termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 3), estando o

pesquisador responsável por apresentar os resultados e as hipóteses de sua pesquisa a todos os envolvidos.

Os procedimentos de coleta das informações oriundas das entrevistas estão expressos, detalhadamente, no quadro III:

Quadro III: procedimento de coleta das informações

Participantes	Método de coleta
Participante 1	Entrevista não gravada. Entrevista de continuidade (gravada, realizada em outro dia).
Participante 2	Entrevista com roteiro (não gravada).
Participante 3	Entrevista com roteiro (não gravada) e visita domiciliar (continuação da entrevista).
Participante 4	Entrevista com roteiro (não gravada)
Participante 5	Entrevista com roteiro (não gravada)
Participante 6	Entrevista com roteiro (não gravada)
Participante 7	Entrevista com roteiro (não gravada)
Participante 8	Entrevista com roteiro (não gravada)

10. O instrumento e a construção das informações

Segundo González Rey (1995; 1999; 2002) e González Rey e Mitján Martínez (1989), um instrumento de pesquisa deve proporcionar a interatividade entre pesquisador e participante, para estimular a reflexão por meio do diálogo e permitir a livre expressão dos sujeitos envolvidos.

Preocupando-se em transformar o momento de coleta das informações em um momento de comunicação entre pesquisador e participante, buscamos elaborar um roteiro de questões que servisse como referência para um diálogo com as participantes, mas resguardando também os objetivos do trabalho. Desse modo, as entrevistas se desenvolveram, em alguns casos, não a partir de uma questão prevista no roteiro, mas a partir de um tema levantado pelas próprias participantes, como: algo relacionado ao cotidiano, à história de vida e ao caminho traçado por elas até aquele momento. Assim, nem todas as questões previstas no roteiro foram respondidas ou levantadas para reflexão, respeitando o fluxo das informações e a linha de argumentação de cada participante.

O roteiro da entrevista pressupôs certa coerência entre as questões postas e as temáticas refletidas por este estudo, mas isso não significou que um assunto não contemplado neste roteiro ou que não se enquadrasse em nenhuma questão fosse ignorado. No entanto, as questões nos auxiliaram porque elas contemplaram os objetivos da pesquisa. No momento da entrevista, também foram colhidas informações, principalmente, de ordem socioeconômica.

Para González Rey e Mitjás Martínez (1989) a elaboração de um instrumento deve levar em conta pelo menos dois elementos: (1) perguntas devem ser formuladas em termos que o sujeito não sinta como positiva ou negativa; (2) perguntas que expressam bem o seu conteúdo.

Devemos reconhecer que algumas questões foram formuladas expressando um conteúdo positivo ou negativo, quando perguntamos, por exemplo: O que gostaria de mudar em sua vida? Deseja que aconteça alguma mudança na sociedade? Essas questões podem sugerir que o correto seria mudar algo na vida e na sociedade. Quanto às perguntas expressarem bem o seu conteúdo, elas foram compreendidas pelas participantes sem problemas, pois foram formuladas em linguagem de fácil compreensão.

Para analisar os pontos positivos e negativos dos instrumentos, devemos fazer uma primeira ressalva: o contato com as participantes deu-se por meio institucional e nem sempre foi possível retomar a entrevista para refletir sobre temas não abordados. Houve alguns casos em que marcamos uma continuidade da entrevista, mas não foi possível, pois as participantes desmarcaram devido a outros compromissos. Outra dificuldade foi nossa inserção na escola, com algumas divergências entre a direção da instituição e a equipe de psicologia, além de questões burocráticas relacionadas à presença de psicólogos não contratados que instituem um serviço na instituição pública nos trouxeram dificuldades para entrar em contato com as famílias, interferindo também em nossa atuação no CRAS.

Quanto aos dados socioeconômicos e sociodemográficos, acreditamos que o instrumento contemplou as principais preocupações de um pesquisador que se propõe a caracterizar as condições de vida das participantes. Também foram levantados dados sobre o modo de vida das participantes, que nos ajudaram a compreender a implicação delas com a comunidade em que vivem: que lugares frequentavam, quais vivências culturais e por quais meios obtinham informações para se manterem atualizadas.

Em relação às perguntas abertas, sobre o que as participantes pensavam, principalmente, sobre seus contextos de vida e de trabalho, podemos afirmar que, em

geral, essas questões foram compreendidas e contribuíram para fomentar um diálogo entre pesquisador e participante. Em geral a questão - Conte um pouco sobre sua vida? - serviu como disparadora para refletir sobre os temas propostos neste estudo.

Devemos apontar, entretanto, algumas falhas nessa dimensão do instrumento. Além das questões já citadas, que puderam ter contribuído para direcionar uma resposta, poderíamos ter aprofundado nas questões que tratam dos benefícios, considerando a proposta desta tese. Sobre isso, perguntamos: Por que acha que vive da forma como vive? Por que acha que chegou a necessitar de dinheiro do governo? Está satisfeita com o dinheiro que recebe do governo? Qual a importância dele para sua sobrevivência? Embora essas questões tenham contribuído para uma reflexão satisfatória sobre a temática, avaliamos que outras perguntas poderiam nos trazer mais elementos para a defesa da tese proposta, por exemplo: por quanto tempo acredita que irá necessitar do benefício? O que representa esse benefício para você? Vale destacar, ainda, que esse tema não foi abordado nas entrevistas com as participantes 5, 6 e 7. Isso ocorreu pela preocupação do pesquisador em inserir um tema que não havia sido levantado pelas participantes, que discorreram sobre suas trajetórias de vida, trazendo uma riqueza de informações.

As questões diretivas, por exemplo: “Defina injustiça”. “O que é ser injustiçado?” foram pouco utilizadas, pois nem sempre eram fáceis de introduzi-las sem que se cortasse o fluxo das informações. Nossa intenção era tê-las como um complemento e só as utilizamos nos casos em que as participantes envolveram-se mais com a entrevista.

Referente às situações de contraste, podemos fazer uma avaliação positiva. Também tínhamos essas situações como complementos e eles foram bem aproveitados. Essas situações retratavam contrastes relacionados a temas cotidianos. Isso permitiu dialogar com as participantes e, a partir de situações hipotéticas, pudemos compreender como

eles refletiram sobre temas relacionados a nosso objeto de estudo. Em todos os casos, exceto com a participante 8, essas situações não foram apresentadas, pois as reflexões caminharam para outras direções. Do restante das entrevistas, todas refletiram sobre as situações contrastivas. Em todos os casos, exceto com a participante 3, 7, essas reflexões foram aproveitadas e serviram para enriquecer as informações.

11. Construção das informações

Para o registro das entrevistas, seguindo as orientações de Freitas (2002), no momento em que elas foram realizadas, anotamos algumas palavras-chave que nos ajudaram a transcrever, posteriormente, as informações - no caso das que não foram gravadas. Em muitos casos, foi possível transcrever frases na íntegra, no momento em que elas foram proferidas pelas participantes. No caso da entrevista gravada, as informações foram transcritas na íntegra. Em todos os casos, as entrevistas foram digitalizadas logo depois de realizadas, para que não perdêssemos a riqueza das informações, procurando preservar seu conteúdo original.

A partir do registro das informações, com a leitura e releitura das entrevistas, para análise dos dados, buscamos nos basear nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético. Segundo Martíns (2008), essa perspectiva não se limita a compreender as informações, simplesmente, pela maneira como elas foram exteriorizadas,- o que é fundamental, diga-se de passagem. Como adverte a autora, realizar uma análise do discurso dos outros não garante uma reflexão dinâmica do fenômeno estudado que acesse o seu conteúdo e não apenas a sua forma; pelo contrário, ficamos presos, nesse caso, a uma análise fenomênica dos objetos, pautado pela sua expressão puramente empírica. Isso quer dizer que, mais do que descrever as informações obtidas, buscamos interpretá-las teoricamente. Buscamos, como sugere

Zanella e cols (2007), refletir, problematizar, contextualizar e elaborar hipóteses a partir do conteúdo das informações.

Com base nessa perspectiva, procuramos analisar o conteúdo das informações seguindo três etapas: (1) *Preenchimento de um banco de dados com as informações de cada entrevista*, o que permitiu comparar, posteriormente, as respostas de todas as participantes para cada questão ou tema; (2) *Análise de cada entrevista, para identificação das unidades de sentido e das categorias de análise*. As entrevistas foram analisadas separadamente (veremos as análises no próximo tópico deste capítulo). Em todos os casos, identificamos unidades de sentido, que nos permitiram interpretar as informações em categorias de análise. Esse processo foi auxiliado pela construção de tabelas (Anexo 4), que facilitaram que os dados de cada entrevista fossem agrupados ou separados em temas, conformando unidades de sentido, interpretadas para constituição das categorias de análise; (3) *Agrupamento das informações interpretadas em cada entrevista*, o que possibilitou analisar as semelhanças e diferenças entre todas as categorias de análise, para construção de sínteses que retratassem o conjunto das informações. A elaboração de uma tabela (ver anexo 5), relacionando as categorias de análise das entrevistas à tese e aos objetivos desse trabalho, auxiliaram-nos a construir os eixos comuns de análise para construção das sínteses das entrevistas.

Como pudemos observar, a primeira etapa corresponde a uma tarefa mais elementar, de cunho operacional, do preenchimento do banco de dados para visualização do conteúdo das entrevistas. A segunda etapa foi o ponto de partida da análise propriamente dita com os dados de cada entrevista, agrupados ou separados em temas, conformando unidades de sentido e, a partir daí, elaboradas as categorias de análise. A elaboração de categorias de análise, interpretadas do conteúdo de cada entrevista, forneceu-nos subsídios para que pudéssemos identificar eixos comuns de

análise, assim como diferenças e semelhanças entre todas as informações, o que representou a síntese dos resultados dessa investigação. Sendo assim, na terceira etapa dessa análise, buscamos identificar eixos comuns, que abarcaram, ou não, diferentes categorias de análise.

Procuramos, então, em um primeiro momento, ouvir das participantes o que elas tinham a dizer sobre suas vidas, sobre suas experiências cotidianas. As informações das entrevistas foram elencadas em um banco de dados [*primeira etapa*].

A partir daí, refletimos sobre as informações, imersos nos dados que dispusemos, para interpretá-los em categorias de análise, partindo do mais amplo ao mais específico - do mais amplo (os temas, os significados) ao mais específico (os sentidos, os indicadores, as categorias de análise) (Duarte, 2000; González Rey, 1999; Zanella e cols, 2007) [*segunda etapa*].

As categorias de análise extraídas das entrevistas foram, então, analisadas em conjunto, possibilitando a construção de sínteses mais amplas, conformando eixos comuns de análise, que abarcaram, muitas vezes, diferentes sentidos sobre um mesmo tema abordado [*terceira etapa*].

Nessa direção, seguindo os passos de uma metodologia de base marxista, em todas as etapas da análise, buscamos articular a totalidade dos dados que dispusemos. Totalidade, que, para Kosik (1961):

(...) Não significa *todos os fatos*, totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (ou classes, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade, se são compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, se são

átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis de cuja reunião a realidade saia constituída se são entendidas como partes estruturais do todo (p. 35-36. Itálico do autor).

Assumindo como princípio essa postura teórico-metodológica, que busca alcançar a totalidade das informações, como sugere Kosik, buscamos interpretar, conjuntamente, todos os dados que dispusemos, tentando interpretá-los à luz da realidade vivida pelas participantes.

Partimos de uma situação concreta para analisar as mediações que se estabeleceram entre o plano singular e o genérico. Compor o universo dos programas de transferência de renda era uma característica comum das participantes da pesquisa, uma situação vivida, aliás, por uma parcela significativa da população brasileira. Todavia, isso não garantiu que esses indivíduos percebessem a realidade da mesma maneira, tampouco, garantiu uma homogeneidade de pensamentos.

A condição concreta de vida dessas participantes não demarcou, de forma alguma, os resultados desta pesquisa. Todavia, acessando a consciência das participantes a partir de uma investigação teórico-metodológica, pudemos compreender, minimamente, quais foram os impasses e as possibilidades para a construção de uma consciência de classe, que se constitui na relação com um determinado contexto social, político e econômico. Nosso propósito foi elucidar hipóteses gerais de uma pesquisa que assumiu, como desafio, compreender alguns aspectos de uma consciência de classe em movimento.

O primeiro passo para elaborar as hipóteses da pesquisa, foi interpretar o conteúdo das entrevistas, para a construção das categorias de análise. Podemos observar na tabela abaixo, as categorias de análise para cada entrevista.

Quadro IV – Categoria de análise das entrevistas

ENTREVISTA/ PARTICIPANTE	DIMENSÕES (ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES)
Participante 1	(1) Da esfera privada à esfera da vida pública: ocupando o posto de chefe da família; (2) Afetividade e envolvimento político; (3) Política: um mal necessário; (4) A consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade; (5) O movimento contraditório da consciência: o predomínio de velhos valores sobre novos valores;
Participante 2	(1) O sofrimento de classe como marca de uma história de vida; (2) A beneficiária do Renda Cidadã sem uma “renda mínima”; (3) A protagonista e a coadjuvante: a consciência entre o fatalismo e a reivindicação política;
Participante 3	(1) Constituição da consciência de si: uma “mulher de luta”; (2) De ajudas e de caridades; (3) Perspectivas tímidas e focais para o futuro; (4) Cotidianidade e ausência de um horizonte político;
Participante 4	(1) Afetividade, consciência de si e identidade política; (2) Perspectivas rebaixadas para melhorias futuras nas condições de vida; (3) O povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político; (4) Potencialidade crítica e o germe de uma consciência de classe;
Participante 5	(1) Trajetória de vida e afetividade concreta; (2) Qual liberdade? A liberdade na visão de uma mulher duplamente oprimida; (3) Consciência de si e sobre os outros: fatalismo, culpabilização de si e da classe; (4) Crítica moral à desigualdade social: uma análise idealista sobre esse fenômeno; (5) Fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social e econômico em que vivemos; (6) O crime do sujeito comum e do colarinho branco: o atenuante é a condição de classe.
Participante 6	(1) Da favela para o bairro; (2) Combate ao cotidiano violento; (3) Cotidiano violento: a revanche da religião; (4) Militante evangélica; (5) O respeito ao “crente”: a criminalidade na visão de uma evangélica da periferia; (6) O “sonho” de conquistar direitos; (7) Desigualdade social vivida e sentida;
Participante 7	(1) O trauma como reprovação divina; (2) As possibilidades e os limites concretos da cidade grande; (3) Fatalismo e crítica ao fatalismo; (4) Dona do próprio negócio: modo ou meio de vida no capitalismo?
Participante 8	(1) Do trabalho informal ao trabalho precarizado, do direito ao benefício; (2) Perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos; (3) Direito negado e a perda do sentido de coletividade; (4) Negatividade da política e neutralidade política; (5) O contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política; (6) “Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!”

Capítulo 3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

APRESENTAÇÃO

Este capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro tópico contém as análises de cada uma das oito entrevistas, realizadas separadamente, interpretadas à luz da teoria. No segundo tópico realizamos uma discussão sobre os resultados obtidos nas entrevistas. Procuramos, nesse momento, elaborar uma síntese das interpretações realizadas em cada entrevista. Buscamos encontrar similaridades e diferenças entre os participantes, para constituição de eixos temáticos comuns, que conformaram os resultados deste trabalho. No terceiro tópico, apresentamos argumentos para a defesa da tese. Por último, as considerações finais deste trabalho.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A solitária chefe de família...

Tomamos contato com a participante por meio da escola em que o projeto “Risco à Proteção” atua e na qual o filho dela estudava. Realizamos uma entrevista gravada, sem a utilização do roteiro e outra entrevista sem gravar, com a utilização do roteiro. Ambas as entrevistas ocorreram na escola. Interpretamos as informações que dispusemos, chegamos a uma síntese das duas entrevistas, identificamos unidades de sentido e, assim, elaboramos categorias de análise, quais sejam: (1) Da esfera privada à esfera da vida pública: ocupando o posto de chefe da família; (2) Afetividade e envolvimento político; (3) Política: um mal necessário; (4) A consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade; (5) O movimento contraditório da consciência: o predomínio de velhos valores sobre novos valores;

Da esfera privada à esfera da vida pública: ocupando o posto de chefe da família

A participante 1 (P1) nasceu em Campinas e vive na mesma cidade até os dias de hoje. Casou-se muito cedo, ainda adolescente. Nunca teve um trabalho registrado, fez

alguns bicos, mas nada duradouro. Tem 4 filhos e vive com dois deles, que não trabalham: um adolescente de 17 anos e uma criança de 5 anos que depende, necessariamente, da sua mãe. Ela gosta de livros de romance e busca ler jornal para se manter atualizada. Também gosta de dançar, frequenta o shopping, a escola de seu filho e o CRAS.

O marido provia o sustento da família e os negócios iam bem quando comprou uma casa própria, num dos bairros próximos à região, que abriga a escola onde o projeto “Risco à Proteção” desenvolve suas atividades.

P1 nunca teve de trabalhar, mesmo quando a condição de vida da família decaiu, devido aos insucessos do marido com as vendas. Pela maneira como se configurou a relação do casal, em que o homem trabalhava (ocupava os espaços públicos) e a mulher cuidava das casas e dos filhos (ocupava os espaços da vida privada), P1 tinha um papel reservado à figura de mãe e esposa. Como ela mesma afirma: “Eu fui sempre uma pessoa assim...vivi sempre prá família” (P1).

O marido não queria que ela trabalhasse e P1 avalia que essa atitude, nada mais era do que uma maneira de seu companheiro expressar seu carinho. Essa relação homem e mulher, na constituição de uma família nuclear com papéis bem definidos, marcou profundamente sua trajetória de vida.

Eu casei bem cedo, casei com 15, comecei a namorar aos 13, fiquei noiva com 14, casei aos 15. Logo já tive a primeira filha, tive no total 4, dois já são casados e... tem um de 17 e outro de 5. Posso falar que foram 29 anos, fui feliz! Tive um marido que sempre foi de paparicar, cuidar... e não foi fácil, foi uma vida bem sacrificada, mas um e outro complementou...um e outro...tava do lado, um do lado do outro (P1).

P1 casou-se na adolescência e viveu com essa pessoa por quase trinta anos. Segundo relata, era uma relação de companheirismo e cumplicidade. Para ela, o relacionamento com seu companheiro era muito bom. Nunca trabalhou porque o marido a “papuricava” (P1).

Com a morte do marido, P1 não se sente mais segura, tem medo das incertezas do futuro, perdeu a referência e vem sendo obrigada a exercer o papel de chefe de família. Agora, com 44 anos, vê a necessidade de trabalhar, mas sem muita experiência profissional e sem estudo (ensino fundamental completo), avalia que seja difícil arrumar um emprego registrado, por isso está atrás de fazer “bicos”.

P1 ficara viúva recentemente (da data de realização da entrevista) e, por isso, refletiu emocionada sobre a morte do seu marido. Com essa perda, veio o sentimento de desconsolo e insegurança diante do que poderá acontecer no futuro.

Agora, depois de muita luta, aos 44 anos, fico viúva. Agora não tá fácil, caminhar sozinha não é fácil! Criar o menino com 5 anos é complicadíssimo... (...) Ah... *Que mais? Né, tô lutando no dia a dia, né, eu trabalho, né, comecei a fazer muita coisa... como eu, né... tá dependendo de mim o.... sustento da casa, então, tudo o que ta pintando eu tô fazendo...né. Então, os dois depende de mim prá...sustento da casa. O mais difícil é a criança, né, por ser pequenininho é mais... complicado. (P1)*

Agora, o sustento da casa depende dela. Mas o que também lhe incomoda muito, neste momento, é a solidão.

Solidão é dura, não sabia que era dura...hum, sempre imaginei, mas não sabia o quanto era difícil (...) Mas, *o que mais dói mesmo, o que mais a gente sofre depois de tudo isso que aconteceu é a solidão... (P1)*

E como lidar com a solidão, pergunto. Ao que P1 responde:

Não tem como! Você vai vivendo um dia vai vivendo o outro...um dia a após o outro, não tem...não tem como você...é uma coisa que você vai aprendendo no dia a dia, não tem outra alternativa! Eu fui sempre uma pessoa assim...vivi sempre prá família, então não fiz amizades ao longo da vida, não fiz! Então...hoje é mais difícil, né, você lidar com essa solidão. Você viver quietinha, você viver em casa, as crianças não...é uma parte que não supre...entendeu? Eles tomam meu tempo, mas a parte...essa parte da solidão não! Essa parte é muito difícil você lidar com ela! (P1).

A solidão surge nesse momento de sua vida, não apenas pela morte do seu companheiro, com quem viveu junto por 29 anos, mas também porque P1 esteve dedicada todo esse tempo, exclusivamente, ao marido e aos filhos. Não sabemos se P1 foi vítima da imposição de um marido ciumento, que proibia a mulher de sair de casa e fazer novas amizades. Ao que parece, o papel de mãe de família, “paparicada” (P1) pelo marido, foi apropriado por P1 de maneira mais ou menos consciente, ainda que influenciada por um modo de vida tipicamente burguês. Esse modo de vida tradicional, para Trotski (1923/2009), está representado pelo ritual nascer-casar-morrer, isto é, uma vida pré-definida, destinada a cumprir papéis sociais, sem uma aproximação efetiva com a esfera pública. Um ritual seguido, até então, por P1. Mas, atualmente, ela está sendo obrigada a reconfigurar sua vida em diferentes dimensões: não apenas no plano material, mas afetivo.

Sem emprego e sem amigos, P1 avalia que sua situação de vida “não tá nada legal...” (P1). Como ela afirmou, vive um dia após o outro dia, na luta pela sobrevivência. Não tem renda própria. O filho mais velho, empregado, ajuda a família como pode.

Está tentando garantir a aposentadoria do marido, o que ainda não é certo. A aposentadoria seria um dinheiro que ajudaria muito, mas não tem segurança se irá conquistar esse direito na justiça, por isso, ela se diz injustiçada “(...) Porque vivia com uma pessoa mais de trinta anos e ele pagou trinta anos de aposentadoria, ficou um ano sem pagar e perdeu o direito” (P1).

Lutando pelo direito à aposentadoria do marido, quando ficou viúva, foi procurar ajuda no CRAS e se cadastrou no programa Bolsa Família. Quando questionada sobre esse benefício, se ficaria satisfeita com o dinheiro do governo, respondeu de maneira categórica: “Com certeza, já ajuda com meu filho” (P1).

Devido ao falecimento do marido, P1 não tem outra fonte de renda, por isso, eventualmente, faz salgados para vender ou passa roupas. Enquanto comentava sobre seus “bicos”, lembrou com saudades dos tempos em que era “bem de vida” (P1), até o marido entrar em “depressão” (P1), quando teve uma queda nas vendas como vendedor autônomo.

Mesmo assim, o marido continuou a trabalhar e sustentar sua esposa e seus filhos mais novos, até o último dia de sua vida. Além disso, o casal tinha um vínculo afetivo muito forte – segundo relatou P1 – que se renovava a cada instante.

Mas para P1, a morte do marido não representou apenas a perda de um ente querido, pois mais do que lidar com a solidão - potencializada pela relação concreta entre esposa e marido - é ter de lidar com o mundo do trabalho para ganhar a vida. A morte do marido significou o fim de uma relação de dependência da mulher para com seu marido. Isso contribuiu para gerar uma perplexidade em P1, em relação ao futuro. Como podemos observar na passagem abaixo:

Que nem eu falei: chega...aos 44 anos depois de ter criado já 3 filhos e tem o pequenininho prá você criar...não sei qual expectativa de vida que eu deixo

assim...pro futuro...sabe? Quando você é nova, você consegue...ah...reconstruir tua vida...você consegue...ah...sair, né?! Mas...agora eu não tô conseguindo vê, entendeu? É difícil você conseguir vê...né de...pode mudar. Não tá legal assim! Se eu dizer que tá legal, não tá legal, né! Prá mim não tá legal! (P1)

A busca de alternativas para superar os problemas que aponta – desemprego e solidão – pressupõe uma inserção na vida pública, na qualidade de chefe de família. É obrigada a romper, por razões concretas, mesmo que parcialmente, com o papel que lhe fora atribuído socialmente, durante 29 anos de sua vida. P1 continua a ser mãe e dona de casa, mas também se tornou responsável pela sobrevivência dos filhos, especialmente, do mais novo. Ela reconhece as dificuldades que tem pela frente, em sua jornada dupla de trabalho. Assim, P1 reflete: “Porque viver em casa, hoje eu vejo, viver em casa cuidando do filho...correndo atrás de trabalho, correndo atrás das coisas pro sustento...”

(P1)

P1 se vê diante da necessidade de ocupar um novo papel social, de pai e de mãe ao mesmo tempo.

Afetividade e envolvimento político.

Conforme interpretamos anteriormente, P1 avalia que pode encontrar um sentido a mais para sua vida, ocupando os espaços públicos, ocupando um novo papel social: o de chefe da família.

Analisamos, nesse momento, como P1 salta da dimensão particular para a genérica, a partir de uma situação concreta de vida, devido ao falecimento de seu marido, da perda de um referencial, que levou P1 a se aproximar de um movimento reivindicatório, promovido por uma comissão de pais da escola em que seu filho estudava.

Pois bem, com a morte do marido P1 procurou fugir de dois fantasmas: da solidão e do desemprego. Para tanto, deveria sair de casa, frequentar espaços que não costumava frequentar, como, por exemplo, a escola do seu filho.

P1 passou a frequentar um espaço de discussão que a equipe de psicologia promovia na escola, denominado Fórum de Pais. Esse Fórum foi uma aposta do projeto “Risco à Proteção”, na tentativa de aproximar a comunidade da escola e vice-versa. Os Fóruns eram divulgados para todos os pais e/ou responsáveis e tinham como objetivo debater temas cotidianos que as famílias traziam, funcionando mais como um espaço de acolhimento, com a proposta de promover rodas de conversa. Com o tempo e a ampla divulgação, em parceria com a direção da escola, o Fórum de Pais passou a acontecer regularmente - antes os encontros eram mensais, depois se tornaram quinzenais, devido à participação mais efetiva das famílias, especialmente, das mulheres.

A participação mais efetiva de mulheres nos espaços políticos que envolvem a vida daquela comunidade, seja na escola ou nos bairros, é um fenômeno que notamos no período em que estávamos inseridos naquela região. É o que Sacchet (2009) também observa, em sua pesquisa sobre gênero e representação política no Brasil. Segundo a autora, as mulheres tendem a participar de espaços que lidam com as questões mais voltadas ao cotidiano familiar e comunitário, enquanto os homens tendem a integrar associações como sindicatos e partidos políticos.

Ainda que essa realidade esteja se alterando, a participação de mulheres nos espaços escolares e comunitários como maioria esmagadora é uma realidade na região em que estamos inseridos. P1 faz parte dessas mulheres que contribuem para a construção desses espaços, como o Fórum de Pais, que foi tomando um caráter cada vez mais político.

Iniciamos o Fórum debatendo temas particulares relacionados ao desenvolvimento infantil. Das reflexões coletivas, foram identificadas questões genéricas, ligadas, especialmente, à política municipal de Educação infantil. Com a participação efetiva das famílias, especialmente das mulheres, a equipe de psicologia contribuiu para que o Fórum se tornasse um espaço autônomo de organização comunitária, que resultou na criação de uma comissão de pais, que passou a se responsabilizar pela organização dos Fóruns e por ações externas, como a realização de um abaixo-assinado que pedia ensino integral para crianças até quatro anos (um direito que foi retirado, recentemente, pela prefeitura municipal). Depois da entrega dessas assinaturas, foi concedida uma audiência com o secretário municipal de Educação de Campinas. Após esse episódio, o movimento acabou não dando continuidade às lutas que planejaram e a comissão se dispersou no fim do ano letivo, em 2008, tentando se organizar novamente no ano seguinte, porém sem sucesso.

De todo modo, enquanto existiu a comissão de pais e os Fóruns, notamos que P1 esteve à frente das ações políticas promovidas por parte da comunidade escolar. Observamos, ainda, que naquele momento mais intenso de vivência política, aflorou em P1 um sentimento de pertencimento, de identificação e de vinculação a um grupo, não necessariamente a uma classe. Talvez isso tenha contribuído para minimizar sua solidão. Mais do que uma comissão política, para P1, a comissão era um espaço de convivência, conforme deixa claro na passagem que destacamos abaixo:

Toma...toma um pouco do meu tempo, né?! Ehh aí que a gente começa a fazer...amizade, né?! Tem pessoas que eu não conhecia...e passei a conhecer, então, tem pessoas que a gente vai conversando, né, por exemplo, outro pai também perguntou de trabalho , então quer dizer, você vai fazendo amizade, coisa que no decorrê do tempo, né, de casado...num...eu não fiz! Eu vivia em

função do marido e dos filhos, né e... agora não, agora a gente vai percebendo que não só a comissão de pais, a gente vai fazendo amizade com isso...vai conversando e não fica só na comissão de pais,né?! Porque a gente acaba...se abrindo, né?! Acaba falando...isso é bom! Gostaria mais que tivesse mais gente prá poder...sabe? Prá que isso se tornasse não só a comissão de pais, mas sim um ciclo de amizades, né, entre os pais...eu acho legal! (P1).

O ingresso de P1 na comissão de pais foi motivado por questões afetivas, pela necessidade de conhecer as pessoas e fazer novas amizades, para se livrar do sentimento de solidão. Isso reafirma a concepção de Iasi (2007) de que um processo de envolvimento político nem sempre está atrelado, somente, a uma dimensão racional. A conclusão dos sujeitos sobre o que determinadas reivindicações podem reverter em benefícios concretos para suas vidas é importante e necessária para dar consistência a uma atividade política. Mas a política também envolve relações interpessoais e, por isso, tem o afeto como uma de suas dimensões constitutivas. Segundo Iasi, o sujeito pode se aproximar de um movimento político, por exemplo, para suprir uma carência no plano afetivo ou porque foi atraído ou sensibilizado por determinadas pessoas que respeita. No caso de P1, ao que parece, ela se aproximou da comissão e do Fórum de Pais, inicialmente, para se inserir em um espaço de convívio social.

Mas notem que o interesse por novas amizades, não foi o único sentimento que moveu P1 a se apropriar, mesmo que momentaneamente e de maneira contraditória, de uma luta comum a todos os pais da escola. P1 consegue reconhecer os traços genéricos da luta empreendida pela comissão de pais, em meados de 2008.

Ah eu gostaria que...né, que a gente se...unisse prá conseguir mais coisas...prá escola, né. É que eu falei: não é só pro meu filho, é prá todos os filhos, né?! Prá todas crianças que estão aqui! E...com este objetivo consegui...mais coisas prá

escola,né?! Mais trabalho, né?! Porque a gente tava pensando em fazer...ah...ah...alguma festa, alguma coisa, prá chegar no final do ano a gente poder dá um presente prá as crianças... então tudo isso é uma coisa que assim que...já é um objetivo, né?! A gente vai alcançando...aos poucos de pulinho em pulinho a gente vai chegando! (P1).

P1 se engajou na comissão de pais como um meio para fazer novas amizades, mas a inserção nesse movimento acabou por fazê-la se aproximar do plano genérico, de problemas comuns da comunidade e desenvolver uma intenção genuína de melhorar as condições de ensino das crianças da região em que vive. Mas até que ponto podemos estabelecer uma diferença entre uma motivação particular e a apropriação consciente de uma causa coletiva?

Política: um mal necessário.

Para P1, a referida comissão de pais ora assume um caráter político, ora assume um caráter não político, ou minimante político. Nas palavras dela, quando questionada se aquela era uma comissão política, P1 afirma: “Não, eu acho que não! Eu acho que não é política não! Deveria, eu acho que deveria ser um pouco, mas não é! Eu acho que não...” (P1)

Mas o que é política na visão de P1?

Essa pergunta foi fundamental para entender como a participante caracterizou diferentes ações políticas. Segundo ela, existe uma política de tipo externa, de responsabilidade dos vereadores e da prefeitura. Outra política de tipo interna, palpável, embora P1 não classificasse como política, as ações empreendidas pelos pais, voltadas para melhoria das condições de ensino da escola mencionada.

Para P1, política está relacionada, diretamente e de forma quase exclusiva, a ação de parlamentares e do Estado, no caso, refere-se à prefeitura.

(...) É o que falei: é uma comissão assim de pais, é união de pais, eu acho, entendeu? Não tem nada a ver com...com política. Se bem que envolve, acaba envolvendo...acaba envolvendo a parte política,né?! Porque tudo que a gente depende aqui, a maioria das coisas, a gente depende de quem tá lá fora, né?! Que é a prefeitura, né?! São vereadores...então, acaba se tornando um pouco política, mas não que a gente queira isso não! (P1)

A comissão de pais só se torna política quando se aproxima do Estado, mais especificamente, do parlamento. P1 avalia, por um lado, que a comissão deveria ser mais política, talvez porque acredite que as ações populares só se tornem efetivas quando exercem impacto sobre a prefeitura.

P1 parece compreender a política como um mal necessário, isto é, apesar de ela não ser bem vinda, existe um fato inexorável que a aproxima dos pais: “a gente depende de quem tá lá fora” (P1). E, justamente, por ter de se relacionar com gente que “tá lá fora”, com gente que não se identifica ou não se aproxima das causas populares, é que a política é compreendida como algo negativo – a ação de um Estado hostil, sem vinculação cotidiana com as classes populares, sem sintonia com as reivindicações da maioria da população, sem relação de afeto, sem identidade popular.

A consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade

P1 entende que a organização popular tem um papel central para mudar a sociedade, mas a ausência de um recorte de classe em sua análise faz com que ela entenda, em outros momentos, que a responsabilidade de transformar o quadro social em que vivemos seja, exclusivamente, da família.

Em primeiro lugar, P1 afirma que cabe à população se organizar. É esta conclusão que P1 chega, quando diz: “Nós mesmos, cada um de nós, todo mundo, rico e pobre... todo mundo tem que se unir” (P1).

A união entre ricos e pobres, na perspectiva de que todos têm “que se unir” (P1), cria uma falsa noção de coletividade, baseada em uma ilusão acerca da conciliação de classes. Nas palavras de Freire (2001), isso se caracterizaria como uma consciência ingênua. Segundo o autor, uma consciência ingênua é aquela que acredita na conciliação de algo irreconciliável como os antagonismos de classe. A consciência da participante, nesse sentido, estava permeada pela pseudoconcreticidade, que é identificada, segundo Kosik (1961), pelo predomínio (nunca absoluto) de uma análise superficial – não concreta – sobre o próprio contexto político que ela vinha atuando. P1, dessa maneira, não conseguiu refletir que a essência dos problemas que vinha enfrentando, na relação com a prefeitura, por exemplo, estava relacionada a uma realidade de classes. Isso talvez explique porque P1 apropriou-se da comissão de pais como um grupo de pessoas com interesses comuns, mas pontuais e imediatos, que ela não percebeu como sendo, necessariamente, interesses de uma classe.

Por isso, em alguns momentos, entre as idas e vindas de sua consciência política, P1 encontra nos indivíduos as razões que explicam a “falta de participação” (P1) na política local da comunidade. P1 chegou a afirmar que a desmobilização popular seria decorrente da falta de vontade de as pessoas se organizarem.

Para ela, a “falta de Educação” (P1) da comunidade é outro fator que dificulta eles se organizarem e lutarem pelos seus direitos. É preciso, afirma, “mais pais presentes na vida dos filhos, melhores pais... Se tivesse melhores pais, já conseguiria mudar a sociedade” (P1).

Para P1, a sociedade não foi transformada, porque os pais são negligentes com a Educação dos filhos. A responsabilidade de educar as crianças e os adolescentes parece ser exclusiva das famílias. Essa análise reforça a ideologia dominante de

individualização dos fenômenos sociais, servindo à culpabilização do indivíduo por uma situação decorrente de uma realidade de classes.

O movimento contraditório da consciência: o predomínio de velhos valores sobre novos valores.

Como vimos, P1 almeja arrumar um emprego e dar condições para seus filhos viverem com dignidade. Também busca, como observamos, esquivar-se da solidão. Notamos que essas perspectivas de vida surgiram com a morte do seu marido, culminando com um envolvimento em um movimento político pontual, empreendido pela comissão de pais, com uma presença mais efetiva de P1 na comunidade e o desdobramento de novos vínculos políticos, sociais e afetivos.

Mas P1 não esconde que seu maior desejo é “encontrar alguém que me possa fazer feliz” (P1). Isso mostra que, apesar de ter sido obrigada a cumprir uma nova função social - o sustento do seu filho, até então obrigação do marido - P1 não se desvencilhou de valores antigos. Ao mesmo tempo, as condições concretas de sua vida fizeram emergir contradições, que possibilitaram que ela elaborasse novos valores: ser chefe de família, ocupar espaços públicos, fazer amizades e militar politicamente.

Como observa Iasi (2007), novos valores podem conviver com antigos valores. Nesse caso, os valores antigos (ser feliz quando algum homem a fizer feliz) talvez ainda predominem sobre os novos (ser chefe de família, militante política).

Dessa maneira, P1 esteve preocupada em demonstrar a legitimidade do seu pensamento, sem culpar a si mesma quando revela sua intenção de buscar uma nova companhia, deixando claro que sempre foi uma boa mãe e uma esposa atenciosa.

Ó vo fala sério...num...num vo mentir não. Eu acho que, pelo tempo que eu vivi, eu cumpri meu tempo aqui com meu marido, acho que fui uma boa esposa, acho não, tenho certeza! Eu fui uma ótima mãe! Eu acho que...eu espero reconstruir

minha vida, encontrar alguém...mais prá frente...de...fazer minha vida de novo...eu espero isso mesmo! Porque...eu não quero ficar velhinha, lá...lá prá frente, lá...sozinha não! Uma coisa que eu sempre tive medo: é solidão! E é algo que eu venho passando...e não quero passar! Então espero lá prá frente encontrar alguém legal prá mim reconstruir minha vida...que aceite meu filho e...e reconstrua minha vida. (P1)

Uma nova relação conjugal parece ser, segundo P1, um elemento fundamental para gerar um novo sentido para sua vida.

“(...) É complicado, você...você...eu acho que deveria ser assim...mulher deveria ficar viúva ou é muito nova, lá na frente, lá muito nova, ou não deveria ficar! Porque...depois é difícil você reconstruir...é difícil! Eu preciso...dá um sentido a mais na minha vida (...) (P1)

P1 talvez ainda seja dependente, afetivamente, de um homem para ser feliz. Isso não significa, todavia, que ela volte a se tornar dependente, financeiramente, de um homem. Dessa forma, foi possível analisar que P1 ainda não tenha se desvinculado completamente dos valores antigos, constituídos na sua condição anterior, como mulher de família.

Para Stasevskas e Schor (2000), mulher de família tem um significado que vem carregado de uma série de preconceitos os quais constituíram, historicamente, a identidade feminina como reprodutora, cuidadora e que vive à sombra de um homem. Lembramos que, segundo Vigotski (1999; 2001), os significados são construções sociais, que guardam ideias partilhadas genericamente. O sentido, para o autor, é uma construção psicológica particular, que toma o significado como ponto de partida, mas não é, necessariamente, correspondente a ele. Quando o sentido é semelhante ao significado, em um contexto de luta ideológica, podemos afirmar que o sujeito esteja

aderindo – na maioria das vezes, acriticamente - ao que Martín-Baró (2000) chama de esquemas preferenciais de análise. No caso em que estamos analisando, esses esquemas ditam normas de comportamento para a constituição da identidade feminina, como mulher de família, submissa ao homem, nos moldes compreendidos por Stasevskas e Schor. P1, dessa forma, fala de gerar um novo sentido para sua vida, mas talvez esse novo sentido esteja ligado, em grande medida, a velhos significados sociais que versam sobre o papel da mulher na sociedade em que vivemos.

A cidadã sem renda...

Tomamos contato com a participante por meio do CRAS, em alguns encontros que participamos com beneficiários do programa Renda Cidadã. Nesses encontros nos aproximamos da participante, quando esclarecemos os objetivos da pesquisa. Foi realizada uma entrevista, que aconteceu no próprio CRAS. A partir de então, interpretamos as informações que dispusemos, identificamos unidades de sentido e, em seguida, elaboramos três categorias de análise, a saber: (1) O sofrimento de classe como marca de uma história de vida; (2) A beneficiária do Renda Cidadã sem uma “renda mínima”; (3) A protagonista e a coadjuvante: a consciência entre o fatalismo e a reivindicação política.

O sofrimento de classe como marca de uma história de vida.

A participante 2 (P2) cresceu na roça. O pai dela e sua mãe eram caseiros de uma fazenda. Desde criança, não teve oportunidade de estudar, sendo assim, não chegou a completar o ensino fundamental. Trabalhava o dia todo, aos seis anos colhia algodão e frutas. Cresceu comendo fubá e tomando água. Nasceu no Estado de Minas e veio para Campinas porque sua mãe estava cansada de morar na roça e queria arrumar um emprego registrado. Foi internada na adolescência no “hospital de louco porque eu tinha problema de cabeça” (P2). Ficou internada por quase dois anos e, apesar dessa experiência aparentemente ter marcado sua vida, P2 não se aprofundou sobre essa questão.

Depois da internação, voltou a morar com seus pais. Trabalhou registrada como empregada doméstica por pouco tempo, até ser afastada pelo INSS. Faz três anos que está desempregada, porque “tô doente das pernas, pedra na vesícula e com problema de vista” (P2). Está tentando se aposentar por invalidez e vem correndo atrás dos documentos necessários.

Seus pais morreram e ela não manteve contato com seus dois irmãos, por duas razões: porque moram em bairros afastados e se envolveram com álcool e drogas, comportamento que ela rechaça por ser evangélica.

P2 não teve filhos e vive sozinha em um barraco de madeira, que construiu sobre um terreno conquistado em um processo de ocupação. Atualmente, com 58 anos, vive com a renda do benefício que recebe (Renda Cidadã). Frequenta uma igreja evangélica instalada no bairro onde vive. Para se manter informada, assiste ao telejornal e ao pastor na televisão. Gosta de estudar, pintar e fazer artesanato.

Voltou a estudar há alguns anos atrás, mas parou e não estuda mais. Quer voltar, mas não sabe onde. Não quer se envolver com a escola perto da sua casa, pois “é muita bagunça à noite... tem muito malandro lá!” (P2). Relata que já foi roubada três vezes na escola.

Também começou a frequentar o CRAS, quando passou a participar de algumas oficinas, especialmente, de canto e de pintura. Comparece, assiduamente, aos grupos mensais do Renda Cidadã, que é uma das condicionalidades para receber o benefício.

A beneficiária do Renda Cidadã sem uma “renda mínima”

P2 é mais uma cidadã brasileira que, como a maioria, vive na marginalidade do sistema. Trabalhou em um emprego registrado por muito pouco tempo. Do restante de sua vida, trabalhou com os pais desde cedo, mas logo quando mudou para cidade, começou sua sina: ora corria atrás de um bico, ora de auxílios financeiros do governo. Há dois anos recebia uma verba do INSS, atualmente, recebe o Renda Cidadã e futuramente, quer receber a aposentadoria por invalidez.

Os programas de transferência de renda reforçam uma relação de dependência. P2 reconhece isso de alguma forma e não se contenta com essa relação estabelecida entre

Estado e população, à qual está submetida há algum tempo. Assim, comenta: “Se eu tivesse dinheiro não ia pedir nada pros outros não... Ia comprar minhas coisas” (P2).

Se tivesse dinheiro, comenta, compraria alguns utensílios básicos para sua casa, como um armário, por exemplo. E, pela forma como relata, os benefícios que recebeu até hoje parecem não ter exercido um impacto para uma melhoria significativa da sua condição concreta de vida. Por isso, quando questionada sobre como avaliava sua condição atual de vida, P2 responde: “Condição de vida eu não tenho, não tenho nada, não tenho dinheiro no banco, não tenho uma renda mínima, vou definir o quê?” (P2).

Notem que é, justamente, uma beneficiária do Renda Cidadã que afirma não ter uma “renda mínima” (P2).

E por que acha que chegou a necessitar dos benefícios? P2 responde: “Porque trabalhava e não tinha doença nenhuma... fiquei doente das pernas” (P2). E por isso ficou impossibilitada de trabalhar. “Quando trabalhava tinha uma vida melhor”, P2 completa.

Depois que parou de trabalhar, em vez de receber o benefício por invalidez, um direito que ainda não foi conquistado, P2 tem de se contentar com a ajuda do Renda Cidadã.

Considerando que P2 vive somente com o benefício que recebe do governo, ela diz que sobrevive com a ajuda dos outros: “Eu como, bebo, visto do que os outros me dá...” (P2).

O benefício governamental, para P2, parece ser apropriado como uma ajuda, assim como tantas outras. Essas ajudas “que os outros me dá” (P2), nada mais são que ajudas que não ajudam P2 a se livrar, de fato, do mar da pobreza em que está afogada desde que nasceu. Seu grau de escolaridade é o mesmo desde o tempo em que morava na roça. Conquistou uma casa própria pela pressão popular exercida sobre a prefeitura.

Atualmente, com problemas de saúde, não recebe a assistência médica que gostaria. Sobre isso comenta: “Se pudesse pagava um médico particular, porque no posto de saúde é muito demorado...” (P2).

Interessante observar, assim como fazem Macedo e de Brito (2004), que os programas de transferência de renda no Brasil ganharam espaço no contexto de avanço do neoliberalismo no país. Nesse sentido, os benefícios seriam uma maneira de ofuscar a decadência dos serviços públicos, como Educação e Saúde. Para as autoras, uma das funções políticas desses benefícios em renda, é conter revoltas populares motivadas pelo fato de que, por exemplo, o “posto de saúde é muito demorado” (P2).

Mesmo sendo alvo dessa política, P2 consegue enxergar as deficiências do Estado, no caso da Saúde, por exemplo. P2 não está iludida com o benefício que recebe, não admira o governo por isso e percebe esse dinheiro apenas como uma ajuda a mais. No entanto, o sentido de ajuda permanece. Como observa Montañó (2002), isso contribui para a população se apropriar da ação governamental como um favor, não como um direito. Assim, fica mais fácil se conformar com a precarização dos serviços públicos. Talvez por isso P2 reconheça a deficiência do posto de saúde, mas em todo caso, se tivesse dinheiro “pagava um médico particular” (P2). Longe de condenar P2 pelo fato de ela querer pagar um médico. Sabemos que, assim, ela poderia ser bem atendida e seus problemas de saúde seriam tratados com mais eficiência. O que estamos querendo chamar atenção é que P2, assim como milhares de brasileiros, não encontram soluções coletivas para alcançarem melhores condições de Saúde, Educação e outros serviços públicos essenciais. A solução individual para um problema vivido por uma classe, talvez seja reforçada pela ideia de que a função do Estado é ajudar e não prover direitos, noção esta que é reforçada com os programas assistenciais, como o Renda Cidadã e o Bolsa Família.

Além da assistência à saúde, espera que algo melhore para o futuro? Questionamos. Ao que P2 responde: “Queria ser feliz, só isso!” (P2).

Para ser feliz, comenta, precisa mudar de casa, mudar para outro bairro, já que, onde vive as pessoas são muito fofoqueiras. P2 também espera que os irmãos frequentem a igreja e parem de beber. Por último, mas não menos importante, deseja receber aposentadoria por invalidez.

Notamos que a ausência de um horizonte político que possibilite visualizar uma alternativa de mudança social e o contexto de retirada dos direitos contribuem para que P2 rebaixe suas perspectivas futuras de vida.

A protagonista e a coadjuvante: a consciência entre o fatalismo e a reivindicação política.

A renda assume uma centralidade em sua vida, que se desenha a partir das suas necessidades concretas; por isso, P2 compreende a importância de receber a aposentadoria por invalidez - uma renda maior do que a dos programas assistenciais. Nesse sentido, sua ideia de felicidade parece tomar como referência a supressão das necessidades imediatas para sua sobrevivência. Não se trata, necessariamente, de um projeto de vida que é elaborado a partir de uma moralidade estabelecida, por exemplo: ser feliz é ter uma família, ou conquistar um determinado patamar profissional ou financeiro. Mas também não se trata, para dar outro exemplo, de uma felicidade compartilhada pela conquista coletiva de um objetivo em comum. Nesse caso, tornar-se feliz parece significar, para P2, nada mais do que a própria sobrevivência. A consciência de P2, nesse momento, parece estar presa ao seu movimento mais elementar, quando busca encontrar soluções práticas para suprir uma necessidade imediata. A alienação, nesse sentido, seria caracterizada pela sua manifestação mais primitiva – a alienação diante da humanização da vida, como lembra Meszáros (2006). É que P2 vive quase em

uma condição de animalidade, isto é, vive para comer e suprir suas necessidades mais básicas. Como ela mesma afirmou: “Eu como, bebo, visto do que os outros me dá...” (P2).

O que P2 quer, imediatamente, é se livrar dos problemas que enfrenta cotidianamente. Esses problemas parecem não estar conectados, em um primeiro momento, com os problemas vividos pelos seus vizinhos, por exemplo.

Notamos que, em alguns momentos, P2 assume uma postura passiva diante de seus problemas: para que sua vida melhore, fica à espera de um auxílio mais generoso do governo. Nesse sentido, P2 é fatalista. Para Martín-Baró (1998), o fatalista é mais um coadjuvante da história, é um espectador da realidade, consente aquilo que está posto e aguarda passivamente a realização de seus sonhos. Em alguns momentos, a consciência de P2 poderia ser analisada dessa maneira. Assim, por exemplo, quando é questionada se está satisfeita com o dinheiro que recebe do governo, P2 afirma, enfaticamente: “Tenho que ficar!” (P2).

Mas o fatalismo, lembra Martín-Baró, não é um traço de personalidade, não é um estado, mas um processo. Não há fatalismo absoluto e não há condições concretas que possam ofuscar, completamente, o potencial crítico dos sujeitos.

Por isso, do que pudemos interpretar das informações que dispusemos, a consciência política de P2 não é puramente determinada pela sua necessidade individual, prática e imediata de obter melhores condições de vida. Sua consciência não se prende, totalmente, à passividade, nem ao fatalismo. P2 também foi capaz de ser protagonista de ações políticas reivindicatórias.

Apesar das dificuldades concretas de vida, P2 encontrou forças para se envolver com algumas lutas no bairro em que vive, quando pressionaram a prefeitura para que construísse um muro que separasse as casas alocadas à margem de um brejo.

P2 acredita que outras reivindicações podem ser efetuadas pela população, para melhoria das condições de vida dos moradores do bairro em que vive. Ela formula, assim, ações políticas futuras, por exemplo:

Se a gente organizar todo mundo, fazer um abaixo assinado e levar na prefeitura prá melhorar o bairro, deixar ele limpo, porque aquilo lá é uma sujeira, tem bicho e tudo...(P2)

P2 já tomara uma iniciativa semelhante a essa, mas desanimou quando fracassou na tentativa de realizar o tal abaixo-assinado. Concluiu, assim, que as pessoas não se interessavam pelos seus direitos. Esse desânimo veio acompanhado, possivelmente, de um retorno ao fatalismo. Essas idas e vindas da consciência política, que podemos observar na trajetória de P2, reforça a ideia de Iasi (2006) de que, na atual conjuntura, a consciência de classe se move entre a negação e o consentimento da ordem.

Depois de um período de tempo, entre avanços e retrocessos da consciência, P2 quer retomar a ideia do abaixo assinado. Seu plano é o seguinte: desenvolver, junto com os moradores, uma ação protagonista para discutir melhorias coletivas para o bairro, que culminaria com um abaixo-assinado. Mas o que fazer com ele?

O abaixo-assinado, comenta P2, deve ser entregue para a prefeitura, que é a responsável pela execução das melhorias solicitadas pela população. Mas uma possível ação do governo talvez seja compreendida como mais uma ajuda da prefeitura, uma vez que existe uma relação consolidada de assistencialismo entre Estado e aquela população. Nesse caso, P2 não entende as melhorias necessariamente como fruto de direitos conquistados, mas como uma solicitação, por meio de um abaixo-assinado, para que sejam atendidas, por meio de favor, as melhorias solicitadas.

Ao mesmo tempo, P2 não despeja toda sua esperança no Estado. Demonstra desconfiança em relação ao governo (um ente abstrato da sociedade), como quem não

soubesse com que gente está lidando. Espera que o poder público realize melhorias para a população, mas pondera: “(...) O governo não pode roubar. Se tem muita gente que não tem comida em casa, por que o governo vai roubar? O governo rouba muito!” (P2).

Para não roubar, sugere, teria de trocar de governo (referindo-se à Lula, embora estivesse falando, um pouco antes, da prefeitura), uma vez que ele está “tirando a aposentadoria do povo” (P2).

Para P2, a solução dos problemas que aponta não é de ordem programática, relacionada a uma concepção ou à falta de vontade política. A solução seria trocar um governante desonesto por outro honesto. Por isso gostaria que alguém como o ex-prefeito de Campinas, que morreu assassinado, assumisse o governo, pois ele era “ponta firme” (P2).

Mulher de luta...

Contexto da entrevista: o diálogo da institucionalidade

A participante 3 (P3), mãe de um aluno da escola em que atuamos e avó de duas crianças que também estudam na mesma instituição, foi chamada diversas vezes pela equipe de psicologia. Motivo? Preocupação dos professores em relação a um suposto comportamento agressivo e indisciplinado do seu filho de 4 anos.

Entramos em contato com a P3 no contexto da escola, procurando dialogar com ela sobre o comportamento de seu filho e, mais do que isso, acolhê-la, ouvindo o que ela teria a dizer.

Ocorre que, como observamos em grande parte dos agentes escolares daquela instituição, há uma tendência de culpabilizar as famílias e as próprias crianças e taxá-las de indisciplinadas, agressivas; e as famílias, desestruturadas. Isso torna a escola um espaço pouco atrativo para as famílias. Muitas vezes, quando chamamos os pais para uma conversa, observamos duas tendências: ou eles internalizam esses discursos auto-culpabilizantes, ou eles se apropriam de um discurso da institucionalidade. No caso de P3, em conversa com a equipe de psicologia, ela havia aderido ao discurso da institucionalidade, isto é, respondia tudo o que achava que as autoridades (no caso, o psicólogo é visto, muitas vezes, como agente repressor ligado ao conselho tutelar) gostariam de ouvir. P3 tinha uma resposta pronta para tudo o que perguntávamos. Se fôssemos tomar tudo o que ela dizia como verdade, então teríamos de acreditar que sua família não passava por nenhuma ordem de dificuldade, seja afetiva, social ou financeira.

Afirmou não ter problemas financeiros, disse que não precisava de ajuda e que já recebia benefícios bastantes para suprir as necessidades familiares. Algo como uma

vergonha ou culpa em ter de assumir, diante de profissionais de psicologia, a pobreza como um fardo.

Nesses anos de convívio com o conselho tutelar, P3 parece ter aprendido como lidar com esse tipo de situação. Ela aprendeu a falar que está tudo bem, que não precisa de ajuda, que cuida bem dos filhos e não os maltrata. Assim, P3 tenta se esquivar, momentaneamente, do controle policialesco que o conselho tutelar exerce sobre sua vida. O Estado se mostra presente em sua vida para reprimir e culpabilizar sua família, ao passo que os direitos mais essenciais não estão garantidos. Daí resta uma reflexão crítica acerca do papel coercitivo de determinados órgãos públicos, como, por exemplo, o próprio conselho tutelar - reflexão realizada, por exemplo, por Souza, Teixeira e da Silva (2003).

Sabendo que P3 estava na defensiva, ainda mais se tratando de uma família com histórico no conselho tutelar, procuramos demonstrar, dia após dia, que estávamos ao seu lado, entendendo o contexto em que ela vivia, que não tínhamos a intenção de culpabilizá-la, mas ajudá-la como podíamos.

A entrevista foi realizada quando ao adquirirmos a confiança de P3, ela nos convidou para visitar sua casa, entendendo o sentido do nosso trabalho e o sentido da própria pesquisa que vínhamos realizando. De todo modo, devemos reconhecer que P3 não estava totalmente solta, ainda guardava resquícios de uma relação em que o psicólogo era reconhecido como autoridade, embora não mais como figura repressora - o que representou um avanço.

Ao longo da conversa realizada em sua casa, podemos afirmar que P3 foi se soltando aos poucos, foi se tornando ela mesma, enquanto contava sua história de vida, que não é diferente da maioria das famílias brasileiras que lutam dia a dia para sobreviver.

A entrevista foi realizada nesse contexto. As informações oriundas dessa entrevista foram interpretadas, permitindo captar unidades de sentido e, então, identificamos 4 unidades de sentido, que foram: (1) constituição da consciência de si: uma “mulher de luta”; (2) de ajudas e de caridades; (3) perspectivas tímidas e focais para o futuro; (4) cotidianidade e ausência de um horizonte político.

Constituição da consciência de si: uma “mulher de luta”

P3 conta que veio de uma família de classe média baixa, que vivia em um bairro na região central de Campinas. Conheceu o atual marido com 15 anos e foi morar com ele. A partir daí, relata, passou a viver em um barraco de madeira na mesma região em que vive atualmente. Trabalhou em supermercado e em casa de família. Hoje, com 39 anos, diz que tem orgulho de morar em uma casa de alvenaria: “Trabalhei toda a minha vida, consegui pagar essa casa sem ajuda de ninguém e agora meu marido está construindo os cômodos” (P3). Por isso, completa: “Sou uma mulher de luta” (P3).

A casa fica no topo de um morro que abriga barracos de madeira ao lado de casas de alvenarias. Trata-se de um bairro onde a maioria das famílias vive em péssimas condições de moradia. A casa da família em questão é de alvenaria. Viveram a vida toda em um barraco de madeira. P3 conta que, quando chovia molhava toda a casa, mas agora conseguiram erguer uma casa de tijolos e, dentro dela, havia móveis que ganharam de amigos e de outras pessoas, inclusive, de entidades assistenciais e de políticos.

A casa está ainda em construção, o chão é de terra, tijolos espalhados por toda a casa, mas P3 disse que logo vai arrumar tudo aquilo, vai por um piso, construir um segundo andar em cima de uma laje e outros projetos arquitetônicos que animam aquela mulher.

Enquanto conversávamos não parava de entrar criança na casa – os filhos circulam descalços pela casa, vão para rua e voltam, os netos entram para brincar com as outras crianças, um dos filhos mais velhos, que está desempregado, estava na cama, em um dos cômodos assistindo à televisão; o pai não estava em casa, estava trabalhando, a outra filha mais velha mora ao lado com o marido e com as filhas, tudo em família... E que família extensa!

P3 tem 10 filhos, e 7 vivem com ela e com seu marido em uma casa em permanente construção, inscrita em um bairro popular, imersa em uma das regiões mais ricas do município de Campinas. A casa foi conquistada na “luta” (P3), pois se tratava de um terreno particular, ocioso, que foi ocupado por famílias que viviam em favelas próximas da região.

P3 faz “bico” como entregadora de panfleto. Seu marido é pedreiro e também não tem emprego registrado. O restante dos filhos, nenhum trabalha, com exceção apenas de uma das filhas mais velhas, que também é entregadora de panfletos.

P3 é semi-analfabeta e não completou o ensino fundamental. Ela gosta de assistir à televisão. Também gosta de trabalhar, cuidar dos filhos, estudar, ouvir música e dançar. É católica e frequenta uma igreja da região.

De ajudas e de caridades...

A família é contemplada pelo programa federal de transferência de renda, o Bolsa Família e por cestas básicas doadas por um grupo religioso da região. Um dos dez filhos, uma adolescente, é contemplada por um programa assistencial do governo estadual denominado “Ação Jovem”.

Tais programas que recebem parecem exercer algum impacto significativo na vida dessa família, e é essa a visão de P3, que, quando questionada sobre o sentido desses benefícios para sua vida, afirma: “Graças a Deus, me ajuda muito!” (P3).

Notamos que os benefícios do governo são percebidos como ajudas, não como direitos. Talvez por isso, sem a garantia de direitos e pela instabilidade que toda ajuda traz consigo, P3 diz sobre suas condições de vida: “Não posso falar que tá boa, por enquanto... porque tô terminando minha casa, mas eu recebo ajuda da assistente social e de outras pessoas” (P3).

A ajuda de políticos e organizações assistenciais que P3 cita parece não ter um sentido diferente da ajuda do governo, pela via da transferência de renda. A noção de direito se perde na memória de quem sempre viveu ao lado da pobreza, na luta pela sobrevivência. De uma pessoa que sabe que não pode contar com o Estado, qualquer ajuda torna-se bem-vinda.

Na visão de P3, ela sempre precisou da ajuda de alguém (do governo, de políticos ou de entidades assistenciais que citou) porque decidiu, há alguns anos atrás, levantar sua casa. Caso não tivesse esta pretensão, não precisaria dessas ajudas, comenta.

Primeiro, ela e seu marido compraram o terreno no mercado das escrituras flutuantes. Dividiram o terreno em várias parcelas... Construíram um barraco e tiveram, então, de lutar para erguer uma casa de alvenaria e, agora, estão determinados a construir mais um cômodo e colocar piso, já que o chão é de terra.

A necessidade de ser ajudada parece estar relacionada, na concepção de P3, com uma decisão privada da família em melhorar as condições de moradia. Melhorá-las não é um direito, parece ser fruto de uma vontade isolada, uma simples opção, por isso, se não quisessem melhorar a casa, não precisariam da ajuda e se virariam sozinhos. A obrigação de melhorar de vida parece ser, exclusivamente, da família, por isso, qualquer intervenção externa, no limiar de um Estado mínimo, é compreendida como uma ajuda.

Perspectivas tímidas e focais para o futuro.

Com uma vida marcada pela luta pela sobrevivência, em um contexto em que os direitos tornaram-se favores, as perspectivas de P3 para o futuro são tímidas e sem muitas pretensões. São perspectivas rebaixadas de quem, talvez, não espere grandes alterações no quadro social em que ela vive. As expectativas de P3 estão relacionadas à conquista de um direito para sua família: a moradia própria. Estão também relacionadas a melhores condições de vida e de emprego aos filhos.

P3 não pretende ter mais filhos. Pretende criar os mais novos para que eles estejam empregados no futuro. Diz que seu maior anseio é que dois dos seus filhos mais velhos, que estão desempregados, consigam arrumar um emprego. Ela pretende se manter no emprego atual que, segundo ela, é muito bom, pois ganha um salário fixo, embora não tenha carteira assinada. Diz que o emprego do seu marido também é bom e que, apesar da instabilidade do seu serviço, consegue tirar um bom dinheiro.

Quando se referiu à situação da empregabilidade dela e do marido, P3 demonstrou certa confusão. Afirmou, anteriormente, que eram bons empregos, mas quando foi questionada sobre qual era sua maior preocupação, P3 que respondeu:

Nem sei... tanta preocupação que a gente tem na cabeça... hum minha maior preocupação? É meus filhos, né? Não ver eles jogados na rua, meus dois mais velhos arrumarem um emprego registrado, eu também um emprego registrado...” (...) “Que meu marido arrume um serviço mais melhor, um serviço mais melhor eu também, principalmente meus mais velhos...” (P3)

Notamos que, em alguns momentos, P3 demonstra desânimo - talvez um fatalismo que seja fruto da falta de horizonte político, somado a uma condição sufocante de pobreza - quando ela diz: “não tem nada prá mudar (...) mudar o quê?” (P3).

Além do emprego, sua maior perspectiva é terminar de construir a casa onde vivem. P3 fala com entusiasmo sobre a construção dos novos cômodos e afirma que, quando estiver toda pronta, sua casa servirá “nem prá mim, mas pro meus filhos...” (P3)

P3 também almeja ter uma vida distante de pessoas que, para ela, podem ameaçar o bem-estar da sua família. Ela comenta que seu cunhado não a respeita, nem respeita as crianças, que ele tem surtos de agressividade e outros comportamentos estranhos. Ela quer fazer de tudo para afastar esse sujeito de perto de sua família e estão até vendo um barraco para alojar esse homem, que vive sozinho na casa ao lado.

Cotidianidade e ausência de um horizonte político

P3 vive um dia após o outro dia, está imersa na cotidianidade. Segundo Kosik (1961), a cotidianidade é caracterizada pelo automatismo com que as pessoas vivem o dia a dia. Vivem sem refletir sua condição de classe, sem se reconhecer como membro de uma coletividade. O sujeito que vive na cotidianidade vive o imediato.

Para Kosik, quem vive na cotidianidade vive no habitual, no mecânico, no instintivo – em outras palavras, está acometido por uma práxis que naturaliza as relações sociais e históricas e, desse modo, não visualiza um horizonte político para alterar a ordem das coisas.

Esse parece ser o caso de P3, que vive, em grande medida, imersa na cotidianidade. P3, no entanto, pensa em “acabar com a violência, tirar as crianças da rua...” (P3) mas diz que não sabe como: “Não sei como não...” (P3).

P3 aponta algumas mudanças - tímidas e focais – no plano genérico. Mas não sabe como alcançá-las. Ela parece não saber seu papel para acabar com a violência e tirar as crianças da rua:

“Trabalhar... não sei... ajudar né... (...) ajudá a melhorar o posto de saúde prá não faltá remédio... tem que fazer isto conversando... conversando com... ah, sei lá... conversando com quem? Aí não sei...” (P3).

Além da vontade de acabar com a violência e tirar as crianças da rua, P3 também acredita que o posto de saúde precisa melhorar para não faltar remédio. Ela acha que pode alcançar essas melhorias conversando, mas não sabe com quem. Notamos que P3 não tem ninguém como referência política, não sabe com quem conversar, a quem recorrer. Não pode recorrer ao Estado, tampouco, aos que a ajudam. Embora receba ajuda de políticos e de entidades religiosas, essas ajudas se dão no plano do assistencialismo e não parecem contribuir para conscientizar P3 de seu papel histórico, como membro de uma classe oprimida, ou como cidadã.

P3 acredita que não pode contribuir como ativista política: “Por causa do trabalho, não tenho tempo...” (P3). Com isso, podemos observar quanto o trabalho toma seu tempo. Contudo, observamos que P3 nunca havia pensado em se organizar para conquistar melhorias no plano coletivo. Apesar de se considerar uma “mulher de luta” (P3), ela também vive imersa na cotidianidade, uma vez que não efetiva uma relação com o gênero humano, tampouco, com sua classe. Ela luta para conquistar melhorias imediatas para sua vida e para sua família.

Filha da luta...

Fizemos contato com a participante 4 (P4) por meio da escola. Ela nos procurou para conversar sobre seu filho, que estuda na instituição de ensino em que estamos inseridos. Nessa conversa, P4 falou um pouco de si mesma e também sobre sua trajetória de vida. No momento em que pudemos nos aproximar dela, apresentamos os objetivos da presente pesquisa. Ela demonstrou interesse em contribuir e realizar a entrevista. Marcamos uma entrevista para a semana seguinte dessa conversa. A entrevista foi realizada no CRAS.

Dessa entrevista, utilizando o roteiro, pudemos conhecer algumas opiniões de P4 sobre o que ela sente e pensa em relação à vida e ao contexto em que está inserida. As reflexões da participante foram interpretadas em unidades de sentido, que conformaram categorias de análise, tais como: (1) afetividade, consciência de si e identidade política; (2) perspectivas rebaixadas para melhorias futuras nas condições de vida; (3) o povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político; (4) potencialidade crítica e o germe de uma consciência de classe.

Afetividade, consciência de si e identidade política

P4 trabalha desde os 8 anos de idade. Seu primeiro emprego foi como babá. Morou com os pais até os 15 anos de idade, quando casou e teve seu primeiro filho. Atualmente, com 39 anos, P4 tem dois filhos pequenos, um de 3 anos, outro de 7 anos. Ela vive com seus quatro filhos, crianças e adolescentes, e seu marido. De vez em quando, faz bico como faxineira. O marido é pedreiro, mas também não tem um emprego registrado.

As condições de vida dessa família melhoraram de um tempo para cá, principalmente, a partir do momento em que conquistaram casa própria. Desde cedo, junto com sua família, P4 participou de um movimento por moradia popular, que

resultou na legalização do bairro em que vive. Antes, uma favela, barracos de madeira e matagal. Hoje, casas de alvenaria, asfalto e esgoto tratado. Tudo isso P4 viu ser conquistado como fruto de uma organização política da comunidade em que vive.

P4 reconhece que a luta pela moradia resultou em melhorias concretas nas suas condições de vida. Ela atribui essas conquistas, principalmente, ao esforço da mãe à frente da associação de moradores. P4 afirma que conquistou sua casa, porque sua mãe,, presidenta da associação de moradores, sempre batalhou para conquistar os anseios da população.

Notamos que P4 fala da sua mãe com orgulho e tem ela como uma referência política: “O projeto de vida dela... sempre lutando, batalhando... (...) “Ah, minha mãe... a favela é a filha dela” (P4).

Além da intrínseca relação de classe que foi constituída desde sua infância, nascendo, vivendo e crescendo em uma ocupação popular, acreditamos que a relação afetiva com sua mãe foi uma das causas que aproximou P4 da luta pela moradia e da própria associação de moradores. Para Iasi (2007), antes de a pessoa sistematizar qualquer informação, os valores surgem como resultados de vínculos afetivos, que podem ou não se modificar ao longo da vida. Nesse caso, a relação vincular entre mãe e filha, baseada na admiração e na confiança, gerou um sentido político, baseado nas lutas empreendidas pela mãe de P4.

P4 esteve próxima afetivamente de sua mãe, uma pessoa que lutou por uma causa e é liderança popular até os dias de hoje. Essa relação vincular, com forte carga emocional, contribuiu, certamente, para sensibilizar P4 acerca do sentido político das lutas pela moradia. Essas lutas se tornaram parte da sua identidade, da consciência que P4 faz de si mesma como membro de uma coletividade.

Vigotski (1999; 2003) chamou atenção para o papel da afetividade na constituição da consciência de si. Segundo o psicólogo russo, o afeto é a primeira forma de linguagem e são as emoções as responsáveis pela integração do aparato psicológico na constituição dos sentidos, a partir dos significados. Portanto, seria uma ilusão pensar em uma racionalidade pura, sem interferência das emoções. Por outro lado, seria impossível pensar as emoções como única dimensão da subjetividade. De todo modo, pode haver um predomínio da razão ou da emoção na configuração de um sentido psicológico.

O que pudemos observar foi certo equilíbrio entre as dimensões do afeto e da razão nas análises de P4 sobre seu cotidiano de vida. Embora tenha se sensibilizado pelas reivindicações de classe, devido à proximidade afetiva com sua mãe e com a própria comunidade, P4 reconhece os ganhos concretos que a luta pela moradia resultou em sua vida e, por isso, deu continuidade à luta que ajudou a construir desde criança. Ela conseguiu elaborar, racionalmente, o significado dessa luta. Mas ela talvez tenha se aproximado dela, em um primeiro momento, pela identificação afetiva com sua mãe.

P4 criou, então, um vínculo político, inclusive afetivo, com a associação de moradores e participa quando pode das reuniões da entidade. Ela não se dedica integralmente à associação de moradores “...porque eu vejo a luta dela [da mãe] é... é muito difícil e eu tenho filho pequeno e aí não dá... quem sabe quando eles tiverem grande...” (P4)

De todo modo, P4 reivindica a associação de moradores como parte da sua história, como parceira, como aliada – o sentido de “nós” extensivo que Wallon (1979a) se refere, isto é, uma coletividade que fomenta a solidariedade entre seus membros, um grupo de referência que ajuda P4 a elaborar o que é certo e errado, além de contribuir para P4 constituir sua própria identidade.

Mas P4 disse que sua prioridade era cuidar dos seus filhos. Por isso, o que mais gosta de fazer, ela afirma: “ultimamente ficar com meus filhos” (P4). Isso explica porque ela não se envolve, atualmente, com a associação de moradores na intensidade que gostaria. Mas apóia a entidade, especialmente pela admiração que tem pela mãe, mas também porque elaborou, racionalmente, as experiências de luta como parte de sua constituição como pessoa, como membro de uma coletividade cujas necessidades concretas ela sabe identificar. Por isso, quando questionada se achava justa a luta da sua mãe, P2 responde com firmeza: “Acho... acho e apoio! Sempre acompanho em reuniões essas coisas...” (P4).

Pela apropriação consciente de experiências de vida, P4 vê com bons olhos a ação política pela moradia. Ela resgata a ocupação de terra como parte da sua memória histórica e de seus vínculos afetivos que, certamente, contribuíram para criar laços de identidade com o movimento do qual participaram seus vizinhos e familiares. P4 parece se sentir acolhida no lugar onde vive. Também se sente representada pela política empreendida pela associação de moradores.

Além da associação de moradores, também frequenta uma igreja católica próximo à sua casa. Para se manter informada assiste à televisão e lê um pouco de jornal. Procura conversar com a mãe e com os cunhados, que trabalham na UNICAMP, pois eles sempre a informam dos cursos que tem por lá.

Perspectivas rebaixadas para melhorias futuras nas condições de vida

P4 está desempregada e, de vez em quando, faz alguns bicos como faxineira. Está à procura de emprego e capacitação profissional. Seu companheiro trabalha como pedreiro e os filhos só estudam. A família já recebeu o Renda Mínima, programa municipal de transferência de renda, já abolido, e recebe há 2 anos o Bolsa Família, programa assistencial do governo federal.

Sobre o benefício que recebe do governo, P4 comenta: “Não é muito, mas pelo pouco que ganha, dá pra comprar coisas pros filhos” (P4). O benefício que P4 ganha, segunda ela mesma avalia, é pouco diante de suas necessidades concretas de vida: “O dinheiro que eu recebo é pouco (...)” (P4).

P4 quer mesmo é arrumar um emprego mais qualificado e, para isso, acredita que precisa estudar. Nesse sentido, ela comenta: “Queria ter um padrão de vida melhor, tá estudando, arrumar um outro trabalho.... não faxineira” (P4).

Para alcançar um padrão de vida que ela deseja não basta uma renda mensal do governo. P4 sabe que, para melhorar significativamente suas condições de vida, ela tem de estudar, adquirir conhecimento, arrumar outro emprego – e para isso não conta, aparentemente, com auxílio do governo.

Atualmente, ela almeja um futuro melhor para seus filhos e um emprego registrado. Notamos que suas expectativas para o futuro se pautam por melhorias imediatas nas suas condições concretas de vida. O que P4 quer melhorar em sua vida: “Por enquanto, só minha casa mesmo, só mexe na minha casa...” (P4). Mas ela quer também que seus filhos tenham um padrão de vida melhor no futuro. Quer ver seus filhos crescerem. Quer arrumar um bom serviço e terminar de construir sua casa. Ela queria, ainda que acabasse com os “policiais corruptos” (P4). “Eu tenho medo daqui uns anos meus filhos crescer... das drogas...” (P4).

Apesar de seu envolvimento com a associação de moradores, P4 parece não visualizar um horizonte político que aponte para uma saída coletiva para problemas comuns que acometem grande parte dos membros da sua comunidade ou da classe – a falta de emprego, a dificuldade de estudar e a corrupção da polícia. Para P4, uma melhoria de suas condições futuras de vida passa mais pelo esforço individual do que

pela inserção em um movimento político reivindicatório, que talvez nem exista mais, no bairro em que vive.

O povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político

Depois de uma experiência de luta, que trouxe resultados efetivos para vida de sua família e dos moradores do bairro em que vive, parece haver um refluxo das lutas naquela região ou mesmo na comunidade em que P4 vive. Isso pode ser observado nas falas de P4, que tornam explícitas algumas dificuldades que a associação de moradores vem enfrentando, para organizar lutas coletivas que resultem em melhorias para a comunidade. Como afirmou P4:

“Tem uns que tentam se organizar, mas tem outros que querem tudo de mão beijada, só critica. O dinheiro que eu recebo é pouco, mas se você for olhar tem gente pior que eu que não se organiza...” (P4).

P4 tende a culpabilizar aqueles que vivem em situação mais precária que a sua e ainda assim, não se organizam. Não se trata de um problema da associação de moradores, mas daqueles que querem “tudo de mão beijada” (P4).

Diante desse quadro de desmobilização, pergunto quais ações que a associação de moradores vem tomando, ao que P4 responde: “Ela [sua mãe] faz bazar, festa do dia das mães, dá roupa, cesta básica, vai trás da assistente social prá falar das famílias que tão precisando...” (P4)

P4 tem uma visão, aparentemente, assistencialista da associação de moradores, quando acredita que sua principal função é prestar ajuda às famílias que estão precisando, como uma mãe que ajuda e acolhe o filho carente - o que fica evidenciado quando ela diz: “Minha mãe... a favela é a filha dela” (P4).

Para P4, a associação de moradores deve ajudar os que mais precisam. Mas em outros momentos acredita que ela deva reivindicar direitos básicos, como moradia e alimentação. Essas reivindicações seriam feitas junto à prefeitura, que parece ser algo distante do “povo” (P4) e pouco acessível a ele. Contudo, P4 delega, de certa forma, à prefeitura, a tarefa de solucionar os problemas da população.

P4 parte do princípio de que, dificilmente, as coisas podem mudar para melhor. Para ela, “as coisas não vão mudar em nada” (P4). Essa avaliação de P4 pode refletir traços de lucidez, de quem nota que, de fato, a conjuntura está caracterizada pelo refluxo dos movimentos sociais e que, portanto, qualquer alteração significativa do quadro social seria difícil de ocorrer imediatamente. Por outro lado, sua análise reflete um fatalismo, baseado na naturalização da realidade imediata.

Podemos dizer que a ausência de um horizonte político, no contexto atual de refluxo das lutas sociais, resultou em uma desesperança que caminha para um fatalismo, restando, apenas, almejar conquistas focais no plano do assistencialismo e da solidariedade. Talvez, por isso, a função política da associação de moradores esteja obscurecida e P4, em alguns momentos, parece aguardar, passivamente, que a prefeitura atenda às demandas da população.

Contraditoriamente, P4 havia criticado o comodismo daqueles que querem “tudo de mão beijada” (P4) e que, portanto, acabam atrapalhando aqueles que querem organizar as lutas. E por que P4 acha que isso acontece? Porque não se organizam? Ao que ela responde: “Uhum, não sei...” (P4). Ela reconhece, no entanto, que a luta por melhorias nas condições de vida da população é árdua e continua, pois “até chegar no homem da gravata tem que passar por um monte de pessoa.... então acho que depende de todo mundo... do presidente da favela, do povo, da prefeitura...” (P4)

Quem é o homem da gravata? São eles que revolvem as coisas? Ao nosso questionamento P4 responde: “São gente da prefeitura... eles tenta resolver, né?! Sem eles não vai!” (P4).

P4 acredita em uma atuação ativa do “presidente da favela” (P4), acredita que a reivindicação deve partir dele e do “povo” (P4), mas sem a prefeitura “não vai” (P4).

Para P4, os agentes da transformação devem ser o povo, o presidente da favela e o homem da gravata. Isso revela que P4 credita, muitas vezes, aos “outros”, não necessariamente ao “nós”, a responsabilidade de transformar a realidade, configurando elementos fatalistas em sua análise.

Pela sua história de vida, podemos acreditar que P4 se inclui no que ela chamou de “povo”, não se ausentando da responsabilidade, pois lutou junto com o “povo” para conquistar o direito à moradia. Mas, por outro lado, ela acredita que o presidente da favela e o homem da gravata - em especial, este último - tem mais autoridade do que o “povo” na definição de seu próprio destino.

Para P4, a associação de moradores deve desenvolver ações assistenciais, mas também é um instrumento de luta para conquistar direitos perante os “homens de gravata” (P4). Os engravatados “são gente da prefeitura... eles tenta resolver, né?! Sem eles não vai!” (P4).

Mas, para P4, existe um contraste entre o “povo” e o “homem da gravata” (P4). Nesse caso, o Estado burguês não conseguiu ocultar seu viés elitista, longe de ser uma entidade que capta e acolhe as reivindicações populares.

Potencialidade crítica e o germe de uma consciência de classe...

O contraste entre o povo e o homem da gravata é o ponto de partida para P4 analisar a realidade de classes. O rico e o pobre é a forma que essa relação entre classes se

confirma para P4, ainda que isso ocorra, entre idas e vindas de uma consciência política em movimento.

Podemos observar uma noção que diferencia ricos e pobres, quando expusemos uma situação para reflexão, extraída do roteiro de entrevista que utilizamos:

Vamos supor a seguinte situação: A pessoa nasce pobre de uma família trabalhadora, cresce na pobreza sem um auxílio do governo e, quando vê, está na vida do crime.

Roubou o dinheiro da mercearia para ganhar uns trocados, mas foi preso.

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Criminoso rouba loja e é preso em flagrante”.

O que você acha disso? Sabendo dessas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

“Mesmo se ele se justificar ninguém vai escutar né!? Ainda mais no país que a gente vive...” (P4)

Por quê? Questionamos: “Ah... pobre... eles não querem nem saber. Eles vão falar: Ah, pobre tem que ser preso mesmo!” (P4)

E você não concorda com isso? Ao que P4 responde: “Acho que eles deveriam procurar saber da vida da pessoa, mas não querem saber por que pegaram ele roubando... Flagrante que fala, né!?” (P4)

A seguir, expusemos uma situação que apresentasse a dicotomia entre ricos e pobres, trazendo uma situação muito comum no Brasil, com grande repercussão pela mídia: a corrupção parlamentar e a consequente impunidade. Trata-se, de alguma forma, de uma situação contrastiva à anterior, também prevista no roteiro de entrevista.

Vamos supor a seguinte situação: O sujeito batalhou para se tornar vereador da cidade. Quando é eleito, se envolve em um esquema de roubo do dinheiro público. A polícia descobre a falcatura e denuncia para os advogados públicos (mistério público). O vereador vai ser julgado na justiça especial.

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Vereador é acusado de desvio de verbas públicas e é indiciado pelo ministério público.”

O que você acha disso? Sabendo dessas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

“Ah, esse não vai preso, esse não acontece nada... No Brasil tá um problema, acho que o direito deveria ser igual pro rico e pro pobre” (P4).

Mas, justamente pelo direito não ser igual para rico e para pobre, que P4 apresenta certa indignação perante o comportamento dos ricos. Comenta mais sobre isso, quando traz uma situação vivenciada pelo marido, frente a uma ideia tão preconizada em empresas - a ideia de “vestir a camisa” (P4).

Alguns meses antes da entrevista, o marido de P4 perdera o emprego e essa situação se encaixou, perfeitamente, em seu discurso, quando se manifestava sobre as situações anteriormente expostas.

Segundo P4, seu marido falava para ela : “Quando você trabalhar em uma empresa tem que vestir a camisa” (P4).

Para P4, essa filosofia foi por água abaixo quando o marido, após dar duro, foi mandando embora de uma hora para outra. Daí, P4 comenta, ele ficou desapontado. Ela, por sua vez, ficou indignada porque achava que o marido se doava muito para o trabalho, mas não ficou surpresa com a demissão. Ela sempre tentava avisar o marido que esse negócio de “vestir a camisa” (P4) era complicado. Ela se irrita quando seu

marido, agora trabalhando em outra empresa, continua com esta história de “vestir a camisa” (P4).

Sua irritação com o “vestir a camisa”, reforçada quando o marido foi despedido sumariamente, parece ter origem na ideia de que “na verdade quem tá tirando lucro é o dono da empresa, né!? Gostando de trabalhar, ou não, sendo vagabundo ou não, o dele ele tá tirando” (P4).

O pobre tem que vender sua força de trabalho, o rico é aquele que ganha sem trabalhar e mesmo que trabalhe, vai ganhar do mesmo jeito. Uns vivem bem, outros vivem sofrendo necessidades. É isso que P4 observa, ainda que no plano da superficialidade, pois não capta a essência desse fenômeno – a realidade de classes. Por isso, sua consciência política está permeada por aquilo que Kosik (1961) chama de pseudoconcreticidade, isto é, uma consciência que se prende ao que é fenomênico – a relação entre ricos e pobres como uma relação desigual, mas natural até certo sentido. P4, todavia, é crítica e sua consciência não se guia pelos ideais burgueses pautados pelo sonho - muitas vezes ilusório - da ascensão social.

P4 parece ter suspenso, em algum momento, aquilo que Kosik (1961) chama de cotidianidade, com a emergência de uma “consciência absurda” (p.76), que se indigna com a irracionalidade do sistema, com a ideologia mascaradora do “vestir a camisa”. P4 questiona, parcialmente, o sistema; supera, momentaneamente, o automatismo e assim desnaturaliza as relações entre patrão e empregado. Sua consciência operou entre aquilo que Frederico (1979a) chama de saltos - a superação da ordem - e aquilo que Iasi (2006) chamou de consentimento da ordem.

Trata-se de uma potencialidade crítica, que pode aflorar ou não, mas que ainda não se elevou ao plano da consciência de classe “para si”, que, para Marx (1852/2003), se concretiza (nunca em termos absolutos) quando a identidade política se transforma

em organismo político de classe. Para P4, a associação de moradores é um grupo político que ela se identifica, mas não se configura, necessariamente, como um organismo de classe. Ainda sim, parece que são os ricos, os “engravatados” (P4), os responsáveis por melhorar a vida dos pobres. Como P4 afirmou: “sem eles não vai” (P4).

A partir da análise dessa entrevista, pudemos observar o movimento contraditório da consciência de classe, entre os ascensos reivindicatórios e os descensos fatalistas, entre a ação coletiva e as soluções individuais, entre esperar fazer e operar as mudanças (Iasi, 2006). Esse movimento contraditório pôde ser observado nas reflexões de P4. Ela cresceu em uma ocupação e viu sua família conquistar uma casa própria. Pela apropriação consciente de uma experiência de vida, defende a luta pela moradia, ao mesmo tempo em que vê essa luta como uma ação pontual junto à prefeitura. Indigna-se com a desigualdade social, diferencia ricos e pobres, mas não traduz isso em forma de ação política. Mas também não se encontra em estado de apatia pura. Participa, quando pode, da associação de moradores, acompanha de perto a luta da sua comunidade, mas se consola no fato de que “(...) se você for olhar, tem gente pior que eu que não se organiza...” (P4).

A mulher duplamente oprimida...

A participante 5 (P5) é faxineira da escola em que o projeto “Risco à Proteção” desenvolve suas atividades. Pudemos tomar contato com ela em encontros casuais na referida instituição, e as conversas informais sobre sua vida acabaram revelando temas de interesses para a presente pesquisa.

Realizada a entrevista no contexto da escola, analisamos seu conteúdo, interpretamos algumas unidades de sentido e, assim, identificamos as seguintes categorias de análise: (1) trajetória de vida e afetividade concreta; (2) Qual liberdade? A liberdade na visão de uma mulher duplamente oprimida; (3) consciência de si e sobre os outros: fatalismo, culpabilização de si e da classe; (4) crítica moral à desigualdade social: uma análise idealista sobre esse fenômeno; (5) fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social e econômico em que vivemos; (6) o crime do sujeito comum e do colarinho branco: o atenuante é a condição de classe.

Trajetória de vida e afetividade concreta

P5 nasceu em Campinas, morava com os pais e para complementar a renda familiar, teve de trabalhar logo aos 13 anos de idade. Ainda adolescente, trabalhou em casa de família. Aos 15 anos mudou-se para São Paulo com seus pais, por motivos financeiros. Trabalhou como vendedora em uma loja, mas não conseguiu se adaptar à vida na capital e decidiu, então, voltar para Campinas depois de dois anos vivendo na metrópole com seus pais, que continuaram em São Paulo.

Quando voltou para sua terra natal, conheceu o pai de um dos seus filhos. No início, conta P5, as coisas iam bem, mas com a gravidez o casal começou a brigar e o relacionamento chegou ao fim. Quando engravidou, seu namorado saiu da casa e não assumiu o filho...

Aos poucos, jovem e com um filho para sustentar, foi ajeitando sua vida, conseguiu um emprego em casa de família e, assim, juntava uns trocos para pagar o aluguel. Nessa época, ficou sabendo que houvera uma ocupação e que lá tinha possibilidade de todos moradores conquistarem um terreno, a tão sonhada casa própria. Foi para essa ocupação, levantou seu barraco e por meio da luta coletiva conquistou um pedaço de terra, mas teve de pagar por ele. Foi uma negociação com a prefeitura, que vendeu as glebas em pagamentos parcelados. Com o dinheiro emprestado da patroa, P5 conseguiu pagar as parcelas da casa e, por fim, poderia dizer que havia conquistado uma casa própria.

Nesse bairro, P5 conheceu um rapaz com quem teve mais três filhos (um morreu muito novo de acidente de carro). Para P5, ter conhecido esse rapaz, seu segundo namorado, foi um fato marcante em sua vida. Ela diz:

“Conheci a pessoa errada, ele fez minha cabeça prá vender a casa e comprar uma casa no outro bairro. Ele falava que era um bairro melhor, tinha asfalto... Só que ele queria ter parte na casa, porque na outra foi eu quem paguei tudo” (P5).

P5 foi convencida, pelo envolvimento afetivo com esse rapaz, a mudar-se de bairro. Segundo relata, foi ludibriada por esse namorado, que se aproveitou da situação para “ter parte na casa” (P5).

Segundo P5, ela viveu em paz com esse sujeito por mais de dois anos, até eles brigarem e o companheiro mudar da casa. E não tardou para ela se ver, mais uma vez, sozinha... Agora com 3 filhos.

Atualmente, P5 engrossa a estatística das famílias chefiadas por mulheres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), as mulheres chefiam mais de 1/3 (34,9%) das famílias no Brasil. O estudo aponta, ainda, que apesar de os indicadores revelarem um aumento de famílias chefiadas por mulheres nos últimos

anos, apenas 47,2% estão inseridas no mercado de trabalho no país (o que nos leva a questionar, como fez Mariano e Carloto (2009), a ineficácia dos programas de transferência de renda para alterar as relações de gênero nas famílias e gerar uma autonomia para as mulheres no país. Mas esse não é o foco de nossa análise...)

P5 já foi beneficiária do Renda Mínima e, atualmente, recebe o benefício máximo do Bolsa Família. Mas ela compõe o seletivo grupo de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho. Não tão seletivo, porém, é o grupo de mulheres que chefiam famílias, como faz P5 depois que se separou do seu segundo companheiro.

P5 conta que o ex-namorado visita sempre a sua casa, leva o dinheiro do leite da criança mais nova, mas não paga pensão, nem é, segundo relata, um pai presente na vida dos filhos.

Depois dessa separação, relata P5, ela passou a se afundar nas dívidas, acumulou parcelas do IPTU e, por várias vezes, cortaram a luz da sua casa. O salário que ganha, segundo P5, não dá conta de suprir seus gastos com os três filhos. Antes de trabalhar como faxineira, conta, estava empregada em uma firma como auxiliar de produção, mas o salário também era insuficiente. Segundo relata, o Bolsa Família ajuda, mas somado com o salário, ainda não é o bastante para sanar suas dívidas. Trabalha como faxineira terceirizada pela prefeitura, sua renda é de 1 a 3 salários mínimos.

Conhecendo a trajetória de P5, chegamos à conclusão de que a vida não se organiza apenas em função da materialidade da economia, mas também se organiza por meio dos laços afetivos. A afetividade também é concreta, fez P5 mudar de bairro e de vida. Fez ela se afundar em dívidas e se tornar a única responsável pela sobrevivência de sua família. A afetividade é um elemento da objetividade. Por isso, Vigotski (2001) e González Rey (2009a), que afirmam que a afetividade guia as ações humanas, é um dado da realidade.

Vimos como a relação afetiva de P5 com seu ex-namorado, a partir da qual ela toma a decisão de mudar de bairro, aprofundou ainda mais, sua situação precária de sobrevivência.

P5 vive, atualmente, com 34 anos, em uma casa financiada com seus 3 filhos. Nos tempos livres do serviço, diz que gosta de ficar com as crianças, ler jornal e assistir à televisão. Nos dias atuais, P5 luta como ela mesma diz, para não “perder a casa” (P5).

Qual liberdade? A liberdade na visão de uma mulher duplamente oprimida...

P5 reclama que seu ex-namorado vive seguindo seus passos, querendo saber com quem ela está andando, ele tem ciúmes e outros comportamentos que, para ela, são caracterizados como agressivos.

Espera que, no futuro, o ex-marido deixe-a em paz, pare de vigiá-la. Em suas palavras: “dele aceitar eu ser livre” (P5).

“Ser livre” (P5).

P5 reivindica a liberdade! Qual liberdade?

Essa reivindicação pode estar ligada à necessidade que P5 vem sentido de se libertar da opressão de gênero – em outras palavras, de se libertar do machismo. Para ela, o comportamento do ex-companheiro coloca novas barreiras para sua vida, além das barreiras concretas para sobrevivência imediata. Uma relação de medo que pode paralisar e sufocar essa mulher, que enfrentou tantos desafios em sua vida, mas tem dificuldade de se livrar do patrulhamento de seu ex-namorado. Sua liberdade já comprometida pelas mazelas da pobreza é também atacada em outra dimensão - a afetiva.

P5 não quer ser objeto de posse, não quer mais viver sob a vigilância do homem com quem teve três filhos. Ao que parece, o ex-namorado quer tomar posse do afeto e da sexualidade de P5. Esse sentimento de posse de uma pessoa sobre a outra

pode ser caracterizado a partir daquilo que Meszáros (2006) definiu como sendo uma das dimensões da alienação: o poder de interferência dos seres humanos sobre outros, uma interferência negativa, que nega o outro como ser humano, compara-o a uma mercadoria ou a um objeto.

Mas P5 reivindica “ser livre”, quer se libertar de uma relação alienada, embora pareça estar acuada, sem encontrar um caminho que efetive sua liberdade...

Consciência de si e sobre os outros: fatalismo, culpabilização de si e da classe.

P5 não se enxerga, necessariamente, como membro de uma classe social. Talvez compreenda que seja membro de um segmento social – o segmento pobre da população. Ela caracteriza, assim, suas condições de vida: “Não sou bem de vida, não vou falar que sou de classe média, classe alta, mas não sou de péssimas condições (...) (P5).

P5 acha que vive da maneira como vive, afundada em dívidas, temendo perder a casa, devido à falta de “sabedoria” (P5). A sabedoria parece ser uma qualidade intrínseca, que faltou à sua personalidade, uma fragilidade interna que foi responsável pelos insucessos em sua vida. Assim, ela afirma:

Ah... sei lá, deveria ter pensado melhor na minha vida... acho que fui eu mesmo que não consegui enxergar minha situação (...) Não vou dizer que é a escolaridade, porque tem muita gente com estudo que tá mal na vida, acho que é minha pessoa... Assim, eu me acho meio assim, não é atrasada... eu não tive sabedoria” (P5).

A falta de sabedoria, de acordo com P5, foi responsável por ela ter sido iludida pelo seu ex-companheiro. Como pudemos observar, essa relação afetiva acarretou em danos para sua vida, inclusive, materiais: mudou-se para outro bairro e saiu de uma situação aparentemente mais confortável. Tudo isso, para ela, atestou sua falta de sabedoria. P5 explica, assim, como se estivesse formulando uma consciência de si, como chegou a viver da forma como vive.

Essa análise de P5 sobre si mesma é semelhante ao que pudemos observar em outras pesquisas que realizamos, quando procuramos compreender a consciência das pessoas sobre o fenômeno da desigualdade social (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Nesses estudos, tomamos contato com beneficiários de programas de transferência de renda, que viviam à margem da pobreza. Todos participantes, beneficiários dos programas governamentais, caracterizaram-se como pobres e justificaram sua condição de pobreza a partir de supostas debilidades individuais, defeitos internos, inerentes às suas personalidades. Foram vários argumentos que esses participantes utilizaram, em maior ou menor grau, para justificar porque viviam da maneira como viviam: falta de planejamento familiar, ausência de uma força interior, falta de estudo como um fator que atestava para uma debilidade natural dos pobres, entre outros.

A consciência que P5 faz de si mesma, como notamos nessa análise, é de uma suposta debilidade intrínseca, inerente à sua personalidade, que explica sua situação concreta, avaliada por ela como negativa. Essa consciência de si acaba sendo tomada por um fatalismo: já que não teve “sabedoria” (P5), então, “tem que aceitá o emprego, porque não tem escolaridade, não tem capacidade de fazer uma coisa melhor, fazer o quê?!” (P5). Por isso afirma: “Eu sou uma pessoa assim que eu contento com aquilo que eu tenho” (P5).

A internalização da ideologia dominante, que, como diz Martín-Baró (2000), corresponde à internalização da desigualdade social, em uma perspectiva que culpabiliza o pobre pela própria condição de pobreza,, potencializa o conformismo de P5.

Também, como pudemos observar nas pesquisas que realizamos (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009), a consciência

que se tem sobre os outros é fortemente influenciada pela consciência de si. Esse é o caso de P5, quando ela afirma: “o povo não sabe de nada” (P5).

Se ela é parte do povo e ela não tem “sabedoria” (P5), o povo também não tem. O povo e assim como ela são analisados como sujeitos incapazes de tomar suas vidas pelas próprias mãos. É a degradação de sua auto-estima, que perpassa pela degradação da autoestima do “povo”, que P5 não reconhece como classe.

Notamos, então, que P5 sofre de uma autoculpabilização e, por isso, ela não se vê no direito de reivindicar mais do que tem. Afinal, sente-se incapaz, acredita que não tem “sabedoria” (P5). Isso conforma um fatalismo dócil, uma consciência imersa na cotidianidade, pautada pela culpa e pelo conformismo.

O fato de não viver em “péssimas condições” (P5), faz com que P5 se sinta “um pouco segura” (P5) diante do que pode acontecer no futuro. Ela se sente insegura, pois sabe que conta, exclusivamente, com sua força de trabalho, em um contexto em que os antigos direitos não estão mais garantidos e a permanência no emprego também não está garantida - “Enquanto não perco minha casa, emprego... me sinto um pouco segura” (P5).

A instabilidade de P5 está relacionada a uma situação econômica permanentemente instável, a qual, assim como ela, a maioria da população do país está submetida, como marca da história da classe trabalhadora.

P5 revela um sentimento de insegurança que, pela sua trajetória de vida, foi reduzido a uma esperança por dias melhores, de quem espera ter o mínimo do mínimo, uma casa e um emprego e também uma vida simples, mas digna para seus filhos.

Mas, se P5 acredita que não tem “sabedoria” (P5), como pode sentir-se capaz de garantir, por muito mais tempo, uma condição digna de vida para ela e sua família?

A falta de confiança em si, é reforçada pela falta de um horizonte político, que gera uma insegurança ainda maior frente ao que pode acontecer no futuro. Essa insegurança também é fruto de um isolamento - P5 não conta com ninguém, não tem uma referência política, uma coletividade a quem possa recorrer... Afinal, o povo também “não sabe de nada” (P5). Tudo isso potencializa sua insegurança. Trata-se de um sentimento que, ao culpabilizar a si mesma e aos outros pela falta de “sabedoria”, comprime sua auto-estima, enfraquece um sentimento de coletividade, reforça a ausência de uma identidade de classe.

Se o povo e P5 não sabem de nada, então, quem poderia alterar o quadro social e econômico em que vivemos? Para P5: “O povo vota enganado” (P5) Então: “Acho (...) o Brasil tá na mão do cara que é eleito, mas não na mão do povo (...)” (P5)

O Brasil está na mão de quem enganou, de quem foi eleito. O fato de ser enganado parece atestar, mais uma vez, para a falta de sabedoria do povo. Por isso, os candidatos são os maiores responsáveis pelas mudanças sociais.

Para P5, a alternativa não é reverter esse quadro, tampouco, eleger novos candidatos que não enganem o povo. O que falta é: “Os candidatos analisarem a situação do Brasil e agir!” (P5). Ao que questionamos: Não o povo, os candidatos?

“É se for ver em geral, né, a primeira parte os candidatos, a segunda parte o povo, o povo tem que contribuir, acho que tem que ter participação, mas principalmente os candidatos, porque as mudanças são determinadas por eles” (P5).

Evidentemente, as mudanças são determinadas pelos candidatos, pois o povo, assim como ela, “não sabe de nada” (P5).

Notem que, para P5, falta aos políticos agirem em prol do “povo” (P5), uma vez que são os primeiros quem determinam o destino dos últimos, em uma clara apropriação

de valores morais que sustentam os esquemas preferenciais de análise, como quer Martín-Baró (1998), em uma sociedade marcada por traços do paternalismo, que se fortalece da resignação do pobre diante da esperança de ser ajudado por aqueles que detêm o poder e a sabedoria.

Crítica moral à desigualdade social: uma análise idealista sobre esse fenômeno.

Não é somente a falta de sabedoria que explica sua condição de classe. É também a “falta de amor no coração” (P5) que justifica, para P5, em termos mais genéricos, o quadro social em que vivemos.

A “falta de amor” (P5) parece traduzir o que, para ela, seria compreendido como exploração: “Ah, tipo uma pessoa explora outra? Tipo no trabalho, não vô fala só do trabalho... em casa, tipo, uma pessoa abusa da boa vontade do outro...” (P5).

P5 faz uma crítica moral à desigualdade social - à hostilidade entre as pessoas, à “falta de amor” (P5), à negação do outro. Mas o que ela parece não reconhecer é a raiz histórica dessa hostilidade entre as pessoas, fruto de uma sociedade de classes. Por um momento, P5 parece alienar-se da realidade concreta, de um capitalismo hostil que propaga valores como individualismo e a competitividade, que são os elementos que contribuem, decisivamente, para a “falta de amor no coração” (P5) a que ela se refere.

Seu senso de justiça talvez seja construído a partir de suas experiências particulares de vida. Segundo Meszáros (2006), a generalização de uma experiência particular é um dos elementos que caracterizam a alienação. Para P5, as experiências negativas que vivenciou em sua vida, especialmente com seus ex-companheiros, talvez sirvam de referência para ela analisar o quadro social em que vivemos e chegar à conclusão de que “falta amor no coração” (P5) é o principal elemento que explica a desigualdade social - “(...) Não vô fala só do trabalho... em casa, tipo, uma pessoa abusa da boa vontade do outro...” (P5).

Não há, nesse momento, um elemento racional, com base em fatos históricos, que justifique, para P5, o quadro de desigualdade social. O que P5 menciona são algumas características pessoais, de um lado, a falta de “sabedoria” (P5); e de outro lado, a “falta de amor” das pessoas.

Isso faz da sua crítica à sociedade, uma crítica estritamente moral e particularizada. Como um apelo, pede amor para as pessoas. Isso demonstra, mais uma vez, a fragilidade de sua consciência política, pautada pela superficialidade com que encara os fenômenos sociais e históricos.

Fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social e econômico em que vivemos.

A análise de P5 sobre a desigualdade social está pautada em uma visão idealista, que carece de uma explicação consistente acerca do quadro social e econômico em que vivemos. Assim, sem um horizonte político e sem uma coletividade que a fortaleça como sujeito político, P5 tem uma percepção pessimista do que pode esperar para o futuro. Uma visão negativa pautada pelo fatalismo, quando ela afirma: “A sociedade em geral não tem melhora... as coisa só pioram, não melhora... não vejo um futuro bom. Se aconteceu um negocinho bom, acontece dez ruim” (P5).

P5 parece compreender, ainda que de maneira impressionista e imediatista, o contexto político e econômico em que vivemos. Para Meszáros (2006), na atual conjuntura não há espaços para reformas, pois diante de uma conquista pontual dos trabalhadores, outras “dez” (P5) derrotas virão, caso a luta não tenha como estratégia a transformação das estruturas da sociedade capitalista.

Longe de reivindicar uma mudança radical na sociedade – talvez isso nem esteja no horizonte de P5, antes de pensarmos que essa ideia possa ser rechaçada por ela – P5 se limita a uma análise pessimista, sem apontar, aparentemente, para nenhuma

alternativa política concreta, restando-lhe apelo moral ao “amor” das pessoas. Essa configuração de sua consciência, evidentemente, não é atributo de sua individualidade, mas da subjetividade de uma classe que, atualmente, vive desiludida, na defensiva. Em tempos de refluxo das lutas, perderam parte da esperança para construção de um mundo melhor.

O crime do sujeito comum e do colarinho branco: o atenuante é a condição de classe...

Refletindo situações de contraste, pudemos compreender melhor o movimento da consciência política de P5, que, embora reconheça dificuldades comuns vividas por membros de sua classe, encontra barreiras para compreender essas dificuldades como resultado de uma condição de classe.

Vivendo para sobreviver, P5 até pode compreender a ação ilícita como uma ação circunstanciada. Como vemos abaixo, diante da situação que lhe fora apresentada, a partir do roteiro de entrevista.

Vamos supor a seguinte situação: A pessoa nasce pobre de uma família trabalhadora, cresce na pobreza sem um auxílio do governo e quando vê está na vida do crime.

Roubou o dinheiro da mercearia prá ganhar uns trocados, mas foi preso.

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Criminoso rouba loja e é preso em flagrante”.

O que você acha disso? Sabendo dessas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

“Nada justifica um roubo, no meu vê, no meu pensá é assim, nada justifica a pessoa de roubá. Mas se for assim, vamos supor um adolescente que o pai e a mãe não dá nada prá ele, um pai de família sem emprego...” (P5)

Embora nada justifique o roubo, ela compreende a ação desse sujeito a partir de uma necessidade concreta que ele esteja passando. Nesse caso, não se trata de uma

debilidade individual do sujeito que roubou, o roubo não é fruto da falta de “amor” ou de “sabedoria”, ele revela uma ação circunstanciada que tem, aparentemente, um atenuante: a condição de classe do sujeito que roubou o dinheiro da mercearia para ganhar uns trocados.

Mas P5 avalia que, caso o roubo torne-se rotina, uma profissão, isto é, quando o ladrão “vicia” (P5) ou comete algum crime mais grave, que envolva vidas de outras pessoas, então, para P5, essas situações seriam condenáveis, seriam consideradas ilícitas.

Em outra situação, que apresentamos a seguir, P5 reflete a criminalidade sob outro prisma. Na situação abaixo, trata-se de uma ação ilícita cometida, dessa vez, por um parlamentar.

Vamos supor a seguinte situação: O sujeito batalhou para se tornar vereador da cidade. Quando é eleito, envolve-se em um esquema de roubo do dinheiro público. A polícia descobre a falcatrua e denuncia para os advogados públicos (mistério público). *O vereador vai ser julgado na justiça especial.*

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Vereador é acusado de desvio de verbas públicas e é indiciado pelo ministério público.”

O que você acha disso? Sabendo dessas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

“È daí já é um caso assim, como que se diz? O que fez o cara se candidatar a vereador, fazer essas falcatruas assim, acho que ele já tava pensando nisso, prá mim ele premeditou... como que se diz? Essa falcatrua... Eu acho que ele tem que ser, não é julgado bem, tem que ser denunciado, teria que colocar em prato

limpo a situação, porque ele tá roubando a sociedade, porque não é justo porque a gente votou nele...” (P5).

Nesse caso, o crime seria condenável, pois o sujeito está roubando a sociedade, isto é, está roubando um conjunto de pessoas que confiou em uma pessoa para representá-los politicamente. Trata-se, assim, de uma traição. Nesse caso, não há nenhum atenuante, pois o roubo não pôde ser justificado por uma necessidade imediata de sobrevivência. Nesse caso, não se trata de um “pai da família sem emprego” (P5), mas de uma “falcatrua” (P5). Isso revela uma identidade de P5 com aqueles que vivem da maneira como ela vive, resquícios de uma consciência de classe ainda sem forma e que talvez não venha a se manifestar...

A militante evangélica...

Tomamos contato com a participante por meio da escola, das interações entre psicólogo e mãe, quando conversávamos sobre seu filho. Nessas conversas, a participante falava muito sobre sua vida. Notamos que a participante era beneficiária do Bolsa Família e frequentava o CRAS. Percebemos que havia uma abertura para refletir sobre alguns temas relacionados a essa pesquisa. Foi, então, que apresentamos os objetivos do trabalho e marcamos uma entrevista, realizada no CRAS.

Depois da realização da entrevista, as informações foram analisadas e interpretadas possibilitando identificar algumas unidades de sentido e elaborar as seguintes categorias de análise: (1) da favela para o bairro; (2) combate ao cotidiano violento; (3) cotidiano violento: a revanche da religião; (4) militante evangélica; (5) o respeito ao “crente”: a criminalidade na visão de uma evangélica da periferia; (6) o “sonho” de conquistar direitos; (7) desigualdade social vivida e sentida.

Da favela para o bairro...

A participante 6 (P6) tem 30 anos, é amasiada, negra, vive com seus 5 filhos, com o companheiro, com seu pai e sua mãe. Mora em Campinas em um bairro que era uma ocupação e atualmente paga aluguel. Não concluiu o ensino médio, trabalha em casa e a renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos. Já recebeu “Renda Mínima” e recebe há quase 2 anos, o Bolsa Família.

P6 conta que vive até hoje na mesma cidade e no mesmo bairro em que nasceu. Lembra do bairro há vinte anos e disse que era só mato, os barracos eram de madeira, “favelas” (P6).

O bairro estava instalado em uma região rural e, segundo relata, uma pequena porção de mata separava alguns barracos de poucos casarões. Era uma região de

fazendas que, com o tempo, sofreu um processo de desenvolvimento um tanto quanto acelerado, uma região nobre que aglomerava tanto ricos quanto pobres.

A partir das ocupações que se seguiram entre a década de 80 e 90, as fazendas foram desativadas livrando grandes porções de terra, preenchidas por condomínios fechados e também por barracos, as favelas, que se aglomeraram lado a lado. Com o tempo, conta P6, essas favelas tornaram-se vilas populares e bairros asfaltados, com esgoto, água e luz.

O bairro em que a participante nasceu e vive até hoje era conhecido como uma favela. Ocorre que a luta coletiva dos moradores obrigou a prefeitura a negociar uma regularização dos terrenos e, com isso, veio o asfalto e o esgoto. Hoje, a antiga favela é uma vila popular enraizada em uma área nobre da cidade, ainda que os moradores não tenham a posse definitiva dos terrenos.

A morosidade da prefeitura no trato com a questão contribuiu, significativamente, para criar um mercado paralelo de venda e aluguel de casas. P6 mora em uma casa “emprestada” (P6) do amigo (ela paga aluguel) - o que revela a informalidade dos contratos verbais que, por outro lado, gera confusões e confrontos entre os moradores pela posse de terreno.

Combate ao cotidiano violento.

O principal problema que P6 aponta em seu bairro, na atualidade, é a violência. Para ela, a violência é gerada, de um lado, pelo comércio de drogas; e de outro, pelo próprio Estado.

Segundo P6, a principal fonte de violência é o comércio das drogas. Para ela, o tráfico não só alicia os adolescentes seduzidos pelo dinheiro, como, geralmente, interfere na cobrança das parcelas dos terrenos, em parceria com a associação de moradores.

O comércio de drogas parece exercer controle sobre diferentes dimensões da vida comunitária, gerindo o próprio comércio imobiliário do bairro, uma vez que se apropriou, à sua maneira, da entidade política dos moradores.

Segundo P6, o tráfico não alicia somente os jovens, ele também mantém relações próximas com a polícia. Para P6, o papel da polícia naquele bairro é duvidoso, pois existem suspeitas de que ela tenha envolvimento com a associação de moradores e com o tráfico.

Para Martín-Baró (2000), a violência exercida pelo Estado, no caso, pela polícia, é denominada de violência institucional. Segundo o autor, esse tipo de violência revela o caráter estrutural das relações de poder e cooptação de uma classe sobre a outra. Revela, entre outras coisas, o caráter de classe do Estado burguês, que se faz presente nos bairros populares, por meio dos aparatos de repressão. Mas, como observa P6, a repressão do Estado pode ser manifestada de diferentes formas. A polícia, por exemplo, pode reprimir o tráfico, ou se aliar com ele por interesses financeiros dos envolvidos nessa relação.

Paradoxalmente, como se não tivesse a quem recorrer, para combater a violência P6 reivindica, exatamente, um posto policial no bairro, “mas tudo é muito difícil” – comenta – “as coisas demoram a melhorar e quando melhoram é muito pouco – se eles quisessem mudar eles já teriam mudado” (P6).

Nesse sentido, P6 cobra vontade política da prefeitura, que, para ela, também tem de contribuir de alguma forma para a melhoria da vida no bairro. E como a violência é tratada como o principal problema, P6 acredita que um posto policial traria mais segurança para os moradores, pelo menos para ela e sua família. Nesse caso, ela reivindica a ação repressora do Estado a favor de sua segurança, contra o tráfico, para minimizar a violência no bairro.

Para mudar esse quadro de violência, P6 acredita que teria de ter “uma união... se todos pensassem da mesma forma, se fosse montada uma associação séria!” (P6).

Com isso, P6 talvez tenha notado a dimensão política do fenômeno da violência, assim, reivindica a necessidade de organização dos moradores. Mas os moradores do bairro, ao contrário do que deseja, não conseguiram atingir um determinado grau de coesão diante dos seus interesses coletivos. As pessoas não pensam da mesma forma, apesar de viverem sob mesmas condições objetivas, que trazem problemas comuns para a vida cotidiana daquela comunidade. Ocorre que alguns membros da comunidade em que P6 vive também são membros do tráfico, o que traz problemas concretos que dificultam a construção de uma associação que tenha, por base, os mesmos interesses e objetivos.

A participante tece algumas críticas à associação de moradores e afirma que o bairro vive uma “cegueira forçada” (P6), retrato da violência e da ação do poder paralelo.

Ao que vai refletindo, P6 persiste no tema da violência. Mas, nesse momento, ela vai do plano genérico ao particular, quando suspende a análise anterior, pautada em questões concretas e problemas genéricos, e tenta explicar a violência como resultado de uma característica que, para ela, é exclusiva de algumas famílias do bairro: “a falta de educação” (P6).

P6 entende a violência não apenas como fruto da ação do tráfico e suas consequências sociais e políticas, mas também como fruto da “falta de educação de umas famílias” (P6).

Talvez ela esteja influenciada por uma ideologia que se fortalece no contexto do neoliberalismo, aquela que, segundo Macedo e de Brito (2004), responsabiliza as famílias pelas mazelas sociais (como a violência, a criminalidade e a evasão escolar)

para desresponsabilizar o Estado. Assim, P6 parece delegar para a família, a responsabilidade quase exclusiva de cuidar e educar crianças e adolescentes, penalizando aquela que, assim como a dela, vive décadas às margens das políticas públicas.

A partir de uma experiência particular, P6 generaliza sua compreensão sobre a violência. P6 toma sua família como referência, para dizer que é possível mudar a realidade e cita, como exemplo de superação, a história de seus pais. Toma essa história como base do que considera certo e errado, constituindo, assim, valores morais que ela acredita que possa livrar as pessoas do tráfico, da vida de consumo e da banalidade.

Cotidiano violento: a revanche da religião...

P6 conta que seus pais eram usuários de crack. Desde pequena conviveu com as drogas. Fugiu de casa porque apanhava muito do pai. Ainda adolescente, foi para a casa de uma amiga. Foi um período bom da sua vida, lembra. Faziam viagens, saíam para dançar e, assim, ela acabou se tornando passista de uma escola de samba e se casou com o presidente da agremiação, seu atual marido.

O casal começou a frequentar cultos evangélicos, começou a se envolver com a igreja, conheceu pessoas interessantes, a esposa e o marido fizeram cursos e se ocuparam com as tarefas internas da instituição religiosa. P6, por exemplo, é responsável pelas crianças da igreja: organiza atividades e entretém as crianças nos encontros de finais de semana.

Enquanto fortalece laços de identidade com a comunidade evangélica, desconfia da polícia, da associação de moradores e rejeita o tráfico. Também critica as famílias “mal educadas” (P6), talvez as que não sejam educadas pelos valores religiosos adquiridos por P6 e sua família.

De acordo com P6, um acontecimento a aproximou da religião. Foi quando sua mãe largou as drogas por intermédio da ação da igreja evangélica. Segundo Wallon (1979a) e Iasi (2007), apropriamo-nos de valores constituídos a partir de relações com pessoas que, pela proximidade afetiva, exercem impacto sobre nossa forma de ver o mundo. Eis então que, para P6, um elemento fundamental de sua aproximação com a igreja foi a relação afetiva com sua mãe.

Não se tratou, todavia, de uma aproximação efetuada pura e simplesmente pela afetividade entre mãe e filha. Wallon e Iasi afirmam ser a afetividade um elemento indispensável para inserção e permanência do indivíduo em um grupo, mas em nenhum momento os autores afirmam que essa é a única dimensão que caracteriza uma adesão coletiva. A proximidade com um grupo também pode depender, em grande medida, da sua capacidade de concretizar ações e ganhos efetivos para o sujeito e para a coletividade. Por isso, P6 afirma que o fato que a fez acreditar, definitivamente, na igreja, foi quando ela percebeu que a instituição foi capaz de livrar sua mãe das drogas – um fato concreto gerado pela inserção de um indivíduo em um grupo.

Pela ação efetiva da igreja sobre a vida da sua mãe, P6 passou a acreditar no poder de interferência social que ela tem sobre as pessoas daquela comunidade. Se o Estado não faz, há quem faça...

Nesse contexto, a religião parece ter sido apropriada por P6, a partir de uma experiência concreta de vida, da demonstração de que a igreja foi capaz de reorientar os valores morais de sua família e, com isso, alterar relações concretas entre seus membros.

P6, mais uma vez, generalizou uma experiência particular: se a igreja salvou sua mãe, pode salvar outras pessoas... Nesse sentido, ela passou a acreditar que a igreja pode desenvolver um trabalho importante para livrar a juventude do tráfico e diz que ela

preenche um vazio que existe na vida desses adolescentes, que querem ter tênis, carro e roupas da moda, mas não recebem carinho e afeto.

O que P6 parece refletir é que, mais do que preencher um vazio espiritual, a igreja também preenche um vazio deixado pelo Estado. A ausência de uma perspectiva política, casada com a falta de alternativas concretas, faz com que a associação dos moradores não tenha mais tanto sentido para ela. Também não está no horizonte de P6 (aliás, não existem caminhos palpáveis para ela) para conquistar direitos básicos que vem sendo retirados, sistematicamente. O que está no horizonte de P6 é fortalecer a instituição que, de um modo ou de outro, a fortalece: a igreja. Essa parece ser a única saída, além disso, pode sanar a ausência do Estado e cumprir, assim, um papel fundamental a ponto de livrar a juventude do tráfico.

Militante evangélica...

A necessidade de fazer algo para mudar a realidade em que vive, tomou forma e ganhou sentido, a partir de uma leitura que P6 fez sobre o quadro social e econômico em que vive. E essa necessidade esteve embasada em valores morais professados pela sua religião.

P6 ajuda a construir a alternativa que acredita ser a mais adequada na sua luta contra a violência. Não é à toa que P6 se mobiliza pelas ações da igreja. Como dissemos, desenvolve ações com crianças e adolescentes nos finais de semana. E não faz isso, simplesmente, por que gosta de crianças, mas porque apresenta um motivo moral, ao mesmo tempo concreto: livrar a juventude do tráfico. Nesse sentido, quando questionada se percebe a si mesma como uma militante, P6 responde, sem pensar: “Às vezes... eu quero tomar prá mim a dor da criança, quero trabalhar por ela, quero lutar por ela... aí que eu vejo que sou uma militante” (P6).

Dessa frase, diante do contexto em que ela é apresentada, podemos extrair duas hipóteses: (1) de que P6 se vê como militante, a partir do momento em que reconhece em si a capacidade de sentir pelo outro um sentimento de empatia, quando ela consegue ver na “dor da criança” (P6) um motivo para lutar; (2) na hipótese de ser uma militante, talvez a igreja e seus valores subjacentes tenham sido apropriados por P6, de maneira a gerar um sentido político, especialmente, quando desenvolve atividades com as crianças. Isso demonstra que a religião não interfere apenas no modo de P6 valorar suas relações imediatas, mas também na consciência que ela tem sobre uma determinada realidade concreta. Por isso, talvez P6 enxergue como política, alguma ação que realiza na igreja... Talvez, P6 seja uma militante evangélica...

Assim, podemos nos questionar, com faz Lowy (2007), se a religião pode ser simplesmente compreendida como ópio do povo à medida que ela efetiva, em alguns casos, uma aproximação com o genérico. Uma pessoa que se orienta por dogmas e valores morais rígidos como P6, considera-se, por outro lado, uma militante, uma pessoa que luta por causas coletivas, por aquilo que ela acredita ser um bem comum. Nesse momento, como militante, ela supera aquilo que Kosik (1961) chama de cotidianidade, isto é, supera o automatismo, reflete sobre cada ação que realiza, ocupa seu tempo com uma causa coletiva.

Com medo da violência e querendo se certificar de que as crianças do bairro e também seus filhos irão tomar o caminho que acredita ser certo, P6 comenta que não gosta de ver crianças brincando na rua. Por isso, como militante, está atenta a cada detalhe. Tem medo de que elas sejam aliciadas pelo tráfico. Diz que conhece muitos adolescentes que seguiram esse caminho.

Por isso, P6 acredita que a igreja pode desenvolver um trabalho social importante, principalmente, na educação das crianças, já que, para ela, a falta de educação é um elemento que explica a violência no bairro.

A partir de então, podemos observar o movimento contraditório de uma consciência política que, como lembra Iasi (2006), se processa entre ascensos reivindicatórios e descensos fatalistas, entre ações coletivas e soluções individuais e imediatas, entre um sentimento de indignação e uma ação conservadora.

P6 cresceu em uma ocupação e viu a favela tornar-se um bairro. Pela apropriação consciente dessa experiência de vida, P6 nota que algumas ações políticas foram revertidas em benefícios para muitos membros da sua comunidade. Talvez por isso, não faça restrições a ser chamada de militante e trata isso como parte da sua história. Mas como pessoa também conserva valores que acredita serem necessários para combater a suposta “falta de educação” (P6) de algumas famílias com quem convive; e outras vezes, esses valores devem ser aplicados como instrumentos de superação de uma realidade marcada por uma violência estrutural, a qual ela e seus vizinhos estão submetidos.

O respeito ao “crente”: a criminalidade na visão de uma evangélica da periferia...

Os evangélicos parecem gozar de certo de respeito na comunidade em que P6 vive. Por isso, ela comenta que o tráfico respeita as pessoas da igreja: “Eles não mexem com crente, sei lá por que...” (P6)

Talvez por que muitos ali vivem uma mesma realidade. A igreja surge como uma alternativa ao tráfico, mas muitos evangélicos, como foi o caso da mãe de P6, eram usuários ou traficantes. Nesse sentido, partilham de um mesmo cotidiano, por isso respeitam os “crente” (P6). Acreditamos que esse respeito não revele uma identidade de classe, por outro lado, podemos reconhecer que se trata de um instinto de classe, isto é,

um respeito entre pessoas que vivem em um mesmo contexto, uma proximidade forçada, mas real e objetiva, instintiva.

Não seria absurdo imaginar que alguns moradores daquele bairro vivem sob o paradoxo da religião x tráfico – são trajetórias de uma consciência que se movimenta em meio a uma realidade concreta.

A respeito dessa relação entre moradores de um mesmo bairro, que partilham uma história comum, apesar de as escolhas que ditaram diferentes trajetórias de vida, apresentamos duas situações contrastivas, retiradas do roteiro de entrevista, que contribuíram para analisar como P6 se apropria de um tema que tanto vinha refletindo: a criminalidade.

Situação 1

Vamos supor a seguinte situação: A pessoa nasce pobre de uma família trabalhadora, cresce na pobreza sem um auxílio do governo e quando vê está na vida do crime. *Roubou o dinheiro da mercearia prá ganhar uns trocados, mas foi preso.* Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Criminoso rouba loja e é preso em flagrante”. O que você acha disso? Sabendo destas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

Situação 2

Vamos supor a seguinte situação: O sujeito batalhou para se tornar vereador da cidade. Quando é eleito, se envolve em um esquema de roubo do dinheiro público. A polícia descobre a falcatura e denuncia para os advogados públicos (mistério público). *O vereador vai ser julgado na justiça especial.* Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Vereador é acusado de desvio de verbas públicas e é indiciado pelo ministério público.” O que você acha disso? Sabendo destas informações, se fosse contra sua versão do caso, como seria?

Quando a situação 1 é apresentada, P6 comenta em seguida: “Ainda que ele sofreu tudo o que ele sofreu, ele deveria continuar trabalhando... foi uma questão de escolha” (P6).

P6 acredita no livre arbítrio e a origem dessa crença talvez resida no poder de superação da sua mãe e nos valores morais propagados pela sua religião. Sua experiência de vida gerou um sentido de maneira que, para ela, o sujeito pode encontrar forças para mudar uma realidade marcada pela violência cotidiana.

Posterior à leitura da situação 2, quando é apresentado uma situação valorativa genérica - o roubo - sob outro prisma, P6 parece mudar de opinião, quando se manifesta: “Então o primeiro lá... do ladrão... a única diferença é que ele [o vereador] tem estudo e ele tinha mais opção de não entrar no crime, do que o que viveu tudo aquele sofrimento...” (P6).

Mas por que, questionamos, no primeiro caso, do ladrão da mercearia, seria mais compreensível do sujeito entrar no crime do que no caso do vereador? Não foi uma questão de escolha? Qual foi o problema desses dois sujeitos hipotéticos, o político e o cidadão comum?

Os dois erraram, responde P6, porque seguiram o caminho do crime. E ela complementa: “um seria mais vulnerável do que o outro, acredito que o cara que se tornou vereador não teve contato com esta realidade...” (P6)

Isto mostra que, apesar de condenar o crime por si só, P6 apresenta um atenuante para o caso do suposto rapaz “que viveu tudo aquele sofrimento” (P6). Seria isso um fato que demonstra que P6 tenha um instinto de classe? Isto é, um embrião de uma consciência de classe, que reconhece problemas e situações partilhadas em comum por membros da sua comunidade?

O “sonho” de conquistar direitos...

Filha de família pobre, humilde, lutando por uma vida digna, P6 almeja ter seus direitos garantidos: uma casa própria e um emprego autônomo: “Meu sonho, assim, com a minha casa própria, abri um salão de beleza ou cozinhá” (P6).

Notem que, diante de expectativas rebaixadas, P6 trata a conquista de alguns direitos previstos pela constituição de 1988 - emprego e casa própria - como um “sonho”. (P6).

O campo histórico-concreto de possibilidades, como denominou Costa (2005), demarca escolhas concretas para os sujeitos, dependendo das condições econômicas e sociais que eles estão submetidos. Mas esse campo de possibilidades também exerce um impacto, muitas vezes, negativo, demarcando não apenas as escolhas, mas as perspectivas para o futuro. Entretanto, todo campo histórico-concreto, como lembra Lessa (2002), pressupõe uma interação entre uma realidade em movimento e um sujeito vivo, atuante, que elabora alternativas dentro de limites concretos, mas que, em certa medida, pode ampliar o campo de possibilidades.

Para que realize seu “sonho” (P6), P6 reconhece que tem obstáculos pela frente: “tenho que trabalhá muito”. (P6) Mas acredita que é por meio do trabalho e pelo esforço individual que vai conquistar uma vida melhor. E, nesse sentido, completa: “se eu trabalhá, eu consigo, eu posso!” (P6).

Para conquistar seu “sonho”, P6 não espera contar com ninguém, a não ser com seu próprio esforço. Assim, ela acredita que seja a melhor alternativa para ampliar seu campo de possibilidades.

A desigualdade vivida e sentida

P6 não apenas vive, mas sente a desigualdade social na pele. P6 diz que já se sentiu injustiçada. Para ela, injustiça se configura “Quando você é apontado por algo que você não fez, quando você sofre preconceito...” (P6)

Questionamos se ela já sofreu preconceito. Ao que P6 respondeu:

“Uma vez eu vi uma vaga prá emprego e fui lá, tava quase certo, aí entrou outro candidato branco prá disputar comigo e o cara me ligou dizendo que não tinha conseguido a vaga, achei que foi por causa disso...” (P6)

O preconceito é uma das dimensões morais da desigualdade social, mas ele também é um fato objetivo. Está pautado em um contexto de interação ideológica, sob a égide de interesses políticos, concretos e materiais. Nesse sentido, quando há uma identidade entre significado (a sociedade capitalista que culpabiliza o pobre pela sua condição de vida) e o sentido (como eu me enxergo diante da realidade em que vivo), há uma situação de fatalismo.

Ou seja, se P6 se sentisse diminuída pela situação de racismo, ela introjetaria (momentaneamente, ou não) os significados construídos na esfera da luta política e econômica, que objetivam denegrir a imagem do injustiçado. Mas, como é o caso de P6, ela pareceu sentir-se indignada com a situação, traduz isso como uma ação de injustiça e na apenas de uma humilhação, mas de uma humilhação que gerou uma ação contrária: a indignação. Essa indignação, todavia, parece não ter impulsionado P6 a elaborar ações políticas contra o preconceito...

A mulher solitária na cidade grande...

A participante 7 (P7) tem 22 anos, é amasiada, vive com seu companheiro e com seu filho de 3 anos. Nasceu no Paraná e veio morar em Campinas ainda adolescente. Mudou-se de cidade atrás de emprego. Trabalhou primeiro com a tia em um comércio local. Morou com ela em um bairro, que era uma antiga ocupação. Conheceu o rapaz com quem se juntou quando estava grávida e se mudou para uma casa no mesmo bairro. Paga aluguel atualmente. Não concluiu o ensino médio, fez alguns bicos, mas trabalha em casa. A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos. Nunca recebeu nenhum benefício, mas está cadastrada no programa Bolsa Família.

Conhecemos P7 por intermédio da escola, mas a entrevista foi realizada no CRAS, após seu consentimento. Dessa entrevista, transcrita e analisada, pudemos interpretar algumas unidades de sentido e, dessa maneira, elaboramos algumas categorias de sentido, a saber: (1) o trauma como reprovação divina; (2) as possibilidades e os limites concretos da cidade grande; (3) fatalismo e crítica ao fatalismo; (4) dona do próprio negócio: modo ou meio de vida no capitalismo?

O trauma como reprovação divina...

P7 nasceu em uma cidade no interior do Paraná. Desde pequena, segundo relata, um fato marcou a sua vida: era ver sua mãe apanhando do pai. Aos 8 anos, conta P7, fugiu de casa com sua mãe. Sua mãe disse ao marido que levaria sua filha na escola, mas se mudou sem dar notícias, para um bairro distante, onde vivia um parente.

Nessa cidade interiorana, P7 viveu dos 8 aos 19 anos. Não aguentava mais conviver com a mãe e com o padrasto, desabafa. Era uma cidade pequena onde todas as pessoas se conheciam e conta que, por isso, faziam muita fofoca sobre sua vida, havia poucas opções de trabalho, além disso, vivia uma vida ociosa, o que também lhe incomodava.

Mas a coisa que mais a incomodava era a fofoca. Fofoca que se intensificava segundo P7, porque a população daquela cidade pequena observava que havia uma divergência de valores entre ela, ainda adolescente, e seus pais, mãe e padrasto, já que estes últimos eram religiosos. Nesse período, P7 conta que “era das festas, fazia coisas de adolescente” (P7).

Na cidade em que viveu a maior parte de sua vida, conta P7, não tinha boates ou casas noturnas, então, o pessoal se divertia bebendo em frente ao lago e realizando corridas amadoras de moto. Foi numa dessas corridas que P7 sofreu um acidente, que lhe deixou sequelas. Segundo relata, os médicos diagnosticaram problemas neurológicos, o que ela explica as constantes dores de cabeça e a memória fraca.

Para P7, atualmente, revendo os fatos que ocorreram na cidade do interior do Paraná, ela concluiu que o acidente foi uma “reprovação de Deus” (P7). Isso porque, segundo ela, seguiu mais o lado das festas e da noite, quando poderia frequentar a igreja com seus pais.

A noção de que foi alvo de uma justa reprovação divina, configurou um sentido particular para sua existência, reelaborando, parcialmente, a consciência de si mesma. Mas essa noção de reprovação toma sua consciência somente quando P7 viveu outras experiências em sua vida, ao longo dos anos subsequentes, quando mudou-se para a “cidade grande” (P7).

Mesmo acreditando ter sido reprovada - justamente - por Deus, apropriando-se de valores morais de sua família, de formação católica, isso não foi o bastante para P7 tornar-se religiosa. P7 frequenta a igreja católica esporadicamente e participou de alguns cultos evangélicos com a família do seu companheiro, mas não se simpatizou porque “prá tudo eles pedem dinheiro e ficam falando mal dos católicos...” (P7).

P7 parece ter referência na religião católica, o que não significa, necessariamente, uma adesão altamente consciente ao catolicismo. Ela diz: “De vez em quando, vou na igreja, mas só de vez em quando, só quando tô com meus pais mesmo” (P7). Notamos, assim, que P7 frequenta a igreja mais por respeito aos pais, que talvez tenha se acirrado depois da experiência do acidente, do que por convicção religiosa.

Embora, ao longo de sua trajetória, tivesse elaborado novos sentidos para sua vida, recorrendo à explicação mística da reprovação divina, P7 ainda conserva resquícios daquele sentimento de autonomia e de liberdade, que emergiram quando era mais jovem.

De todo modo, o fato de acreditar que foi reprovada por Deus, constata que o acidente que sofreu e que deixou sequelas marcou profundamente sua vida e contribuiu para P7 reelaborar a consciência de si. Nesse caso, trata-se de uma experiência de vida tomada como memória histórica, que, para Martín-Baró (1998), emerge primeiro como atributo moral para, então, se constituir como uma identidade concreta - seja individual ou coletiva.

As possibilidades e os limites concretos da cidade grande...

Após ter se recuperado do acidente, surgiu uma proposta de emprego imediato em Campinas, especificamente, em um bairro em que sua tia era dona de um bar e precisava contratar, urgentemente, um funcionário.

Para P7, sair da cidade do interior do Paraná era tudo o que ela queria naquele momento de sua vida. Significava se ver livre daquela vida pacata, que não proporcionava boas opções de trabalho e de estudo. Seria, também, uma possibilidade de conquistar a tão sonhada autonomia financeira.

Diante das possibilidades e limites que P7 encontrou na “cidade grande” (P7), ou seja, a partir do seu campo histórico e concreto de possibilidades, como quer Costa (2005), podemos analisar como P7 reconfigurou sua vida.

A proposta de emprego em outra cidade foi tão sedutora, que ela largou o último ano do ensino médio, faltando apenas dois meses para concluir os estudos. Vindo imediatamente para Campinas, trabalhou alguns meses no bar da tia, mas, logo, o estabelecimento fechou e ela ficou desempregada na “cidade grande” (P7).

Um dos clientes do bar se tornaria seu marido alguns meses depois, com uma gravidez não planejada. Com isso, P7 saiu da casa da tia e foi morar com o companheiro.

Sua família se estruturou de acordo com papéis sociais bem definidos, em que o homem trabalha e a mulher cuida da criança e da casa. “Com o filho – comenta - ficou difícil arrumar um emprego”. Tentou trabalhar no período noturno, mas não deu certo, porque não queria ficar longe da criança. Atualmente, faz curso de informática e bico duas vezes por semana, passando roupas.

P7 reconhece os limites concretos que conformam seu campo de possibilidades, no atual contexto de sua vida. Os cuidados com o filho e as funções domésticas ocupam boa parte de seu tempo, o que leva P7 a um isolamento domiciliar. O companheiro trabalha o dia todo e, segundo relata, ele não se preocupa muito em participar do dia a dia da família. Ela tem vontade de viver como antigamente, de se divertir com o marido, “mas meu marido não é de se divertir” (P7).

Sozinha, P7 sente-se enfraquecida e é esse o sentimento que surgiu a partir do momento em que mudou para a “cidade grande” (P7). Segundo reflete, o isolamento é um fator que a impede de viver como gostaria. Ele acha, por isso, que tem de se movimentar, tem de sair mais de casa e conversar com os outros. E comenta, talvez por

sentir-se só, que sua vida só vai mudar quando conhecer os vizinhos, fazendo um apelo à solidariedade dos moradores do bairro, em crítica à impessoalidade das relações da “cidade grande”, que divide e enfraquece.

Mesmo assim,, querendo fazer amizades, P7 não frequenta nenhum espaço do bairro, como revela. Frequenta a igreja esporadicamente, não participa de atividades comunitárias e desconhece a existência de uma associação de moradores - “O que é isso?” (P7). Pergunta.

Fatalismo e crítica ao fatalismo...

Para analisar as transformações ocorridas na vida de P7 e o impacto que elas geraram para a constituição de sua identidade, recorreremos à Martín-Baró (2000), para quem a personalidade não pode ser compreendida como um fenômeno que é constituído e conformado somente nos primeiros anos de vida. A primeira constatação que fazemos, com base em Martín-Baró, é que a consciência está em movimento e que não existe, portanto, uma personalidade de base. Prova disso é que P7 reconfigurou seus comportamentos, sua forma de ser e de agir, depois de adulta, quando veio para a “cidade grande” (P7).

Ao longo de sua trajetória de vida, P7 apropriou-se, parcialmente, de uma concepção religiosa que a fez acreditar que fora reprovada por Deus - uma ideia fatalista de destino, que parece se mover, independentemente, de suas ações e intenções. Paralelamente, P7 acredita que a pessoa fracassa “porque não teve cabeça” (P7).

Quem “não teve cabeça” (P7) vai ser reprovado por Deus. Ter ou não “cabeça” (P7), depende, contudo, da força de vontade do indivíduo isolado. Se, por um lado, uma força divina orienta seu destino, por outro lado, o fatalismo é confrontado, uma vez que o fracasso ou o sucesso depende de ter ou não cabeça. Em alguns momentos, para mudar

a realidade em que se vive, P7 acredita que é preciso agir, “correr atrás dos sonhos” (P7).

Ela quer ser manicure e ter um salão de beleza, comenta. Outro sonho é ser professora, todavia, retorna ao fatalismo, quando avalia - “mas não tenho capacidade” (P7). Mas a ideia de que não tem “capacidade” (P7), convive com sua crença de que cada indivíduo deve “correr atrás dos sonhos” (P7). Nesse sentido, o fatalismo se manifesta sob diferentes graus de intensidade e parece estar presente na consciência que P7 faz de si mesma. No entanto, o fatalismo parece conviver, lado a lado, com a ideia de que o indivíduo pode mudar, por meios próprios, a vida que se vive.

De todo modo, podemos reconhecer que há um predomínio do fatalismo na consciência de P7 sobre sua própria vida. Esse predomínio, assim como Heller (1987) entende a consciência “em si” e “para si”, deve ser analisado como um fenômeno relativo e tendencial, isto é, relacionado a alguma coisa, circunstanciado e que não apresenta estado puro, mas se manifesta processualmente. A consciência de P7 move-se em contradição, estando aberta à possibilidade de o fatalismo aprofundar-se ou ser combatido...

Dona do próprio negócio: modo ou meio de vida no capitalismo?

Um dos objetivos de sua vida é se tornar dona do próprio negócio - “Queria ser manicure, ou ter um salão de beleza” (P7). Sabendo disso, podemos considerar P7 uma pessoa totalmente guiada pelo modo de vida burguês?

Acreditamos que essa situação não se configura de maneira tão simples como parece. Quando P7 sonha em ser dona do próprio negócio, ela reconhece a necessidade de aderir à regra do jogo, principalmente, para sua sobrevivência. Não se trata, simplesmente, de um desejo de ser rica, uma adesão moral isolada, atrelada aos valores preconizados pelo capitalismo hostil e competitivo. O que esse desejo revela - ser dona

do próprio negócio - é que a sedução material do capital fala mais alto do que qualquer outra ideologia nesse momento da vida de P7. Trata-se, ainda, da única via concreta que P7 encontra para melhorar sua condição de vida. Para sobreviver, o único meio de vida é o emprego registrado, o bico, a informalidade e, quem sabe, um sonho: ser dona do próprio negócio.

P7 quer se inserir no mercado para melhorar sua condição econômica e para dar uma vida melhor para seu filho. Assim, ela afirma: “queria melhorar minha maneira de vida, meu modo de viver para meu filho ter mais condições do que eu quando ele crescer” (P7).

Mas, como dissemos, isso não significa que P7 adere completamente ao modo de vida burguês. Para Trotski (1923/2009), existe uma diferença entre meio e modo de vida. O meio de vida é comum a uma classe social, embora todas as classes busquem um meio para suprir as necessidades - sejam ricos, na condição de proprietário dos meios de produção, sejam os pobres, como aqueles que vendem sua força de trabalho no valor de um salário mínimo.

Os modos de vida também são determinados pelos meios de vida, que são demarcados, precisamente, para Marx (1875/2004), pela forma como o trabalho se estrutura social e historicamente. No entanto, os modos de vida também são determinados pela consciência de um sujeito ou grupo social, por isso, tem uma autonomia relativa frente ao meio de vida (o trabalho concreto e abstrato), observada na complexidade de valores que estruturam diferentes atividades humanas. Sendo assim, não necessariamente todos que vivem no capitalismo se apropriam de maneira plenamente consciente aos valores do mercado. Podem apenas se apropriar da realidade material, como um meio para ganhar a vida.

Essa distinção entre meio e modo de vida, pode ser compreendida a partir da distinção que Meszáros (2006) faz entre as mediações de primeira e segunda ordem. As mediações de primeira ordem referem-se ao meio estruturante de vida, ou seja, diz respeito à forma de organização social, por meio do trabalho. São, portanto, mediações inalienáveis da condição humana. As mediações de segunda ordem são aquelas que se encontram no campo da significação ideológica, que opera o campo da consciência e corresponde à margem real para expressão da individualidade humana - com isso, o autor reconhece que, apesar de um conjunto de valores dominantes, pautado pelos interesses da classe dominante, o sujeito pode encontrar formas particulares de valorar suas experiências.

A partir dessa diferenciação entre meios e modos de vida, podemos analisar de maneira mais profunda, qual o grau de aproximação consciente de P7 acerca dos valores de mercado ou a ele contrapostos, considerando que o meio de vida mais vantajoso, em termos financeiros, para ela, é ser dona do próprio negócio.

P7 acredita que, como patroa, teria mais condições de conquistar seu objetivo, em relação à condição de empregada - aqui vemos que P7 tem clareza sobre a precarização do trabalho nos dias atuais e sobre a incapacidade de um baixo salário garantir melhorias reais nas suas condições de vida.

Nesse sentido, podemos tomar como hipótese o fato de que a ideia de P7 se tornar patroa nasce, predominantemente, por uma razão concreta, não, necessariamente, moral. Uma adesão moral ao sistema significaria uma apropriação do modo de vida burguês, nos termos expostos por Marx, no sentido da defesa ativa do modo de vida preconizado pelo capitalismo.

P7 não se orienta cegamente pela moral burguesa, mas por outro lado, não a descarta. Por isso, acredita na figura do bom patrão. Um bom patrão, para P7 é

caracterizado: “Quando a pessoa... deixa eu explicá.... ele não é mandão, ele tá fazendo o dele...” (P7).

P7 acredita, portanto, que pode humanizar a relação entre patroa e empregada e, para tanto, tem de se esquivar da obsessão pelo dinheiro. O problema, para ela, é que: “Às vezes, por mais que a pessoa tem, eles querem mais do que tem, vira uma obsessão” (P7).

A obsessão que P7 se refere, deve estar relacionada à ideologia de acumulação privada, operante na sociedade vigente. Nesse sentido, a partir dessa crítica, vemos que o desejo de ser dono do próprio negócio não está guiado somente por uma questão moral – relacionado ao *status quo* – mas pelos benefícios materiais que essa condição de patroa pode lhe proporcionar. E, se é essa a única saída, que se reduzam os danos tornando-se uma boa patroa...

O que vemos é que P7 quer se tornar sua própria patroa, também, para se livrar da condição de comandada; ela quer estar no comando da sua própria vida, não quer depender de ninguém: “vou ser minha própria patroa, não ficá dependendo de gente que manda na gente” (P7).

A experiência como empregada foi significada negativamente por P7, quando trabalhou como embaladora em um supermercado. Nesse emprego, conta, não gostava do seu supervisor e chegou a brigar com ele por causa da forma como era tratada.

Essa experiência negativa reforçou a vontade de ser dona do próprio negócio. Esse movimento da consciência é caracterizado, segundo Frederico (1979a), por uma necessidade que o trabalhador sente de trabalhar por conta própria, o que revela uma vontade de se livrar da subordinação ao patrão, mas não do capitalismo.

Mas trabalhar para um patrão, comenta, dependendo de quem seja, não é de todo ruim. Quando trabalhou, por poucos meses, na casa de família, P7 conta que sua patroa

era uma boa pessoa, dava conselhos, conversava com ela e a auxiliava financeiramente. Isso mostra que situações genéricas, expressas na situação de emprego ou trabalho, podem ser valoradas de modos diferentes por uma mesma pessoa, dependendo das relações estabelecidas entre patrão e empregado. Nesse caso, o bom patrão é aquele que ajuda e acolhe seu empregado. Mas também existe o mau patrão...

Portanto, P7 apresenta resquícios de uma consciência ingênua que, nas palavras de Freire (1989), é baseada em uma ilusão acerca da conciliação entre patrões e empregados. Por outro lado, P7 não adere, completamente, aos valores que encontram suas origens no modo de vida burguês. Pelo contrário, em alguns momentos, critica os “ricos por ter dinheiro, eles se acham melhor do que a gente” (P7). Contudo, ela acredita que o bom patrão deve “pensar não só no bem dele, mas também no bem do outro” (P7). Uma relação saudável entre patrão e empregado, ao que parece, seria o bastante para acabar com a exploração nas relações de trabalho.

A trabalhadora terceirizada...

Tomamos contato com a participante, pois ela era cozinheira da escola em que atuamos. Em encontros informais, conversávamos sobre diversos temas, inclusive, sobre sua condição de trabalho e de vida. Nós a convidamos para participar da nossa pesquisa e realizar a entrevista, que aconteceu na escola.

O conteúdo da entrevista foi interpretado para identificar unidades de sentido, que resultaram na formulação de 6 categorias de análise, quais sejam: (1) do trabalho informal ao trabalho precarizado, do direito ao benefício; (2) perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos; (3) direito negado e a perda do sentido de coletividade; (4) negatividade da política e neutralidade política; (5) o contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política; (6) “Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!”.

Do trabalho informal ao trabalho precarizado, do direito ao benefício...

A participante 8 (P8) nasceu em uma cidade do interior paulista e logo quando criança trabalhava na roça com seus pais. A família vivia em uma fazenda em que o pai era caseiro. Conta que a vida era dura, mas, ao mesmo tempo, era tranquila, era bom viver naquela cidade pequena. Veio para Campinas ainda adolescente, para cuidar do seu sobrinho, morando na casa da irmã. Acabou ficando na cidade, pois conheceu seu companheiro e se juntou a ele.

Quando P8 e seu companheiro decidiram morar juntos, ficaram sabendo de um bairro em que se vendiam casas a um preço considerado acessível. Foi, então, que P8 e seu marido mudaram para essa região, como ela relata:

Lá é tipo assim: é invasão e eu comprei a casinha. É que eu morava com a minha irmã e conheci meu marido. Porque, na época, ele recebia do INSS, agora cortaram, acredita? E nós juntamo um dinheirinho e compramo a casa (P8).

P8 reivindica a aposentadoria do companheiro por invalidez (que ela chama de INSS), como um direito adquirido que ela quer resgatar. Como ela mesma afirma:

Eu acho que é direito, porque você acha que uma pessoa como meu marido, é que você não conhece ele, mas você acha que ele tem condições de trabalhar? Uma pessoas que se isola do mundo não é doente? Ninguém quer pegar ele prá trabalhar... (P8).

O marido teve de ser afastado do trabalho por problemas de saúde e P8 passou a sustentar a casa sozinha. Nesse período, a família composta pelo casal e um filho de 4 anos passou a ser contemplada pelo “Renda Mínima”. Há 4 anos recebe o Bolsa Família. Em contrapartida, seu marido perdeu o direito à aposentadoria recentemente, como ela afirmou. A renda familiar atual é de 1 a 3 salários mínimos.

P8 já trabalhou em uma “firma clandestina” (P8), na casa dos fundos da sua cunhada, “mas a firma não foi prá frente” (P8), conta. Seu primeiro emprego registrado é o atual, como faxineira terceirizada. Atualmente P8 está com 33 anos.

Perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos

A vida de P8 não foge à regra da vida da maioria da população brasileira. Trata-se de uma trajetória marcada pela negação sistemática de direitos, que acarretou em um aprofundamento da sua condição precária de vida, em que a privação material revela um problema estrutural, que demarca um campo histórico de possibilidades concretas e

interfere na maneira como P8 reflete e atua em diferentes dimensões de sua vida, pessoal, política e afetiva.

Os limites econômicos que demarcam um campo de possibilidades revelam a profundidade da desigualdade social, que amortece os sonhos e as expectativas humanas. Notamos, então, que esse fenômeno pode gerar, ao invés de um sentimento de revolta, um sentimento de resignação diante das condições precárias em que a maioria da população está submetida.

Diante do exposto, considerando que P8 viveu sua vida imersa na pobreza, o que ela pode tomar como base para formular suas expectativas para melhorias significativas em sua vida?

P8 toma sua trajetória de vida como ponto de partida para analisar o que pode alcançar no futuro. Nesse sentido, uma das hipóteses é que o rebaixamento das expectativas de vida esteja relacionado à visão que P8 tem de si mesma. Quando questionada por que achava que uns viviam sob melhores condições materiais do que outros, ela respondeu: “Por causa da estrutura familiar. Eu não tive estrutura, morava na roça...” (P8).

Em outro estudo realizado por nós (Euzébio Filho, 2007), uma beneficiária de um programa de transferência de renda, quando analisou por que vivia da maneira como vivia, também foi taxativa ao afirmar que a falta de planejamento familiar era um elemento que determinou suas condições de vida. Notamos que essa mulher, assim como P8, culpabilizam a si mesmas e a suas próprias famílias para explicar por que vivem na condição de pobreza. Ambas, considerando-se sem base e sem “estrutura familiar” (P8), não almejam mais do que acham que merecem e do que acham que são

capazes. Dessa maneira, P8 pauta seus projetos futuros a partir de necessidades básicas: “Dando prá comer, vestir... tá bom!” (P8)

A ação coletiva como um caminho que possa ser traçado para melhorar suas condições de vida e da sua família não está no horizonte de P8, que focaliza suas reivindicações em melhorias imediatas para sua vida: “Olha, eu queria mudá muitas coisas, eu queria uma casinha, não uma casa muito grande, mas sem aquele mofo” (P8).

P8 não almeja grandes transformações em sua vida, mas também não quer luxo, talvez porque isso implique em um desvio moral, entendendo que os princípios éticos se enfraquecem com a riqueza: “Mas eu queria pouca coisa, não quero luxo. Eu acho que não é certo querer muito luxo...” (P8).

Por que a restrição ao luxo? Ao nosso questionamento P8 respondeu: “Eu acho que não é certo querer muito luxo porque, assim, as pessoas começa a passar em cima dos outros...” (P8).

Com isso, observamos que P8 não se apropria do modo de vida burguês para projetar suas expectativas de vida. Seu sonho não é ascender socialmente, tampouco, tornar-se rica, o que ela quer é, simplesmente, viver com dignidade. O que ela quer é uma condição de vida que a possibilite sair da pobreza a qual está submetida, desde os primeiros anos de sua vida.

Embora almeje “comer” e “vestir” (P8), ela revela, em outros momentos, que sair dessa condição em que vive é mais do que sobreviver, é também poder compartilhar um feito com os vizinhos, fortalecer laços de solidariedade, fazer seu filho feliz, atender aos desejos da criança. Nesse sentido, P8 reflete: “Eu queria mais alimento em casa, porque eu gosto de fazê as coisas e dá pros vizinhos, sabe?” (P8).

P8 almeja melhorias concretas, principalmente, para legar ao seu filho uma vida melhor e um futuro mais digno:

Então, quero dá melhores condições pro meu filho, incentivar ele a estudá, e quando ele ficá mais velho, mesmo que seja uma faculdade não muito boa, eu vou pagá pra ele estudar e ter um futuro melhor do que o meu... (P8).

“Ah, eu queria, assim: mais mordomia pro meu filho, comprar uns presentes prá ele... porque é triste você olhar pro seu filho no dia das crianças e não poder dá um presente...” (P8).

P8 deseja que seu filho tenha um futuro melhor do que o dela, e, para isso, ela almeja pagar uma faculdade para ele. Mas ela sequer tem a pretensão que seu filho estude em uma faculdade “muito boa” (P8), o que demonstra, mais uma vez, o rebaixamento das suas perspectivas de vida.

Mas, para P8, nem tudo é alvo de crítica e nem tudo deveria mudar. O posto de saúde e a escola do seu filho, para dar dois exemplos, são bons, como afirma a seguir:

É bom, eu não tenho o que reclamar de maneira nenhuma! Meu filho tinha problema de saúde quando entrou na escola, e eles deram atenção e cuidaram direitinho dele. Não tenho que reclamar da creche, porque eles tratam muito bem meu filho. E o posto de saúde eu não tenho o que reclamar de maneira nenhuma, porque tem remédio... meu filho já fez uma cirurgia pelo SUS...

Direito negado e a perda do sentido de coletividade

O capitalismo, ao restringir concretamente o campo de possibilidades, também coloca obstáculos para o sujeito se organizar politicamente e tomar contato com sua própria coletividade.

Para Boito Júnior (2003), a terceirização não permite apenas o Estado reduzir seus custos com o serviço público, mas, também, configura-se como uma estratégia voltada

para isolar politicamente os trabalhadores e enfraquecer a ação política de uma categoria profissional, que vive sob mesmas condições de trabalho.

P8 reivindica, primeiramente, ser recompensada pelo trabalho que realiza como faxineira. A recompensa viria, avalia P8, se ela ganhasse um salário maior do que recebe como funcionária terceirizada da prefeitura. Mas a recompensa pelo trabalho que realiza não tem um sentido apenas material, mas também se estrutura em termos relacionais, pelo reconhecimento dos seus superiores acerca dos seus esforços, o que talvez contribua para elevar sua autoestima.

Se eu ganhasse um salário melhor, eu se contento... não é certo do ser humano, acho que deveria ter um salário melhor! Eu entro às 7 da manhã, trabalho como uma condenada e você não vê um elogio, mas sei lá... a gente é terceirizado...as pessoas não dão valor. Eu acho que as pessoas superiores, principalmente a direção, em primeiro lugar a direção, deveria dar valor! Eu acho que a gente tem que ser da prefeitura, não terceirizado! Porque daí daria prá ganhar um salário melhor... se eles tivesse consciência disso, deles vê o nosso trabalho....Eu acho que eles tinha que frequentar o dia a dia do nosso trabalho! (P8).

Eles quem? Perguntamos.

“Acho que a prefeitura...” (P8)

Para P8, a direção da escola, em primeiro lugar; e em segundo, a prefeitura, não provêm melhores condições de trabalho para funcionários terceirizados como ela, pois falta consciência da importância do trabalho que os terceirizados desenvolvem. É uma questão de aproximação do poder público, ao trabalho que ela realiza. Mas, talvez, P8 também esteja chamando atenção para o descaso do poder público, que não está presente no “dia a dia do nosso trabalho” (P8), dentro do próprio serviço público.

P8 reivindica ser funcionária da prefeitura, uma vez que isso significaria mais direitos e uma melhoria real nas suas condições de vida. Ao que perguntamos como P8 achava que poderia alcançar esse direito, isso seria possível se “nóis fazê um protesto”.

Mas, em seguida, pondera:

Mas prá faze um protesto, nem todo mundo quer, porque tem medo de perder o emprego. Eu mesmo não tenho coragem de fazê um protesto, porque eu penso no meu filho e não quero perder o emprego! Só assim com protesto eles via o que a gente tá querendo, mas quem é besta de fazer? Eu não sou! (P8)

Interessante observar que, de um lado P8 reclama pela ajuda da prefeitura, quando afirmou: “Eu acho que eles tinha que freqüentar o dia a dia do nosso trabalho!” (...) “Acho que a prefeitura...” (P8). Mas, por outro lado, P8 deixa claro que recorre a ela por falta a quem recorrer, uma vez que parece não estar confiante de que alguma coisa seja feita pelo governo. Por isso, a única saída seria o protesto. Mas o direito ao protesto - à reivindicação de direitos - parece não ter sido contemplado no seu contrato de trabalho. É mais um direito negado que P8 tem de confrontar ao longo da sua história de vida.

Com isso, podemos observar que o capitalismo não gera apenas carência material, mas também gera um sentimento de desamparo, resultado de um isolamento concreto calcado na ausência de ações coletivas, que fortaleceriam a luta pela sobrevivência. Esse isolamento contribui, certamente, para que P8 não incorpore um sentido de coletividade em suas ações e reflexões, quando reflete acerca dos caminhos possíveis para se alcançar uma vida mais digna.

O sentido de coletividade a qual nos referimos, não é um atributo do sujeito isolado, uma vez que o sujeito coletivo de classe, como Iasi (2007) pontuou, é construído quando as ações individuais incorporam um sentido de coletividade. Mas

como isso seria possível para P8 se, no seu local de trabalho, ela é impedida de se organizar politicamente?

Segundo Iasi (2006; 2007), um sujeito de classe em movimento, a partir da incorporação, mesmo que parcial, de um sentido coletivo nas ações individuais, emerge com as experiências políticas e reivindicações coletivas que podem gerar um ascenso da consciência de classe constituída, não apenas pela ação imediata, na busca por melhores condições de vida, mas também pelo resgate daquilo que Martín-Baró (2000) chama de memória coletiva de uma população, pela práxis que transforma o outro em uma extensão de si mesmo.

E, desse modo, nos questionamos novamente: Será possível P8 se constituir como um sujeito de classe? Acreditamos que, se depender de seu contexto de trabalho, isso será muito difícil, mas quem sabe P8 poderá se organizar no seu bairro ou em outras dimensões da sua vida, nas quais o direito de expressão política ainda não foi negado.

Negatividade da política e neutralidade política

P8 acumulou decepções ao longo da sua vida, decepções que foram intencionalmente forjadas por um sistema que produz pobreza e miséria. Com isso, P8 parece se apropriar da política - ou da ação do Estado - em sua dimensão estritamente negativa, como uma ação voltada, simplesmente, para satisfazer interesses restritos e particulares. Talvez, por isso, ela não se sinta confortável o bastante para se associar ou se envolver com alguma entidade de caráter abertamente político, como um partido, ou a associação de moradores.

Ao ser questionada sobre a associação de moradores, P8 responde: “Eu acho que tem... eu já vi comentar... é que eu fico neutra, eu sou muito caseira...” (P8)

E por que fica neutra?

Sou muito caseira, meu marido também. Não que ele não goste que eu saia, mas também eles [a associação] não resolvem nada, só papo, assim, política só... Você vê, eu moro na beira de um rio, minha casa enche de água quando chove, as paredes de casas tão assim de mofo... e eles dizem que vão ver isso e não vê nada... porque o povo quer ganhar dinheiro, não quer fazer as coisas... é a esperteza... (P8).

A política assume um sentido negativo, pois os políticos são identificados momentaneamente, como aqueles que “não resolvem nada, só papo (...)” (P8). Portanto, diante de um quadro que não apresenta alternativas coletivas, P8 se apóia na falsa noção de neutralidade, à espera de que a prefeitura, o governo, a diretora da escola ou alguém possa ajudá-la de maneira isolada. A situação concreta à qual P8 está submetida alimenta, nesse sentido, um sentimento de resignação.

O contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política...

Quando o direito de agir como classe é negado no seu local de trabalho, quando vemos na vida de P8 mais uma história acometida pela perda sistemática de direitos, podemos compreender o cenário político que favorece o avanço do assistencialismo, em que os direitos perdem seu sentido e se fragmentam em ajudas de políticos supostamente bem intencionados, que se sensibilizam, pontualmente, com a realidade de uma população específica.

Dessa forma, P8 vê na figura do presidente, com quem se identifica, o principal responsável pelas melhorias recentes em sua condição de vida. Como P8 afirma:

O Lula faz muita coisa (...) ah, o Bolsa Família... fez muita coisa... o Renda Mínima... ah ele faz muita coisa, por exemplo, eu vou fazer inscrição para casa própria, eu vou fazer inscrição... antes não tinha isso, eu acho, tinha mais gente precisando de coisas, morando em barraco em invasão... tá ruim ainda, não tem como melhorar porque um só não rema não, mas melhorou um pouquinho. Eu tenho medo quando ele sair o que vai ser... (P8).

Para P8, a possibilidade de uma mudança, mesmo mínima, em sua condição de vida, depende em grande medida, da ação de um presidente bem intencionado, sensível às causas do povo, que doa dinheiro em programas de transferência de renda, independentemente do fato de sua condição precária de emprego, por exemplo, estar diretamente relacionada à ação desse mesmo governo, dentro de uma lógica econômica operante, a qual P8 não se apropria em sua totalidade, pelo menos não no momento da entrevista.

De todo modo, P8 acredita que existe uma estrutura de governo pouco confiável, por trás da boa intenção de alguém como o presidente Lula, que quer, efetivamente, ajudar os pobres.

Nem tanto o Lula, mas o pessoal que tá em volta dele... é deputado, é vereador... não dá pro Lula fiscalizar todo mundo porque, por exemplo, o cara que mexe no computador ele pode mudar as coisas, não dá pra quem precisa... e não tem como o Lula olhá um por um... (P8).

Talvez essa separação entre Lula e governo não seja uma percepção isolada de P8, mas reflita um senso comum dentro da conjuntura política atual do país. Não é à toa que a figura do presidente alcance índices consideráveis de popularidade. Segundo pesquisa

realizada em março de 2010, a popularidade de Lula atingiu a casa dos 76%³⁰. Essa popularidade está relacionada a pelo menos dois fatores: (a) o cenário econômico mundial favorável ao crescimento da economia brasileira; (b) ao incremento dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que cresceram vertiginosamente nos últimos anos.

De todo modo, Lula usa de artifícios populistas para sensibilizar a maioria da população, recorrendo, muitas vezes, à sua origem humilde como elemento de autoridade, para justificar uma medida provisória ou uma determinada ação do governo federal.

Nesse quadro, P8 reconhece que o Estado não é lá tão confiável, mas sua figura central, o presidente Lula, é considerado o representante legítimo da população, diante de tantos outros que não a representa.

“Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!”

Para P8, uma das razões para a aprovação de Lula deve-se ao fato de ele ter sido, talvez, a única figura responsável pelo “Renda Mínima” (embora esse programa tenha sido criado em outro governo) e pelo Bolsa Família. Isso demonstra a função política desses programas. Nesse sentido, quando P8 é questionada se está satisfeita com o dinheiro que recebe do governo, ela afirma, enfaticamente:

“Olha filho, significa muito. Só de saber que todo dia 20 eu recebo... que com esse dinheiro eu posso comprar o remédio pro meu marido e o restante eu intero pra pagar a luz.” (P8)

E como você se sente recebendo esse dinheiro? Ao que P8 responde: “Eu queria uma ajuda melhor, é ruim depender dos outros, mas meu salário é muito ruim! Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!” (P8).

³⁰ Popularidade de Lula atinge nível recorde, diz Datafolha. Matéria publicada pela agencia Reuters em 28/3/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/03/28/popularidade-de-lula-atinge-nivel-recorde-diz-datafolha-916189637.asp>

O Bolsa Família é uma ajuda, mas causa uma relação de dependência. Tanto mais o salário for ruim, mas o benefício torna-se necessário. Esse benefício não é um salário ou um direito, é uma ajuda como a própria P8 reconhece e o faz com naturalidade. Com o programa de transferência de renda, P8 afirma: “melhorou um pouquinho”. Mas por outro lado, comenta: “Eu queria uma ajuda melhor, é ruim depender dos outros (...)” (P8).

Uma ajuda melhor significa ter um salário melhor, ser funcionária da prefeitura e a retomar o auxílio previdenciário (o que ela chama de INSS do marido).

Apesar de reconhecer que o benefício financeiro do governo ajuda, não gostaria de “depender dos outros” (P8). Por isso, para P8, o benefício só se torna um direito à medida que os direitos anteriores, como o INSS, não estão sendo garantidos.

Se meu marido tivesse recebendo, eu acho que não é direito, aí deixava a oportunidade para outro. Eu penso desse jeito! Porque se juntasse o meu salário com o dele, eu acho que, com mil reais, eu acho que a gente vivia... (P8).

O benefício só é um direito dela se ela não tiver acesso a direitos anteriores. O programa assistencial Bolsa Família, nesse sentido, cumpre o papel de um “tapa buraco”, que pode se tornar permanente, que pode substituir os direitos anteriores, podendo, assim, o Estado se ausentar, gradativamente, da responsabilidade de prover os direitos básicos para a população.

O programa Bolsa Família, como afirma Draibe (2006) e Macedo e de Brito (2004), tem um caráter seletivo e não universal que pode contribuir para gerar concorrência entre a população, competitividade e, sendo sua operacionalização cada vez mais configurada por uma simples transação bancária, favorece uma relação distante entre Estado e famílias e mesmo entre as famílias beneficiadas. Com isso, contribui para

quebrar laços coletivos e transfere, assim, o objeto da consciência política, da luta pelos direitos, para o acesso aos programas de transferência de renda.

Igual eu vi na televisão uma reportagem de uma mulher que recebe o Bolsa Família e não precisava... Eu tenho um filho e recebo 90 reais...presta atenção: ela podia deixar pros que mais precisam... na minha rua tem um monte de gente que precisa... Mas o povo não pensa assim... (P8)

A seletividade do programa cumpre aqui seu papel: joga os trabalhadores uns contra os outros e ausenta o Estado da sua responsabilidade. Esse contexto é incrementado por um senso comum que naturaliza a condição de pobreza, como revela P8, diante da falta de perspectivas para melhoria da sua condição de vida: “tá ruim (...) não tem como melhorar (...) eu não tive estrutura” (P8).

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Da interpretação das entrevistas, buscamos analisar quais categorias eram similares e diferentes dentre todas elas, para construir as sínteses desta investigação, com base nos objetivos do presente trabalho. Chegamos a algumas categorias/sínteses, que conformaram eixos comuns de análise, quais sejam: (1) A desigualdade social como ponto de partida; (2) Desigualdade social, consciência de si e sobre os outros; (3) A busca de alternativas entre o plano particular e o genérico: as idas e vindas da consciência política; (4) Eu, nós e os outros: afetividade e aproximação política; (5) O sentido dos programas de transferência de renda: o direito X a “ajuda”; (6) Ainda sobre os programas e o ciclo da pobreza; (7) Para finalizar, uma breve reflexão sobre gênero e as políticas de transferência de renda.

A desigualdade social como ponto de partida...

A trajetória de vida das participantes é marcada pelo sofrimento comum à classe que representam. Elas são representantes da classe trabalhadora – trabalham desde os primeiros anos de vida para contribuir, financeiramente, com suas famílias, lutam para sobreviver, percorrem caminhos tortuosos, deparam-se com empregos precários, salários baixos e com a instabilidade financeira que assola o dia a dia da maioria da população brasileira. Mesmo P1 e P7, que viveram uma vida mais digna, sem precisar trabalhar desde criança para sobreviver, têm muito em comum em relação a todas as outras participantes: mais cedo ou mais tarde todas elas tiveram de lidar com a escassez material e com dificuldades no plano concreto da sobrevivência.

As participantes vivem e sentem a desigualdade social a partir de experiências que vivenciaram em seus cotidianos. Esse fenômeno não se manifesta apenas por dificuldades de ordem financeira – a luta para não “perder a casa” (P5), as dívidas, o sonho de um emprego melhor. P6, por exemplo, afirmou que perdeu uma vaga de

emprego pelo fato de ser negra. Experiências como essa revelam a amplitude do fenômeno da desigualdade social, que contribuiu, certamente, para constituição das participantes como pessoas.

Segundo Wallon (1979a; 1979b), a socialização é pressuposto para a constituição do sujeito. Para o autor, a individualidade toma a realidade objetiva como ponto de partida. Trata-se de um movimento que vai do plano genérico ao plano singular. Nos primeiros anos de vida, a consciência se confunde com o meio em que é constituída. Com isso, Wallon traz uma reflexão que, para nós, é de fundamental importância: o papel crucial da realidade objetiva na formação do sujeito como sujeito, da sua identidade e individualidade. Costa (2005) faz uma análise semelhante sob outro enfoque. Também reconhecendo o papel fundante da realidade concreta sobre a subjetividade, a autora chama a atenção para o campo histórico-concreto de possibilidades em que o sujeito se desenvolve. Mas, assim como Wallon, Costa reconhece que a consciência não se limita a esse campo concreto de possibilidades, isto é, quanto mais o sujeito desenvolve sua capacidade de interferir sobre a realidade posta, mais possibilidades encontra para agir de maneira relativamente autônoma diante do meio que o constitui.

Tomando como base a análise de Costa e Wallon, à luz das informações que dispusemos sobre a trajetória de vida das participantes, pudemos nos questionar: Qual teria sido o ponto de partida para a constituição das individualidades das participantes? Qual o campo histórico-concreto de possibilidades das participantes?

Pois bem, o ponto de partida para a constituição das individualidades é a mesma realidade vivida pela maioria da população - a pobreza como marca característica do cotidiano das participantes, desde os primeiros anos de suas vidas. Somente P1 e P7 se

diferenciam nesse aspecto, ainda que vivam, atualmente, sob as mesmas condições concretas que as demais participantes.

P1 foi casada durante 29 anos. Até então, nunca teve de trabalhar, pois “tive um marido que sempre foi de paparicar, cuidar (...) (P1). P1 era uma típica dona de casa, como ela mesma afirma: “Eu vivia em função do marido e dos filhos (...) Eu fui sempre uma pessoa assim...vivi sempre prá família, então não fiz amizades ao longo da vida, não fiz!”(P1).

Com o falecimento de seu companheiro, suas condições de vida decaíram. P1 se deparou com uma nova realidade: teria de sustentar sua família, não poderia mais contar com o marido para sua sobrevivência e de seus filhos: “tá dependendo de mim o... sustento da casa, então, tudo o que tá pintando eu tô fazendo” (P1).

A exemplo de P1, P7 não teve de trabalhar desde criança. P7 viveu uma infância sem luxo, mas tinha o necessário para viver, dignamente, como uma criança. Também não trabalhou na adolescência. Nesse período, conta: “era das festas, fazia coisas de adolescente” (P7). Começou a trabalhar quando veio para a “cidade grande” (P7), quando se desgarrou dos pais e se juntou com o companheiro que vive atualmente. Também como P1, P7 viu decair suas condições de vida – até hoje ela não trabalha, faz “bicos”, mas, segundo relata, sua família não alcançou uma estabilidade financeira, não tem casa própria e um rendimento abaixo de três salários mínimos.

P1 vive em casa própria. P6 e P7 vivem de aluguel e sonham conquistar um terreno para elas e suas famílias. P2, P3, P4, P5 e P8 viviam em antigas ocupações de terra e conquistaram casa própria por meio de lutas que ajudaram a construir. Constituíram suas identidades em meio à luta pela moradia. O ponto de partida para a constituição de suas individualidades foi a ocupação de terra. E essa luta resultou na conquista de benefícios para as participantes e suas famílias.

Mas, entre conquistas e perdas, todas as participantes viram decair suas condições de vida - algumas conquistas e muitas outras perdas, direitos negados, direitos que se tornaram favores, benefícios que substituem os direitos. Pelas suas condições atuais de vida, todas as participantes estão aptas a receberem o benefício do governo federal ou estadual. P1 e P7 estão cadastradas para receber o benefício Bolsa Família. As demais participantes são beneficiárias do Bolsa Família, exceto P2 que é beneficiária do Renda Cidadã. Paradoxalmente, todas essas beneficiárias são cidadãs sem uma renda mínima, como ilustra o discurso de P2: “Condição de vida eu não tenho, não tenho nada, não tenho dinheiro no banco, não tenho uma renda mínima (...)” (P2). Essa frase representa a situação das demais participantes. Todas elas recebem uma renda do governo ou esperam recebê-la como uma forma de ajuda para minimizar os problemas sociais e econômicos que enfrentam em suas vidas. Problemas estes gerados, em grande medida, pela precarização dos direitos efetuada pelo mesmo Estado, que promove os programas assistenciais voltados para esses cidadãos sem renda e sem direitos.

Desigualdade social, consciência de si e sobre os outros

Todas as participantes têm uma renda familiar entre um e três salários mínimos e acreditam que suas condições financeiras poderiam melhorar caso tivessem um emprego mais qualificado e oportunidade de estudar mais do que estudaram. P1 e P2 reivindicam direitos relacionados à seguridade social, que vêm sendo negados. P1, P3, P6 e P7 vivem de “bicos”. P8 reivindica uma condição de trabalho mais digna e um salário melhor. P2 e P4 não trabalham. Todas vivem à margem da pobreza. Mas como explicam essa situação? Por que vivem da maneira como vivem?

Somente P5 e P8 se arriscaram a responder a essas perguntas, quando foram chamadas a refletir por que viviam da maneira como viviam. Notamos que P5, por

exemplo, acredita que vive sob condições adversas por sua própria culpa, pela falta de “sabedoria” (P5). Nesse caso, constrói uma consciência de si pautada pela desvalorização de si mesma. Ocorre que, como afirma Marx (1844/2004), a consciência de si está intrinsecamente ligada à consciência que fazemos dos outros, pois somos seres sociais, seres de mediação, constituídos nas relações. Sendo assim, não apenas os outros interferem na maneira como nos vemos, mas a maneira como nos vemos pode interferir na noção que temos dos outros. Desse modo, notamos que a mesma consciência que P5 faz de si mesma, ela faz dos outros.

Para P5, a maioria da população vive em condições precárias de vida por culpa dos indivíduos isolados, que, assim como ela, não tiveram “sabedoria” (P5). Para ela, “o povo não sabe de nada” (P5). Falta ao povo uma força interior capaz de superar suas dificuldades.

Para P8, ela vive da maneira que vive devido à falta de “estrutura familiar” (P8). Assim, observamos que tanto P5 como P8 explicam a desigualdade social que elas próprias são vítimas, a partir de um elemento interno, de uma insuficiência intrínseca à própria personalidade dos indivíduos e de si mesmas.

Essas participantes compreendem a desigualdade social a partir da maneira como veem a si mesmas e aos outros. Trata-se de uma maneira de compreender a desigualdade social, que é muito similar ao que pudemos constatar em outras pesquisas que realizamos, quando procuramos compreender a consciência das pessoas sobre esse fenômeno (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Nesses estudos, também realizado com beneficiários de programas de transferência de renda, que viviam em condições similares às das participantes da presente pesquisa, alguns argumentos foram utilizados em maior ou menor grau, para justificar por que razão essas pessoas viviam da maneira como viviam: falta de

planejamento familiar, ausência de uma força interior, falta de estudo e outros elementos que atestavam para uma suposta debilidade natural dos pobres.

Trata-se, nesse caso, de uma consciência permeada pela pseudoconcretidade. Para Kosik (1961) essa consciência pseudoconcreta (importante ressaltar que não se trata de uma consciência absoluta, mas em movimento e circunstanciada) é caracterizada pelo senso comum: “naquilo que é intimamente contraditório, nada vêem de misterioso, e seu julgamento não se escandaliza nem um pouco diante da inversão do racional e irracional (...)” (p. 10). Nesse caso, a consciência se prende ao que é fenomênico, ao que há de mais imediato, é uma consciência que toma a realidade pela primeira impressão, que se apropria de uma ideologia irracional que faz da vítima o vilão da história.

Esse momento da consciência é a consciência atual e circunstanciada de P5 e P8 sobre a desigualdade social, o que também revela uma consciência que elas fazem de si mesmas, que está tomada, momentaneamente ou não, por um fatalismo: já que vive nas condições em que vive, pois não teve “sabedoria”, como afirma P5, então, “tem que aceitá o emprego porque não tem escolaridade, não tem capacidade de fazer uma coisa melhor, fazer o quê?!” (P5). Por isso, ela afirma: “eu contento com aquilo que eu tenho” (P5). O mesmo acontece com P7, quando ela falava sobre suas perspectivas futuras e dizia do seu sonho de ser professora, mas acreditava que não tinha “capacidade” (P7) para tanto.

A ideologia dominante caracteriza-se, principalmente, pela ideia de naturalização da história, o que, para Martín-Baró (2000), corresponde à internalização da própria desigualdade social, no caso, a uma perspectiva que culpabiliza o pobre pela própria condição de pobreza. Esse parece ser o caso mais explícito de P5 e de P8, também de P7 e isso potencializa o conformismo dessas participantes, que se veem incapazes de melhorar suas condições de vida.

Porque se veem incapazes e conformadas com a realidade em que vivem, o campo histórico-concreto de possibilidades de P5, P7 e P8 torna-se cada vez mais restrito. Segundo Costa (2005), o campo de possibilidades torna-se mais limitado quanto mais a dominação de classe, por meio de instrumentos político-ideológicos, puderem minar a capacidade de decisão da pessoa.

Mas os sujeitos são capazes de se desprenderem daquilo que está colocado em sua realidade imediata. É assim que as alternativas e as escolhas que os indivíduos fazem em suas vidas - entendendo essas escolhas como históricas e concretas, podendo ser cada vez mais manipuladas pelos sujeitos, pois são também conscientes - podem alterar ou reconfigurar o campo de possibilidades a ponto de ampliá-lo, abrindo caminho para novas conquistas e novas possibilidades. Isso porque, como afirma Lessa (2002), a subjetividade também é parte da realidade material, também é um dado da objetividade.

Desse modo, lembremos uma questão importante que é bom ressaltar neste momento: os sujeitos não são refém do meio em que vivem. Mesmo nas condições mais adversas, como afirma Sawaia (2010), “os homens não estão reduzidos à sobrevivência biológica, sem sutilezas psicológicas” (p. 366). A autora lembra, com isso, que a luta pela sobrevivência também é a luta pela conquista de uma forma de liberdade.

Não há, como adverte Heller (1987; 2000), um estado inanimado da consciência em que os sujeitos sejam incapazes de refletir para além daquilo que está posto pela realidade concreta. Diante disso, mais uma questão surge para nós: considerando que as participantes encontram uma clara limitação concreta - a pobreza - quais alternativas elas encontram para ampliar seu campo de possibilidades?

A busca de alternativas entre o plano particular e o genérico: as idas e vindas da consciência política.

Todas as participantes almejam melhorar suas condições de vida. De que forma? Quais alternativas encontram para alcançarem seus objetivos? Em primeiro lugar, temos de esclarecer o que as participantes entendem por melhorias em suas condições de vida. Todas elas almejam melhorias focais, tímidas, sem grandes expectativas de que haja uma mudança substancial no plano concreto: as que vivem de aluguel querem uma casa própria, as que têm casa própria querem construir mais um cômodo ou reformar, querem voltar a estudar, aspiram a um emprego melhor, um salário melhor. Querem que seus filhos tenham um futuro mais digno. Sonham em ter uma profissão, sonham em serem donas do próprio negócio. Tratam suas expectativas como sonhos, sonham em conquistar direitos que lhe foram negados, sistematicamente, durante toda a vida. Vivem de ajudas e caridades. Tratam a ação do Estado como uma ajuda.

Todas essas questões estão ligadas à consciência política das participantes. A política, segundo Trotski (1923/2009), revela-se fundamental para uma sociedade de classes. Está atrelada, diretamente, à disputa pelo poder econômico. Mas o autor também reconhece que a política está enraizada no cotidiano das pessoas. Aquele sonho, aquela perspectiva por uma condição de vida melhor, revela um projeto político, calcado ou não em um individualismo, baseado ou não na luta coletiva. Aquele sujeito que espera alcançar melhores condições de vida, seja por meios particulares ou genéricos, faz política.

As alternativas para alcançar melhores condições de vida revelam o movimento de uma determinada consciência política. Para Heller (1987), essa consciência política realiza, basicamente, dois movimentos: (1) a consciência política imersa na cotidianidade, isto é, quando o sujeito se limita à reprodução do particular em uma determinada esfera da divisão social do trabalho. No caso, alcançar melhores condições de vida torna-se uma tarefa do indivíduo isolado. Indivíduos tornam-se sinônimo de

individualismo. Melhorar de vida significa se apropriar do modo de vida burguês; (2) o outro movimento da consciência política, a que Heller se refere, é aquele que supera, parcialmente, a cotidianidade, mas que não nega a necessidade de melhorar as condições particulares de vida. Pelo contrário, o sujeito entende que, para isso, é preciso travar uma luta coletiva – a consciência que rompe com a práxis utilitária, como quer Kosik (1961). No caso, o sujeito não deseja, simplesmente, ascender socialmente. Não se pauta pelo modo de vida da classe dominante, pelo fetichismo do consumo e da mercadoria. Ele deseja uma ascensão econômica, quer uma condição para viver melhor do que vive atualmente. Justamente porque desenvolveu uma sensibilidade global, apropria-se dos problemas e das virtudes da humanidade como seus próprios problemas e virtudes. Por isso, não se prende somente aos seus interesses restritos. Compreende que indivíduo não é sinônimo de individualismo, nem de coletivismo. A aproximação que efetiva com o gênero humano é o que lhe satisfaz e o que lhe permite desenvolver sua singularidade.

Pois então, com base nessa diferenciação proposta por Heller e Kosik, sem correr o risco de compreender a cotidianidade e a práxis refletida, simplesmente, como dois momentos opostos, reconhecendo que eles podem se mesclar, podemos analisar o movimento da consciência política das participantes que, repetimos, não almejavam, no momento das entrevistas, grandes transformações em suas vidas e de suas coletividades.

Para realizar essa análise, devemos fazer uma primeira ressalva: as perspectivas tímidas e focais das participantes explicam-se, em grande medida, por aspectos da conjuntura social, econômica e política em que vivemos. Seria um erro considerar que a ausência de um horizonte político – que poderia contribuir para que as participantes desenvolvessem alternativas coletivas para melhorar suas condições de vida – deve-se à falta de “sabedoria” (P5) dessas mulheres.

A luta pela sobrevivência faz, muitas vezes, com que os sobreviventes lutem contra si mesmos na busca de um lugar ao sol. Para Marx (1844/2004), um dos principais elementos que caracteriza o padrão de relações sociais no capitalismo é a hostilidade gerada pelo individualismo e pela competitividade entre membros de uma mesma classe, entre pessoas que são vítimas de uma mesma realidade. Nesse cenário, a ideologia dominante cumpre um papel fundamental, produzindo aquilo que Martín-Baró (1998) denominou de esquemas preferenciais de análise. Ou, então, produzindo o que, para Heller (1987), conforma uma hierarquia de valores, construído pelo modo de vida de uma classe - no caso do capitalismo, os valores prioritários, do individualismo e da competitividade, se manifestam com mais clareza na consciência imersa na cotidianidade.

Notamos que, em alguns momentos, as participantes hierarquizam seus valores políticos, quando refletem sobre alternativas para alcançarem melhores condições de vida: ora se pautam pelo individualismo, ora se pautam pela coletividade. Não se trata, todavia, de um individualismo exacerbado, tampouco de um coletivismo exagerado. Em outros momentos, as participantes também relacionaram a luta coletiva com as alternativas individuais.

De todo modo, pudemos notar que a trajetória de vida sofrida não gerou uma identidade de classe, mas contribuiu - como momento predominante - para isolar cada uma das participantes a buscarem, individualmente, melhores condições para suas vidas, sem relação efetiva com a coletividade em que se inserem. Quando pensam em lutas coletivas, não se apóiam nas experiências do passado, quando muitas conquistaram casa própria por meio da organização política dos moradores dos bairros em que vivem. As experiências de luta do passado parecem terem sido deixadas, momentaneamente, para

trás, pelo menos em alguns momentos das entrevistas - como é o caso de P2, P3, P4, P6 e P8.

P2 ajudou a construir algumas lutas em seu bairro e, desse modo, conquistou sua casa própria. Mas, atualmente, diante de um problema que identifica, não recorre àquela coletividade. Assim quando reconhece, por exemplo, a falta de qualidade da saúde pública, limita-se a encontrar uma alternativa imediata que solucionaria seu problema pontual e de maneira particular: “Se pudesse pagava um médico particular, porque no posto de saúde é muito demorado...” (P2).

P3 considera-se uma “mulher de luta” (P2) por tudo o que conquistou em sua vida. Conquistou sua casa pela ocupação de terra, pela luta coletiva. Atualmente, quer terminar de construir sua casa e dar um futuro mais digno para seus filhos. Para tanto, aguarda, passivamente, receber ajuda de entidades e do governo.

P4 é filha da presidenta da associação de moradores do bairro em que vive até os dias de hoje, o qual era uma antiga ocupação de terra. Toda a luta empreendida pela sua mãe, juntamente com os moradores, parece estar suspensa na consciência dessa participante. Os caminhos que encontra para alcançar melhores condições de vida não passam, necessariamente, por uma ação coletiva. Seu principal foco é arrumar um emprego e prover um futuro mais digno para seus filhos. Estas perspectivas parecem não estarem ligadas a um projeto político de luta por direitos.

P6 também vivenciou uma experiência coletiva da luta pela moradia. Nasceu e cresceu em uma ocupação. Mas essa experiência parece não ter sido apropriada pela consciência de maneira a gerar uma identidade de classe bem definida. A exemplo de P1, P2, P4 e P8, P6 reivindica, em alguns momentos, uma ação coletiva (não classista), mas focaliza nas ações individuais as alternativas para alcançar melhores condições de vida. Quer conquistar uma casa própria e um emprego autônomo. Trata esses direitos

como “sonhos” (P6). Para que os alcance, ela diz: “tenho que trabalhá muito (...) se eu trabalhá eu consigo, eu posso!” (P6). Tudo parece depender, então, da sua força de vontade...

P8 também vive em uma antiga ocupação. Quer uma casa sem mofo, um emprego melhor e uma vida mais digna para seu filho. Para tanto, tem esperança que um político bem intencionado possa resolver seus problemas. No entanto, faz questão de advertir, que, diante de questões políticas: “eu fico neutra” (P8).

As participantes, de uma maneira geral, pensam em lutas coletivas para solucionar um problema pontual do bairro, como no caso de P4, que reivindica uma participação mais ativa da comunidade para que a associação de moradores possa promover uma ação assistencial (doação de roupas, alimentos, etc.). A alternativa coletiva, quando pensada, toma uma função imediata: organizar um abaixo-assinado para a prefeitura construir um muro que separa as casas que vivem na margem de um rio, como quer P2. São ações pensadas para resultarem em melhorias imediatas para o bairro.

Em alguns momentos, notamos que as participantes romperam com a cotidianidade, especialmente, quando se colocam como protagonistas da luta, quando se ligam à dimensão genérica como agentes ativas que organizam ações e movimentos - P2, que ajudou a construir algumas lutas em seu bairro; P4, que acompanha algumas ações da associação de moradores há algum tempo; e P6, que trabalha com a Educação de crianças acreditando que, assim, pode contribuir para um mundo livre da violência.

Em outros momentos, talvez mais frequentes, limitam-se ao papel de coadjuvantes, aguardando, passivamente, que a prefeitura acolha suas reivindicações e realize as mudanças que elas almejam. Um exemplo disso é quando P1 afirma: “Porque tudo que a gente depende aqui, a maioria das coisas, a gente depende de quem tá lá fora, né?!”

Que é a prefeitura, né?! São vereadores (...)” (P1). Outro exemplo semelhante podemos observar quando P4 afirma que sem a prefeitura nada podem fazer: “eles tenta resolver, né?! Sem eles não vai!” (P4).

Notamos que existem, para as participantes, dois tipos de política: a boa e a ruim. A boa é aquela que elas mesmas realizam e a ruim é aquela elaborada por outras pessoas que não fazem parte de seus cotidianos. A passagem abaixo, de P1, ilustra uma compreensão compartilhada pela maioria das participantes:

(...) É o que falei: é uma comissão assim de pais, é união de pais, eu acho, entendeu? Não tem nada a ver com...com política. Se bem que envolve, acaba envolvendo...acaba envolvendo a parte política,né?! Porque tudo que a gente depende aqui, a maioria das coisas, a gente depende de quem tá la fora, né?! (P1).

A boa política é aquela que é elaborada por elas mesmas, nos bairros, nas associações, a política concreta, palpável, que elas conhecem a procedência e sabem a finalidade a que ela é empreendida. A política ruim é aquela relacionada ao parlamento, que elas, muitas vezes, desconhecem o funcionamento.

O que isso revela? Revela que as participantes têm consciência, de uma forma ou de outra, do caráter de classe do Estado burguês?

Em nossa opinião, ao diferenciarem a boa da má política, como faz P4, P5, P6, P8 e P2 - para quem “o governo rouba muito!” (P2), essas participantes reconhecem, minimamente, que o Estado não atende às demandas de sua classe. Esse reconhecimento, todavia, não avança para uma consciência de classe “para si”, ainda que haja contradições, pois ao mesmo tempo em que reconhecem a política do Estado como uma política que não atende aos seus interesses, depositam esperanças de que esse mesmo Estado possa absorver, naturalmente, as reivindicações populares.

Nunca foi tão evidente o caráter de classe do Estado burguês, que Lênin (1917/2007) chamava atenção no início do século passado, em um contexto em que os casos de corrupção, falcaturia e benefícios próprios se tornaram regra e não exceção das políticas estatais. Ao menos nas entrevistas que realizamos, as participantes não conseguiram captar essa dinâmica do Estado em seu teor mais profundo, associando uma política a uma classe. Mas conseguem entender, por aquilo que vivenciaram, de maneira imediatista e particularizada, o caráter de classe de um Estado que não está presente no dia a dia de suas famílias e comunidades.

Essa diferenciação entre a boa e a má política revela o elo que se forma entre o público e privado, isto é, entre os interesses genéricos e particulares. Os interesses privados devem ser obtidos pelos sujeitos privados, que não se sentem parte de uma coletividade – quando muito, as pessoas se juntam para reivindicar para um sujeito externo, para o Estado. Os interesses públicos devem ser garantidos pelos sujeitos públicos, que, por excelência, lidam com as questões coletivas. Esse seria o caso dos parlamentares e membros do governo.

“É se for ver em geral né, a primeira parte os candidatos, a segunda parte o povo, o povo tem que contribuir, acho que tem que ter participação, mas principalmente os candidatos, porque as mudanças são determinadas por eles”
(P5).

O rompimento (parcial, nunca absoluto) entre a dimensão pública e a privada pode ser conferida especialmente no caso de P8, que, conforme relata, na condição de funcionária terceirizada da prefeitura, está impedida de se organizar para reivindicar um salário melhor, pois isso resultaria em sua demissão. Nesse contexto, o que poderia ser transformado em luta coletiva (a luta por um salário melhor e por condições dignas de

trabalho) transforma-se em indignação particularizada, sem vínculo com um grupo ou classe.

Em um contexto de retirada de direitos, de refluxo dos movimentos sociais e ofensiva da ideologia dominante do individualismo, as participantes não veem a luta coletiva como instrumento para conquista dos direitos. O coletivo é algo abstrato, distante, difícil de organizar. A conjuntura política dos bairros onde elas vivem, refletem a conjuntura política em que vivemos: fragmentação política da classe, confusão ideológica, incremento da competitividade intraclasse. Nesse cenário, as participantes se acostumam com as migalhas que recebem em forma de renda, que vão substituindo, aos poucos, os antigos direitos. Passam a tratar o direito como um sonho. Um sonho que poderá ser conquistado na base dos favores: pedindo ajuda para reformar um cômodo da casa (P3), ou se inserido em programas assistencialistas. E o sonho maior, particularmente, de P6 e P7: ser dona do próprio negócio. Elas, todavia, não se sentem capazes de conquistar esse sonho, pois apequenaram suas expectativas de vida. Não se trata, entretanto, de um sonho de viver como um patrão, mas de viver sob condições econômicas estáveis, pois, nesse caso, elas têm plena consciência de suas condições concretas, a partir do que viveram, sabem que não é possível conquistar uma estabilidade financeira com um salário precário ou vivendo de “bicos”. Isso revela que P6 e P7 têm alguma perspectiva de melhorar suas condições de vida. Diferente é o caso de P5, que se encontra em um estado agudo de fatalismo, que parece predominar, neste momento, sua consciência política. Ela acredita que o “povo” (P5) tem responsabilidade de mudar o quadro social e econômico em que vivemos, porém, por outro lado, pondera: “a sociedade em geral não tem melhora... as coisa só pioram, não melhora... não vejo um futuro bom. Se aconteceu um negocinho bom, acontece dez ruim” (P5).

Para P5, o quadro social e econômico em que vivemos explica-se devido à “falta de amor das pessoas” (P5).

Podemos observar um contraste marcante entre a posição de P5 e P1. P5 é a mais idealista, mas com pouco embasamento concreto, torna-se a mais pessimista. Ela explica a desigualdade a partir da “falta de amor” (P5). P1 talvez seja a participante que mais acredita em uma ação política coletiva, com a finalidade de melhorar as condições de ensino das crianças de sua comunidade. Ela se inseriu em uma comissão de pais e a partir das experiências que vivenciou, gerou um sentido político que rompeu, parcialmente, com interesses estritamente particulares e imediatos.

Ah eu gostaria que...né, que a gente se...unisse prá conseguir mais coisas...prá escola, né. É que eu falei: não é só pro meu filho, é prá todos os filhos, né?! Prá todas crianças que estão aqui! E...com este objetivo consegui...mais coisas prá escola,né?! Mais trabalho, né?! (P1).

P1 ao mesmo tempo, assim como outras participantes, acredita que “a gente depende de quem tá lá fora” (P1). P1 salta do particular para o genérico e retorna ao particular, quando acredita que a “falta de participação” e a “falta de Educação” das famílias se explica pela negligência dos pais, culpabilizando as famílias e depositando nelas toda a responsabilidade para mudar o quadro social e econômico em que vivemos. Do mesmo modo, a mesma P6 que acredita que pode contribuir para transformar a sociedade por ações educativas associadas a interesses coletivos, acha que as famílias “mal educadas” (P6) são as responsáveis pela manutenção de uma realidade violenta e desigual.

Com isso e com tudo o que pudemos refletir até o momento, acreditamos que, no contexto político atual, nunca fez tanto sentido a tese de Iasi (2006) de que a consciência de classe se move entre a negação e o consentimento da ordem. Essa análise

se confirma em uma conjuntura de avanço do neoliberalismo, em que observamos uma fragilidade política da classe trabalhadora, que não visualiza uma alternativa sólida, de conjunto, para a luta coletiva da classe. Vivemos um momento de extrema confusão ideológica.

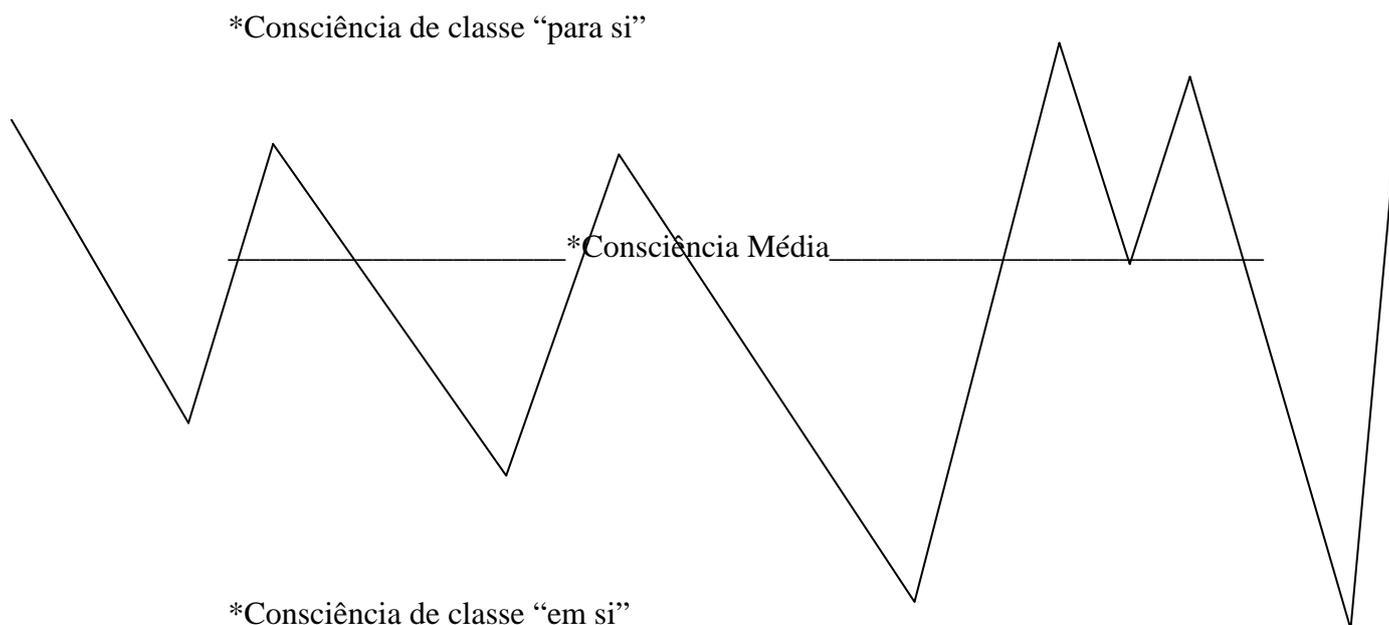
Essa variação da consciência – entre a negação e o consentimento da ordem – fica evidente no contato com as participantes desta pesquisa, a partir das entrevistas realizadas com elas e pelo convívio que tivemos com elas, durante o período em que nos inserimos na região em que vivem.

A consciência política das participantes se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem. Isso fica claro quando P1, P2, P4, P6 e P8 acreditam, por um lado, que elas e a população têm força para conquistar aquilo que almejam para suas vidas, mas, em outros momentos, delegam à prefeitura a responsabilidade de realizar as transformações que elas desejam. P6 vai além: cobra da prefeitura, mas acredita que a religião possa cumprir um papel fundamental para solucionar os problemas de sua comunidade. P3 e P5 assumem, no momento da entrevista, uma postura totalmente passiva – não acreditam na possibilidade de alterar, minimamente, o quadro social em que vivemos. P7 também assume uma posição fatalista, mas de modo diferente. Ela acredita que foi reprovada por Deus, por causa de algumas de suas atitudes ainda adolescente, quando sofreu um acidente que lhe deixou sequelas. Nesse caso, a participante acredita que Deus foi responsável por um acontecimento em sua vida, crendo que ele possa guiar seu destino. Mas, em outros momentos, P7, assim como P2, P4, P6 e P8, acreditam que o destino está nas mãos da população, que ela pode alterar a realidade posta. Mas, diferente de P2, P4 e P6, P7 acredita que cabe somente ao indivíduo isolado, um indivíduo a-histórico, realizar as mudanças que deseja para sua vida.

P8, a exemplo de P7, também acredita que as mudanças devem partir do indivíduo isolado. Uma mudança da ordem social e econômica em que vivemos dependerá de uma personalidade brilhante, da bondade de um indivíduo e assim ela cita o presidente Lula. Para P8 (assim como para P2 e P3) os direitos transformaram-se em favores. P8 acredita que o governo atual vem efetuando mudanças para a maioria da população. Isso se deve, principalmente, à figura do presidente.

Em resumo, o que pudemos observar é uma fragilidade da consciência política das participantes. Uma consciência, muitas vezes, marcada pelo automatismo que é caracterizado, segundo Wallon (1971), pela “adaptação do indivíduo às circunstâncias atuais” (p. 52). Mas também uma consciência que, por vezes, supera o automatismo prático da ação mecânica, dotando suas reflexões de um caráter mais voluntário, mais consciente, que percebem alguns traços isolados das contradições do capital sem, no entanto, compreender esses mesmos traços relacionados ao capitalismo.

De todo modo, observamos, no geral, uma consciência que se assemelha à frequência sonora de um rádio em modo digital: uma linha que sobe e desce, sons altos, graves, sons baixos e quase inaudíveis que formam uma linha incoerente, uma frequência inconstante que varia de intensidade de acordo com a sonoridade da voz.



Eu, nós e os outros: afetividade e aproximação política

Pouco se discute sobre a relação entre afetividade e política. Por isso, procuramos demonstrar, neste tópico, a partir das experiências de vida das participantes, que existe uma aproximação entre a esfera da afetividade e da política. É o que pudemos observar na análise das entrevistas com as participantes deste estudo.

As relações das participantes com pessoas próximas a elas, com quem estabeleceram relações vinculares, foram fundamentais para aproximarem essas mulheres de alguns movimentos ou ações políticas. Como afirma Heller (1987):

La afectividad de la particularidad emerge con más fuerza en la consciencia del yo. Pero también el nosotros aparece investido de la afectividad más elemental cuando el yo se identifica con él (p. 85).

A relação afetiva entre eu e os outros - os “socius (...) parceiros do eu na vida psíquica”, como denominou Wallon (1979a; p156) - ajudaram a conformar a ideia política de um nós.

P1 envolveu-se em um movimento político empreendido pelos pais da escola em que seu filho estudava, depois do falecimento de seu marido, quando se viu obrigada a sustentar sua família. Mais do que isso, a morte de seu companheiro gerou um sentimento de solidão, uma vontade de fazer novas amizades que a levou a se envolver com a comissão de pais da escola.

(...) A gente vai fazendo amizade com isso...vai conversando e não fica só na comissão de pais,né?! Porque a gente acaba...se abrindo, né?! Acaba falando...isso é bom! (P1).

P4 cresceu em uma ocupação de terra, lutou para conquistar sua casa própria e viu essa luta reverter em melhorias concretas para sua vida. Nesse contexto, ela se aproximou da associação de moradores e isso se deveu, principalmente, pela relação de proximidade com sua mãe, presidenta da entidade, que também é uma referência afetiva para ela: “O projeto de vida dela... sempre lutando, batalhando... (...) Ah, minha mãe... a favela é a filha dela” (P4).

P6 é filha de ex-usuários de droga. Seus pais se livraram das drogas quando começaram a frequentar a igreja evangélica. Essa experiência serviu para demonstrar para a participante que a religião tem um poder de transformar as pessoas. Tomando o exemplo de superação de seus pais, de pessoas que ela tem proximidade afetiva, ela aproximou-se da igreja e acredita que a religião é o melhor instrumento para combater a violência, o principal problema de seu bairro, conforme relata. Notamos, então, que a ação religiosa passa a se revestir de um caráter político.

As experiências de vida das participantes contribuíram para gerar um sentido político para suas ações cotidianas, especialmente nos casos de P1, P3, P4, P5 e P6. Nos casos de P3 e P5, especificamente, que não se envolveram, no último período, com nenhum grupo ou ação política, seja espontânea ou organizada, notamos, ainda, que a

afetividade continuou a ser uma dimensão importante da vida, que afetou, que reorganizou uma condição concreta e que gerou um sentido político de alguma espécie.

Analisando a trajetória de vida de P3 e P5, notamos como a afetividade é uma dimensão concreta da vida: a relação afetiva de P3 com seu companheiro, que a fez sair de casa e lutar para conquistar sua própria moradia, e a experiência afetiva de P5, que a fez despertar para a relação de poder à qual estava submetida.

O caso de P5 é diferente de todos os outros mencionados. A relação afetiva, especialmente com seu segundo companheiro, gerou um sentido político, pois, a partir de então, a participante passou a refletir sobre a condição de dominação a que estava submetida e, atualmente, quer se livrar da opressão machista exercida pelo ex-companheiro. Essa situação revela que a afetividade também é concreta, a partir dela podemos alterar nossa trajetória de vida e, nesse caso, contribuiu para precarizar ainda mais as condições de vida dessa participante.

P5 também conquistou sua casa própria por meio da luta, mas ela acabou sendo convencida, pelo então companheiro, a vender sua casa e foi morar em outro bairro. Atualmente paga as prestações da casa. Ela e seu companheiro se separaram e, segundo relata, tem de arcar sozinha com as despesas da casa. A partir de uma experiência afetiva, teve de reconfigurar sua vida concreta: saiu do bairro em que conquistou casa própria, teve filhos e se tornou a única responsável pela sobrevivência deles, o que faz com que ela esteja vivendo para pagar suas dívidas. Tudo isso serviu para chegar a uma conclusão: quer se livrar da opressão exercida pelo ex-companheiro.

P3 vivia em condições financeiras mais favoráveis quando morava com seus pais, mas decidiu viver com o companheiro e sair de casa, então, teve de lutar por uma moradia, para conquistar sua casa própria.

Todas essas participantes, de uma forma ou de outra, geraram um sentido político a partir de experiências de vida. Isso fica mais claro quando analisamos as trajetórias de vida de P1, P3, P4, P5 e P6. No caso de P1, P4 e P6, notamos que elas se envolveram com ações políticas por questões, primeiramente, afetivas: a necessidade de P1 fugir da solidão, a relação com a mãe que fez P4 se aproximar da associação de moradores e a superação dos pais de P6, que a fez se apropriar da religião, também, como uma forma de fazer política.

Notamos que a afetividade foi um primeiro passo para elas se aproximarem de um movimento político, mas, em todos os casos, também houve uma apropriação racional - ainda que não fosse predominante - acerca do caráter político-reivindicatório da comissão de pais (P1), da luta pela moradia (P2, P3, P4 e P6), da associação de moradores (P4) e da igreja (P6).

A ideia de nós - o nós da comissão de pais, o nós moradores do bairro, o nós da igreja - foi apropriada em determinados momentos pelas participantes, todavia, não implicou, necessariamente, no ingresso de todas elas a um grupo. Um grupo, para Wallon (1979a), é constituído por um conjunto de pessoas que se identificam e elaboram objetivos comuns, organizam-se em torno de um projeto, planejam ações e constroem intenções coordenadas. Há ainda outro movimento: que vai do grupo à classe. Para Iasi (2006; 2007), a classe traz elementos partilhados por um grupo, mas almejam mais do que um grupo.

“Quem luta por moradia, por exemplo, luta para ter onde morar, se possível no mais curto espaço de tempo. Agora, a transformação da sociedade exige um outro sujeito: a classe (Iasi, 2007; p. 35)”.

Como vimos, as participantes não almejam a transformação da sociedade, mas mudanças pontuais em suas vidas e de suas comunidades. Desse modo, podemos

considerar que não realizaram, pelo menos de maneira clara e perceptível, esse movimento que vai do grupo à classe.

Podemos dizer que P1, ao ingressar na comissão de pais, fez parte de um grupo. A escola deixou de ser apenas um espaço físico e se tornou palco da sua atividade política. P6 envolve-se com um grupo de maneira ainda mais estável e explícita: é membro da igreja, desenvolve ações políticas na instituição, e, por isso, considera-se uma “militante” (P6) da causa evangélica. A situação de P4 é distinta. Ela participa, esporadicamente, da associação de moradores, mas entende essa entidade como um órgão assistencial.

De todo modo, para P1, P4 e P6, o envolvimento nos grupos não geraram um sentido de classe. Para P1, por exemplo, a comissão de pais que fazia parte não é exatamente política. Essa comissão “Toma um pouco do meu tempo, né?! (P1) É um “ciclo de amizades, né, entre os pais...eu acho legal!”(P1). P4 frequenta a associação quando pode, pois, atualmente, prioriza cuidar de seus filhos. Como dissemos, ela entende a associação como um órgão assistencial, não de classe: “Ela [sua mãe] faz bazar, festa do dia das mães, dá roupa, cesta básica, vai atrás da assistente social pra falar das famílias que tão precisando...” (P4). P6 milita na igreja para minar a violência do seu bairro, gerada pelos moradores e pelo próprio Estado, mas sua tarefa principal é acabar com a “falta de educação de umas famílias” (P6). Desse modo, notamos que não são envolvimento que não efetuaram aquilo que Iasi (2006) reconhece como um movimento da consciência, do grupo em direção à classe. Talvez esse movimento não tenha se efetivado, pois o envolvimento nos grupos, embora carregado de afeto, era carente de uma consistência no plano da racionalidade. A relação afetiva sensibilizou algumas participantes para uma situação comum, para um problema coletivo, um

acontecimento político. No entanto, sem o elemento da racionalidade, não há continuidade das lutas, permanência no grupo, uma elevação ao nível da classe.

O sentido dos programas de transferência de renda: o direito X a “ajuda”.

Segundo Macedo e de Brito (2004), os programas de transferência de renda vêm reforçando a lógica neoliberal, calcada no assistencialismo e na responsabilização das famílias pelas tarefas que deveriam ser cumpridas pelo Estado, em um contexto em que os direitos trabalhistas vêm sendo flexibilizados e os serviços públicos essenciais, como Saúde e Educação, vêm sendo precarizados. Isso gera uma confusão ideológica, em que a população encontra dificuldades para identificar o que é favor e o que é direito, contribuindo, assim, para “travar” as lutas sociais.

Para P8, o benefício do governo, o Bolsa Família, é uma ajuda que recebe graças ao Lula, que seria um governante sensível às causas populares. Essa concepção ilustra o contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política, isto é, ela entende que é ajudada por uma personalidade ímpar – no caso, a impressão que faz do presidente, como um homem sensível e honesto, substitui o caráter programático do governo que retira os direitos e transforma-os em favores. As coisas só não estão melhores – afirma P8 – pois as pessoas que estão ao redor de Lula não são honestas e bem intencionadas como ele. Vendo-se na dependência de uma figura pública, sem perspectivas e um horizonte político que trace caminhos de superação da realidade imediata, resta a ela se contentar com o benefício que recebe do governo.

Olha filho, significa muito. Só de saber que todo dia 20 eu recebo... que com esse dinheiro eu posso comprar o remédio pro meu marido e o restante eu intero pra pagar a luz (P8)

Para P1, quando questionada se ficaria satisfeita com o Bolsa Família, ela respondeu: “Com certeza, já ajuda com meu filho” (P1).

Para P3, o “Bolsa Família: “Graças a Deus, me ajuda muito!”(P3).

Notamos que, para P1, P3 e P8 o benefício do governo é encarado como uma ajuda. P1 tenta garantir a aposentadoria do marido e P3 sequer tem um emprego registrado. P8 ganha um salário que é insuficiente para garantir sua sobrevivência e de sua família. Ela também luta para conquistar a aposentadoria do marido por invalidez. Enquanto não tem seus direitos garantidos, contenta-se com a renda que recebem do governo. Sendo o salário insuficiente, P8 reconhece que o benefício é uma ajuda: “Meu salário é muito ruim, então esse dinheiro ajuda!” (P8).

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são apropriados como uma ajuda no contexto da retirada de direitos. Uma ajuda que causa, entretanto, uma relação de dependência. Quanto mais o salário for ruim, mais o benefício torna-se necessário. Esse benefício não é um salário ou um direito, é uma ajuda. Com ela, P8 reconhece que: “melhorou um pouquinho”. Mas por outro lado, comenta: “Eu queria uma ajuda melhor, é ruim depender dos outros (...)” (P8).

P8 reconhece que o benefício financeiro do governo é uma ajuda, mas não gostaria de “depende dos outros” (P8). Por isso, para ela, o benefício só se torna um direito à medida que os direitos anteriores, como o INSS, não estão sendo garantidos.

Se meu marido tivesse recebendo, eu acho que não é direito, aí deixava a oportunidade para outro. Eu penso desse jeito! Porque se juntasse o meu salário com o dele, eu acho que, com mil reais, eu acho que a gente vivia... (P8).

Para P4, o benefício que recebe “não é muito, mas pelo pouco que ganha dá pra comprar coisas pros filhos” (P4). A renda transferida para P4, segundo ela, é pouco diante de suas necessidades concretas de vida: “O dinheiro que eu recebo é pouco (...)” (P4). O que ela gostaria mesmo é “(...) Ter um padrão de vida melhor, tá estudando, arrumar um outro trabalho (...)” (P4).

Os programas de transferência de renda ferem a dignidade de algumas participantes, que, em vez de ajuda, gostariam de ver seus direitos garantidos. Assim, P2 afirma: “Se eu tivesse dinheiro não ia pedir nada pros outros não... Ia comprar minhas coisas” (P2). P2, beneficiária do programa estadual de transferência de renda, o Renda Cidadã, declara não ter uma renda mínima:

Condição de vida eu não tenho, não tenho nada, não tenho dinheiro no banco, não tenho uma renda mínima, vou definir o quê? (...) Quando trabalhava tinha uma vida melhor (P2).

Além de ser um paliativo, os programas de transferência de renda caracterizam-se como um remédio ineficaz contra os males causados pelo próprio Estado, pela política neoliberal vigente. A solução dos problemas de P2 passam pela garantia de seus direitos, como um salário, sua aposentadoria e melhores condições de moradia.

Diante disso podemos identificar outro aspecto negativo dos programas de transferência de renda. Como afirma Draibe (2006) e Macedo e de Brito (2004), esses programas têm um caráter seletivo, que pode contribuir para gerar concorrência entre a população. Esse fenômeno fica claro na passagem abaixo:

Igual eu vi na televisão uma reportagem de uma mulher que recebe o Bolsa Família e não precisava... Eu tenho um filho e recebo 90 reais...presta atenção: ela podia deixar pros que mais precisam... na minha rua tem um monte de gente que precisa... Mas o povo não pensa assim... (P8)

A seletividade do programa contribui para fomentar a hostilidade entre os trabalhadores e os próprios beneficiários e cadastrados no programa, ausentando o Estado da sua responsabilidade.

Ainda sobre os programas e o ciclo da pobreza...

Os beneficiários dos programas de transferência de renda representam a maioria da população, seus anseios são de uma maioria desassistida, seus dilemas e problemas cotidianos estão relacionados à esfera da sobrevivência. As mulheres participantes desse estudo são representantes das classes oprimidas, os desempregados que trabalham desde criança, os trabalhadores informais que trabalham todos os dias para sustentar suas famílias, as pessoas que vivem com um salário de miséria, sem direitos, lutando para sobreviver.

Observa-se a inalienável marca de suas histórias. A pobreza marcada para toda vida, a carga afetiva que carregam por terem sido excluídas social e economicamente desde o dia em que nasceram. O ciclo da marginalidade econômica instaurado até os dias de hoje demonstra com clareza que a ascensão social não é regra e, sim, exceção em uma sociedade em que a desigualdade social demarca o padrão de relacionamento, de desenvolvimento e do cotidiano da maioria da população. O que ouvimos das participantes retrata um ciclo de vida que é comum no capitalismo. Incomum são aqueles que vivem uma infância despreocupada com o trabalho, com a renda familiar. Incomum é a vida das pessoas que tiveram a oportunidade de passar sua infância sem se preocupar com a própria sobrevivência e dos seus pares.

Pudemos observar que existe uma similaridade entre as histórias de vida dessas mulheres: todas são pobres, vivem na marginalidade lutando para sobrevivência, não tiveram muitas oportunidades de estudo e de trabalho. De todo modo, ainda assim, conhecendo a trajetória de vida dessas pessoas, notamos que elas são parecidas sem serem coletivizadas, sem serem partilhadas. O partilhamento dessas histórias de vida, para construção de uma memória histórica coletiva, contribuiria para o que Iasi (2006; 2007) caracteriza como um movimento que vai do grupo à classe. Martín-Baró (1998; 2000) faz uma análise semelhante à de Iasi. O que esses dois autores têm em comum é

que ambos consideram o resgate da memória histórica um elemento fundamental para emergência de um sentimento de classe.

E o que percebemos é que, sem esse sentimento, sem a identidade histórica, sem a emergência de uma consciência de classe “para si”, as histórias de vida semelhantes entre as mulheres, repetir-se-ão com seus filhos, uma nova geração que vive, em seus aspectos fundamentais, como a geração passada.

Atualmente notamos que os filhos dessas mulheres estudam em escolas públicas, alguns estão fora das creches e acompanham suas mães pelas suas caminhadas. Algumas crianças dessas famílias já trabalham nos semáforos, pedem esmolas, cuidam dos afazeres domésticos e dos irmãos mais novos porque a mãe e o pai têm de trabalhar. Algumas crianças são órfãos de pais porque estes não assumiram a paternidade, o que traz ainda mais problemas no trato com a sobrevivência. Essas crianças, assim como na infância de seus pais, alternam seu tempo entre o lúdico e a supressão das necessidades mais básicas. Serão essas crianças futuros usuários dos programas de transferência de renda? O que serão essas crianças, seus pais e suas mães futuramente? Viverão da mesma maneira como vivem atualmente? Até quando esse círculo vicioso?

Para finalizar, uma breve reflexão sobre gênero e as políticas de transferência de renda.

Nosso foco foi compreender o impacto dos programas de transferência de renda sobre a consciência política dos beneficiários desses programas. No curso desta investigação deparamo-nos com um dado interessante: a grande maioria dos responsáveis pelos benefícios - que devem beneficiar toda a família - são as mulheres. Realizar um estudo sobre a questão do gênero e sua relação com os programas assistenciais, isto é, pensar por que as mulheres são eleitas as principais responsáveis pela distribuição de renda e a finalidade política desta proposta, seria um tema

complexo que demandaria outro estudo. Desse modo, limitamo-nos a realizar algumas reflexões pontuais acerca dessa questão.

Como discutimos em alguns momentos neste trabalho, por razões históricas, as condições de vida e de trabalho das mulheres são mais precárias se comparadas a dos homens, que encontram mais facilidade para se inserir no mercado, com melhores condições salariais, ocupando os postos de trabalho mais qualificados. A divisão sexual do trabalho gera consequências negativas para a vida da mulher, que ainda sofre com a tripla jornada de trabalho: cresce o número de mulheres que chefiam famílias, que buscam uma melhor inserção no mercado de trabalho e, por isso, estudam ao mesmo tempo em que cuidam dos filhos e ainda são, muitas vezes, as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas.

Alguns indicadores sócioeconômicos demonstram que, a despeito do esforço da mulher em realizar as tarefas no âmbito da vida pública e privada, suas condições de vida e de trabalho continuam mais precárias do que a dos homens. A taxa de desemprego do Estado de São Paulo, em 2008, por exemplo, era de 6,6% a mais de mulheres em relação aos homens. Nesse mesmo período, no município de Campinas, local em que realizamos nosso estudo, a discrepância entre mulheres e homens desempregados era de 3,3% (Dieese, 2008). Nessa cidade, a taxa de desemprego total feminina era de 14,2% enquanto a masculina de 9,1% (Dieese, 2008).

Segundo o Mapa de inclusão/exclusão de Campinas, o número de mulheres responsáveis pelo domicílio é de 22,98%. Nos bairros com maior índice de exclusão social, 18% em média das mulheres responsáveis pelo domicílio são analfabetas (PMC, 2004).

Para os bairros com maior índice de exclusão social, a média de mulheres sem rendimento é de 21,3% e nas localidades em que índice de exclusão social é menor, a média é de 3,6% (PMC, 2004).

Esses dados confirmam uma realidade vivida por todas as participantes de nosso estudo. Das oito mulheres entrevistadas, apenas duas estão empregadas, ainda assim, exercem funções não qualificadas (faxineira e cozinheira). As outras seis participantes fazem “bicos”, exercendo atividades domésticas, ou seja, não tem rendimento fixo. Quatro das oito participantes chefiam suas famílias. Das oito participantes, a que mais estudou não completou o ensino médio.

Essa é a realidade dessas mulheres e de milhares espalhadas pelo nosso país, que também são beneficiárias dos programas de transferência de renda e, mesmo assim, continuam a viver da maneira como viviam, passando pelas mesmas dificuldades de antigamente, atoladas em tarefas e responsabilidades familiares, buscando um trabalho melhor, desafiando a sobrevivência e lutando pelas suas vidas e de seus filhos.

RETOMANDO A TESE...

Defendemos a tese de que os programas de transferência de renda emergem em um contexto psicossocial de dominação política de uma classe sobre a outra e confundem a população acerca do que é favor e do que é direito, isentando o Estado de responsabilidade, culpabilizando as famílias pelas condições concretas que estão submetidas e fomentando a disputa por migalhas. Tudo isso enfraquece laços de coletividade, gerando um sentimento de resignação e propagando o fatalismo. Sendo assim, os referidos programas configuram-se como um “freio” para a consciência de classe, ainda que esse processo seja marcado por idas e vindas, avanços e retrocessos da consciência.

Com base nas informações de que dispusemos, avaliamos que a tese proposta é passível de defesa, é atual e pode ser enquadrada na realidade em que vivemos. Partimos de uma constatação referendada pela literatura especializada, que demonstra que os programas assistências emergem em um contexto psicossocial de dominação política de uma classe sobre a outra. A partir do referencial teórico que utilizamos ao longo deste trabalho, pudemos observar que os programas de transferência de renda emergiram no país, especialmente, com o neoliberalismo e se propagaram nas duas últimas décadas, em um contexto em que os direitos essenciais da população estão sendo desrespeitados, em um período em que o assistencialismo voltou com mais força no cenário nacional, principalmente, com a eleição do governo Lula - um dos principais responsáveis pela expansão desses programas assistenciais.

A tão falada política contra a pobreza vem sendo implementada no Brasil com base nos programas assistenciais de transferência de renda. Esses programas vêm reforçando a lógica neoliberal, calcada no assistencialismo e na responsabilização das famílias pelas tarefas que deveriam ser cumpridas pelo Estado, em um contexto em que

os direitos trabalhistas vêm sendo flexibilizados e os serviços públicos essenciais, como Saúde e Educação, vêm sendo precarizados. Esses programas, de eficácia muito duvidosa no combate à pobreza, reforçam características históricas do Estado brasileiro, como o paternalismo e o coronelismo. Esses fenômenos podem ser constatados pelo uso instrumental desses programas para fins eleitorais.

Partindo de uma análise conjuntural sobre o contexto político brasileiro, pudemos compreender como os programas de transferência de renda forjam um sentimento de resignação e propagam o fatalismo, configurando-se como um “freio” para a consciência de classe. Vejam que estamos afirmando que os programas assistencialistas contribuem para amenizar as lutas sociais, mas, de forma alguma se constituem como o único elemento que caracteriza o patamar atual da luta de classes. Trata-se de um elemento na complexa engrenagem política e econômica do capitalismo vigente.

Notamos, a partir daquilo que as participantes relataram, que os programas de transferência de renda geram um sentido de ajuda. Em um cenário em que os direitos tornam-se favores, os programas de transferência de renda contribuem para fazer a ampla camada de beneficiários, espalhados por todo o país, crer em um Estado bem feito, que ajuda os mais necessitados, que concede uma renda aos que mais precisam. Isso ofusca a consciência política da população que está inserida nesses programas. Ofusca o caráter de classe de um Estado que serve, tradicionalmente, a poucas famílias do país. Sendo assim, as participantes não associaram, diretamente, as retiradas de seus direitos, as precárias condições do posto de saúde, da escola do seu bairro, de suas moradias e empregos, com a ação do Estado. O Estado aparece na consciência das participantes como um agente externo - um agente que reconhecem não contribuir para

que elas melhorarem suas condições de vida. Por outro lado, agradecem as ajudas recebidas pelo Bolsa Família e pelo Renda Cidadã.

Embora esses programas assistenciais ajudem - conforme pudemos observar na fala das participantes - eles não suprem as necessidades imediatas. Eles geram um incômodo nas participantes, que não gostariam de “depender dos outros”. Preferem ter seus direitos garantidos. Mas o problema é que elas parecem não saber mais, ao certo, quais são seus direitos. Tudo tem se tornado uma questão de favor - uma das participantes espera receber ajuda de políticos e entidades assistenciais para terminar de construir sua casa, a outra participante afirma que vive do benefício e de caridades. Elas vivem com a ajuda dos outros e, dessa maneira, os programas de transferência de renda se constituem como uma ajuda a mais, dentre tantas outras.

Notamos, portanto, que os programas de transferência de renda fomentam o fatalismo de alguém que espera, passivamente, receber uma ajuda a mais do governo. O Estado está educando a maioria da população para ela ser espectadora da realidade. É claro que isso ocorre em termos relativos, uma vez que a consciência se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem. De todo modo, os programas de transferência de renda se constituem como uma política intencional do Estado, para apaziguar conflitos sociais e, ainda o caráter focalista e seletivista desses programas contribui para jogar os trabalhadores uns contra os outros, como pudemos observar no relato de uma das participantes, quando ela critica uma pessoa do seu bairro que recebe o Bolsa Família sem precisar desse benefício para sobreviver. Isso demonstra, entre outras questões, que o direito ao benefício é daquele que não tem condições de viver sem ele. O direito à renda torna-se um direito de quem vive na miséria. Com isso, vemos um rebaixamento das perspectivas para alcançarem melhores condições de vida. Um salário um pouco melhor, uma casa um pouco melhor ou um emprego, mesmo

precarizado, parece ser o bastante. Quando muito, as participantes sonham em serem donas do próprio negócio. Mas tratam essa aspiração como um sonho. Tratam a conquista de direitos como um sonho. Nesse sentido nós nos questionamos: a que serve os programas de transferência de renda?

Trata-se de uma política contra a pobreza que revela uma pobreza da política, que reforça uma cidadania rasa, limitada aos favores de um ou outro político bem intencionado. Uma das participantes reconhece que recebe o benefício graças ao Lula, um presidente honesto que quer o bem da maioria da população, mas que não pode fazer mais por ela, pois vive ao redor de pessoas mal intencionadas.

Com esses elementos, podemos afirmar que os programas de transferência de renda constituem mais um elemento que contribui para “frear” a consciência de classe, para “travar” as lutas das classes oprimidas, para individualizar os fenômenos sociais e personalizar a política. Evidentemente que esse processo está marcado por idas e vindas, avanços e retrocessos da consciência política. Por isso é que as participantes conseguem realizar críticas ao próprio programa de transferência de renda que são submetidas, aos governos que, supostamente, as representam e a algumas entidades políticas, como a associação de moradores. Elas também participaram de algumas ações política com a finalidade de garantir e conquistar direitos.

Essas mulheres identificam os problemas que vivem coletivamente, sabem o que é bom e ruim para suas vidas, mas lhes falta um impulso coletivo que transforme essa indignação em movimento político consciente e organizado.

Em geral, pudemos observar que o sentimento de indignação está presente na consciência de todas as mulheres. É consenso que a vida não está fácil e que é preciso melhorar. Mas o grande desafio é transformar as ideias em ação. É transformar esse sentimento de indignação em processo político para transformação da realidade.

A consciência das participantes se movimenta do fatalismo à reivindicação e da indignação à resignação. Esse movimento contraditório é reforçado por uma confusão ideológica sobre o que é direito e o que é favor. Os programas de transferência de renda cumprem esse papel de confundir os beneficiários. Enquanto as participantes veem seus direitos serem retirados, estando impedidas, inclusive, de se organizarem politicamente em seus locais de trabalho, entendem a ação do Estado como uma ajuda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisa Participante: a pesquisa em movimento.

A pesquisa participante não se caracteriza, simplesmente, pela inserção do pesquisador no campo de investigação. Se essa inserção não é participativa, não caracteriza um envolvimento, não é interação, ela não se configura como uma pesquisa participante, nos moldes como ela foi pensada. Ela foi pensada, segundo Sawaia (1987), no bojo dos movimentos sociais com um caráter político que se contrapõe à neutralidade científica, ao positivismo, à postura autoritária do pesquisador, que se coloca em uma posição de que tudo sabe. Para Jiménez-Dominguez (2002), a pesquisa participante é caracterizada, em primeiro plano, por uma postura ético-política que o pesquisador assume, não somente diante do contexto da pesquisa, mas também perante as informações que obtém nesse mesmo contexto.

Segundo Sawaia (1987) e Jiménez-Dominguez (2002), a pesquisa participante engloba várias perspectivas. Por isso, precisamos nos situar diante de tantas possibilidades. Assumimos ao longo deste trabalho, a pesquisa participante de tradição latino-americana, que se preocupa em não confundir ativismo político com pesquisa, ao mesmo tempo, não tem a pretensão – ingênua – de que podemos efetuar uma separação rígida entre ciência e política.

Assim como Freire (1989) e Martín-Baró (1998), acreditamos que não há possibilidade de realizar uma separação entre os valores políticos que assumimos para a vida e a construção de uma investigação científica que produzimos como acadêmicos. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa participante carregada de intencionalidade, com uma proposta de atuação, com a participação cotidiana, política e profissional, no espaço em que a pesquisa foi realizada.

Sob essa perspectiva metodológica, procuramos desenvolver uma investigação com base no materialismo histórico e dialético, no formato de uma pesquisa qualitativa. Esse formato não se confundiu com uma fórmula, buscou se livrar de pressupostos, mas também se preocupou em interpretar as informações tomando como ponto de partida a bagagem política, profissional e teórica do pesquisador. E não poderia ser diferente... Cada um desenha a pesquisa de acordo com os valores que assume. No entanto, buscamos suspender esses valores em alguns momentos, para entender o sentido das informações que as participantes nos passaram, no momento das entrevistas.

As entrevistas tiveram um caráter dinâmico e dialógico. Buscamos fazer da análise dessas entrevistas um momento de interação com as participantes. Tarefa que não foi fácil. Foi preciso ler e reler as informações. Construir e desconstruir as unidades de sentido e categorias de análise.

Em uma pesquisa participante, não se leva em conta apenas aquilo que o participante comunica ao pesquisador no momento das entrevistas. Segundo Sawaia (1987), na pesquisa participante o momento empírico envolve as relações cotidianas que o pesquisador realiza com o contexto de investigação. Sendo assim, pudemos tomar contato com as participantes em diferentes ocasiões – em reuniões na escola, em conversas sobre seus filhos, no CRAS, nas ruas da comunidade. Conhecíamos as participantes como pessoas, como agentes comunitárias, como mães e beneficiárias dos programas de transferência de renda. Isso tornou ainda mais complexa a análise das informações, pois pudemos entender o contexto das informações das entrevistas, tínhamos condições de analisar outras dimensões da vida dessas participantes. Diante de um convívio com elas, nós nos perguntamos: O que será que elas quiseram dizer com isto ou aquilo? Essa era uma pergunta que nós fazíamos a nós mesmos, buscando interpretar as informações de que dispúnhamos.

A análise de algumas dimensões da vida de oito participantes, trouxe-nos uma riqueza de dados que nos permitiram estabelecer relações com o universo em que elas vivem e revelou perspectivas teóricas que vão além do plano empírico e imediato. Para tanto, foi preciso entender o movimento que uma pesquisa participante exige, reconhecer os erros e limitações do pesquisador, entender que existem outras possibilidades de analisar aquilo que analisamos. No dia a dia das comunidades, participando do contexto de pesquisa, observamos o movimento da consciência das participantes e da nossa própria consciência. Quanto mais informações adquiríamos, mais complexa tornava-se a análise que empreendemos. A pesquisa participante nos permitiu captar um movimento circunstanciado, limitado, mas vivo, singular e, ao mesmo tempo, genérico.

O psicólogo em contextos não tradicionais: limites e possibilidades na construção da pesquisa participante.

Segundo Parker, Spears e Parker, a psicologia como profissão nasce da necessidade de dar um tom científico (e ideológico) para o problema do ajustamento, com o objetivo de construir, de um lado, a imagem do aluno aplicado e do trabalhador esforçado; e de outro lado, a necessidade de caracterizar e culpabilizar os desajustados para formatá-los às regras do mercado (Parker, 2008; Spears e Parker, 1996).

Martín-Baró (1997; 1998) reconhece que a profissão de psicólogo nasceu para alimentar uma moral instituída pelo sistema capitalista, que está presente em todas as dimensões da vida cotidiana e passa a exercer impacto sobre as consciências, sobre a formação de juízos e valores. Para o autor, a ideologia da classe dominante fomenta a discórdia, joga uns contra os outros, forja um sujeito encapsulado, um cidadão pacato, que acredita ser autossuficiente, fomenta a indiferença e a hostilidade.

Inseridos em uma profissão que, hegemonicamente, fomenta o individualismo, a competitividade e a hostilidade contra o que é público e coletivo, juntamente com uma ciência psicológica construída pelo olhar das classes dominantes, surge uma questão: qual impacto que essa psicologia exerce na realidade das classes populares, sendo ela dotada de um arsenal técnico que não se aplica, coerentemente, à realidade dessas populações?

Com essa questão em mente surge um movimento crítico operado por psicólogos em todas as partes do mundo, em especial, na América Latina, com a psicologia social comunitária (Martín-Baró, 1998; 2000; Montero, 2004), no próprio EUA com o movimento preventivista (Albee, 1986; Albee & Gulota, 1997; Bloom, 1996 e Prilleltensky 1994) e na Europa, especialmente, com Parker (2008). No Brasil também com a psicologia social comunitária (ver, por exemplo, Freitas, 1998), na área das políticas sociais (Yamamoto, 2003) e da psicologia escolar e educacional, por exemplo, com os trabalhos de Guzzo (2005; 2007a) e Patto (1993; 1997).

Esses trabalhos citados indicam perspectivas concretas no processo de construção de uma psicologia crítica. Eles revelam a complexidade da psicologia como ciência e profissão, o aparecimento de novas áreas de atuação, reconfigurando os modelos teóricos e metodológicos tradicionais. Segundo Pereira e Pereira Neto (2003) houve, especialmente nas últimas décadas, um empenho na construção de uma psicologia que atendesse aos interesses coletivos e aos anseios das populações marginalizadas - o que revela uma ruptura parcial com o modelo que engessa a profissão e a sufoca dentro das quatro paredes de um *setting* clínico tradicional.

Para Dimenstein (2000), Yamamoto, Câmara, Silva e Dantas (2001), o movimento operado pelas diferentes tendências críticas da psicologia, algumas das quais citadas anteriormente, não foram capazes, entretanto, de dirimir a hegemonia do

modelo dominante, de forte ranço classificatório e excludente. Como lembra Martín-Baró (1997), a construção de uma psicologia crítica esbarra, muitas vezes, na dificuldade de transformar o conhecimento acumulado em uma prática profissional coerente.

Mesmo com a consolidação de uma camada crítica de psicólogos, das transformações que a profissão sofreu, bem como da inserção destes profissionais em espaços públicos e em outros contextos de atuação não tradicionais, o modelo tradicional de psicologia ainda é a marca da profissão e da ciência no Brasil. É por isso que Yamamoto e cols (2001) concluem, em um estudo sobre as práticas psicológicas que, embora a profissão tendo sofrido alterações ampliando seu campo de interferência na sociedade e inserindo-se em diferentes áreas, as novidades se refletem mais nos espaços que o psicólogo passou a ocupar, do que, necessariamente, no modelo de intervenção que utiliza.

É verdade que a ampliação dos espaços diferenciados de atuação que fogem ao contexto tradicional de intervenção psicológica foi uma conquista dos psicólogos e representou uma popularização da psicologia como uma profissão cada vez mais presente em diferentes esferas da vida social, individual e coletiva. Para Yamamoto e cols e Pereira e Pereira Neto, os psicólogos conquistaram o direito, ainda com limitações bem claras do ponto de vista da valorização e remuneração profissional, de trabalharem em escolas públicas, em unidades básicas de saúde, em programas governamentais, em organizações não governamentais, nos centros de atenção psicossocial, etc. (Pereira & Pereira Neto, 2003; Yamamoto e cols, 2001).

Fazemos parte desse cenário caracterizado pela tensão entre novas e velhas perspectivas da psicologia. Acreditamos que compomos as fileiras dos psicólogos que buscam construir outra psicologia, em contraposição ao modelo hegemônico. Lutamos

para nos inserir em espaços não tradicionais de atuação profissional, como a escola, o CRAS e as comunidades, buscando não apenas uma inserção nesses espaços diferenciados, mas uma prática diferenciada. Entretanto, encontramos dificuldades para seguir contra a corrente ideológica da psicologia dominante. No município em que atuamos, por exemplo, não há psicólogos escolares inseridos na rede pública. Inserimos nesse espaço por meio de um projeto de extensão universitária. Isso traz desafios para nossa prática profissional e coloca barreiras para desenvolvimento de nossas pesquisas. Não ser reconhecido como profissional efetivo de uma escola pública - espaço em que nos inserimos e, a partir daí, tomamos contato com o CRAS e com a comunidade - coloca-nos em uma situação de instabilidade profissional. A cada ano há a incerteza de se poder continuar naquela região, com aquela comunidade, trabalhando juntamente com as instituições públicas inseridas naquele contexto. A cada mudança de governo, do corpo da direção da escola, um novo projeto político que pode ou não aceitar o psicólogo na rede escolar e comunitária. E mais ainda: sentimos que há uma exigência para que os psicólogos atuem para legitimar o quadro de exclusão social, culpabilizando as famílias pobres pela própria condição de pobreza. Não aceitar esse papel que nos é designado pelo senso comum, nos traz ainda mais problemas para continuar presente na escola e nas instituições públicas. Então, podemos compreender as dificuldades que encontramos para elaborar uma pesquisa participante. Ou serão essas dificuldades elementos que constituem nossa pesquisa participante?

Acreditamos que as dificuldades que enfrentamos fazem parte da construção teórica, científica e política que queremos para a psicologia. A instabilidade profissional, as dificuldades de permanecer no campo de pesquisa, os embates ideológicos com governos e instituições, os limites que estes impõem para realização de nossa pesquisa, tudo isso faz parte da nossa história.

Enquanto isso, estamos inseridos na escola em contato com outras instituições públicas, entendendo que a inserção do psicólogo nesses espaços não garante a construção de um fazer psicológico contra-hegemônico, mas é parte do projeto.

Horizontes de pesquisa.

Toda pesquisa deixa um rastro, questões abertas, feridas não cicatrizadas, reflexões bem elaboradas, mas também análises insuficientes que precisam ser melhores trabalhadas no futuro.

Pesquisar é um ofício que exige paciência, tempo e persistência. Pesquisar faz a consciência movimentar-se em direção a lugares desconfortantes, de difícil compreensão. Por isso, nossa pesquisa não supriu todas nossas inquietações, pelo contrário, gerou mais perguntas. Pesquisar também se constitui como um projeto de continuidade, de acúmulo prático e teórico em que o pesquisador vai estabelecendo novos horizontes de investigação científica.

A presente tese de doutorado encerra-se aqui, mas nossa atividade científica se renova a partir dela. A identificação de potencialidades e debilidades presentes nesta tese de doutorado nos ajudaram a construir um horizonte de pesquisa para os próximos anos e, quem sabe, para toda a vida.

Buscamos compreender a movimento da consciência de classe de beneficiários de transferência de renda, em um determinado tempo e contexto. Acreditamos que, durante o tempo dedicado a essa pesquisa, obtivemos avanços no campo teórico que nos permitiram avaliar quais questões devemos nos aprofundar em nossa caminhada acadêmica. Um dos pontos a serem refletidos com mais profundidade é o impacto da afetividade na política e da política na afetividade. O que sensibiliza os sujeitos a aderirem a um projeto político-genérico? Quais elementos da individualidade estão envolvidos na aproximação com a política, com a coletividade?

Esboçamos uma reflexão sobre essas questões, da relação entre afetividade e política, mas acreditamos que podemos avançar muito mais nessa matéria. Para tanto, um dos caminhos teóricos seria estabelecer uma relação entre o legado da psicologia soviética (da própria psicologia de base marxista e mesmo da psicanálise) e o estudo da consciência de classe.

O estudo sobre a relação entre afetividade e política também inclui uma investigação acerca do papel das emoções na constituição de uma consciência de classe. Isso nos leva a reconhecer a importância de compreender a dimensão da estética, como um fenômeno que torna possível um estudo sobre a relação entre o racional e o emocional na tomada da consciência.

Outra questão que devemos nos aprofundar, a partir das reflexões que realizamos neste trabalho, refere-se aos movimentos da consciência de classe e suas diferentes formas de manifestação. O que representa, para a psicologia, o conceito “grau de consciência”, amplamente difundido pelo marxismo? É possível estabelecer graus de consciência? De que forma?

Nessa perspectiva e com essas preocupações, devemos seguir estudando a consciência de classe dos beneficiários dos programas de transferência de renda e de outros setores oprimidos da sociedade. Devemos nos preocupar com uma análise mais minuciosa sobre o impacto de programas assistenciais na consciência dessa população. Há outras temáticas de estudo, que avaliamos ser importantes, a partir do presente trabalho: o impacto da ideologia sobre a consciência de si, dos outros e da classe; o papel da religião e dos meios de comunicação na constituição de uma consciência particular e genérica.

Outras questões surgiram no decorrer do nosso estudo, tais como: por que as participantes vivenciaram uma experiência de luta – a ocupação de terra – e atualmente

não encontram saídas coletivas para garantir seus direitos? Qual é o impacto de uma experiência de luta? Qual é o papel da memória histórica no processo de constituição de uma consciência de classe? Quais elementos sociais, políticos e econômicos podem contribuir ou não para resgatar a memória histórica?

As participantes dessa pesquisa não perderam a capacidade de indignação. Mas como a indignação pode se transformar em ação? Como uma ação individual pode se transformar em uma ação coletiva? Como uma pessoa pode contagiar outras?

São muitas perguntas e poucas respostas. Esperamos responder a algumas delas daqui para frente, em nossa trajetória como pesquisador...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albee, G. W. (1986). Advocates and adversaries of prevention. In: M. Kessler e S.E. Goldston (orgs.). *A decade of progress in primary prevention*. (p. 309-332). Hanover: University Press.

Albee, G. W; Gullota, F. P. (1997). *Primary prevention works*. London: Sage.

Antunes, R. (1982). *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil. Da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora*. São Paulo: Cortez/Editores associados.

Antunes, R. (2008). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. Em M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo* (2ª Ed.), 41-51.

Arbex Júnior, J. (2005). O grande partido do país. Em *Revista Caros Amigos*, 9 (26), 18.

Altman, F. (2004). Karl Marx. Entrevistado por R. Landor. Em *A Arte da Entrevista*. (trad. Inês Antonia Lohbauer, Maria dos Anjos Santos Rouch, Rosanne Pousada). F. Altman (org.). São Paulo; Boitempo.

Bettelheim, C. (1979) *A Luta de classe na URSS. Vol. 1.* (trad. Bolívar Costa) Rio de janeiro: Paz e Terra.

Bettelheim, C (1983). *A Luta de classes na URSS. Vol.2.* (trad. Flávio Pinto Vieira) Rio de janeiro: paz e Terra.

Boito Júnior, A. (1999). *Política, neoliberalismo e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.

Bloom, M. (1996). *Primary prevention practices*. London: Sage.

Boito Júnior, A (2003). A hegemonia neoliberal do governo Lula. Em *Crítica marxista*, 17, 12-36.

Buoro, A. B; Schilling, F; Singer, H; Soares, M. (1999). Em *Violência urbana: Dilemas e desafios*. São Paulo: Editora Atual, 11-22.

Campos, A; Pochmann, M; Amorin, R; Silva. R. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. Vol. 2. São Paulo: Cortez.

Conselho Federal de Psicologia (2006). Resolução CFP nº. 016/00. *Código de ética em pesquisa*.

Conselho Nacional de Pesquisa (1996). Resolução conselho nacional de pesquisa. Lei 1996/96. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>

Costa, A. S. (2005). *Psicólogo na escola: avaliação do projeto “vôo da águia”*. Dissertação de Mestrado em psicologia. PUC-Campinas.

Costa, G. M (2005). *Trabalho, individualidade e pessoa humana*. Tese de doutorado em serviço social. Universidade Federal de Pernambuco.

de Faria, L. R. (2008). Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção. *Tese de doutorado*. Programa de pós-graduação em psicologia, PUC-Campinas.

Dieese. (2008). Pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo: Dieese.

Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. Em Revista *Estudos de Psicologia*, 5 (1), 95-121.

Draibe, S. M. (2006). Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa Familia. Em E. Cohen y R. Franco (org.). *Transferencias con corresponsabilidad*. Uma mirada latinoamericana. México D.F: FLACSO.

Duarte, N (1993). *Individualidade para si. (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)*. Campinas: Editores Associados.

Duarte, N. (2000). A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. Em *Educação & Sociedade*, 71, 79-115.

- Duarte, N. (2004). *Formação do Indivíduo, Consciência e alienação. O Ser Humano na Psicologia de A. N. Leontiev*. Em, Caderno Cedes, 62 (24), 44-63.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia*. (trad. Luís Carlos Borges e Silvana Vieira). São Paulo: Boitempo.
- Eagleton, T. (1999). *Marx e a liberdade*. (Trad. Marcos B. de Oliveira). São Paulo: UNESP.
- Engels, F. (1876/2004). *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Em R. Antunes (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.
- Engels. (1884/s/d). *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. (trad. Ciro Mioranza). São Paulo: Escala.
- Euzébios Filho, E; Guzzo, R.S.L. (2002). O processo de desenvolvimento da criança pela visão de pais e professores. *Resumos do VII encontro de iniciação científica da PUC-Campinas*. 89-89.
- Euzébios Filho, A; Guzzo, R.S.L. (2003). Construindo bases para a prevenção primária no Brasil: avaliação do professor. *Resumos VII encontro de iniciação científica da PUC-Campinas*, 128-128.
- Euzébios Filho, A; Guzzo, R.S.L (2006). Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. Em *Revista Temas em Psicologia*, 14 (2), 125-142.
- Euzébios Filho, A; Guzzo, R. S. L. (2007). A desigualdade social vista por seus atores. Em, I. O, Dobles; S. B. Arróliga e V. L. Zuñiga eds.). *Psicologia de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal*. San José: UCR, 336-352.
- Euzébios Filho, A; Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. Em *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 35-44.

- Euzébios Filho, A. (2007). *Consciência, ideologia e pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social*. Dissertação de Mestrado em psicologia. PUC-Campinas.
- Fonseca, A. M. M. (2007). O programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. Em, E. M. Rico (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. (5ª ed.). 131-155. São Paulo: Cortez.
- Frederico, C. (1979a). *Consciência operária no Brasil. Estudo com um Grupo de Trabalhadores*. São Paulo: Ática.(2ª Ed.).
- Frederico, C. (1979b). *A Vanguarda Operária*. São Paulo: Símbolo.
- Freire, P (1989). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P (2001). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (9ª Ed). São Paulo: Paz e Terra.
- Freitas, M. F. Q (1988). Psicólogos na Comunidade: Importância e Orientação do Trabalho Desenvolvido. Em *Psicologia: teoria e pesquisa*, 3 (4), 236-248.
- Freitas, M. F. Q (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades. Em *Psicologia reflexão e crítica*, 1 (11), 183-202.
- Freitas, M. T. A. (2002). A Abordagem Sócio-Histórica como Orientadora da Pesquisa Qualitativa. Em, *Cadernos de Pesquisa*, no.16, 21-39.
- Galvão, I. (1995/2003). *Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil* (12ª ed). Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (1995) *Comunicación, Personalidad y desarrollo*. Habana: Pueblo y Educación.

González Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa em psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ.

González Rey, F. (2009a). La significación de Vygotsky para La consideración de lo afectivo em la educación: las bases para La cuestión de La subjetividad. Em *Actualidades investigativas en Educación*, 9, 1-24.

González Rey, F. (2009b). A re-examination of defining moments in Vygotsky's work and their implications for this continuing legacy. Em *Journal mind culture and activity*.

González Rey, F, Mitjáns, A. M. (1989) *La personalidad: Su Educación y desarrollo*. Habana: Pueblo y Educación.

Góis, C. W, L (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de estudos psicossociais.

Guilhon, M. V. M; Almada Lima, V. F. S. (2008) A política de trabalho e renda no Brasil: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão. Em M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo* (2ª Ed.), 161-186. São Paulo: Cortez.

Guzzo, R. S. L; Lacerda Júnior, F; Cattini N; Gorchacov, R. M. F; Ito, P. (2002). *Um censo Comunitário: finalidades, dificuldades e contribuições para o conhecimento da realidade*. Em I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo.

Guzzo, R. S. L.; Santos, A. L.; Euzébios Filho, A; Faria, D. B. ; Lacerda Júnior, F. ; Baeta, F. ; Silva, M. P. C. ; Tizzei, R. P. ; Gorchacov, R. M. F. ; Balbinot, T. Z. ; (2002). Playing with children, thinking about life, and projecting the future. Em *25th International School Psychology Colloquium*, Nyborg, Dinamarca. . Nyborg, Dinamarca : ISPA, 53-53.

Guzzo, R. S. L. (2004). *Construindo bases para a prevenção primária no Brasil*. Relatório técnico: CNPq.

- Guzzo, R. S. L. (2005). Escola Amordaçada: Compromisso do Psicólogo com este contexto. Em, A. Mitjáns (org.), *Psicologia escolar e compromisso social*. Campinas: Alínea, 17-30.
- Guzzo, R.S.L. (2007a). Desenvolvimento da criança: um processo histórico e participativo. Em, R.S.L.Guzzo (org.). *Desenvolvimento infantil. Família, Risco e Proteção*, 7-11.
- Guzzo, R.S.L (2007b). *Do Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade*. Relatório técnico CNPq.
- Hegel, G.W.F. (s/d/1969). *Textos Dialéticos*. Djacir Menezes (org.) (trad. Djacir Menezes). Rio de Janeiro: Zahar.
- Hegel, G. W. F (s/d/2004). *A razão na História*. (Trad. Beatriz Sidou). São Paulo: Centauro.
- Heller, A (1987). Sociología de La vida cotidiana. (trad. Francisco Yvars e Enric Pérez Nadal). Barcelona: península.
- Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história*. (trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder). 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Hoffmann, R, Ney, M. G (2008). A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados do PNAD, do censo demográfico e das contas nacionais. Em *Econômica*, 10 (1), 7-39.
- Iasi, M. L. (2006). *As Metamorfoses da Consciência de Classe: Entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- Iasi, M. L. (2007). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ibase. (2008). Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Documento síntese. Rio de Janeiro: Ibase.

- IBGE. (2000). Censo Demográfico. Em *Revista da Região Metropolitana de Campinas*. Maio, 2001.
- Jacques, M.G. C. (1993). Um método dialético de análise de conteúdo. Em *Revista Psico*. 24 (2), 34-52.
- Jiménez-Dominguez, B. (2002). Investigación ante acción participante: uma dimensão desconocida. Em M. Montero (org.) *Psicologia social comunitária: teoria, método e experiência*. Guadalajara: Editora Universidad Guadalajara.
- Konder, L. (2003). A Dialética e o Marxismo. Acessado em 10/9/2008. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Konder%201.htm>
- Kosik, K. (1961). *Dialética do concreto*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Lacerda Júnior, F. e Guzzo, R. S. L (2005). Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. Em *Interação em psicologia*, no. 2, 239-249.
- Leontiev, A. N. (1978). *O Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lênin, V. I. (1917/2007) Estado e revolução. (trad. Aristides Lobo). São Paulo: Expressão Popular.
- Lessa, S. (2002). *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Lessa, S. (2005). *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã.
- Lessa, S. e Tonet. I (2008). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lowy, M. (2007). Marxismo e religião: o ópio do povo? Em A. A. Boron, J. Amadeo, S. González (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*, 271-286. São Paulo: Expressão popular.
- Lukács, G. (1968/sd). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. (trad. Carlos Nelson Coutinho). Acessado em 12/1/2010. Disponível em

[http://www.esnips.com/doc/9d9aec66-f614-4a0b-976a-49c01aa93b12/Györg-Lukács---Os-Princípios-Ontológicos-Fundamentais-de-Marx-\(Para-uma-Ontologia-do-Ser-Social\)](http://www.esnips.com/doc/9d9aec66-f614-4a0b-976a-49c01aa93b12/Györg-Lukács---Os-Princípios-Ontológicos-Fundamentais-de-Marx-(Para-uma-Ontologia-do-Ser-Social))

Lukács, G. (1923/2003). *História e consciência de classe*. (trad. Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes.

Macedo, M. A, de Brito, S. R. (2004). *Transferência de renda: nova face de proteção social?* Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.

Mahoney, A. A, Almeida, Laurinda. R, Almeida, S. H. V. (2005). *Produção de Vigotski (e Grupo) e Wallon: Comparação Epistemológica, Metodológica e Desenvolvimental*.

Acessado em 3/3/2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT20-1916--Res.pdf>

Mandel, E. (2001). *Progressive Disalienation through the Building of Socialist Society*. Em *The Marxist Theory of Alienation*. Nova Iorque: Pathfinder, 35-58.

Mariano, S. A, Carloto, C. M (2009). *Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família*. Em *Estudos Feministas*, 17 (3), 901-908.

Maricato, E (2003). *Metrópole, legislação e desigualdade*. Em *Estudos avançados*, 17 (48) p. 151-157.

Martín-Baró (1980) *Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño*. Em *Revista Estudios Centroamericanos*, 35, 278-377.

Martín-Baró, I (1990). *El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real*. Em *Revista de psicología de El Salvador*, 35, 9, 23-51.

Martín-Baró, I. (1997). *O Papel do Psicólogo*. Em *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2 (1).

Martín-Baró, I. (1998). *El fatalismo como identidad cognitiva*. Em A. Blanco (Org.), *Psicología de la liberación*, 39-130 Madri: Trota.

Martín-Baró, I. (2000). *Acción y ideología* (10 ed.), 1-51. San salvador: UCA editores.

- Martíns, L. M. (2008). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Acessado em 9/8/2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>
- Marx, K. (1843/2005). *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. (trad. Rubens Enderle. Leonardo de Deus). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1844/1987). Sobre la Cuestión Judía. Em, *Marx Escritos de Juventud*. (trad. Wenceslao Roces). México D.F: Fondo de Cultura Económica, no. 1,463-491.
- Marx, K. (1844/1995). *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. De um Prussiano. (trad. Ivo Tonet). Em *Revista Práxis*, no.5, 68-91.
- Marx, K. (1844/2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. (trad. Jesus Ranieri). São Paulo: Boitempo.
- Marx (1847/2001). *Miséria da filosofia*. (trad. Paulo Ferreira Leite). São Paulo: Centauro.
- Marx, K. (1852/2003). *O 18º Brumário de Louis Bonaparte*. (2ª Ed). Lisboa: Avante.
- Marx, K. (1875/2004). Crítica ao Programa de Gotha. Em, *A Dialética do trabalho*. R. Antunes (org), 125-154.
- Marx, K. e Engels, F. (1845/2005). *A ideologia alemã*. (trad. Silvio Donizete Chagas). São Paulo: Centauro.
- Matias, J. S; Barreto, F. A. F. D; Salvato, M. A. (2010). Sobre a qualidade do crescimento econômico no Brasil de 1995 a 2008: uma análise comparativa entre estados e regiões brasileiras. Em *Ensaio sobre a pobreza*, 22.
- Mello, S. L. (1994). Famílias das classes populares: tradição e mudança. Em *Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 1 (3), 19-31.

- Melo, M. A. (2007). As sete vidas da agenda pública brasileira. Em, E. M. Rico (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*, 11-28. São Paulo: Cortez.
- Meszáros, I. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. (trad. Isa Tavares). São Paulo: Boitempo.
- Meszáros, I. (2008). *Filosofia, ideologia e ciência social*. (trad. Ester Vaisman). São Paulo: Boitempo
- Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. (2004). Lei no. 10.839 Cria o bolsa família e dá outras providências. Acessado em 14/6/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm
- Ministério do desenvolvimento social e combate à fome (2010). Bolsa família. Principais resultados. Acessado em 4/5/2010. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados
- Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. (2010). Programa Bolsa Família: principais resultados. Acessado em 8/3/2010. Disponível: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados).
- Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. (2010). O programa Bolsa família e o enfrentamento das desigualdades de gênero. Acessado em 4/5/2010. Disponível em http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_MULHER.pdf
- Montero, M. (2004). El quehacer comunitário. Em M. Montero. *Introducción a La Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*, 171-196. Buenos Aires: Paidós.
- Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". Em *Lutas Sociais*, no. 8, 53-64.
- Novack, G. (1975). *Introducción a la lógica*. (2a ed.) (trad. Susana Todaro) Buenos

Airies: Ediciones Pluma.

Novack, G. (2001). The Problem of Alienation. Em, *The Marxist Theory of Alienation*.

Nova Iorque: Pathfinder, 59-101.

Parker, I. (2008). *Revolution in Psychology*. Pluto: London.

Patto, M. H. S. (1993). O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação. Em *Perspectivas*, 16, 119-141.

Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. Em *Revista Psicologia USP*, 8 (1), 47-62.

Patto, M. H. S. (2007). “Escolas cheias, cadeias vazias”. Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. Em *Estudos avançados*, 61 (21), 243-266.

Paulino, R. (2008). *Socialismo no Século XX: O que Deu Errado?* Goiânia: Kelps.

Pereira, F. M; Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. Em *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, 5 (2),19-27.

PNUD Brasil. (2010). A Heterogeneity analysis of the Bolsa Família programme effect on men and women’s work supply. Acessado em 10/5/2010. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper61.pdf>

Prefeitura Municipal de Campinas (2004). *Mapa de inclusão/ exclusão social da cidade de Campinas*, Prefeitura de Campinas: Secretaria de Assistência Social.

Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychological discourse. Psychology and the status quo*. New York: New York press.

Sacchet, T. (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. Em *Opinião Pública*, 2 (15), 1-14.

Sant'ana, I. M. (2008). *Projeto político pedagógico, trabalho docente e emancipação: a relação psicólogo-professor em processo de construção*. Tese de doutorado em psicologia. PUC-Campinas.

Sant'ana, I. M; Euzébios Filho, A; Lacerda Júnior, F; Guzzo, R. S. L. (2009). Psicólogo e escola: a compreensão de estudantes do ensino fundamental sobre esta relação. Em *Revista da ABRAPEE*, 13 (1), 29-36.

Sátyro, N; Soares, S. (2009). *Análise do Impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada na Redução da Desigualdade nos Estados Brasileiros - 2004 a 2006*. Rio de Janeiro: IPEA.

Sawaia, B. B. (1987). *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em psicologia social, PUC-São Paulo.

Sawaia, B. B. (2010). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Em *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 364-372.

Secretaria estadual de assistência e desenvolvimento social (2005). Resolução SEADS 4. Acessado em 4/5/2009. Disponível em http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/beneficios/0003

Séve, L (1979) *Marxismo e teoria da personalidade*. Vol. 1, 2 e 3. (trad. Emmanuel Lourenço Godinho). Lisboa: Horizonte.

Silva e Silva, M. O; e Yazbek, M. C. (2008). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro Em M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo* (2ª Ed.), 7-22. São Paulo: Cortez.

- Souza, M. P. R, Teixeira, D. C. S, da Silva, M. C. Y, G. (2003). Conselho tutelar: um novo instrumento contra o fracasso escolar? Em *Psicologia em estudo Maringá*, (8) 2, 71-82.
- Spears, R; Parker, I. (1996). Marxist theses and psychological themes. Em R. Spears, I. Parker (ed). *Psychology and society: radical theory and practice*.
- Sposati, A. (2006). O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. Em *Serviço Social & Sociedade*, 87, 96-122.
- Stasevskas, K. O, Schor, N. (2000). Uma mulher de família. Em *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 10 (2), 77-82.
- Suplicy, E. M. (2002). *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo.
- Ricardo, D. (s/d/1978). Princípios de Economia e Tributação. Em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril. (trad. Conceição Jardim. Maria do Carmo Cary. Eduardo Lúcio Nogueira). 2ª Ed. 259-350.
- Smith, A. (s/d/1978). Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril. (trad. Conceição Jardim. Maria do Carmo Cary. Eduardo Lúcio Nogueira). 2ª Ed., 7-239.
- Spirkin, A (1977). El concepto general de la conciencia. Em I. Martín-Baró (org). *Psicología, ciencia y conciencia*. San Salvador: UCA.
- Tonet, I. (2002a). *Democracia ou Liberdade?* Ijuí: Unijuí.
- Tonet, I (2002b). Qual marxismo? Em *Revista Marxismo Vivo*, 5, 109-116.
- Tonet, I. (2002c). Ética e Capitalismo. Em *Presença Ética*, Recife, no. 2, 13-25.
- Tonet, I. (2005a) *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí.
- Tonet, I. (2005b). Cidadania ou emancipação humana? Em, *Revista Urutágua*, no.44.
- Tonet, I (s/d). Cidadão ou Homem Livre? Disponível em

http://geocities.com/ivotonet/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf

Trotsky, L. (1923/2009). *Questões do modo de vida*. (trad. Diego Siqueira e Daniel Oliveira) São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann.

Trotsky, L. (1932/1989). *A natureza de classe da URSS. Conferência*. (trad. Silvana Foá). São Paulo: Informação.

Trotsky, L. (1938/1996). *Programa de transición*. Santiago: Combates.

Vygotski, L.S (1999). *Teoria e Método em psicologia*. (trad. Cláudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (2001). *Pensamento e linguagem*. (trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (2003). *O desenvolvimento psicológico na infância*. (trad. Cláudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes.

Zanella, A. V, Reis, A. C, Titon, A. P, Urnau, L. C, Dassoler, T. R. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. Em *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 25-33.

Wallon, H. (1971). *Origens do caráter na criança: Os prelúdios do sentimento de personalidade*. (Pedro da Silva Dantas). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Wallon, H. (1979a). *Psicologia e educação da criança*. (trad. Ana Rabaça. Calado Trindade). Lisboa: Vegas.

Wallon, H. (1979b). *Do Acto ao Pensamento. Ensaio de Psicologia Comparada*. (trad. João Seabra Dinis). Lisboa: Moraes.

Welmowick, J. (2004). *Cidadania ou Classe? O movimento operário na década de 80*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann.

Woods, A. (2007). *O marxismo e a religião*. Acessado em 23/9/2009. Disponível em <http://www.marxist.com/marxismo-religião-socialismo/htm>

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. Em Bock, A. M. B. (org.), *Psicologia e compromisso social*, 37-54. São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H; Câmara, R. A. Silva, F. L; Dantas, C. M. B; (2001). Espaços, práticas: o que há de novo na psicologia no Rio Grande do Norte? Em *Revista psicologia em Estudo*, Maringá, 6 (2), 65-72.

ANEXOS

ANEXO 1 - COMPARTILHANDO MINHAS EXPERIÊNCIAS, CONHECENDO MINHA TRAJETÓRIA...

Quão relevante seria conhecer a trajetória de um pesquisador para que possamos compreender suas ideias de maneira mais profunda, saber exatamente do que ele está falando, como chegou aonde chegou, qual caminho de investigação traçado e quais suas motivações?

Nesse caso, pensei que seria importante aos leitores conhecerem um pouco da minha trajetória até aqui, para que seja possível dar uma dimensão da intencionalidade expressa nesta tese de doutorado.

Em primeiro lugar, gostaria de refletir um pouco sobre a minha trajetória como estudante do ensino escolar, pois ela certamente exerceu impacto ao longo de minha vida, inclusive, sobre minha formação como psicólogo e pesquisador.

Meu histórico de indisciplina se prolongou até o último ano do ensino médio e meu currículo escolar não dava indícios de que me tornaria um pesquisador, um apaixonado pelo estudo e pela pesquisa.

Convidado inúmeras vezes a se retirar da sala de aula, conversador, desafiador das regras escolares, fui considerado pela maioria dos professores que tive contato como um aluno indisciplinado, displicente e sem interesse em aprender. As notas baixas, principalmente, em matemática, física e química pareciam confirmar essa visão. Não por acaso, nesse histórico de enfrentamento com a escola, repeti dois anos, a 5ª e a 6ª séries.

A partir da 7ª série, convenci-me da importância dos estudos, mas via a escola como uma obrigação, não como um prazer. É verdade que tinha prazer ao estudar matérias como história, filosofia e geografia, por exemplo. Minha aprovação nessas disciplinas e em outras, como português e inglês, eram certas. Mas, por outro lado,

sempre tinha de acertar as contas com as fórmulas da química, física e da matemática - os exames finais dessas disciplinas sempre me colocavam nas aulas de recuperação, gerando um sofrimento a mais e fomentando um sentimento de revolta contra o ensino escolar.

Para a faculdade, eu queria um curso em que eu pudesse me libertar o máximo possível das fórmulas e da exatidão matemática. Queria estudar as relações humanas, as relações entre as pessoas e destas com a sociedade. Assim, logo no primeiro ano do ensino médio, estava quase decidido pelo curso de psicologia, mas ainda em dúvida em relação à faculdade de ciências sociais.

A partir das experiências mal sucedidas nas escolas particulares por onde passei, fui me incomodando ao observar o modo como eu e os demais estudantes “fora da linha” éramos tratados nessas instituições. Junto a isso, a frieza da sala de aula e a distância entre o conteúdo escolar e a realidade ao meu redor, deixava-me cada vez mais indignado: “Qual a finalidade de tudo isso? Para que vou usar tudo isso que estou “aprendendo”?”

Passado o vestibular, ingressei no curso de psicologia na PUC-Campinas, ainda com uma noção muito vaga a respeito do que seria a faculdade. Levei comigo, do ensino escolar para o ensino superior, aquela indignação contra o formato tradicional da sala de aula e todos os componentes nele envolvidos - a relação autoritária entre professores e alunos, entre os que mandam e os que obedecem, estendendo a problemática das relações escolares a outras dimensões da sociedade. Isso foi fundamental para o direcionamento dos meus estudos e para meu ingresso no movimento estudantil, na intenção de contribuir para a construção de algo novo, que ainda não sabia ainda bem o que era.

Também não sabia muita coisa a respeito da psicologia, do que um psicólogo poderia fazer na escola, nas organizações, ou em outros locais de trabalho. O primeiro ano de faculdade foi muito frutífero, já que, pela primeira vez estava a estudar algo que fazia algum sentido para mim. Tomei contato com uma diversidade de teorias e começava a me situar no vasto campo teórico e prático da psicologia.

Minhas reflexões atuais tomaram corpo em uma curta, mas intensa caminhada na formação como pesquisador, estagiário e profissional em psicologia. Ingressei na pesquisa no segundo ano de graduação, quando me tornei bolsista de iniciação científica (CNPq) no curso de psicologia da PUC-Campinas. Nesse período, ocupei-me em estudar alguns elementos do desenvolvimento infantil incluídos em uma proposta mais ampla denominada “Construindo bases para prevenção primária no Brasil” (Guzzo, 2004). O projeto designado a mim e a um conjunto de estudantes tinha como finalidade a normatização e padronização de escalas de triagem, trazendo, contudo, uma reflexão crítica acerca da avaliação psicológica e sobre o papel da escola em nossa sociedade - reflexão que, pela minha trajetória escolar fez muito sentido para mim.

Nessa proposta de trabalho, percorremos algumas escolas do município de Campinas com o intuito de avaliar, a partir dos limites de um instrumental de avaliação psicológica, a percepção dos pais e professores sobre as crianças, dessas sobre elas mesmas e da comunidade escolar sobre a própria instituição de ensino (Euzébios Filho & Guzzo 2002; 2003; Guzzo, 2004).

Como foi mencionado, a pesquisa com as escalas de desenvolvimento infantil era parte de um projeto mais amplo, cujo objetivo era fomentar a inserção do psicólogo em escolas e comunidades, com a proposta de atuação preventiva desse profissional. Nesse sentido, tinha por orientação a inserção em espaços comunitários e educativos e passamos, assim, a acompanhar famílias e crianças usuárias de uma instituição não

governamental de Educação infantil e também a expandir o trabalho junto à comunidade ao redor.

Foi realizado um censo demográfico em um bairro próximo a essa instituição, com o objetivo de fomentar uma intervenção a partir das demandas e necessidades daquela população (Guzzo, Lacerda Júnior, Gorchacov, Catani & Ito, 2002). Uma das principais preocupações da comunidade estava relacionada à ausência de regulamentação das moradias e à criação de espaço de lazer para as crianças e as famílias.

Tal bairro foi criado a partir da remoção de famílias que viviam em algumas favelas da região em condições precárias. Elas foram levadas a esse espaço (“cedido” por uma instituição filantrópica do município, dona do terreno em que o bairro fora constituído e que era ligada à mencionada instituição não governamental de Educação infantil), situado em uma região nobre da cidade de Campinas, onde passaram a dispor de uma casa de alvenaria, de eletricidade, água e asfalto. As condições de vida dessas famílias melhoraram, no entanto, passados cerca de dez anos do ocorrido, as moradias ainda não foram regularizadas - os moradores não contam ainda com a escritura de suas casas.

À época da inserção da equipe de psicologia nesse bairro, segundo o censo de 2002, ele havia sido formado há cerca de quatro anos (Guzzo e cols, 2002). Nesse período, as famílias estavam motivadas a conquistar a posse dos terrenos e mobilizavam reuniões para discutir o tema. Nós participávamos da convocatória das reuniões e das assembleias como parte de uma atuação comunitária, também objetivo do projeto “Construindo bases”, por acreditar que uma atuação preventiva devesse incidir sobre diferentes dimensões da vida cotidiana daquela comunidade (Guzzo, 2004).

Enquanto isso, o grupo de pesquisa também buscava desenvolver um trabalho com foco no desenvolvimento integral das crianças daquela instituição de Educação infantil, mas as dificuldades eram imensas. A partir do momento em que demonstramos interesse em participar do cotidiano da instituição e, principalmente, do cotidiano da comunidade, propondo atividades e fomentando a participação popular nas decisões institucionais, a diretoria da instituição educacional começou a apresentar resistências em relação à equipe de psicologia e fomos convidados a sair da instituição. Nossos interesses definitivamente se chocaram com os deles.

A partir de então, nós nos voltamos totalmente para a atuação comunitária que vínhamos realizando e para a inserção em duas escolas públicas localizadas na mesma região, onde desenvolvíamos o trabalho com as escalas (ver, por exemplo, Euzébios Filho & Guzzo; 2002; 2003). A inserção em uma instituição pública de Ensino fundamental e, posteriormente, em uma escola municipal de Educação infantil facilitou o aprofundamento do vínculo com a comunidade em questão.

Enquanto isso, as assembleias que discutiam questões relacionadas ao processo de regulamentação dos terrenos foram perdendo força, também pela dificuldade de diálogo com o poder público. A associação dos moradores foi criada, mas também não conseguia aglutinar um número significativo de participantes. Nessa direção, nossa atuação era débil e limitada. Os limites da ação do psicólogo mostravam-se evidentes...

Concomitante ao trabalho com a associação de moradores começamos a realizar atividades em outra dimensão, ligada à demanda por espaços de lazer para as crianças, também para que pudéssemos acompanhar os jovens das escolas no contexto comunitário em uma proposta longitudinal e fazer uma ligação entre as instituições públicas e as necessidades da comunidade.

Com muitas dificuldades - pois tivemos que negociar frequentemente com a instituição não governamental de Educação infantil, que gozava do controle sobre as salas do centro comunitário - conquistamos um espaço para realização de atividades lúdicas com as crianças, cujo objetivo era favorecer a expressão dos sentimentos (Guzzo, Santos, Euzébios Filho, Faria, Lacerda Júnior, Baeta, Silva, Tizzei, Gorchacov, 2002).

A sala dos brinquedos era também o espaço mais democrático daquele centro comunitário: a associação de moradores se reunia ali, as assembleias eram realizadas naquele espaço, a sala era utilizada como espaço para desenvolvimento de outras atividades, além das que fazíamos com as crianças.

O contato mais próximo com crianças e adolescentes do bairro nos permitiu refletir sobre o desenvolvimento infantil de outra forma, que não guiada pelos modelos psicológicos tradicionais (Guzzo, 2007a; Euzébios Filho & Guzzo, 2006).

Nesse sentido, a experiência com aquelas crianças e adolescentes, seja na comunidade, seja nas escolas, também serviu para refletirmos sobre nosso papel como estudantes e psicólogos atuando naquela região marcada pela desigualdade social. Com o descenso da organização comunitária e o enfraquecimento da associação de moradores, passamos a dirigir nossas energias para o trabalho com as crianças, uma intervenção focal que não se propunha cumprir um papel semelhante ao do Estado, tampouco poderia suprir as demandas das crianças daquela comunidade.

Em meio a essas reflexões, algumas perguntas vieram-nos à mente: Será que nossa atuação com as crianças teria sido baseada, predominantemente, pelo assistencialismo? Qual era, enfim, nosso papel diante daquele quadro de desigualdade social?

Essas perguntas continham uma preocupação em pensar o papel do psicólogo no contexto brasileiro e refletir sobre sua atuação junto a uma população que carrega as mazelas sociais do Brasil e da América Latina. Nota-se, a partir de então, que desde o início da minha trajetória profissional fui levado a analisar o fenômeno da desigualdade social e sua implicação para a ação do psicólogo. Mas, como exatamente fui tocado pelo tema da desigualdade social?

Se minha preocupação atual é estudar diferentes dimensões da desigualdade social, devo dizer de forma breve, que a sensibilização diante desse fenômeno deve ter sido desencadeada por pelo menos um fato em minha vida pessoal: uma proximidade afetiva com uma empregada doméstica me fez despertar, quando criança, para uma realidade distinta da que eu vivia, fez me aproximar do sofrimento dela e da sua família e trouxe à tona, para minha consciência ainda difusa, as discrepâncias da realidade de classes em que vivemos.

As questões levantadas pelo grupo de pesquisa fizeram sentido para mim e reforçaram as preocupações que trazia desde criança, dando a elas um caráter científico. E como estagiário, as experiências profissionais em um contexto marcado pela desigualdade social revelaram um incômodo não só meu, mas de estudantes e profissionais frente a uma realidade social e diante das limitações da atuação psicológica em tal contexto. Esse incômodo fez-nos aproximar da psicologia da libertação por acreditar que ela poderia fornecer caminhos para responder a tais questionamentos, não apenas sobre a prática e a ciência psicológica, mas sobre nossas vidas.

A proposta da psicologia da libertação, formulada inicialmente por Ignacio Martín-Baró, colocava para nós duas novas questões que, aliás, ocuparam lugar em toda a produção teórica do autor, que se questionava: Libertar-se do quê? E para quê?

Essas duas questões surgem em meio ao conturbado cenário político da América Latina, nos anos 80, quando Martín-Baró chamava atenção para dois aspectos da libertação: a libertação frente ao conhecimento compartimentado, acrítico e mimético (muito próximo daquele que tomei contato nas escolas em que estudei e na própria universidade), que sustenta uma realidade permeada pela pobreza e desigualdade social. E a libertação política das classes oprimidas.

Assim, mais do que uma reflexão teórica, Martín-Baró nos brindava com uma análise que colocava, para a psicologia, a possibilidade de ela assumir novos princípios ético-políticos. Tomando, então, esse compromisso como fundamento teórico e prático do grupo de pesquisa, aprofundamos nossos estudos sobre a psicologia da libertação.

Quero lembrar que a trajetória do grupo de pesquisa de que faço parte, desde o segundo ano de graduação, confunde-se com a minha trajetória como sujeito. Por isso, as mudanças assumidas em grupo refletem as mudanças que fui adotando na minha vida pessoal e acadêmica.

A inserção no campo da pesquisa foi fundamental para que eu me aproximasse da perspectiva de Martín-Baró, dos seus questionamentos e suas propostas para a psicologia da libertação. A perspectiva formulada pelo autor nos ajudou a refletir, criticamente, sobre nosso papel na comunidade e mesmo nas escolas públicas mencionadas. Ponderamos que, embora o projeto sustentasse a ideia de um acompanhamento longitudinal das crianças, como parte de uma atuação preventiva, o papel que vínhamos cumprindo com a atuação no centro comunitário era um tanto quanto assistencialista, sem relação com o Estado e com as políticas públicas, à mercê da referida instituição filantrópica que controlava aquela sala. Decidimos, assim, também por um conjunto de fatores que não cabe explicitar aqui, sair daquele espaço e nos voltar, exclusivamente, para o trabalho nas duas instituições públicas de ensino.

Inserimo-nos em uma escola de ensino fundamental desde o trabalho com as escalas, por meio de um contato com a direção da escola, pela via da prefeitura. Na escola de ensino infantil, situada na mesma região, iniciamos nosso trabalho a partir de um pedido da direção da escola. Nas duas instituições, o projeto foi aprovado pelo conselho de escola.

O projeto “construindo bases” (Guzzo, 2004), que englobava o trabalho com as escalas foi concluído abrindo margem para um projeto mais ambicioso, denominado “Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade” (Guzzo, 2007b) em que um dos objetivos é fortalecer as redes de apoio às famílias, crianças e aos adolescentes.

Com esse projeto de extensão, firmamos uma intervenção nas duas instituições públicas de ensino, resultado de uma opção política casada com uma reflexão sobre a prática psicológica e sobre nosso papel de psicólogo, atuando em um contexto comunitário e educativo. Tal reflexão procurou apontar os limites e as possibilidades da atuação profissional, sem cair no messianismo e sem se prestar ao papel de “leitor de mente” (Sant’anna, Euzébios Filho, Lacerda Júnior & Guzzo, 2009).

Enquanto isso, nas salas de aula da universidade, (a exemplo do que acontecia nas escolas em que havia estudado até o ensino médio) tive contato com um ensino estéril, que, nesse caso, não servia para explicar a realidade da população que frequentava aquelas escolas públicas, nas quais me encontrava inserido como estudante e estagiário de psicologia.

Notei que a psicologia da libertação se opunha àquelas teorias psicológicas que dominavam (e dominam até hoje) o currículo da psicologia. Essa psicologia dominante, além de não conseguir captar a profundidade do papel do psicólogo no contexto em que vivemos - pois se omite ou trata com indiferença o cotidiano da maioria da população

brasileira e latino-americana - perde a oportunidade de compreender o fenômeno psicológico como um fenômeno produzido social e historicamente.

E foi assim que a leitura superficial acerca dos sentidos e dos caminhos da psicologia da libertação foi se tornando mais minuciosa quando tentamos conhecer a profundidade filosófica do projeto político, subjacente à obra de Martín-Baró. Com isso, fui levado a compreender o substrato filosófico dessa psicologia: o marxismo.

É bem verdade que esse caminho em direção ao marxismo foi tortuoso. Também foi difícil resistir aos ensinamentos esquemáticos de sala de aula, muito efetivos, aliás, para serem aplicados em determinados contextos de atuação profissional.

O contexto da minha formação não foge à regra da maioria das universidades brasileiras. A onda pós-moderna e politicamente compromissada com a manutenção do *status quo*, vem devastando a capacidade crítica da psicologia e isso, evidentemente, exerce impacto sobre a prática psicológica. Não é por acaso que o psicólogo ainda encontra sérias dificuldades para se inserir em espaços de atuação coletiva como a escola, o posto de saúde ou os equipamentos públicos, de uma maneira geral.

Aderir ao marxismo de maneira não dogmática, simplesmente pelo avanço que ele representou no campo filosófico e científico, foi um legado da minha graduação. Como disse, resistir ao campo hegemônico da psicologia não foi uma tarefa fácil. De toda forma, o marxismo, pela via da psicologia da libertação, serviu de contraponto ao ensino compartimentalizado da sala de aula e me fez perceber que, se existia algo do qual tínhamos que se libertar, eram as teorias engessadas da psicologia dominante.

A partir daí pude ressignificar a própria psicologia e readequar minhas questões de pesquisa, sempre com a preocupação em articular as motivações particulares aos interesses mais gerais do grupo em que estou até hoje inserido.

Sendo assim, a partir das experiências vividas como pesquisador e estagiário, próximo à psicologia da libertação, meus interesses desde a época da escola - de estudar as relações entre as pessoas e destas com o contexto em que vivem - afluíram e ganharam uma dimensão mais definida: estudar a relação entre sujeito e sociedade nos marcos do capitalismo.

E como devemos, por razões óbvias, de que não poderemos dar conta de analisar a totalidade, senão contornos de um fenômeno específico, ocupemo-nos em refletir sobre algumas dimensões da vida no capitalismo, sobre a consciência das pessoas acerca das suas condições de vida.

Tomar o marxismo como fundamento da psicologia nos levou a analisar, como indicou Martín-Baró, o impacto que a organização social vigente exerce sobre a constituição psicológica do sujeito.

Por isso é que a desigualdade social tornou-se, cada vez mais, o centro das nossas preocupações. Também porque a desigualdade social era um fenômeno que caracterizava a região em que estava inserido como estagiário e pesquisador. Por essa razão, esse fenômeno passou a ser nosso objeto de pesquisa. A desigualdade social coloca-se como foco de análise, justamente, porque é ele quem medeia, em importantes dimensões da vida cotidiana, a relação entre subjetividade e objetividade. Buscamos, assim, fazer avançar uma compreensão crítica sobre o fenômeno psicológico, sobre a própria psicologia e seus diversos conceitos.

“Munido” do método dialético, procurei, no meu último ano da graduação, estudar a desigualdade social e o impacto desse fenômeno na constituição psicológica de sujeitos particulares, em um contexto específico, particularmente, na região da escola e da comunidade em que estávamos inseridos. Meu interesse, inicialmente, foi compreender como as pessoas percebiam o fenômeno da desigualdade social, como ele

interferiu na consciência que as pessoas faziam de si mesmas e dos outros e, com isso, o que desejavam para o futuro em termos de melhorias das suas condições de vida (Euzébios Filho & Guzzo, 2007).

Nesse estudo, notamos que a desigualdade social foi retratada pelos participantes como um fenômeno meramente acidental, isto é, como algo que se explica a partir de uma incapacidade pessoal - geralmente dos pobres - em alcançarem um padrão de vida mais digno. Tanto o participante que se considerava oriundo da classe média, quanto o que se considerava pobre, assumiram essa posição. O pobre, assim, foi visto como aquele sujeito que não estudou, pelo simples fato de não ter se esforçado para tanto. O pobre foi estereotipado como o sujeito desequilibrado, consumista e violento. O rico, por sua vez, seria aquele sujeito bem sucedido, dotado de uma inteligência acima da média, esforçado, que conseguiu alcançar um determinado padrão de vida por méritos próprios (Euzébios Filho & Guzzo, 2007).

Em vista dessa discrepância, entre a noção que os participantes faziam do rico e do pobre, assim concluída essa pesquisa e a própria graduação, ingressei no mestrado, também na PUC-Campinas, como bolsista do CNPq e procurei seguir estudando o mesmo tema: a consciência sobre a desigualdade social, como as pessoas olham para si mesmas, como definem suas condições de vida e de trabalho e o que esperam para o futuro.

Buscamos analisar no mestrado como profissionais que operacionalizam os programas de transferência de renda (profissionais da assistência social que tomamos contato pela nossa inserção escolar e comunitária) e famílias assistidas por esses programas (pais de alunos das escolas públicas) compreendiam a desigualdade social e suas condições de vida (Euzébios Filho, 2007). Novamente, a desigualdade social foi tomada de imediato pelos participantes como um fenômeno que se origina devido a uma

suposta incapacidade de os pobres alcançarem melhores condições de vida. De vítimas, os pobres foram tratados como responsáveis pelas mazelas do capitalismo.

O mais interessante deste estudo, seguindo a tendência daquele realizado no meu último ano da graduação, é que os sujeitos que se caracterizaram como pobres, culpabilizaram a si mesmos pela própria condição de pobreza. Trata-se de uma internalização da desigualdade social, de maneira que esses participantes encontraram, em suas histórias particulares de vida, as causas e origens da sua condição social e econômica. Isso contribuiu para paralisar os sujeitos, tornando-os circunstancialmente incapacitados de tomar os rumos de sua própria vida (Euzébios Filho, 2007; Euzébios Filho & Guzzo, 2009). Tendo formulada, então, essa consciência sobre si mesmos, as perspectivas para o futuro foram rebaixadas e não previam melhoras substanciais em suas condições de vida. O mesmo ocorreu por parte das profissionais da assistência, que descrentes com alguma melhoria nas suas próprias condições de vida, acreditavam, quando muito, em mudanças pontuais na sociedade.

Os resultados que obtivemos com o estudo de mestrado fizeram emergir algumas inquietações: Por que os participantes atribuíram a si mesmos as causas e as origens da desigualdade social? Por que encontraram dificuldades de visualizar o contexto social e histórico que produz esse fenômeno? Por que não acreditaram em uma mudança social que alterasse as estruturas da sociedade atual?

Essas questões suscitaram um estudo mais aprofundado sobre a consciência das pessoas acerca da desigualdade social. Por isso, na tese de doutorado, seguimos apresentando a mesma preocupação, só que, dessa vez, buscamos compreender mais a fundo quais fatores objetivos e subjetivos podem contribuir para a dominação material e ideológica de uma classe sobre a outra. Qual impacto da desigualdade social sobre a consciência das pessoas. Quais elementos levam as pessoas, especificamente os

beneficiários de programas de transferência de renda, a se identificarem ou não com uma classe social, para que possam superar a ideologia de naturalização da desigualdade social e enfrentar, coletivamente, as dificuldades que o capitalismo impõe no cotidiano das massas.

Os resultados do doutorado foram muito semelhantes aos que obtivemos em estudos anteriores. Com base na tese de que os programas de transferência de renda constituem-se como um “freio” para o desenvolvimento de uma consciência de classe, buscamos investigar como oito beneficiários de programas de transferência de renda compreendiam a realidade em que viviam e quais alternativas encontravam para superar os obstáculos concretos, sociais e econômicos identificados por eles.

Neste estudo, pudemos constatar que o sentimento de indignação está presente na consciência das participantes. É consenso que a vida não está fácil e que é preciso melhorá-la. Mas o grande desafio é transformar as ideias em ação. Para alcançarem melhores condições de vida - um emprego, uma casa, um salário melhor - as participantes tendem a priorizar a ação individual à ação coletiva. Envolveram-se em movimentos políticos, movidas pela afetividade. Em alguns momentos, as participantes são protagonistas, propõem e realizam ações políticas em suas comunidades. Em outros momentos aguardam, passivamente, o Estado garantir seus direitos. Esse movimento contraditório, entre o fatalismo e a reivindicação, é reforçado por uma confusão ideológica entre o que é considerado direito e favor. Assim, as participantes veem seus direitos serem retirados pelo Estado, mas entendem os benefícios como uma ajuda do governo.

Os resultados do doutorado suscitaram uma série de questões a serem aprofundadas, posteriormente, no decorrer da minha trajetória de pesquisa, por exemplo, a relação entre afetividade e política, já que os participantes envolveram-se com

movimentos populares, em grande medida, em decorrência de relações afetivas que estabeleceram com outras pessoas. Outro exemplo: qual a relação entre o envolvimento em uma ação política e a constituição de uma consciência de classe? Uma vez que a maioria das participantes conquistaram suas moradias por meio de ocupações populares e, ainda assim, essa luta teve um objetivo imediato e focal, sem que isso tenha contribuído, efetivamente, para o desenvolvimento de uma identidade política.

Até o momento pudemos compreender como e de que forma atingiu-se um determinado grau de implicação teórica e profissional, que culminou com uma opção pela psicologia da libertação e pelo marxismo. Pudemos também conhecer quais as motivações do pesquisador que lhe fizeram definir uma diretriz geral de estudos, cuja desigualdade social, ou melhor, a consciência que se tem sobre esse fenômeno, ganha centralidade.

Procuramos nesta breve apresentação do autor, apresentar os contornos específicos de uma trajetória que encerra um ciclo, a caminhada de um iniciante no mundo da pesquisa, um ciclo que abre novas possibilidades e busca ganhar consistência com a presente tese de doutorado.

O pesquisador desenvolveu o doutorado na qualidade de bolsista CAPES I, com dedicação exclusiva para pesquisa e sua atuação profissional, por meio do projeto “Risco à Proteção”, esteve estritamente vinculada à produção acadêmica e ao desenvolvimento da presente tese de doutorado.

ANEXO 2 – ROTEIRO/QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Sexo: masculino () feminino ()

Idade:

Etnia: () negro, () branco, () amarelo () pardo

II - DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS:

Estado Civil :

1. Solteiro ()
2. casado /vivendo uma relação conjugal ()
3. viúvo ()
4. separado ou divorciado ()
5. outros

Quantas pessoas vivem em sua casa? Quantos filhos?

Local de nascimento

Cidade _____

Estado _____

País _____

Local de domicílio

Cidade _____

Estado _____

Desde quando vive neste local? _____

III - DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

Grau de Escolaridade:

1. () Analfabeto
2. () 1º grau incompleto
3. () 1º grau completo
4. () 2º grau incompleto
5. () 2º grau completo
6. () Superior incompleto
7. () Superior completo
8. () Pós-graduação

Há quanto tempo recebe esse benefício?

Já recebeu outros tipos de benefícios? Quais?

Qual a sua profissão?

Que tipo de vínculo profissional você possui?

Há quanto tempo está neste trabalho?

Renda Mensal:

1. () menor que 3 até 5 salários mínimos
2. () maior que 5 até 10 salários mínimos

Como é a sua casa? Alvenaria () Barraco () Outro ()

Quantos cômodos têm sua casa?

Sua moradia é própria () sim () não. Paga aluguel?

Que recursos materiais você possui? TV () , Som/vídeo () Carro () Outros :

IV – INSERÇÃO E IDENTIDADE COMUNITÁRIA:

Assinale o que tem no bairro onde mora:

Igrejas ()

Bares e restaurantes ()

Escolas ()

Hospitais ou postos de saúde()

Centro comercial ()

Cinema ()

Associação de moradores ()

Outros equipamentos públicos () Quais?

Outros equipamentos privados () Quais?

Frequenta esses espaços? Quais?

Pertence ou representa alguma entidade? Movimento Social?

Associação de Bairros ()

Conselho de Escola ()

Sindicato () Qual ?

Movimentos sociais () Qual?

Outro: indicar

Aonde vai quando sai de casa? Costuma passear?

Costuma frequentar eventos culturais na cidade ou fora dela?

V – A VIDA PENSADA E FALADA:

O que mais gosta de fazer na vida?

O que gosta de ler e assistir? Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?

VI – CONHECENDO TRAJETÓRIAS CONCRETAS DE VIDA:

Conte um pouco sobre sua vida.

Como define suas condições de vida?

Por que acha que vive da forma como vive? Por que acha que chegou a necessitar de dinheiro do governo?

Está satisfeita com o dinheiro que recebe do governo? Qual a importância dele para sua sobrevivência?

VII - PERSPECTIVAS PARA O FUTURO:

Quais são suas maiores preocupações?

O que gostaria de mudar em sua vida?

O que espera para o futuro?

Deseja que aconteça alguma mudança na sociedade? Qual?

Em sua opinião, existe algo que impede ou favorece as pessoas de se organizarem para conquistar aquilo que elas desejam?

Qual seu papel para alcançar um objetivo que deseja?

Que tipo de mudança espera na sociedade? Quem deve ser o agente da transformação?

VIII - PERCEPÇÃO SOBRE A REALIDADE – EXPLORANDO A CONSCIÊNCIA DE CLASSE:

Defina injustiça: O que é ser injustiçado?

Defina exploração: O que é ser explorado?

O que entende por cidadania?

IX - SITUAÇÕES HIPOTÉTICAS E CONSTRATIVAS PARA REFLETIR.

Situação 1

Vamos supor a seguinte situação: Um grupo de pessoas trabalha em uma fábrica. Eles produzem mais de mil sapatos por dia. **O dono da empresa não produz os sapatos, apenas comanda a produção. Ele é preguiçoso e não gosta de trabalhar.**

O que o grupo de trabalhadores ganha em dinheiro por mês não chega à metade do que o dono da empresa ganha em 30 dias.

O que acha dessa situação?

Situação 2

Vamos supor a seguinte situação: Um grupo de pessoas trabalha em uma fábrica. Eles produzem mais de mil sapatos por dia. O dono da empresa não produz os sapatos, apenas comanda a produção, **mas ele trabalha duro todo o dia, conhece e se relaciona com os trabalhadores. É um homem simples.**

O que o grupo de trabalhadores ganha em dinheiro por mês não chega à metade do que o dono da empresa ganha em 30 dias.

O que acha dessa situação?

Situação 3

Vamos supor a seguinte situação: A pessoa nasce pobre de uma família trabalhadora, cresce na pobreza sem um auxílio do governo e quando vê está na vida do crime. *Roubou o dinheiro da mercearia para ganhar uns trocados, mas foi preso.*

O que acha dessa situação?

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Criminoso rouba loja e é preso em flagrante”.

Sabendo dessas informações, mudaria sua versão?

Situação 4

Vamos supor a seguinte situação: O sujeito batalhou para se tornar vereador da cidade. Quando é eleito, envolve-se em um esquema de roubo do dinheiro público. A polícia descobre a falcatrua e denuncia para os advogados públicos (Ministério Público). *O vereador vai ser julgado na justiça especial.*

O que acha dessa situação?

Um jornal, sabendo do ocorrido, diz o seguinte: “Vereador é acusado de desvio de verbas públicas e é indiciado pelo Ministério Público?”

Sabendo dessas informações, mudaria sua versão?

ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Eu,

RG: _____, sei que estou participando e concordo em participar da pesquisa SUJEITO E CONSCIÊNCIA: ENTRE A ALIENAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO, coordenada por Antonio Euzébios Filho e orientada pela professora Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo (ambos da PUC-Campinas) e que tem como objetivo conhecer, por meio de entrevistas individuais, como participantes do programa governamental Renda Cidadã e Bolsa Família refletem sobre suas condições de vida, sobre suas trajetórias de vida, como avaliam o presente momento e o que esperam para o futuro, estando ciente das intenções desta pesquisa, de que ela não tem nenhum vínculo com o programa assistencial, que a participação nesta pesquisa não é uma condição para recebimento do benefício, que é uma pesquisa sem vínculo com a escola ou o CRAS. Serão realizadas conversas sem identificação, mesmo sendo gravadas e que o conteúdo servirá para uma compreensão sobre a visão das pessoas a respeito da realidade em que vivem e sobre a desigualdade social, de modo a ajudar em programas sociais e preventivos nesta comunidade. Sei que posso desistir de participar, retirando meu consentimento, inclusive durante o desenvolvimento da pesquisa, se assim eu desejar e que o trabalho não trará prejuízos para mim ou minha família.

Caso haja algum tipo de insegurança quanto aos objetivos desta pesquisa, ou de que ela poderá acarretar em perda do benefício, seu nome será retirado e sua participação excluída. Para garantia do livre e esclarecido consentimento, serão assinadas duas cópias deste material, uma pelo pesquisador e outra pelo participante, ficando uma cópia para cada. Fica, ainda, garantido que o pesquisador se preste a esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem antes e/ou durante o desenvolvimento desta pesquisa. Fica ainda garantido que o pesquisador se preste a esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem antes e/ou durante o desenvolvimento desta pesquisa. Lembrando que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas e que qualquer irregularidade pode ser encaminhada para esse comitê, por meio do telefone indicado abaixo. Também está indicado abaixo o telefone pelo qual pode-se entrar em contato diretamente com o pesquisador.

Campinas...../...../.....

Assinatura do pesquisador responsável:

Assinatura do participante desta pesquisa:

Telefone para contato: Comitê de Ética PUC-Campinas: 3343-6777/ Serviço de psicologia ('Projeto risco à proteção'): 3343-6867

ANEXO 4 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

ANÁLISE ENTREVISTA 1

Da esfera privada à esfera da vida pública: ocupando o posto de chefe da família (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 1	<p>“Eu casei bem cedo, casei com 15, comecei a namorar aos 13, fiquei noiva com 14, casei aos 15. Logo já tive a primeira filha, tive no total 4, dois já são casados e... tem um de 17 e outro de 5. Posso falar que foram 29 anos, fui feliz! Tive um marido que sempre foi de paparicar, cuidar... e não foi fácil, foi uma vida bem sacrificada, mas um e outro complementou...um e outro...tava do lado, um do lado do outro” (P1).</p> <p>“Eu fui sempre uma pessoa assim...vivi sempre prá família” (P1)</p>	<p>A história de vida da participante foi marcada pelos papéis sociais que exerceu na esfera privada da família, como mulher, reprodutora, mãe e esposa.</p>
Participante 1	<p>“Agora, depois de muita luta, aos 44 anos, fico viúva. Agora não tá fácil, caminhá sozinha não é fácil! Criar o menino com 5 anos é complicadíssimo (...) Ah... que</p>	<p>Com a morte do marido, ela passou a ser responsável pela</p>

	<p>mais? Né, to lutando no dia a dia né, eu trabalho, né, comecei a fazer muita coisa... como eu, né... tá dependendo de mim o.... sustento da casa, então, tudo o que tá pintando eu to fazendo...né. Então, os dois depende, de mim pra...sustento da casa. O mais difícil é a criança, né, por ser pequenininho é mais... complicado.” (P1)</p> <p>“Porque viver em casa, hoje eu vejo, viver em casa cuidando do filho...correndo atrás de trabalho, correndo atrás das coisas pro sustento...” (P1).</p>	<p>sobrevivência dos seus filhos mais novos. Teve de ocupar novos papéis sociais, além de mãe, tornou-se chefe de família.</p>
Participante 1	<p>“Solidão é dura, não sabia que era dura...hum, sempre imaginei, mas não sabia o quanto era difícil (...) Mas, o que mais dói mesmo, o que mais a gente sofre depois de tudo isso que aconteceu é a solidão...” (P1).</p>	<p>Com o falecimento do marido, P1 também se sente solitária.</p>
Participante 1	<p>“Não tem como! Você vai vivendo um dia vai vivendo o outro...um dia a após o outro, não tem...não tem como você...é uma coisa que você vai aprendendo no dia a dia, não tem outra alternativa! Eu fui sempre uma pessoa assim...vivi sempre prá família, então não fiz amizades ao longo da vida, não fiz! Então...hoje é mais difícil, né, você lidar com essa solidão. Você viver quietinha, você viver em casa, as crianças não...é uma parte que não supre...entendeu? Eles tomam meu tempo, mas a</p>	<p>Dificuldades para enfrentar a solidão.</p>

	parte...essa parte da solidão, não! Essa parte é muito difícil você lidar com ela!” (P1).	
Participante 1	“Que nem eu falei: chega...aos 44 anos depois de ter criado já 3 filhos e tem o pequenininho prá você criar...não sei qual expectativa de vida que eu deixo assim...pro futuro...sabe? Quando você é nova, você consegue...ah...reconstruir tua vida...você consegue...ah...sair, né?! Mas...agora eu não to conseguindo vê, entendeu? É difícil você conseguir vê...né de...pode mudar. Não tá legal assim! Se eu dizer que tá legal, não tá legal, né! Prá mim não tá legal!” (P1).	Insegurança frente ao que pode acontecer no futuro.
Participante 1	“(...) Porque vivia com uma pessoa mais de trinta anos e ele pagou trinta anos de aposentadoria, ficou um ano sem pagar e perdeu o direito” (P1). “Com certeza, já ajuda com meu filho” (P1).	A aposentadoria do marido e o benefício do governo seriam fundamentais no contexto atual de sua vida. Injustiça relacionada à ameaça de perder um direito e o benefício do governo como ajuda.

Afetividade e envolvimento político.

Participante 1	<p>“Toma...toma um pouco do meu tempo, né?! Ehh aí que a gente começa a fazer...amizade, né?! Tem pessoas que eu não conhecia...e passei a conhecer, então, tem pessoas que a gente vai conversando, né, por exemplo, outro pai também perguntou de trabalho , então quer dizer, você vai fazendo amizade, coisa que no decorrê do tempo, né, de casado...num...eu não fiz! Eu vivia em função do marido e dos filhos, né e... agora não, agora a gente vai percebendo que não só a comissão de pais, a gente vai fazendo amizade com isso...vai conversando e não fica só na comissão de pais,né?! Porque a gente acaba...se abrindo, né?! Acaba falando...isso é bom! Gostaria mais que tivesse mais gente prá poder...sabe? Prá que isso se tornasse não só a comissão de pais, mas sim um ciclo de amizades, né, entre os pais...eu acho legal!” (P1).</p>	<p>Procurando superar a solidão, que apareceu com a morte do marido e foi potencializada pelo fato de ela não ter feito amizades ao longo dos 29 anos em que esteve casada, a participante buscou se envolver com um movimento político que surgiu na escola em que seu filho estudava.</p>
Participante 1	<p>“Ah eu gostaria que...né, que a gente se...unisse prá conseguir mais coisas...prá</p>	<p>Inicialmente, interessada em fazer</p>

	<p>escola, né.É que eu falei: não é só pro meu filho, é pra todos os filhos, né?! Prá todas crianças que estão aqui! E...com este objetivo consegui...mais coisas pra escola,né?! Mais trabalho, né?! Porque a gente tava pensando em fazer...ah...ah...alguma festa, alguma coisa, prá chegar no final do ano a gente poder dá um presente prá crianças... então tudo isso é uma coisa que assim que...já é um objetivo, né?! A gente vai alcançando...aos poucos de pulinho em pulinho a gente vai chegando!”</p> <p>(P1).</p>	<p>amizades, ela se envolveu politicamente e se apropriou das reivindicações da comunidade escolar.</p>
<p>Política: um mal necessário</p>		
<p>Participante 1</p>	<p>“Não, eu acho que não! Eu acho que não é política, não! Deveria, eu acho que deveria ser um pouco, mas não é! Eu acho que não...” (P1)</p> <p>“(...) É o que falei: é uma comissão assim de pais, é união de pais, eu acho, entendeu? Não tem nada a ver com...com política. Se bem que envolve, acaba envolvendo...acaba envolvendo a parte política,né?! Porque tudo que a gente</p>	<p>Para a participante a comissão de pais não é política. Mas ela deveria ser, pois entende a política como um mal necessário. É um mal, pois está ligada às instituições pouco</p>

	depende aqui, a maioria das coisas, a gente depende de quem tá lá fora, né?! Que é a prefeitura, né?! São vereadores...então, acaba se tornando um pouco política, mas não que a gente queira isso não!” (P1).	confiáveis e que não estão presentes no dia a dia da comunidade. É necessária, pois P1 acredita que sem o Estado não pode haver mudanças efetivas.
A consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade		
Participante 1	“Nós mesmos, cada um de nós, todo mundo, rico e pobre... todo mundo tem que se unir” (P1).	Ausência de um recorte de classe em sua análise, alimentando a ilusão de que é possível a conciliação entre ricos e pobres.
Participante 1	“Mais pais presentes na vida dos filhos, melhores pais... Se tivesse melhores pais, já conseguiria mudar a sociedade”	A ausência de um recorte de classe faz com que P1 transfira para a família, a responsabilidade de mudar a sociedade.

O movimento contraditório da consciência: o predomínio de velhos valores sobre novos valores

Participante 1	<p>“Ó, vô falá sério...num...num vô mentir não. Eu acho que, pelo tempo que eu vivi eu cumpri meu tempo aqui com meu marido, acho que fui uma boa esposa, acho não, tenho certeza! Eu fui uma ótima mãe! Eu acho que...eu espero reconstruir minha vida, encontrar alguém...mais pra frente...de...fazer minha vida de novo...eu espero isso mesmo! Por que...eu não quero ficar velhinha, lá...lá prá frente, lá..sozinha não! Uma coisa que eu sempre tive medo: é solidão! E é algo que eu venho passando...e não quero passar! Então espero lá pra frente encontrar alguém legal pra mim reconstruir minha vida...que aceite meu filho e...e reconstrua minha vida.” (P1)</p>	<p>Há um predomínio dos velhos valores, que se constituíram na condição de mulher de família, sobre os novos valores que adquiriu depois da morte de seu marido, em que se tornou chefe de família e militante política.</p>
Participante 1	<p>“(...) É complicado, você...você...eu acho que deveria ser assim...mulher deveria ficar viúva ou é muito nova, lá na frente, lá muito nova, ou não deveria ficar! Porque...depois é difícil você reconstruir...é difícil! Eu preciso...dá um sentido a mais na minha vida (...) (P1)</p>	<p>Necessidade de dar um novo sentido para sua vida parece demonstrar que P1 talvez ainda seja dependente, afetivamente, de um homem para ser feliz.</p>

<p>Síntese: A participante sofreu um golpe inesperado da vida. A morte de seu marido a obrigou a reconfigurar diferentes dimensões de sua vida. De dona de casa, dedicada aos afazeres domésticos e familiares, a participante teve de se desdobrar para se transformar em chefe de família, responsável pela sobrevivência de dois de seus filhos. Com a morte do marido, segundo ela, surgiram dois novos problemas que ela teria de enfrentar: o desemprego e a solidão. Para sobreviver, passou a fazer “bicos” e, para se esquivar da solidão, começou a frequentar a comissão de pais da escola em que seu filho estudava. A participante se envolveu, inicialmente, com essa comissão, com o objetivo de fazer novas amizades, mas com o tempo passou a se apropriar politicamente das reivindicações da comunidade escolar. A participante ingressou, com essa comissão, no mundo da política. Mas ela não reconhece o movimento empreendido pelos pais da escola como um movimento político. Para ela, a política está relacionada ao Estado e ao Parlamento. Tem um caráter negativo, pois está ligada às pessoas e instituições pouco confiáveis. Ao mesmo tempo, sem essas pessoas e sem essas instituições, não há possibilidade de conquistar aquilo que almejavam como pais de alunos de uma escola municipal de Educação infantil. Nesse sentido, a política era compreendida pela participante como um mal necessário. Ainda sobre a política, a participante entende que a organização popular tem um papel central para mudar a sociedade, mas a ausência de um recorte de classe em sua análise faz com que ela entenda, em outros momentos, que a responsabilidade de transformar o quadro social em que vivemos seja, exclusivamente, da família. Ela explica, assim, a falta de participação dos pais na comissão e nos espaços políticos gerados por ela. Notamos que as condições concretas de vida fizeram emergir contradições que possibilitaram a</p>		

participante elaborar novos valores para sua vida. Entretanto, velhos valores, ligados à condição da mulher como esposa, dependente afetivamente do marido, ainda predominavam.

ANÁLISE ENTREVISTA 2

O sofrimento de classe como marca de uma história de vida (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 2	<p>Cresceu comendo fubá e tomando água. Nasceu no Estado de Minas e veio para Campinas porque sua mãe estava cansada de morar na roça e queria arrumar um emprego registrado. Foi internada na adolescência em um “hospital de louco porque eu tinha problema de cabeça” (P2). Ficou internada por quase dois anos. Depois da internação, voltou a morar com seus pais. Trabalhou registrada como empregada doméstica por pouco tempo, até ser afastada pelo INSS. Faz três anos que está desempregada, porque “tô doente das pernas, pedra na vesícula e com problema de vista” (P2). Está tentando se aposentar por invalidez e vem correndo atrás dos documentos necessários.</p> <p>P2 não teve filhos e vive sozinha em um barraco de madeira, que construiu sobre um terreno conquistado em um processo de ocupação. Atualmente, com 58 anos, vive</p>	<p>A história de vida da participante guarda resquícios da classe que ela representa. A marca de sua vida é o sofrimento de sua classe – a classe trabalhadora.</p>

	com a renda do benefício que recebe (Renda Cidadã).	
A beneficiária do Renda Cidadã sem uma “renda mínima		
Participante 2	“Condição de vida eu não tenho, não tenho nada, não tenho dinheiro no banco, não tenho uma renda mínima, vou definir o quê?” (P2).	A participante é uma beneficiária do Renda Cidadã, que declara não ter uma renda mínima.
Participante 2	“Se eu tivesse dinheiro não ia pedir nada pros outros não... Ia comprar minhas coisas” (P2).	O benefício reforça uma relação de dependência. P2, nesse sentido, não se contenta com a ajuda do governo. Ela gostaria de conquistar uma autonomia financeira para não depender dos outros.
Participante 2	“Eu como, bebo, visto do que os outros me dá...” (P2).	Depende da ajuda do governo e dos

		outros para sobreviver.
Participante 2	<p>“Por que trabalhava e não tinha doença nenhuma... fiquei doente das pernas (...) Quando trabalhava tinha uma vida melhor” (P2).</p>	O benefício do governo não substitui o direito ao trabalho ou o direito de receber uma renda por invalidez.
Participante 2	<p>“Se pudesse pagava um médico particular, porque no posto de saúde é muito demorado...” (P2).</p> <p>“Queria ser feliz, só isso!” (P2).</p>	<p>Saída individual para solucionar um problema que vive no cotidiano.</p> <p>Rebaixamento de perspectivas para melhorias futuras de suas condições de vida.</p>
A Protagonista e a coadjuvante: a consciência entre o fatalismo e a reivindicação política		
Participante 2	<p>“Eu como, bebo, visto do que os outros me dá...” (P2)</p> <p>“Tenho que ficar!” (P2).</p>	A participante assume, em alguns momentos de sua vida, um papel de coadjuvante: espera ajuda do

		governo e se coloca na condição de espectadora da realidade.
Participante 2	<p>“Se a gente organizar todo mundo, fazer um abaixo-assinado e levar na prefeitura prá melhorar o bairro, deixar ele limpo, porque aquilo lá é uma sujeira, tem bicho e tudo...” (P2)</p> <p>“(...) O governo não pode roubar. Se tem muita gente que não tem comida em casa, porque o governo vai roubar? O governo rouba muito!” (P2)</p> <p>“Tirando a aposentadoria do povo” (P2).</p> <p>Ex-prefeito era “ponta firme” (P2)</p>	Em outros momentos, no vai e vem da consciência política, ela assume um papel protagonista, contribui para organizar algumas reivindicações populares e faz uma análise crítica do governo.
<p>Síntese: A história de vida da participante é a história de sua classe. Sua trajetória se assemelha a de muitos outros trabalhadores que vivem o dia a dia da sobrevivência. Nessas condições, tornou-se beneficiária de um programa de transferência de renda, o Renda Cidadã. Ocorre que esse programa não tem dado conta de suprir suas necessidades mais elementares, ainda mais considerando que seus direitos vêm sendo esfacelados na conjuntura política atual de avanço do neoliberalismo. A participante tem conhecimento dos problemas que vive. Em alguns</p>		

momentos, busca superá-los atuando como protagonista de ações coletivas. Em outros momentos, conforma-se com a realidade, busca soluções individuais e se torna uma espectadora da realidade.

ANÁLISE ENTREVISTA 3

Constituição da consciência de si: uma “mulher de luta” (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 3	<p>“Trabalhei toda a minha vida, consegui pagar essa casa sem ajuda de ninguém e agora meu marido está construindo os cômodos” (P3)</p> <p>“Sou uma mulher de luta” (P3).</p>	Pela sua história de vida, P3 constitui sua identidade, a consciência que faz de si mesma como uma mulher de luta.
De ajudas e de caridades		
Participante 3	“Graças a Deus, me ajuda muito!” (P3)	O benefício do governo como ajuda.
Participante 3	“Não posso falar que tá boa, por enquanto... porque to terminando minha casa, mas eu recebo ajuda da assistente social e de outras pessoas” (P3).	Instabilidade de quem recebe ajuda, mas não têm direitos.
Perspectivas tímidas e focais para o futuro		
Participante 3	Nem sei... tanta preocupação que a gente tem na cabeça... hum, minha maior preocupação? É meus filhos, né, não ver eles jogados na rua, meus dois mais velhos arrumarem um emprego registrado eu também um emprego registrado...” (...) “Que meu marido arrume um serviço mais melhor, um serviço mais melhor eu também,	Perspectivas focais – empregabilidade e moradia

	principalmente meus mais velhos...” (P3) “Nem prá mim, mas pro meus filhos...” (P3).	
Participante 3	“Não tem nada prá mudar (...) mudar o quê?” (P3).	Fatalismo diante da possibilidade de melhorar suas condições de vida.
Cotidianidade e ausência de um horizonte político		
Participante 3	“Acabar com a violência, tirar as crianças da rua...” (P3) “(…) Melhorar o posto de saúde prá não falta remédio...” (P3)	Mudanças tímidas e focais no plano genérico.
Participante 3	“Não sei como não...” (P3) “Trabalhar... não sei... ajudar né... (...) tem que fazer isto conversando... conversando com... ah, sei lá... conversando com quem? Aí não sei...” (P3).	Identifica alguns problemas, mas não sabe suas origens. Ausência de um horizonte político e de uma referência política.
Participante 3	“Por causa do trabalho, não tenho tempo...” (P3)	Cotidiano voltado para suprir suas necessidades e de sua família.
Síntese: Pela sua trajetória, lutando para conquistar uma moradia e uma condição mais digna de vida, P3 constituiu sua identidade própria como uma mulher de luta. Atualmente, P3 e seu marido são os únicos que trabalham na família. Por isso, dependem de ajudas e caridades. O benefício		

que recebe do governo é visto como uma ajuda importante. Além dessa ajuda, recebe auxílio de políticos e entidades religiosas. Com uma vida marcada pela luta pela sobrevivência, em um contexto em que os direitos tornaram-se favores, suas perspectivas para melhorias futuras em suas condições de vida são tímidas e focais. P3 vive, assim, um dia após o outro dia, vive para sobreviver, imersa na cotidianidade. Suas energias estão voltadas para suprir suas necessidades e de sua família.

ANÁLISE ENTREVISTA 4

Afetividade, consciência de si e identidade política (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 4	Desde cedo, junto com sua família, P4 participou de um movimento por moradia popular, que resultou na legalização do bairro em que vive.	P4 constituiu-se como criança, como mulher e como trabalhadora na luta pela moradia.
Participante 4	“O projeto de vida dela... sempre lutando, batalhando... (...) “Ah, minha mãe... a favela é a filha dela” (P4).	A trajetória de vida de P4 e a admiração que tem pela mãe, contribuíram para a participante se aproximar da associação dos moradores.
Participante 4	“Acho... acho e apoio! Sempre acompanho em reuniões essas coisas...” (P4). “Porque eu vejo a luta dela [da mãe] é... é muito difícil e eu tenho filho pequeno e aí não dá... quem sabe quando eles tiverem grande...” (P4).	P4 reconhece a importância da luta política dos moradores, embora priorize, atualmente, cuidar dos seus filhos.
Perspectivas rebaixadas para melhorias futuras nas condições de vida		

Participante 4	<p>“Não é muito, mas pelo pouco que ganha dá pra comprar coisas pros filhos” (P4)</p> <p>“(…) O dinheiro que eu recebo é pouco (…)” (P4)</p> <p>“Queria ter um padrão de vida melhor (…)” (P4)</p>	<p>Para P4, o benefício que recebe do governo ajuda, mas é insuficiente para suprir suas necessidades imediatas.</p>
Participante 4	<p>“Queria ter um padrão de vida melhor, tá estudando, arrumar um outro trabalho... não faxineira” (P4).</p> <p>“Por enquanto, só minha casa mesmo, só mexe na minha casa...” (P4).</p> <p>Queria que acabasse com os “policiais corruptos” (...) “Eu tenho medo daqui uns anos meus filhos crescer... das drogas...” (P4).</p>	<p>As expectativas de P4 para o futuro se pautam por melhorias focais e imediatas nas suas condições concretas de vida.</p>
<p>O povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político</p>		
Participante 4	<p>“Até chegar no homem da gravata tem que passar por um monte de pessoa.... então acho que depende de todo mundo... do presidente da favela, do povo, da prefeitura...” (P4).</p> <p>“São gente da prefeitura... eles tenta resolver, né?! Sem eles não vai!” (P4).</p>	<p>P4 acredita que três agentes são responsáveis para prover melhores condições de vida para a população, são eles: o povo, o presidente da favela e o homem da gravata. O homem da gravata</p>

		representa a prefeitura, sem a qual não é possível conquistar um direito.
Participante 4	“Tem uns que tentam se organizar, mas tem outros que querem tudo de mão beijada, só critica. O dinheiro que eu recebo é pouco, mas se você for olhar tem gente pior que eu que não se organiza...” (P4).	P4 tende a culpabilizar aqueles que vivem em situação mais precária que a sua e que ainda assim não se organizam
Participante 4	“As coisas não vão mudar em nada” (P4).	Fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social em que P4 vive.
Participante 4	“Ela [sua mãe] faz bazar, festa do dia das mães, dá roupa, cesta básica, vai trás da assistente social pra falar das famílias que tão precisando...” (P4). “Minha mãe... a favela é a filha dela” (P4).	A associação de moradores perde seu caráter político e sua função torna-se meramente assistencial.
Potencialidade crítica e o germe de uma consciência de classe		
Participante 4	“Aí esse não vai preso, esse não acontece nada... No Brasil tá um problema, acho que o direito deveria ser igual pro rico e pro pobre” (P4).	Para P4, a desigualdade social está assentada na relação ricos x pobres.

Participante 4	<p>“Ah... pobre... eles não querem nem saber. Eles vão falar: Ah, pobre tem que ser preso mesmo!” (P4)</p> <p>“Acho que eles deveriam procurar saber da vida da pessoa, mas não querem saber por que pegaram ele roubando... Flagrante que fala, né!?” (P4)</p> <p>“Mesmo se ele se justificar ninguém vai escutar, né!? Ainda mais no país que a gente vive...” (P4).</p>	Injustiça contra o pobre.
Participante 4	<p>Crítica de P4 a ideia de que, “quando você trabalhar em uma empresa tem que vestir a camisa” (P4).</p> <p>“Na verdade quem tá tirando lucro é o dono da empresa né!? Gostando de trabalhar, ou não, sendo vagabundo ou não, o e dele ele tá tirando” (P4).</p>	Há uma potencialidade crítica de P4, que ainda não se elevou ao plano da consciência de classe “para si”.
<p>Síntese: A partir da análise dessa entrevista, pudemos observar o movimento contraditório da consciência de classe, entre os assensos reivindicatórios e os descensos fatalistas, entre a ação coletiva e as soluções individuais, entre esperar fazer e operar as mudanças. Esse movimento contraditório pôde ser observado nas reflexões de P4. Ela cresceu em uma ocupação e viu sua família conquistar uma casa própria. Pela apropriação consciente de uma experiência de vida, defende a luta pela moradia, ao mesmo tempo em que vê essa luta como uma luta pontual junto à prefeitura. Indigna-se com a desigualdade social, diferencia ricos e pobres, mas não traduz isso em forma de ação política. Mas</p>		

também não se encontra em estado de apatia pura, participa, quando pode, da associação de moradores e acompanha de perto a luta da sua comunidade.

ANÁLISE ENTREVISTA 5

Trajatória de vida e afetividade concreta (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 5	“Conheci a pessoa errada, ele fez minha cabeça prá vender a casa e comprar uma casa no outro bairro. Ele falava que era um bairro melhor, tinha asfalto... Só que ele queria ter parte na casa, porque na outra foi eu quem paguei tudo” (P5).	A relação com o ex-companheiro afetou o destino de P5 e alterou sua trajetória de vida. Isso demonstra que a afetividade é um elemento objetivo.
Participante 5	“Perder a casa” (P5)	Sem ajuda financeira do ex-companheiro, tem medo de perder a casa.
Qual liberdade? A liberdade na visão de uma mulher duplamente oprimida		
Participante 5	“Dele aceitar eu ser livre” (P5).	A participante quer se livrar da opressão exercida pelo ex-companheiro.
Consciência de si e sobre os outros: fatalismo, culpabilização de si e da classe		

Participante 5	“Não sou bem de vida, não vou falar que sou de classe média, classe alta, mas não sou de péssimas condições. Enquanto não perco minha casa, emprego... me sinto um pouco segura” (P5).	A participante vive na incerteza de permanecer com a casa e com o emprego.
Participante 5	Ah... sei lá, deveria ter pensado melhor na minha vida... acho que fui eu mesmo que não consegui enxergar minha situação (...) Não vou dizer que é a escolaridade porque tem muita gente com estudo que tá mal na vida, acho que é minha pessoa... assim, eu me acho meio assim, não é atrasada... eu não tive sabedoria” (P5).	A participante acredita que vive da maneira como vive devido a uma característica pessoal, ou melhor, devido à falta de uma qualidade - a “sabedoria”.
Participante 5	“Tem que aceitá o emprego porque não tem escolaridade, não tem capacidade de fazer uma coisa melhor, fazer o quê? (...) Eu sou uma pessoa assim, que eu contento com aquilo que eu tenho” (P5).	Compreendendo que não tem sabedoria, nem capacidade para fazer alguma melhor, resta à P5 conformar-se com o que ela tem.
Participante 5	“O povo não sabe de nada” (P5).	Para P5, o povo também não tem sabedoria.
Participante 5	“Acho que não, o Brasil tá na mão do cara que é eleito, mas não na mão do povo (...)”	O povo, por falta de sabedoria, é

	o povo vota enganado” (P5)	facilmente enganado. O Brasil está na mão de quem enganou o povo.
Participante 5	“Os candidatos analisarem a situação do Brasil e agir! (...) É se for ver em geral, né, a primeira parte os candidatos, a segunda parte o povo, o povo tem que contribuir, acho que tem que ter participação, mas principalmente os candidatos, porque as mudanças são determinadas por eles” (P5).	O fato de ser enganado parece atestar, mais uma vez, para a falta de sabedoria do povo. Por isso, os candidatos são os maiores responsáveis pelas mudanças sociais.
Crítica moral à desigualdade social: uma análise idealista sobre o fenômeno		
Participante 5	“Falta de amor das pessoas (...) Ah, tipo uma pessoa explora outra? Tipo no trabalho, não vô falá só do trabalho... em casa, tipo, uma pessoa abusa da boa vontade do outro...” (P5). (P5).	P5 faz uma crítica moral à desigualdade social, mas não analisa a raiz do fenômeno.
Fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social e econômico em que vivemos		
Participante 5	“A sociedade em geral não tem melhora... as coisa só pioram, não melhora... não vejo um futuro bom. Se aconteceu um negocinho bom, acontece dez ruim” (P5).	P5 reconhece que vivemos em um momento difícil, mas não vê nenhuma perspectiva de mudança social.

O crime do sujeito comum e do colarinho branco: o atenuante é a condição de classe

Participante 5	“Nada justifica um roubo, no meu vê, no meu pensá é assim, nada justifica a pessoa de roubá. Mas se for assim, vamos supor um adolescente que o pai e a mãe não dá nada prá ele, um pai de família sem emprego...” (P5)	Dependendo da circunstância, o roubo pode ter um atenuante: a condição de classe de quem rouba.
Participante 5	“É daí já é um caso assim, como que se diz? O que fez o cara se candidatar a vereador, fazer essas falcatruas assim, acho que ele já tava pensando nisso, prá mim ele premeditou... como que se diz? Essa falcatrua... Eu acho que ele tem que ser, não é julgado bem, tem que ser denunciado, teria que colocar em prato limpo a situação, porque ele tá roubando a sociedade, porque não é justo porque a gente votou nele...” (P5).	No caso do político, o crime não tem atenuante, é tratado como uma ação premeditada.

Síntese: A relação afetiva com seu ex-companheiro trouxe consequências no plano material e contribuiu para agravar as condições concretas de vida da participante. Atualmente, P5 quer se libertar da opressão exercida pelo ex-companheiro, que ainda está presente em sua vida. A participante acredita que a relação com o ex-companheiro explica, em grande medida, porque ela vive da maneira como vive. Para ela, a falta de sabedoria a fez se aproximar de seu ex-companheiro. Ela não se sente capaz de ascender economicamente. Acredita que seja uma pessoa sem sabedoria e sem capacidade – essa é a consciência que faz de si mesma. A consciência de si interfere na consciência que ela faz dos outros. Por

isso acredita que o povo também não é capaz de tomar os destinos na sua própria mão. Sendo assim, quem seria responsável por alterar o quadro social e econômico em que vivemos? Para P5, o povo é enganado pelos candidatos, mas isso atesta, mais uma vez, para a falta de sabedoria da população. A única alternativa seria depositar a confiança nos candidatos e esperar que eles realizem as mudanças de que o país precisa. Além da falta de sabedoria do povo e dela mesma, o que explica o quadro social e econômico em que vivemos é a “falta de amor das pessoas”. Com isso, ela faz uma crítica moral à desigualdade social, mas não reconhece as origens históricas desse fenômeno. A análise de P5 sobre a desigualdade social está pautada em uma visão idealista, que carece de uma explicação consistente acerca do quadro social e econômico em que vivemos. Assim, sem um horizonte político e sem uma coletividade que a fortaleça como sujeito político, P5 tem uma percepção fatalista do que pode esperar para o futuro. Refletindo situações de contraste, pudemos compreender melhor o movimento da consciência política de P5. Diante de duas situações que lhe foram apresentadas, P5 faz uma reflexão sobre o crime. Observamos, a partir de então, que dependendo da circunstância, o roubo para P5 pode ter um atenuante: a condição de classe de quem rouba.

ANÁLISE ENTREVISTA 6

Da favela para o bairro (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 6	<p>O bairro em que a participante nasceu e vive até hoje era conhecido como uma “favela” (P6). Ocorre que a luta coletiva dos moradores obrigou a prefeitura a negociar uma regularização dos terrenos e, com isso, vieram o asfalto e o esgoto. Hoje, a antiga favela é uma vila popular enraizada em uma área nobre da cidade, ainda que os moradores não tenham a posse definitiva dos terrenos.</p>	<p>P6 morava em uma favela, que, com a luta coletiva dos moradores, tornou-se um bairro com infraestrutura básica.</p>
Combate ao cotidiano violento		
Participante 6	<p>Para combater a violência, P6 reivindica um posto policial no bairro: “As coisas demoram a melhorar e quando melhoram é muito pouco (...) se eles quisessem mudar eles já teriam mudado” (P6)</p>	<p>P6 critica a morosidade da prefeitura e acredita que ela tem um papel importante no combate à violência.</p>
Participante 6	<p>“Uma união... se todos pensassem da mesma forma, se fosse montada uma associação séria!” (P6)</p>	<p>Para combater a violência, a associação de moradores deveria ser diferente da que existe atualmente.</p>

Participante 6	“Cegueira forçada” (P6)	Para P6, a relação do tráfico com a associação obscurece as reais necessidades dos moradores.
Participante 6	“Falta de educação de umas famílias” (P6) “A falta de educação” (P6).	A falta de educação de algumas famílias é outro elemento que deveria ser combatido, pois contribui para fomentar a violência no bairro.
Cotidiano violento: a revanche da religião		
Participante 6	Pela ação efetiva da igreja sobre a vida da sua mãe, P6 passou a acreditar no poder de interferência social que aquela tem sobre as pessoas daquela comunidade.	A religião como instrumento de combate à violência.
Militante evangélica		
Participante 6	“Às vezes... eu quero tomar prá mim a dor da criança, quero trabalhar por ela, quero lutar por ela... aí que eu vejo que sou uma militante” (P6).	P6 é uma militante evangélica.
O respeito ao “crente”: a criminalidade na visão de uma evangélica da periferia		

Participante 6	“Eles não mexem com crente, sei lá por quê...” (P6)	Há um respeito entre os evangélicos e o pessoal envolvido no crime, pois partilham de uma mesma realidade de classe.
Participante 6	“Ainda que ele sofreu tudo o que ele sofreu, ele deveria continuar trabalhando... foi uma questão de escolha” (P6).	P6 acredita, em um momento, que o envolvimento com o crime é uma questão de livre escolha.
Participante 6	“Então o primeiro lá... do ladrão... a única diferença é que ele tem estudo e ele tinha mais opção de não entrar no crime, do que o que viveu tudo aquele sofrimento (...) Um seria mais vulnerável do que o outro, acredito que o cara que se tornou vereador não teve contato com esta realidade...” (P6).	Apesar de condenar o crime por si só, P6 apresenta um atenuante para o caso de um suposto rapaz que vive uma realidade próxima à sua.
O “sonho” de conquistar direitos		
Participante 6	“Meu sonho, assim, com a minha casa própria, abri um salão de beleza ou cozinhá” (P6).	Para a participante, conquistar direitos previstos na constituição se configura como um sonho.

Participante 6	“Tenho que trabalhá muito (...) Se eu trabalhá eu consigo, eu posso!” (P6).	Para conquistar seu “sonho”, P6 não espera contar com ninguém, a não ser com seu próprio esforço.
A desigualdade vivida e sentida		
Participante 6	“Quando você é apontado por algo que você não fez, quando você sofre preconceito (...) Uma vez eu vi uma vaga prá emprego e fui lá, tava quase certo, aí entrou outro candidato branco prá disputar comigo e o cara me ligou dizendo que não tinha conseguido a vaga, achei que foi por causa disso...” (P6).	A desigualdade social tem uma dimensão moral, que não é apenas vivida, mas sentida.
<p>Síntese: P6 cresceu em uma favela, é filha de uma ocupação. Contudo, não obteve casa própria. Pela trajetória de sua vida, teve de se mudar do bairro e quando voltou para lá, alugou uma casa e paga aluguel até hoje. P6 vive no mesmo bairro há anos e conhece os problemas da comunidade. Para ela, o principal problema que aponta e que deve ser combatido é a violência. Na sua avaliação, para combater a violência teria de combater o tráfico e montar uma nova associação de moradores que não fosse vinculada ao crime, como P6 diz que é. O combate à violência perpassa, ainda, pelo combate à falta de educação de algumas famílias. Para ela, a religião pode cumprir um papel de educar essas famílias. P6 aproximou-se da religião pelo que ela fez com sua mãe, livrando seus pais das drogas. P6 envolveu-se com a igreja evangélica de tal maneira, que se considera uma militante que luta para educar as crianças e, assim, acredita poder livrar a juventude do tráfico. Ela observa que as pessoas</p>		

envolvidas com o crime respeitam os evangélicos, talvez por que vivam sob uma mesma realidade. Apesar de condenar o crime, P6 apresenta um atenuante para o caso de um suposto rapaz, que vive uma realidade próxima à sua. Atualmente, P6 tem um sonho: conquistar uma casa própria e um emprego. O que é direito é tido, para ela, como um sonho. P6 não apenas vive, como sente a desigualdade social na pele. A desigualdade social tem uma dimensão moral, que não é apenas vivida, mas sentida. Isso fica evidente em um caso em que a participante relata que foi vítima de preconceito.

ANÁLISE ENTREVISTA 7

O trauma como reprovação divina (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 7	<p>“Era das festas, fazia coisas de adolescente” (P7).</p> <p>O acidente foi uma “reprovação de Deus” (P7)</p>	P7 acredita que seu comportamento de adolescente foi reprovado por Deus, quando ela sofreu um acidente.
Participante 7	<p>“Prá tudo eles pedem dinheiro e ficam falando mal dos católicos...” (P7)</p> <p>“De vez em quando vou na igreja, mas só de vez em quando, só quando tô com meus pais mesmo” (P7).</p>	A ideia de reprovação divina não foi o bastante para P7 se tornar uma religiosa.
As possibilidades e os limites concretos da cidade grande		
Participante 7	“Cidade grande” (P7)	Para P7, há uma diferença entre a vida do interior e da cidade grande.
Participante 7	“Com o filho ficou difícil arrumar um emprego” (P7)	Ser mãe e dona de casa toma todo seu tempo.
Participante 7	“Mas meu marido não é de se divertir” (P7).	Ela se sente isolada. Esse isolamento se

		agrava, pois seu marido é caseiro.
Fatalismo e crítica ao fatalismo		
Participante 7	“Porque não teve cabeça” (P7) “Correr atrás dos sonhos” (P7)	O fracasso ou o sucesso depende do indivíduo.
Participante 7	“Querida ser professora, mas não tenho capacidade” (P7)	Fatalismo diante da possibilidade de conquistar um objetivo.
Dona do próprio negócio: modo ou meio de vida no capitalismo?		
Participante 7	“Querida melhorar minha maneira de vida, meu modo de viver para meu filho ter mais condições do que eu quando ele crescer” (P7).	P7 quer melhorar suas condições de vida.
Participante 7	“Querida ser manicure, ou ter um salão de beleza” (P7).	O caminho que encontra para melhorar suas condições de vida é ser dona do próprio negócio.
Participante 7	“Quando a pessoa... deixa eu explicá... ele não é mandão, ele tá fazendo o dele...” (P7). “Às vezes, por mais que a pessoa tem, eles querem mais do que tem, vira uma	P7 caracteriza o bom e o mau patrão.

	obsessão” (P7).	
Participante 7	“Pensar não só no bem dele, mas também no bem do outro” (P7)	O bom patrão deve se preocupar com o empregado.
Participante 7	“Vou ser minha própria patroa, não ficá dependendo de gente que manda na gente” (P7).	P7 quer ter um negócio próprio para se livrar da subordinação.
Participante 7	“Ricos por ter dinheiro, eles se acham melhor do que a gente”	Crítica aqueles que, por sua condição econômica, humilham os mais pobres.

Síntese: A adolescência de P7 foi vivida intensamente. Ela costumava sair para festas com os amigos. Seus comportamentos não eram aprovados pelos seus pais - mãe e padrasto. Um dia, em uma noite em que saiu de casa, sofreu um acidente de moto que lhe trouxe sequelas. Para P7, esse acidente foi uma reprovação de Deus por ela ter privilegiado as festas e a vida noturna em detrimento de uma vida mais regrada, mais próxima da igreja e dos pais. Mas essa conclusão P7 chegou quando mudou para a “cidade grande”. Com a mudança de cidade, muita coisa também mudou em sua vida. Ela começou a trabalhar, mas logo engravidou e foi morar com o companheiro. Atualmente, cuida do filho e trabalha em casa. Os afazeres domésticos e os cuidados do filho ocupam todo seu tempo, o que dificulta ela arrumar um emprego ou terminar seus estudos. Por trabalhar em casa, sem conhecer quase ninguém na “cidade grande” e o marido que não gosta de sair, P7 sente-se isolada e acredita que os vizinhos poderiam ser mais solidários. P7 acredita que vive da maneira como vive por que não tem capacidade de realizar seus

sonhos: ser dona do próprio negócio ou ser professora. Ela acredita, assim, que não tem uma condição melhor de vida, pois não é capaz de correr atrás de seus sonhos. Por outro lado, acredita que se as pessoas se esforçarem, poderão obter aquilo que desejam. O sucesso depende da força de vontade dos indivíduos isolados. De todo modo, um dos objetivos da vida de P7 é ser dona do próprio negócio, pois esse o único caminho que encontra para melhorar suas condições de vida, já que sabe que um trabalho precarizado no dias de hoje não é capaz de garantir uma vida digna para ela e sua família. P7 caracteriza o bom e o mau patrão. Ela quer ser a boa patroa, que se preocupa com o empregado. Ela critica aqueles que, por sua condição econômica, humilham os empregados. Para se esquivar dessa humilhação, que vivenciou em uma experiência de emprego, quer ser, como ela diz, a própria patroa.

ANÁLISE ENTREVISTA 8

Do trabalho informal ao trabalho precarizado, do direito ao benefício (categorias de análise)		
Entrevista	Conteúdo (Unidades de sentido)	Interpretação
Participante 8	“Lá é tipo assim: é invasão e eu comprei a casinha. É que eu morava com a minha irmã e conheci meu marido. Porque, na época, ele recebia do INSS, agora cortaram, acredita? E nós juntamo um dinheirinho e compramo a casa” (P8).	Um direito anterior, que foi retirado, ajudou o casal a comprar uma casa própria.
Participante 8	“Eu acho que é direito, porque você acha que uma pessoa como meu marido, é que você não conhece ele, mas você acha que ele tem condições de trabalhar? Uma pessoas que se isola do mundo não é doente? Ninguém quer pegar ele prá trabalhar...” (P8).	P8 reivindica a aposentadoria do companheiro como um direito adquirido, que foi retirado. Com a perda desse direito, começaram a receber benefícios do governo.
Participante 8	“Firma clandestina (...) Mas a firma não foi prá frente” (P8). Atualmente, trabalha registrado como cozinheira.	Melhoria das suas condições de emprego.
Perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos		

Participante 8	“Por causa da estrutura familiar. Eu não tive estrutura, morava na roça...” (P8).	P8 culpabiliza a si mesma e sua própria família, para explicar porque vivem na condição de pobreza.
Participante 8	“Dando prá comer, vestir... tá bom!” (P8). “Olha, eu queria mudá muitas coisas, eu queria uma casinha, não uma casa muito grande, mas sem aquele mofo” (P8).	Perspectivas rebaixadas para o futuro.
Participante 8	“Mas eu queria pouca coisa, não quero luxo. Eu acho que não é certo querer muito luxo (...) eu acho que não é certo querer muito luxo porque, assim, as pessoas começa a passar em cima dos outros...” (P8).	P8 não quer luxo. Para ela, o luxo é um desvio moral.
Participante 8	“Eu queria mais alimento em casa, porque eu gosto de fazê as coisas e dá pros vizinhos, sabe?” (P8).	Quer melhorar de vida para poder compartilhar com os vizinhos, fortalecer laços de solidariedade.
Participante 8	“Ah, eu queria, assim: mais mordomia pro meu filho, comprar uns presentes prá ele... porque é triste você olhar pro seu filho no dia das crianças e não poder dá um presente...” (P8).	P8 almeja melhorias concretas, principalmente para legar ao seu filho uma vida melhor e um futuro mais

	<p>“Então, quero dá melhores condições pro meu filho, incentivar ele a estudá, e quando ele ficá mais velho, mesmo que seja uma faculdade não muito boa, eu vou pagá prá ele estudar e ter um futuro melhor do que o meu...” (P8).</p>	<p>digno.</p>
<p>Participante 8</p>	<p>“É bom, eu não tenho o que reclamar de maneira nenhuma! Meu filho tinha problema de saúde quando entrou na escola, e eles deram atenção e cuidaram direitinho dele. Não tenho que reclamar da creche, porque eles tratam muito bem meu filho. E o posto de saúde eu não tenho o que reclamar de maneira nenhuma, porque tem remédio... meu filho já fez uma cirurgia pelo SUS...” (P8).</p>	<p>P8 está satisfeita com a escola e com o posto de saúde.</p>
<p>Direito negado e a perda do sentido de coletividade</p>		
<p>Participante 8</p>	<p>“Se eu ganhasse um salário melhor, eu se contento... não é certo do ser humano, acho que deveria ter um salário melhor! Eu entro às 7 da manhã, trabalho como uma condenada e você não vê um elogio, mas sei lá... a gente é terceirizado...as pessoas não dão valor. Eu acho que as pessoas superiores, principalmente a direção, em primeiro lugar a direção, deveria dar valor! Eu acho que a gente tem que ser da prefeitura, não terceirizado! Porque daí daria prá ganhar um salário melhor... se eles</p>	<p>P8 reivindica ser funcionária da prefeitura, ter um salário melhor e ter seu trabalho reconhecido.</p>

	tivesse consciência disso, deles vê o nosso trabalho...Eu acho que eles tinha que frequentar o dia a dia do nosso trabalho!” (P8).	
Participante 8	“Acho que a prefeitura...” (P8) “Dia a dia do nosso trabalho” (P8)	Reivindica que a prefeitura valorize seu trabalho.
Participante 8	Mas pra fazê um protesto, nem todo mundo quer porque tem medo de perder o emprego. Eu mesmo não tenho coragem de fazê um protesto, porque eu penso no meu filho e não quero perder o emprego! Só assim com protesto eles via o que a gente tá querendo, mas quem é besta de fazer? Eu não sou! (P8).	Para conquistar suas reivindicações, P8 acredita que os trabalhadores precisam se organizar, protestar. Contudo, o direito de protesto é negado.
Negatividade da política e neutralidade política		
Participante 8	“Sou muito caseira, meu marido também. Não que ele não goste que eu saia, mas também eles [a associação] não resolvem nada, só papo, assim, política só... Você vê, eu moro na beira de um rio, minha casa enche de água quando chove, as paredes de casas tão assim de mofo... e eles dizem que vão ver isso e não vê nada... porque o povo quer ganhar dinheiro, não quer fazer as coisas... é a esperteza...” (P8).	A política assume um sentido negativo, pois ela é compreendida como um instrumento de ascensão social, que serve a interesses particulares. Por isto, P8 diz que é

	“É que eu fico neutra, eu sou muito caseira...” (P8).	neutra.
O contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política		
Participante 8	“O Lula faz muita coisa (...) ah, o Bolsa Família... fez muita coisa... o Renda Mínima... ah ele faz muita coisa, por exemplo, eu vou fazer inscrição para casa própria, eu vou fazer inscrição... antes não tinha isso eu acho, tinha mais gente precisando de coisas, morando em barraco em invasão... tá ruim ainda, não tem como melhorar porque um só não rema não, mas melhorou um pouquinho. Eu tenho medo quando ele sair o que vai ser...” (P8).	Para P8, a possibilidade de uma mudança, mesmo mínima, em sua condição de vida, depende da ação de um presidente bem intencionado, sensível às causas do povo.
Participante 8	“Nem tanto o Lula, mas o pessoal que tá em volta dele... é deputado, é vereador... não dá pro Lula fiscalizar todo mundo porque, por exemplo, o cara que mexe no computador, ele pode mudar as coisas, não dá pra quem precisa... e não tem como o Lula olhá um por um...” (P8).	Ao contrário do governo, Lula quer ajudar os pobres.
“Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!”		
Participante 8	“Olha filho, significa muito. Só de saber que todo dia 20 eu recebo... que com esse dinheiro eu posso comprar o remédio pro meu marido e o restante eu intero prá	Para P8, o Bolsa Família contribui um pouco para suprir as necessidades de

	pagar a luz.” (P8) “Melhorou um pouquinho” (P8).	sua família.
Participante 8	“Eu queria uma ajuda melhor, é ruim depender dos outros, mas meu salário é muito ruim! Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!” (P8).	O Bolsa Família é uma ajuda, mas causa uma relação de dependência. Tanto mais o salário for ruim, mas o benefício torna-se necessário.
Participante 8	“Se meu marido tivesse recebendo, eu acho que não é direito, aí deixava a oportunidade para outro. Eu penso desse jeito! Porque se juntasse o meu salário com o dele, eu acho que, com mil reais, eu acho que a gente vivia...” (P8).	O benefício só é compreendido como um direito se P8 não tiver acesso a direitos anteriores.
Participante 8	“Igual eu vi na televisão uma reportagem de uma mulher que recebe o Bolsa Família e não precisava... Eu tenho um filho e recebo 90 reais...presta atenção: ela podia deixar pros que mais precisam... na minha rua tem um monte de gente que precisa... Mas o povo não pensa assim...” (P8).	A seletividade do Bolsa Família contribui para jogar os trabalhadores uns contra os outros e ausenta o Estado da sua responsabilidade.
Síntese: A história de vida de P8 traz marcas de sua classe: a participante trabalhou desde criança para sobreviver e lutou para conquistar uma casa própria. P8 trabalhava no mercado informal e pela primeira vez está trabalhando como empregada registrada. Atualmente, com a perda de		

um direito adquirido - a aposentadoria do marido por invalidez – sua família passou a engrossar o número de beneficiários de programas de transferência de renda. As perspectivas de P8 para o futuro são tímidas e focais: o direito da aposentadoria do marido, uma casa sem mofo e uma renda melhor para dar um futuro mais digno para seu filho. Ela gostaria de ser reconhecida no seu trabalho, também gostaria de ser efetivada como funcionária da prefeitura. Para conquistar esses direitos, acredita que seria preciso se organizar politicamente, protestar. No entanto, reconhece que o protesto resultaria em demissão. A política assume um sentido negativo, pois ela é compreendida como um instrumento de ascensão social, que serve a interesses particulares. Por isso, P8 diz que é neutra. Para P8, a possibilidade de uma mudança, mesmo mínima, em sua condição de vida, depende da ação de um presidente bem intencionado, sensível às causas do povo. Ela considera que o Bolsa Família seja uma ajuda, mas causa uma relação de dependência. Tanto mais o salário for ruim, mas o benefício torna-se necessário. O benefício só é compreendido como um direito, se P8 não tiver acesso a direitos anteriores.

ANEXO 5 – TESE/OBJETIVOS/CATEGORIAS DE ANÁLISE

Tese de que os programas assistenciais de transferência de renda emergem em um contexto psicossocial de dominação política de uma classe sobre a outra e contribuem, dessa maneira, para forjar um sentimento de resignação e propagar o fatalismo. Sendo assim, eles se configuram como um “freio” para a consciência de classe, ainda que esse processo seja marcado por idas e vindas, avanços e retrocessos da consciência.

Objetivos	Método	Discussão
<p>Refletir como os participantes compreendem o fenômeno da desigualdade social, a partir da maneira como refletem sobre suas condições de vida;</p>	<p>Entrevista 2 (O sofrimento de classe como marca de uma história de vida)</p> <p>Entrevista 5 (Consciência de si e sobre os outros: fatalismo, culpabilização de si e da classe/ Crítica</p>	<p>A trajetória de vida das participantes é marcada pelo sofrimento comum à classe que representam. Há algo de comum em todas as histórias que ouvimos: mais cedo ou mais tarde todas as participantes tiveram de lidar com a escassez material e com dificuldades no plano concreto da sobrevivência. Elas vivem e sentem a desigualdade social a partir de experiências que vivenciaram em seus cotidianos. As participantes 2, 3, 4, 5 e 8 viviam em antigas ocupações de terra e conquistaram casa própria por meio de lutas que ajudaram a construir. A participante 1 vive em casa própria. As participantes 6 e 7 vivem de</p>

	<p>moral à desigualdade social: uma análise idealista sobre este fenômeno);</p> <p>Entrevista 6 (Desigualdade social vivida e sentida)</p> <p>Entrevista 8 (Do trabalho informal ao trabalho precarizado, do direito ao benefício/ Perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos)</p>	<p>aluguel e sonham conquistar um terreno para elas e suas famílias. Entre sonhos e conquistas, todas as participantes viram decair suas condições de vida - algumas conquistas e muitas outras perdas, direitos negados, direitos que se tornaram favores, benefícios que substituem os direitos.</p> <p>Pelas suas condições atuais de vida, todas as participantes estão aptas a receberem o benefício do governo federal ou estadual. A participante 1 e 7 esperam receber o benefício. As demais participantes são beneficiárias dos programas de transferência de renda. Todas elas são cidadãs sem uma renda mínima. Recebem uma renda do governo ou esperam recebê-la como uma forma de ajuda para minimizar a precarização de suas condições de vida, gerada, em grande medida, pela precarização dos direitos, que é efetuada pelo mesmo Estado que promove a transferência de uma renda a esses mesmos cidadãos sem renda e sem direitos.</p> <p>Notamos que a participante 5, por exemplo, acredita que vive sob</p>
--	---	--

		<p>condições adversas por sua própria culpa, pela falta de “sabedoria”. Nesse caso, constitui uma consciência de si pautada pela desvalorização de si mesma. A mesma consciência que tem de si tem dos outros. Acredita, assim, que a maioria da população vive da maneira que culpa dos indivíduos isolados que não tiveram força de vontade para alcançar melhores condições de vida. O mesmo ocorre com a participante 8, que acredita que vive da maneira como vive devido à falta de “estrutura familiar”. Tanto a participante 5 como a participante 8 explicam a desigualdade social que elas próprias são vítimas, a partir de um elemento interno, da personalidade dos indivíduos e si de próprias.</p>
<p>Compreender se os participantes buscam alcançar uma condição de vida diferente da que vivem na</p>	<p>Entrevista 1 (Política: um mal necessário/A</p>	<p>Todas as participantes almejam melhorar suas condições de vida. De que forma? Quais alternativas encontram para alcançarem seus</p>

<p>atualidade e, se sim, quais alternativas encontram para conquistar uma condição por eles almejada;</p>	<p>consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade)</p> <p>Entrevista 2 (A protagonista e a coadjuvante: consciência entre o fatalismo e a reivindicação política/A beneficiária do Renda Cidadã sem uma “renda mínima”)</p> <p>Entrevista 3 (De ajudas e</p>	<p>objetivos? Em primeiro lugar, temos de destacar o que as participantes entendem por melhorias em suas condições de vida. Todas elas almejam melhorias focais, tímidas, sem grandes expectativas de que haja uma mudança substancial no plano concreto: as que vivem de aluguel querem uma casa própria, as que têm casa própria querem construir mais um cômodo ou reformar, querem voltar a estudar, almejam um emprego melhor, um salário melhor. Querem que seus filhos tenham um futuro mais digno. Sonham em ter uma profissão, sonham em serem donas do próprio negócio. Tratam suas expectativas como sonhos, sonham em conquistar direitos que lhe foram negados, sistematicamente, durante toda a vida. Vivem de ajudas e caridades. Tratam a ação do Estado como uma ajuda. A trajetória de vida sofrida não gerou uma identidade de classe, mas contribuiu para isolar cada uma delas a buscarem, individualmente, melhorias para suas próprias vidas, sem relação efetiva com a coletividade em que se inserem.</p>
---	--	--

<p>de caridades/ Perspectivas tímidas e focais para o futuro/Cotidianidade e ausência de um horizonte político)</p> <p>Entrevista 4 (Perspectivas rebaixadas para melhorias futuras nas condições de vida/ O povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político)</p>		<p>Quando pensam em lutas coletivas, não se apoiam nas experiências do passado, quando muitas conquistaram casa própria por meio da organização política dos moradores. As experiências de luta do passado parecem terem sido deixadas para trás, pelo menos neste momento – esse é o caso da participante 2, 4, 6 e 8, especialmente, da participante 3, que não vislumbra nenhuma alternativa coletiva.</p> <p>Pensam em lutas coletivas para solucionar um problema pontual do bairro, como no caso da participante 4, que acredita que uma participação mais ativa da comunidade ajudaria a associação de moradores para promoção de uma ação assistencial mais afetiva (doação de roupas, alimentos, etc.). A ação coletiva, quando pensada, toma uma função imediata: organizar um abaixo-assinado para a prefeitura construir um muro que separa as casas que vivem na margem de um rio. São ações pensadas para resultarem em melhorias imediatas para o bairro. Em alguns momentos, notamos que as</p>
--	--	---

	<p>Entrevista 6 (O “sonho” de conquistar direitos)</p> <p>Entrevista 7 (As possibilidades e os limites concretos da cidade grande/Dona do próprio negócio: modo ou meio de vida no capitalismo?)</p> <p>Entrevista 8 (Direito negado e a perda do</p>	<p>participantes se colocam como protagonistas da luta, como agentes ativas que organizam ações e movimentos. Em outros momentos, talvez predominante, limitam-se ao papel de coadjuvantes, aguardando passivamente que a prefeitura acolha suas reivindicações e realize as mudanças que elas almejam. Isso revela que o elo entre o público e privado foi rompido parcialmente. O caso mais emblemático é o da participante 8 que, conforme relata, na condição de funcionária terceirizada da prefeitura, está impedida de se organizar para reivindicar um salário melhor, pois isso resultaria em demissão. Então, nesse contexto, o que era luta coletiva transforma-se em indignação particularizada, sem vínculo com um grupo ou classe. Em geral, as participantes não veem a luta coletiva como instrumento para conquista dos direitos. O coletivo é algo abstrato, distante, difícil de organizar. A conjuntura política dos bairros onde elas vivem refletem a conjuntura política em que vivemos: fragmentação política da classe, confusão</p>
--	---	---

	<p>sentido de coletividade/<i>Perspectivas para o futuro no contexto da retirada dos direitos</i>).</p>	<p>ideológica, incremento do individualismo e da competitividade. Nesse cenário, as participantes se acostumam com as migalhas que recebem em forma de uma renda, que vão substituindo, aos poucos, os antigos direitos. Passam a tratar o direito como um sonho. Um sonho que poderá ser conquistado na base dos favores: pedindo ajuda para reformar um cômodo da casa (participante 3) ou se inserindo em programas assistencialistas. E o sonho maior, particularmente, da participante 6 e 7: ser dona do próprio negócio. Elas, todavia, não se sentem capazes de conquistar esse sonho, pois apequenaram suas expectativas de vida. Não se trata, todavia, de um sonho de viver como um patrão, mas de viver sob condições econômicas estáveis, pois, nesse caso, elas têm plena consciência de suas condições concretas, a partir do que viveram, sabem que não é possível conquistar uma estabilidade financeira com um salário precário ou vivendo de “bicos”.</p>
<p>Analisar se as experiências de vida dos</p>	<p>Entrevista 1 (Da esfera</p>	<p>As experiências de vida das participantes contribuiriam para gerar um</p>

<p>participantes contribuem para gerar um sentido político às suas ações cotidianas;</p>	<p>privada à esfera da vida pública: ocupando o posto de chefe da família/ Afetividade e envolvimento político/O movimento contraditório da consciência: o predomínio de velhos valores sobre novos valores)</p> <p>Entrevista 3 (Constituição da consciência de si: uma “mulher de luta”);)</p>	<p>sentido político para suas ações cotidianas, especialmente, no caso da participante 1, 3, 4, 5 e 6.</p> <p>A participante 1 envolveu-se em um movimento político empreendido pelos pais da escola em que seu filho estudava, depois do falecimento de seu marido, quando se viu obrigada a sustentar sua família. Mais do que isso, a morte de seu companheiro gerou um sentimento de solidão, uma vontade de fazer novas amizades que a levou a se envolver com a comissão de pais da escola.</p> <p>A participante 3 vivia em condições financeiras mais favoráveis quando morava com seus pais, mas decidiu viver com o companheiro e sair de casa, então, teve de se envolver com a luta pela moradia, para conquistar sua casa própria.</p> <p>A participante 4 cresceu em uma ocupação de terra, lutou para conquistar sua casa própria e viu essa luta reverter em melhorias concretas para sua vida. Nesse contexto, ela se aproximou da</p>
--	--	---

	<p>Entrevista 4 (Afetividade, consciência de si e identidade política/ Potencialidade crítica e o germe de uma consciência de classe)</p> <p>Entrevista 5 (Trajetória de vida e afetividade concreta/ Qual liberdade? A liberdade na visão de uma mulher duplamente oprimida/ O crime do sujeito comum e do colarinho branco: o</p>	<p>associação de moradores e isso se deveu, principalmente, pela relação de proximidade com sua mãe, presidenta da entidade, que também é uma referência afetiva para ela.</p> <p>A participante 5 também conquistou sua casa própria por meio da luta, mas ela acabou sendo convencida pelo então companheiro e acabou vendendo sua casa e foi morar em outro bairro. Atualmente paga as prestações da casa. Ela e seu companheiro se separaram e, segundo relata, tem de arcar sozinha com as despesas da casa. A partir de uma experiência afetiva, teve de reconfigurar sua vida concreta: saiu do bairro em que conquistou casa própria, teve filhos e se tornou a única responsável pela sobrevivência deles, o que faz com que ela esteja vivendo para pagar suas dívidas. Enquanto isso, ela quer se livrar da opressão exercida pelo ex-companheiro.</p> <p>A participante 6 é filha de ex-usuários de droga. Seus pais se livraram das drogas quando começaram a frequentar a igreja evangélica. Essa</p>
--	---	---

	<p>atenuante é a condição de classe)</p> <p>Entrevista 6 (Da favela para o bairro/ Combate ao cotidiano violento/ Cotidiano violento: a revanche da religião/ O respeito ao “crente”: a criminalidade na visão de uma evangélica da periferia)</p>	<p>experiência serviu para mostrar para a participante que a religião tem um poder de transformar as pessoas. Tomando o exemplo de superação de seus pais, de pessoas que ela tem proximidade afetiva, ela se aproximou da igreja e acredita que a religião é o melhor instrumento para combater a violência, o principal problema que vive seu bairro, conforme relata. Notamos, então, que a ação religiosa passa a se revestir de um caráter político.</p> <p>Todas essas participantes de uma forma ou de outra, geraram um sentido político a partir de experiências de vida. Isso fica mais claro quando analisamos as trajetórias de vida das participantes 1, 3, 4 e 6. Nesses casos, notamos que elas se envolveram com ações políticas por questões, primeiramente, afetivas: a necessidade da participante 1 fugir da solidão, a relação afetiva da participante 2 com seu companheiro, que a fez sair de casa e lutar para conquistar sua própria moradia, a relação com a mãe que fez a participante 4 se aproximar da associação</p>
--	--	--

		<p>de moradores e a superação dos pais da participante 6, que a fez se aproximar da religião, apropriando-se desta, também, como uma forma de fazer política.</p> <p>Notamos que a afetividade foi um primeiro passo para elas se aproximarem de um movimento político, mas em todos os casos, também houve uma apropriação racional acerca do caráter político-reivindicatório da comissão de pais, da luta pela moradia, da associação de moradores e da igreja.</p> <p>O caso da participante 5 é diferente. Aparentemente, ela não se envolveu com nenhum movimento político a partir de uma relação afetiva. Contudo, a relação afetiva, especialmente com seu segundo companheiro, gerou um sentido político, pois a partir de então a participante passou a refletir sobre a condição de submissão a que esteve submetida e, atualmente, quer se livrar da opressão machista exercida pelo ex-companheiro. Essa situação revela que a afetividade</p>
--	--	--

		também é concreta, que a partir dela podemos alterar nossa trajetória de vida e, nesse caso, contribuiu para precarizar ainda mais as condições de vida da participante.
Refletir sobre quais aspectos e dimensões da vida dos participantes contribuem ou não para gerar uma práxis política reivindicatória que seja capaz de combater de alguma maneira o fatalismo;	<p><i>Entrevista 1 (A consciência política entre o individualismo e a (falsa) coletividade)</i></p> <p><i>Entrevista 2 (A Protagonista e a coadjuvante: consciência entre o fatalismo e a reivindicação política/ A beneficiária do Renda</i></p>	<p>A consciência política das participantes se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem. Isso fica claro quando as participantes 1, 2, 4, 6 e 8 acreditam, por um lado, que elas e a população têm força para conquistar aquilo que almejam para suas vidas, mas, em outros momentos, delegam à prefeitura a responsabilidade de realizar as transformações que elas desejam. A participante 6 vai além: cobra da prefeitura, mas acredita que a religião possa cumprir um papel fundamental para solucionar os problemas de sua comunidade. As participantes 3 e 5 assumem, no momento da entrevista, uma postura totalmente passiva – não acreditam na possibilidade de alterar, minimamente, o quadro social em que vivemos. A participante 7 também assume uma posição fatalista, mas de modo diferente. Ela</p>

	<p>Cidadã sem uma “renda mínima”)</p> <p><i>Entrevista 3 (De ajudas e de caridades)</i></p> <p><i>Entrevista 4 (O povo, o presidente da favela e o homem da gravata: a ausência de um horizonte político)</i></p> <p>Entrevista 5 (Fatalismo diante da possibilidade de alterar o quadro social e econômico em que</p>	<p>acredita que foi reprovada por Deus, diante de algumas atitudes durante a adolescência, quando acidente que lhe deixou sequelas.</p> <p>Nesse caso, a participante acredita que Deus foi responsável por um acontecimento em sua vida, crendo que ele possa guiar seu destino.</p> <p>Mas, em outros momentos, a participante 7, assim como as participantes 2, 4, 6 e 8, acredita que o destino está nas mãos da população, que ela pode alterar a realidade posta. Mas, diferente das participantes 2, 4, 6, ela acredita que cabe ao indivíduo isolado, um indivíduo a-histórico, realizar as mudanças que deseja para sua vida.</p> <p>A participante 8, a exemplo da participante 7, também acredita que as mudanças devem partir do indivíduo isolado. Uma mudança da ordem social e econômica em que vivemos dependerá de uma personalidade brilhante, da bondade de um indivíduo, assim ela cita o presidente Lula. Para a participante 8 (assim como para a participante 2 e 3), os direitos transformaram-se em favores. A participante 8 acredita que o</p>
--	--	---

	<p>vivemos)</p> <p>Entrevista 6 (Militante evangélica)</p> <p>Entrevista 7 (O trauma como reprovação divina/Fatalismo e crítica ao fatalismo)</p> <p>Entrevista 8 (O contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política/ Negatividade da</p>	<p>governo atual vem efetuando mudanças para a maioria da população. Isso se deve, principalmente, à figura do presidente. Graças ao Lula, que seria um governante sensível às causas populares, ela recebe ajudas para sobreviver - como o Bolsa Família. Essa concepção ilustra o contexto psicossocial do assistencialismo vigente e a individualização da política, isto é, ela entende que é ajudada por uma personalidade ímpar – nesse caso, a impressão que faz do presidente, como um homem sensível e honesto, substitui o caráter programático do governo que retira os direitos e transforma-os em favores. As coisas só não estão melhores – afirma a participante 8 – porque as pessoas que estão ao redor de Lula não são honestas e bem intencionadas como ele. Vendo-se na dependência de uma figura pública, sem perspectivas e um horizonte político que trace caminhos de superação da realidade imediata, resta-lhe agradecer o benefício que recebe do governo. Sendo o salário insuficiente, ela reconhece que o benefício é uma ajuda, assim</p>
--	--	--

	política e neutralidade política/“Meu salário é muito ruim, então este dinheiro ajuda!”)	como tantas outras. Vimos aqui que os programas de transferência de renda cumprem seu papel: contribui para que os direitos apareçam na consciência como favores, contribuem para forjar um indivíduo resignado, que agradece qualquer migalha que recebe, reforça o fatalismo e enfraquece o sentimento de coletividade e a consciência de classe “para si”.
--	--	---